



**A ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E A  
PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O DESEMPREGO:  
UM ESTUDO NO SETOR INDUSTRIAL DA RM-BH**

**MARIA CECÍLIA PEREIRA**

**2007**

MARIA CECÍLIA PEREIRA

A ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O DESEMPREGO: UM ESTUDO NO SETOR INDUSTRIAL DA RM-BH

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Doutorado em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para obtenção do título de “Doutor”

BIBLIOTECA CENTRAL

UFLA

Nº CLAS T 331.137

PER

abo

Nº REGISTRO 222378

DATA 26/09/2007

Orientador

Prof. Dr. Mozar José de Brito

Co-orientador

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2007

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

Pereira, Maria Cecília

A abordagem sócio-construcionista e a produção de sentidos sobre o  
desemprego: um estudo no setor industrial da RM-BH / Maria Cecília  
Pereira. -- Lavras : UFLA, 2007.

263 p. : il.

Orientador: Mozar José de Brito.

Tese (Doutorado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Desemprego. 2. Construcionismo. 3. Práticas Discursivas I. Universidade  
Federal de Lavras. II. Título.

CDD-331.137  
-658.4012

**MARIA CECÍLIA PEREIRA**

**A ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O DESEMPREGO: UM ESTUDO NO SETOR INDUSTRIAL DA RM-BH**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Doutorado em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para obtenção do título de “Doutor”.

APROVADA em 14 de março de 2007

Prof. Dr. Juvêncio Braga de Lima

UFLA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Carvalho Alvez Cappelle

UFLA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo  
Horizontes

Faculdade Novos

  
Prof. Dr. Moza José de Brito

UFLA

(orientador)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

UFMG

(co-orientador)

LAVRAS  
MINAS GERAIS – BRASIL

À minha família, da qual faz parte Antonio,  
amigo inseparável, companheiro providencial,  
um amor para toda vida!

Aos meus avós paternos, vovó Mariana e vovô  
“Zé-Neco”; e, em memória de meus amados avós  
maternos, vovó Maria e vovô Braz.

Em memória dos meus queridos irmãos, Gabriel  
e Marcelo, meus anjos da guarda.

Com muito amor.

## AGRADECIMENTOS

Ao defender minha tese de doutorado, finalizo mais uma etapa de minha trajetória profissional. Novamente, não foi fácil, mas considero que foi um período, sobretudo, de aprendizagem. Durante meu percurso, principalmente a partir do “estágio supervisionado”, ainda na graduação, pude contar com os ensinamentos do **professor Mozar**, um exemplo de “garra” e integridade. A ele faço questão de agradecer, explicitando a satisfação em tê-lo como orientador desde então. Construímos uma relação de mútuo respeito e confiança. O que aprendi com o professor Mozar ultrapassou o acadêmico, são lições que levarei para toda a vida. Aproveito para agradecer igualmente à **professora Valéria**, por quem conservo um grande respeito e carinho. Tenho certeza de que não é preciso dizer muito - esses professores sabem o quanto sou grata e orgulhosa por ter contado com seus ensinamentos.

Agradeço especialmente ao **professor Alexandre Carrieri**, meu co-orientador, pela paciência e interesse que demonstrou durante a orientação; ao **professor Juvêncio**, pelo carinho, dedicação e confiança; e, à **professora Marlene Catarina**, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições para com meu trabalho.

Enquanto trabalhava na tese, minha mãe, **Balbina**, preparava meu almoço e meu pai, **José**, trabalhava incansavelmente, mas, feliz, pois seu sonho de “estudar as filhas” estava se realizando. A amizade e o apoio de minha irmã, **Ana Livia**, o carinho de meu namorado, **Antonio**, e as orações de meus avós foram imprescindíveis durante minha caminhada. Não posso deixar de agradecer à torcida de **Alessandro, Rosana, Marcelo, André e Fausto**, pessoas muito queridas para mim. . Essas pessoas, a quem chamo “família”, estão presentes em cada linha do meu trabalho e a elas agradeço todos os dias.

Obrigada **Mayara**, pelo carinho, pela doação de uma amizade sincera e agradável.

A todos os **amigos e colegas**, tenho certeza de que não é preciso nomeá-los, obrigada pela força!

Agradeço aos **professores e funcionários do DAE**, em especial aos professores **Mônica Cappelle e José Roberto**. À “**Beth**”, secretária do PPGAD, pela prontidão e dedicação.

À **CAPES**, pela oportunidade de cursar o doutorado como bolsista.

Ao **SINE-BH**, na pessoa de **Sandra**; à **FIEMG-BH**, em especial ao **Flávio**; ao **Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem**, representado, no período da pesquisa, por **Geraldo Valgas**, agradeço a prontidão, o interesse e a hospitalidade. Às **pessoas que cederam entrevistas** nas dependências do **SINE-BH**.

A **Deus**, sempre presente.

**Obrigada!**

## NÃO HÁ VAGAS

O preço do feijão  
Não cabe no poema  
O preço do arroz  
Não cabe no poema  
Não cabem no poema o gás  
A luz, o telefone  
A sonegação  
Do leite  
Da carne  
Do açúcar  
Do pão  
O funcionário público não cabe no poema  
Com seu salário de fome  
Sua vida fechada em arquivos  
Como não cabe no poema o operário  
Que esmerila seu dia de aço e carvão  
Nas oficinas escuras  
Porque o poema, senhores, está fechado:  
“NÃO HÁ VAGAS”  
Só cabe no poema  
O homem sem estômago  
A mulher de nuvens  
A fruta sem preço  
O poema, senhores,  
Nem fede  
Nem cheira

**Ferreira Gullar**

## SUMÁRIO

### Página

<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>i</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>ii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>iii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>iv</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>v</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. DESEMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>17</b>
1.1 <i>Metamorfoses</i> das condições de trabalho e não-trabalho.....	19
1.2 Período de acumulação flexível e desemprego como questão social.....	34
1.2.1 Relações de trabalho no contexto brasileiro.....	39
1.3 Novos conceitos acerca do emprego/desemprego no Brasil contemporâneo.....	45
<b>2. ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA: UMA POSSIBILIDADE PARA O ESTUDO DO FENÔMENO DESEMPREGO.....</b>	<b>54</b>
2.1 Do representacionismo à condição sócio-histórica do conhecimento....	56
2.2 A abordagem do Construcionismo Social.....	66
2.3 Construcionismo Social e desemprego: a centralidade das “condições de produção”.....	75
<b>3. PRODUÇÃO DE SENTIDOS SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E PRÁTICAS DISCURSIVAS.....</b>	<b>85</b>
3.1 Discurso como prática.....	86
3.1.1 Elementos para a análise das práticas discursivas.....	91
3.2 A temporalidade e a noção de repertórios interpretativos para o estudo construcionista das práticas discursivas.....	97
3.3 Perspectiva teórico-metodológica: repertórios discursivos.....	101
<b>4. DESEMPREGO INDUSTRIAL NA RMBH: EXPLICITAÇÃO DOS PASSOS DA PESQUISA.....</b>	<b>110</b>
4.1 Rigor metodológico e a questão ética.....	110
4.2 Seleção do “Corpus” e dos sujeitos da pesquisa.....	113

4.3 Processo de coleta de informações e plano de investigação.....	119
<b>5. MEMÓRIA E CONTEXTO DE ESTUDO.....</b>	<b>125</b>
5.1 O trabalho industrial na RMBH.....	126
5.2 Resgate de alguns aspectos das trajetórias dos sujeitos e das instituições da pesquisa.....	136
5.2.1 Indústria, reestruturação e desenvolvimento.....	137
5.2.2 Trabalhadores industriais, reestruturação e precarização.....	144
5.2.3 Trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego.....	150
<b>6. PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE DESEMPREGO E AS CONDIÇÕES DE SUA PRODUÇÃO.....</b>	<b>155</b>
6.1 O emprego formal.....	156
6.2 Mudanças no trabalho: reestruturação, empregabilidade e sindicato.....	165
6.3 A ausência do emprego.....	182
6.4 O trabalho.....	191
<b>7. REPERTÓRIOS DISCURSIVOS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O DESEMPREGO INDUSTRIAL NA RMBH-MG.....</b>	<b>196</b>
7.1 Mapeamento dos repertórios discursivos.....	196
7.2 O repertório discursivo da condição de empregado(a) e das mudanças nas configurações do emprego.....	199
7.3 Os repertórios da condição de não-empregado(a) e da condição de trabalhador(a).....	210
7.4 Os sentidos do desemprego industrial na RMBH e as condições da sua produção discursiva.....	216
<b>8. CONHECIMENTO SOBRE O DESEMPREGO COMO UM PROCESSO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO.....</b>	<b>221</b>
8.1 Produção de sentidos sobre o desemprego por meio das práticas discursivas.....	221
8.2 Contribuição da perspectiva sócio-construcionista para o estudo do desemprego.....	226
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>230</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>244</b>

## LISTA DE QUADROS

	<b>Página</b>
<b>QUADRO 1 -</b> Exemplos para a análise das práticas discursivas e intersubjetividade.....	<b>121</b>
<b>QUADRO 2 -</b> Exemplo para a análise da interface com as condições de produção.....	<b>122</b>
<b>QUADRO 3 -</b> Mapeamento dos repertórios discursivos.....	<b>197</b>

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
<b>TABELA 1 -</b> Perfil sócio-demográfico dos trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego.....	<b>116</b>
<b>TABELA 2 -</b> Frequência das características dos trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego.....	<b>117</b>
<b>TABELA 3 -</b> Perfil sócio-demográfico dos representantes do sindicato e membros da FIEMG.....	<b>118</b>

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
<b>FIGURA 1 -</b> Interface entre condições de produção e premissas construcionistas.....	<b>80</b>
<b>FIGURA 2 -</b> Condições de produção sobre o desemprego no Brasil sob a ótica sócio-construcionista.....	<b>82</b>
<b>FIGURA 3 -</b> Proposta teórico-metodológica para a análise sócio-construcionista das práticas discursivas.....	<b>107</b>
<b>FIGURA 4 -</b> Exemplo de árvore de associação de idéias.....	<b>124</b>
<b>FIGURA 5 -</b> Árvore de associação de idéias no repertório da condição de empregado(a).....	<b>200</b>
<b>FIGURA 6 -</b> Árvore de associação de idéias no repertório das mudanças nas configurações do emprego.....	<b>205</b>
<b>FIGURA 7 -</b> Árvore de associação de idéias no repertório da condição de não-empregado(a).....	<b>211</b>
<b>FIGURA 8 -</b> Árvore de associação de idéias no repertório da condição de trabalhador(a).....	<b>214</b>
<b>FIGURA 9 -</b> Condições de produção sobre o desemprego industrial em Belo Horizonte e região metropolitana sob a ótica sócio-construcionista.....	<b>219</b>

## RESUMO

PEREIRA, M. C. **A abordagem Sócio-Construcionista e a produção de sentidos sobre o desemprego: um estudo no setor industrial da RM-BH.** 2007. 263 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.<sup>1</sup>

O trabalho formal, como categoria de emprego, ocupa grande parte dos trabalhadores no Brasil; por isso, o desemprego é uma questão social central e atual para a discussão no cenário brasileiro. Considerou-se que o desemprego possa ser compreendido como uma construção sócio-histórica, envolvendo os sujeitos sociais e suas “condições de produção”. No Brasil, observa-se a presença marcante, nas relações trabalhistas brasileiras, do paternalismo e do patrimonialismo, herdados da própria trajetória sócio-histórica do País. Portanto, defendeu-se que o fenômeno do desemprego possa ser investigado por meio de um processo de produção de sentidos, tendo por base os sujeitos sociais. Para tanto, optou-se por construir um aporte teórico-metodológico multidisciplinar, resgatando conceitos das ciências administrativa, sociologia do trabalho e da psicologia social. Adotou-se as abordagens do Construcionismo Social e da análise das práticas discursivas como possibilidade teórico-metodológica para o estudo. Desenvolveu-se a argumentação com o aporte de uma pesquisa empírica, realizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, com o objetivo de compreender o processo de produção de sentidos acerca do fenômeno do desemprego, considerando as práticas discursivas de sujeitos envolvidos com esse fenômeno. Na apresentação da proposta de análise, desenvolveu-se o conceito de **repertórios discursivos**, tendo como fundamento uma complementação do conceito de repertórios interpretativos. Foram identificados quatro repertórios discursivos: condição de empregado(a); mudanças nas configurações do emprego no setor industrial; condição de não-empregado(a); e, condição de trabalhador(a). Foram identificados os sentidos últimos acerca do desemprego na RM-BH: manutenção da empregabilidade, competitividade, precarização nas relações de trabalho, problema social, dificuldade de manutenção da empregabilidade (“não-empregáveis”), questionamento do sistema e inclusão social. Pressupõe-se que este estudo possa contribuir para o avanço do debate teórico-metodológico acerca dos estudos sobre a realidade do trabalho/desemprego e ampliar as discussões acerca da implementação e administração de políticas e programas para a geração de emprego e renda.

---

<sup>1</sup> Orientador: Prof. Dr. Mozar José de Brito – UFLA. Co-orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri – UFMG.

## ABSTRACT

**PEREIRA, M. C. The “Socio-Constructionist” approach and the production of senses on unemployment: an industrial sector study of the RM\_BH. 2007. 263 p. Thesis. (Doctorete in Business Management) – Federal University of Lavras. Lavras, MG.<sup>2</sup>**

The registered work, as an employment category, takes up a large part of the workforce in Brazil, therefore, unemployment is an important and current matter of discussion in the Brazilian context. The unemployment maybe better comprehended as a social and historical development, involving the social subjects and the condition they work. In Brazil, there are very marking presences in the work relations, the paternalism and the “patrimonysm”, they were inherited by it’s own country’s social and historical development. Therefore, it is said that the unemployment phenomenon may be investigated by a kind of process of production of the sense, from the social subjects. For this, it was chosen to build a theoretical-methodological multidisciplinary perspective, rejoicing concepts of the management science, work socialization and the social psychology. The constructionism approach and analysis of the discursive practices was chosen as a theoretical and methodological possibility for the study. An argument was developed with the empirical research, developed in the metropolitan region of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, Brasil, with the goal of comprehending the production process of senses in the unemployment phenomenon, from the discursive practices of the involved subjects. In the proposed analysis presentation, a concept of discursive repertoires was developed from the complementation of interpretative repertoires. There were four repertoires identified: the registered worker’s condition; changes in the industrial work configuration; the unemployment condition; and the unregistered worker’s conditions. The last senses about the unemployment were identified in the RM-BH: maintenance of the job availability, competitiveness, the growth of precarious work relations, social issues, problem in the job availability, (“non-employable”), questions about the social inclusion system. This study can help to advance in a theoretical and methodological debate in the studies about the reality of work/employment and to amplify the discussion about the implementation and management of politics and programs to generate jobs and income.

---

<sup>2</sup> Advisors: Dr. Mozar José de Brito. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri.

## INTRODUÇÃO

O desemprego pode ser compreendido como uma construção sócio-histórica que envolve os sujeitos sociais. Dessa forma, os fenômenos do desemprego e do emprego podem ser considerados como categorias de análise sócio-historicamente construídas.

Essas categorias remetem diretamente à evolução da noção do fenômeno trabalho e não-trabalho, mais especificamente na sociedade ocidental capitalista. Nessa sociedade, fundamenta-se na produção - por meio do trabalho - para a manutenção da “riqueza” que sustenta a engrenagem do próprio processo produtivo. O trabalho, que está na base do sistema capitalista, nem sempre se caracteriza como emprego, apresentando-se como trabalho proletário e operário, em um primeiro momento (Castel, 1998). Sob esse enfoque, o trabalho caracteriza-se, principalmente, pela venda da mão-de-obra pelo trabalhador, por meio do contrato.

O emprego, compreendido como trabalho assalariado nos padrões fordistas de produção, emerge, aproximadamente, no início do século XX, como uma condição generalizada de trabalho, que impõe um modo de vida para a sociedade ocidental capitalista. Esse sistema envolve não apenas a generalização do trabalho assalariado mas, a generalização de um padrão de consumo e de produção em massa.

O emprego não está necessariamente vinculado ao trabalho de transformação ou produção, imprimindo-se e disseminando-se também como uma forma de trabalho não-operário. Trata-se da redistribuição social do trabalho, que gera, por um lado, a proteção, por meio dos direitos trabalhistas, àqueles que conseguem uma vaga nesse sistema; por outro lado, como

tendência, o aumento do número de desempregados (desprovidos dos direitos trabalhistas).

A centralidade do trabalho, principalmente sob a forma de emprego, é um fenômeno marcante no sistema capitalista. Essa centralidade passa a ser questionada a partir das alterações gerais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, aceleradas, principalmente, por um processo de reordenação econômica, política, em escala mundial; e, pela modernização tecnológica e gerencial no âmbito das organizações, tanto públicas, quanto privadas. Esse processo de mudança abrange um período de reestruturação produtiva, o qual desencadeia o sistema chamado de sistema de acumulação flexível (Harvey, 1996), em oposição ao sistema fordista de acumulação.

O processo de reestruturação produtiva engloba o desenvolvimento de novas práticas produtivas e gerenciais nas organizações, com impactos diretos sobre a configuração do trabalho, alterando também o perfil da oferta de empregos e, conseqüentemente, impondo aos trabalhadores novas formas de qualificação. Emerge a noção de empregabilidade, destacando o trabalhador como alguém incluído em um novo padrão de acumulação capitalista que exige dele o investimento próprio e individual para conquistar ou manter o emprego (Cortella, 1997; Gitahy, 1994; Hirata, 1993).

No Brasil, o fenômeno do emprego, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela relação salarial e pelos padrões internacionais (sistema fordista) de relações de trabalho<sup>3</sup>, também convive com sistemas artesanais de produção; com uma mão-de-obra pouco qualificada, proveniente do setor rural; e, com uma

---

<sup>3</sup> Neste estudo, o conceito de “relações de trabalho” foi baseado nos conceitos de Melo (1991) e Siqueira (1991). Ambas acreditam que essas relações incluem relações políticas, econômicas, gerenciais e técnicas. Melo (1991) ressalta os aspectos microssociais das relações de trabalho: processos de regulação e organização do trabalho, gestão da força de trabalho e condições de trabalho. Siqueira (1991) acrescenta as influências macrossociais (tecnologia, mercado e organização sindical) e organizacionais (estado e organizações públicas).

política pouco direcionada para as questões trabalhistas. Os objetivos de um “Estado do Bem-Estar Social”, por exemplo, não são verificados na trajetória de inserção industrial e de proliferação do emprego no Brasil.

Observa-se a presença marcante, nas relações trabalhistas brasileiras, do paternalismo e do patrimonialismo, herdados da própria trajetória sócio-histórica do País. Trata-se da convivência do moderno/contemporâneo com valores mais tradicionais, em um contexto que exige competitividade e impessoalidade nas relações de trabalho. No que tange às mudanças no mundo do trabalho, isso implica, por exemplo, a manutenção de relações de trabalho conservadoras, ao lado de técnicas denominadas flexíveis, que exigem novas formas de qualificação (Martins, 1994; Sorj, 2000). Sendo assim, ao discutir um processo de reestruturação produtiva no Brasil, deve-se considerar, em um primeiro momento, as particularidades do fenômeno emprego e desemprego nessa sociedade.

Alguns autores apontam que a reconfiguração no mundo do trabalho descentraliza o trabalho como principal fonte de inclusão social (Meda, 1996; Offe, 1989). Sorj (2000), por outro lado, aponta que o trabalho continua sendo o centro do estabelecimento de laços, principalmente na sociedade brasileira. Acredita-se que o trabalho ainda permaneça como elemento central na sociedade, no entanto, acredita-se que o emprego, nos padrões fordistas, deve ser descentralizado, atentando para novas possibilidades de trabalho ou para a convivência do emprego com essas novas possibilidades (Harvey, 1996).

Existem dois argumentos principais que sustentam a tese de que o trabalho ainda permaneça como elemento central para o estabelecimento dos laços sociais. Por um lado, pode-se citar o fato de que o processo de reestruturação produtiva pode, muitas vezes, desmobilizar, desregular e desvalorizar as relações de trabalho, levando à precarização do trabalho e ao aumento do desemprego (Montali, 2003; Pochmann, 2002; Tumolo, 2001). O

aumento do desemprego, por sua vez, gera a preocupação com esse quadro, explicitada nas pesquisas acadêmicas, de âmbito internacional e nacional<sup>4</sup>.

No âmbito internacional, observou-se expressiva preocupação com as questões da discriminação, exclusão, pobreza e acessibilidade ao emprego, relacionadas ao estudo do desemprego, mais especificamente, a partir de 2000 (Andersen, 2000; Darity, 2003; Gallie et al., 2003; Parks, 2004; Report V, 2000; Yao, 2004;). Além disso, verificou-se uma tendência em relacionar o desemprego com a criminalidade e problemas familiares (Cinamon, 2001; Hojman, 2004; Kraft, 2001; Levitt, 2001).

No contexto nacional, verificou-se que a produção acadêmica acerca do fenômeno desemprego, a partir de 1980, centraliza esse fenômeno como questão social. Abrangem-se as implicações do desemprego, focalizando os movimentos sociais de luta contra esse quadro, a identidade política de uma “nova classe trabalhadora” e a centralidade da educação (qualificação) como estratégia de acessibilidade (Hirata & Humphrey, 1989).

No que refere aos números do desemprego no cenário brasileiro, a taxa média de desocupação<sup>5</sup>, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, elevou-se de 3,8% em junho de 1996 para 10,8% em março de 2005 (IBGE, 2005). Em agosto de 2006, a taxa média de desocupação foi estimada em 10,6%. Em relação a agosto de 2005, verificou-se elevação de

---

<sup>4</sup> Essa observação é baseada em revisão de literatura, realizada no período de março a outubro de 2006, em diversas bases: a) periódicos (brasileiros), classificados como de nível A, circulação nacional, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas áreas de administração, sociologia e psicologia; b) banco de teses e dissertações (pesquisa em teses de doutorado), disponível na página eletrônica da CAPES; c) base de dados internacionais: *General Science Abstracts Full Text*, *ABI Inform/Pro Quest* e *CSA Sociological Abstracts*. Foram pesquisados trabalhos publicados a partir da década de 1990.

<sup>5</sup> São consideradas pessoas desocupadas, aquelas em idade ativa (10 anos ou mais), que não estão trabalhando, estão disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa e tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho nos trinta dias anteriores à semana em que respondem à pesquisa (IBGE, 2005).

1,2%. Além disso, em 2006, observou-se um aumento de 17,2% no contingente de desocupados, em relação a 2005, o que, segundo dados do IBGE (2006f), representa um aumento de aproximadamente 355 mil pessoas procurando trabalho. Entre os desocupados, 55,8% são mulheres; 46,5% têm entre 25 e 49 anos de idade (homens e mulheres); 19,7% estão em busca do primeiro trabalho; e 25,5% são os principais responsáveis pelo sustento da família (IBGE, 2006f). Dessa forma, percebeu-se que o impacto maior do desemprego evidenciou-se nos grupos mais jovens e na população feminina.

Na análise da desocupação, a Região Sudeste apresenta uma das maiores taxas: 10,5% (IBGE, 2006d). Em Minas Gerais, a taxa de desocupação era de 10,7% em março de 2005, tomando como base a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH (IBGE, 2005). No âmbito regional, em 2006, a RMBH apresenta taxa de desocupação com movimentação positiva em relação a agosto de 2005, configurando-se em 14,4% (IBGE, 2006d).

As condições precárias do emprego também merecem destaque. O nível de emprego formal no Brasil decresceu, com o fechamento de 304,9 mil postos de trabalho em 1996, para a eliminação de mais 581 mil postos de trabalho formais em 1998. Em 2003, o emprego informal cresceu 8,4% em relação a 2002 (Boletim..., 2005). Segundo dados do IBGE (2006c), a distribuição da população ocupada por posição na ocupação é a seguinte: 30,4% são empregados com carteira assinada; 22% são trabalhadores por conta própria; 18,3% são trabalhadores sem carteira assinada (trabalho informal); 7,7% são trabalhadores domésticos; 7,0% são trabalhadores não-remunerados; 6,6% são militares e estatutários; e 4,1% são empregadores.

Deve-se ressaltar também uma reconfiguração no perfil dos trabalhadores que procuram emprego. A procura de trabalho apresentou um acréscimo significativo no período analisado, principalmente por parte das mulheres. No Brasil, esse acréscimo é de 21,7% para os homens e 37% para as

mulheres. Em 2004, a taxa masculina de desocupação era de 6,8%, enquanto a feminina era de 11,7%. No caso das mulheres, 49,1% delas estão ocupadas no setor de serviços. Apesar de os níveis das taxas de atividade se apresentarem mais elevados para os homens, a procura de trabalho maior no caso das mulheres demonstra uma crescente pressão desse contingente no mercado de trabalho (IBGE, 2006d). Esse quadro apresentou-se no plano internacional e explicitou-se nos estudos direcionados para a inserção da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o desemprego e suas implicações nesse contexto (Fernandes & Felício, 2005; Fosu, 2000; Kulik, 2000a, 2000b; Mohanty, 2003).

O segundo argumento que sustenta a tese de que o trabalho ainda permanece como elemento central para o estabelecimento dos laços sociais é um quadro de criação de “novos sujeitos sociais” (Sorj, 2000). Esses novos sujeitos influenciam e são influenciados por necessidades impostas, por exemplo, pelas novas condições de empregabilidade, por exemplo. Tais necessidades podem desencadear um processo de individualização, tanto nas relações de trabalho quanto nas relações sociais em geral (Castells, 1999; Cortella, 1997).

Na agenda de pesquisas internacionais, as questões da educação e da empregabilidade têm merecido destaque na análise do desemprego, tanto no que refere às suas causas, conseqüências ou, como estratégias individuais de acessibilidade ao trabalho (Decreuse, 2001; Eide & Showalter, 2005; Saar, 2005; Weber, 2002). Por outro lado, tem-se o movimento que se observa acerca da criação de novas formas de trabalho, alternativas ao sistema de emprego tradicional fordista (Piore & Sabeell, 1984). Esse argumento pode culminar com maneiras particulares de compreender o trabalho e, conseqüentemente, o desemprego.

Quanto às condições de empregabilidade, no que tange à qualificação, no Brasil, a comparação da distribuição do nível de qualificação entre a população ocupada, de 1992 a 1997, demonstra um quadro de melhoria no nível de

qualificação do trabalhador brasileiro. Constatou-se uma diminuição da população ocupada, em geral, nos grupos de menor instrução (sem instrução ou com menos de um a três anos de estudo). O grupo de maior nível de instrução (doze anos ou mais de estudo) apresenta proporção crescente em todo o Brasil (IBGE, 2006d). Constatou-se que, em agosto de 2003, 39,9% dos desocupados tinham pelo menos o ensino médio concluído; em agosto de 2006, esse percentual atingiu 46,4% (IBGE, 2006f).

Entretanto, a análise da taxa de desocupação revela um aumento da mesma proporcional ao aumento do nível de escolaridade. Em 2004, para a população com menor nível de escolaridade, a taxa de desocupação era de 5,5%, enquanto para o grupo mais escolarizado, a taxa era de 21,4%, o que pode ser explicado pela configuração do trabalho que exige um nível de qualificação mais elevado (IBGE, 2006c).

Com esse quadro revela-se um crescimento do nível de instrução formal do trabalhador brasileiro diante das exigências do mercado de trabalho. Além disso, a busca pela qualificação estende-se para além do nível de escolaridade e também se caracteriza por uma iniciativa do próprio sujeito trabalhador diante das novas configurações do mundo do trabalho. Esse processo desencadeia o foco para a carreira e para a competência, ao contrário do foco para a manutenção do cargo ou do emprego. Trata-se da possibilidade de um processo de individualização das relações profissionais e, conseqüentemente, das relações sociais em geral (Sargentini, 2001).

No que refere ao movimento que se observa acerca da criação de novas formas de trabalho, alternativas ao sistema de emprego tradicional (fordista), verifica-se o aumento, no Brasil, da participação da sociedade civil organizada, especialmente ao longo dos anos de 1990. Nesse período, observou-se o crescimento de diversos tipos de arranjos entre Estado e organizações da

sociedade na implementação e na co-gestão de políticas públicas, particularmente, as de caráter social (Singer, 1999).

De acordo com os dados do IBGE (2006b), as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) são compostas por instituições relativamente novas, já que 62% das FASFIL foram criadas na década de 1990. Entre 1996 e 2002, essas instituições proliferaram-se no cenário brasileiro. Em 2002, verificou-se 276 mil FASFIL, oficialmente cadastradas, representando 55% do total das 500 mil entidades sem fins lucrativos no Brasil, constantes do Cadastro Central de Empresas. Do universo de cerca de 5,3 milhões de organizações públicas, privadas lucrativas e privadas não-lucrativas que compõem o Cadastro Central de Empresas, as FASFIL representavam, em 2002, cerca de 5,0%. Na Região Sudeste encontram-se 44% das FASFIL. Verificou-se que, no grupo de meio ambiente bem como no de desenvolvimento e defesa dos direitos, as entidades mais do que quadruplicam entre 1996 e 2002.

Em grande parte, a emergência dessas organizações pode ser explicada pelo processo de reconfiguração no mundo do trabalho. Nessas organizações, as relações de trabalho são pautadas por uma lógica alternativa ao sistema fordista, característico, principalmente, de empresas industriais capitalistas. No entanto, essas organizações, acima de tudo, são pautadas pelo trabalho assalariado, não-assalariado (remunerado) ou voluntário. Portanto, pode-se dizer que o trabalho ainda configura um elemento central no estabelecimento de laços sociais, entretanto, há que se considerar uma reformulação na construção da própria noção de trabalho como emprego.

A despeito dessas considerações, o trabalho industrial, de cunho assalariado, ainda ocupa grande parte dos trabalhadores no Brasil, por isso, o desemprego proveniente desse setor é também uma questão social central e atual para a discussão no cenário brasileiro. As *indústrias extrativas, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água* empregam 17,3% da

população ocupada no Brasil; a *indústria da construção* emprega 7,0% da população ocupada (IBGE, 2006f). De acordo com os dados do IBGE (2006e), o emprego industrial, em julho de 2006, apresentou aumento de 0,3%, no confronto com o mesmo mês de 2005. No entanto, esse aumento foi o primeiro após seqüência de nove taxas negativas. Considerando-se as taxas de emprego no ano de 2006, o nível de emprego industrial é de 0,4% menor do que no período janeiro-julho de 2005.

Em Minas Gerais, o nível de emprego<sup>6</sup> na indústria registrou um crescimento de 0,08% em junho de 2006 com relação ao mês de maio, segundo o relatório da FIEMGIndex (2006). De acordo com esse relatório, o crescimento foi liderado pelos setores de *Bebidas* (1,48%), *Indústria Extrativa Mineral* (1,23%) e *Mecânica* (0,93%). No entanto, constatou-se que essa elevação ocorreu, especificamente nesses setores, devido a um processo contrário ao que vem ocorrendo no contexto da reestruturação produtiva: a reincorporação de atividades que antes eram terceirizadas. Além disso, nesse relatório, considerou-se como empregado(a), além do sujeito com vínculo empregatício, o sujeito contratado temporariamente ou não. Em outros setores observou-se queda no nível de emprego, como, por exemplo, os setores de *Calçados* (-2,03%), *Química* (-1,80%) e *Celulose, Papel e Papelão* (-0,87%).

Portanto, admite-se que o processo de reestruturação produtiva, por um lado, associa-se ao aumento do desemprego e das relações precárias de trabalho; por outro, desencadeia novas formas de relações de trabalho e a emergência de *novos sujeitos sociais*, impulsionando um debate acerca de valores sociais no contexto da reestruturação produtiva e, evidenciando o sujeito trabalhador em uma relação dialógica com o trabalho. Essa relação pode ser explicitada como

---

<sup>6</sup> De acordo com a metodologia da FIEMGIndex (2006), o nível de emprego refere-se ao total de pessoas existentes no último dia do mês remuneradas diretamente pela empresa, com ou sem vínculo empregatício, com contrato de trabalho por tempo indeterminado ou temporário, ligadas ou não ao processo produtivo.

um processo de construção social do conhecimento acerca do próprio fenômeno emprego/desemprego.

Essa perspectiva é pouco verificada em pesquisas acadêmicas nos planos internacional e nacional. Além do foco em abordagens de caráter macrossocial, referenciadas anteriormente, observou-se que o fenômeno do desemprego tem sido estudado, principalmente, por meio de duas linhas reflexivas:

i) Uma linha de caráter macrossocial e econômico, proveniente da economia e sociologia do trabalho. Nessa linha, preocupa-se com a macrodinâmica do fenômeno, com o mapeamento de suas causas, conseqüências e com a proposição de alternativas ou modelos gerais de análise. Entre vários trabalhos, pode-se citar as pesquisas mais recentes realizadas por Song & Freebairn (2005), propondo um modelo macroeconômico para a eficiência de políticas de redução de desemprego; Gangl (2004), o qual realizou uma comparação entre Estados Unidos e Alemanha no que refere à relação entre o desemprego e as políticas de *Bem-Estar Social*. Nessa linha, tratando de políticas públicas de emprego, ressaltam-se os trabalhos de Eatwell (2000), Betcherman (2000), Sargent (2000) e Veiga & Chappell (2002). Em outros trabalhos, verificou-se o relacionamento entre as políticas de emprego e a ação das instituições e organizações nesse quadro: Considine (2000) e Kenworthy (2002). Riphahn (2002), por sua vez, traça uma “geografia econômica” acerca da transição dos jovens da escola para o trabalho, focalizando o desemprego para essa parcela da população. No estudo de Report V (2001), também há uma reflexão sobre o desemprego na juventude. Além disso, existem estudos que propõem reflexões acerca do próprio conceito de emprego e desemprego e suas implicações para a vida contemporânea (Stebbins, 2000).

ii) Em uma segunda vertente de estudo, tem-se o enfoque psicofisiológico, enfatizando a microanálise do fenômeno desemprego,

principalmente no que refere às conseqüências para o indivíduo. Entre vários trabalhos mais recentes, pode-se citar os trabalhos de: Agren et al. (2003), Artazcoz et al. (2004), Bartley (1994), Hammarstrom & Janlert (2003), Mckee-Ryan et al. (2005), Novo (2001) e Whooley et al. (2002), focalizando na relação entre desemprego e saúde, principalmente mental, utilizando-se de metodologias quantitativas e descritivas. No trabalho de Hammarstrom & Janlert (2003), reflete-se sobre a condição de desempregado(a) como preditora para o desenvolvimento do tabagismo, baseando-se em um estudo longitudinal. Nessa linha, insere-se a pesquisa de Kposowa (2001), relacionando o desemprego aos níveis de suicídio. Vale ressaltar alguns trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1970, considerados como referência para o estudo das conseqüências do desemprego na saúde física e psicológica dos sujeitos, são eles: Cohn (1978), Fryer & Payne (1986), Jahoda (1981, 1982) e Warr (1987).

São raros os estudos que focalizam, por exemplo, a compreensão dos sujeitos (desempregados, trabalhadores, mídia, empresários, etc.), considerando suas experiências, linguagem e a história, para o estudo do fenômeno do desemprego. Sob esse enfoque, podem-se citar alguns trabalhos mais recentes, como os estudos de Kaufman & Mirsky (2004), Li (2002), Lovell (2002) e Waters & Moore (2002), nesses trabalhos, focalizou-se na percepção dos sujeitos desempregados ou considerados como “excluídos” da condição de emprego, para a reflexão acerca do fenômeno em diversas perspectivas. Por exemplo, no trabalho de Li (2002) utilizou-se as experiências de desemprego como referência para a discussão da mobilidade em trajetórias profissionais.

Nos estudos de, Arcidiacono, Sommantico & Procentese (2001), Navarro & Hendrickson (2000), Nolan & Coghlan (2002), observou-se o direcionamento para as conseqüências sociais do desemprego, porém, por uma perspectiva que considera, além da percepção dos sujeitos, a ação acerca do

fenômeno. No trabalho de Navarro & Hendrickson (2000), por exemplo, desenvolve-se a pesquisa-ação. No Brasil, vale ressaltar os trabalhos de Corrochano (2004), Lemos (2003), Leite (1998) e Sabag (2002), nos quais se defende a compreensão do fenômeno do desemprego e trabalho, respectivamente, considerando seus significados para os sujeitos sociais. Nos estudos de Camargo (2002), Rosa (1998) e Veronese & Guareschi (2005), focalizou-se na interface entre as percepções dos sujeitos acerca de trabalho e desemprego e a questão da subjetividade.

No campo da Administração, a maioria dos estudos acerca do desemprego segue a lógica dominante. No entanto, sublinhou-se a emergência de pesquisas mais recentes, nas quais analisou-se o desemprego sob a perspectiva dialógica. Nessa perspectiva, pode-se citar os trabalhos de Fleig et al. (2005), Pereira (2005), Pereira & Brito (2006) e Tonelli (2005).

Diante disso, foi levantada a seguinte questão: Como o fenômeno do desemprego pode ser compreendido e estudado, para além das abordagens macrosociais e psicofisiológicas, incluindo-se a percepção dos sujeitos sociais? A partir desse questionamento, afirma-se a necessidade de focalizar o conhecimento acerca do desemprego por meio de uma relação dialógica entre os sujeitos sociais, imersos em um contexto de alteração nas relações de trabalho e o próprio fenômeno em estudo. Sendo assim, admiteu-se que o conhecimento acerca do fenômeno do desemprego seja socialmente construído e que sua análise dependa da forma como os sujeitos compreendem esse fenômeno.

Portanto, o fenômeno do desemprego pode ser investigado por meio de um processo de produção de sentidos, considerando os sujeitos sociais. Esse processo envolve a linguagem, história, memória e intersubjetividade, além das condições de produção específicas do fenômeno/região em estudo.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> A tese não pode ser explicitada em forma de uma hipótese empírica, por se tratar de um estudo compreensivo. Por exemplo, a tese não versa sobre quais são os possíveis

O processo de produção de sentidos acerca do fenômeno desemprego pode ser analisado por meio da abordagem do Construcionismo Social (Gergen, 1985; Ibáñez, 1993; Rorty, 1994). Nessa abordagem, considera-se que o conhecimento acerca da realidade seja socialmente construído, por meio da linguagem, historicamente e culturalmente contextualizada. Ou seja, a dicotomia sujeito-objeto é negada e adverte-se a dialogia<sup>8</sup> como forma de produção de conhecimento. Além da abordagem construcionista, ressalta-se a análise das práticas discursivas (Bakhtin, 1992; Fiorin, 1988; Foucault, 2004; Maingueneau, 2005; Orlandi, 2003; Pêcheux, 1997) como possibilidade teórico-metodológica para a análise sócio-construcionista do processo de produção de sentidos.

Desenvolveu-se essa argumentação com o aporte de uma pesquisa empírica, realizada na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. No que refere à pesquisa empírica, objetivou-se: compreender o processo de produção de sentidos acerca do fenômeno do desemprego, tendo como referência as práticas discursivas de sujeitos envolvidos com esse fenômeno, tendo como referência de estudo a RMBH – MG, mais especificamente, o setor industrial<sup>9</sup>.

Os sujeitos são: trabalhadores desempregados; trabalhadores à procura do primeiro emprego; representantes do *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e*

---

“sentidos” acerca do desemprego, pois, o que interessa é justamente compreender o processo de produção desses sentidos como forma de conhecimento acerca do desemprego. Dessa forma, a tese é constituída de um argumento teórico-metodológico, a partir do qual acredita-se ser possível o estudo acerca desse fenômeno.

<sup>8</sup> Processo de interação (entre sujeito e objeto ou entre sujeitos) que ocorre por meio da linguagem, oral, escrita ou simbólica.

<sup>9</sup> Como segmentos do setor industrial, considerou-se a classificação da FIEMGIndex (2006), que classifica como gêneros do setor industrial: indústria extrativa mineral, indústria de transformação, bens de consumo, têxtil, vestuário e artefatos de tecidos, calçados, produtos alimentares, bebidas, bens de produção, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transportes, insumos básicos, metalurgia, química, minerais não-metálicos, celulose, papel e papelão.

*Contagem*; e, membros da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais* (FIEMG).

Desse objetivo, desdobram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Resgatar as condições de produção, envolvendo a trajetória sócio-histórica da inserção da região metropolitana de Belo Horizonte no mercado de trabalho industrial, além da trajetória profissional dos sujeitos, considerando as instituições das quais fazem parte;
2. Investigar as práticas discursivas desses sujeitos acerca do fenômeno desemprego;
3. Discutir o processo de produção de sentidos acerca do desemprego em paralelo às condições de produção apresentadas;
4. Ressaltar a produção de sentidos sobre o desemprego como uma forma de conhecimento acerca desse fenômeno, centralizando a abordagem sócio-construcionista.

Para tanto, seguiu-se um raciocínio que se estende ao longo dos capítulos deste estudo. **Nesta introdução**, por meio da revisão de literatura, apresentou-se uma crítica ou “negação” de referenciais anteriores ao estudo do desemprego (viés macrossocial e psicofisiológico), argumentando-se a importância do estudo desse fenômeno como um processo dialógico entre sujeito-objeto. **No capítulo 1**, apresentou-se um resgate acerca do trabalho, do emprego, do desemprego e de suas condições de produção na sociedade contemporânea brasileira. **No capítulo 2**, no qual se discutem a abordagem sócio-construcionista e os pressupostos teóricos, traçou-se uma demonstrativa de não-inclusão da dialogia sujeito/objeto em pesquisas; inclusão (por meio do construcionismo social); e das possíveis formas de inclusão dessa dialogia, no estudo do desemprego, dentro de uma perspectiva construcionista.

**No capítulo 3**, a partir da abordagem sócio-construcionista de análise, ressaltou-se o papel central da linguagem e das práticas discursivas para o

processo de produção de sentidos. Além disso, apresentou-se uma proposta teórico-metodológica de análise, mediante uma complementação da proposta de Spink & Medrado (2004) para a análise das práticas discursivas. **No capítulo 4**, são detalhados os passos empregados para a realização da pesquisa empírica.

No **capítulo 5**, apresentou-se a discussão da pesquisa empírica. Especificamente nesse capítulo, são discutidas as trajetórias dos trabalhadores desempregados; trabalhadores à procura do primeiro emprego; representantes do *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem*; e, membros da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)*. Considerou-se o contexto de suas instituições, bem como a trajetória de inserção da RMBH no contexto do trabalho industrial. Esse percurso é importante para a análise das condições de produção específicas da região em estudo.

No **capítulo 6**, ilustrou-se a análise das práticas discursivas acerca do fenômeno desemprego e da interface com as condições de produção desse fenômeno. **No capítulo 7**, discutiu-se o processo de produção de sentidos sobre o desemprego industrial na RMBH. Esse processo ocorre pela identificação e discussão dos repertórios discursivos e pode ser visualizado pelos mapas de repertórios. **No capítulo 8**, refletiu-se acerca da possibilidade e das contribuições de uma perspectiva construcionista para o estudo do fenômeno do desemprego. Finalmente, são apresentadas as **considerações finais** acerca do estudo.

Pressupõe-se que este estudo possa contribuir para um avanço no debate teórico-metodológico acerca dos estudos sobre a realidade do trabalho/desemprego. No campo da Administração, acredita-se que resultados provenientes de estudos dessa natureza possam ampliar as discussões acerca da implementação e administração de políticas e programas para a geração de emprego e renda. A pesquisa também pode auxiliar na condução de práticas

administrativas, principalmente, de gestão de pessoas, como, por exemplo, programas de recolocação de pessoas demitidas no mercado de trabalho. Dessa forma, os fenômenos sociais/organizacionais, mais especificamente o fenômeno do desemprego, podem ser estudados como fenômenos que influenciam e são influenciados pela percepção dos sujeitos sociais, ressaltando que, nessa perspectiva, não é a realidade em si que é socialmente construída, mas o conhecimento acerca dessa realidade.

## 1. DESEMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O fenômeno do trabalho pode ser compreendido como uma construção, por meio da análise de transformações nos planos: social, político, econômico e cultural. Pode-se considerar que a realidade contemporânea, na esfera do trabalho, seja influenciada por essas transformações, ao mesmo tempo em que modifica a maneira de analisar a trajetória da condição de trabalho, de não-trabalho e das relações sociais implícitas nessas categorias. Na seção 1.1, apresentou-se um resgate analítico desse fenômeno.

Para tanto, seguiu-se a linha sócio-histórica adotada por Castel (1998), por meio da qual reflete-se acerca de qual seria o núcleo da questão social<sup>10</sup>, com base em material cronológico-esquemático, pertinente às sociedades ocidentais européias. Sua reflexão apresenta alguns problemas advindos da esfera do trabalho. Para o autor, essas questões nunca foram tão pertinentes para a análise do conjunto da sociedade contemporânea.

Ao referenciar o trabalho de Castel (1998), em se tratando de uma análise que focaliza a realidade do ocidente europeu, dialoga-se com outros estudos, os quais permitem a interface com a realidade da sociedade brasileira, considerando as assimetrias e diferenças no plano histórico-cultural. Para tanto, são apresentadas as críticas de Martins (1994) e Sorj (2000) sobre o que os autores chamam de explicações monocausais ou pluralistas<sup>11</sup> acerca da sociedade brasileira.

---

<sup>10</sup> Castel (1998) retoma o termo “questão social”. A questão social não é considerada como realidade empírica, mas, emerge quando passa a ser considerada como um fenômeno social. Ou seja, quando a condição de não-trabalho (fenômeno empírico), por exemplo, passa a ser encarada como um problema da sociedade (fenômeno social).

<sup>11</sup> Essas explicações são baseadas nos modelos clássicos de análise da sociedade, principalmente, os desenvolvidos por Émile Durkheim e Karl Marx. Esses modelos expressam, hora, explicações positivistas para a dinâmica da sociedade, como a crença em uma realidade racional e coerente, que funciona por uma lógica única; hora, uma

Para esses autores, na análise do Brasil contemporâneo, deve-se considerar a realidade como um resultado da convivência complementar e conflituosa de vários elementos herdados da história brasileira, com outros, contemporâneos, que se justificam nos sistemas sociais do ocidente europeu. Trata-se de reconhecer a sociedade brasileira, como outras de origem colonial, como sociedade que comporta, no contemporâneo, a presença ativa de estruturas fundamentais do passado: a história daquilo que permanece. Ou seja, deve-se considerar o dualismo do tradicional e do moderno (Martins, 1994; Sorj, 2000).

Sendo assim, o fenômeno do desemprego aparece como uma realidade, cuja compreensão depende de uma construção sócio-histórica. Na contemporaneidade, tem-se mencionado a desconstrução (Gautié, 1998) desse fenômeno, decorrente de um processo de reestruturação nas relações de trabalho, de maneira que o trabalho não estaria mais no centro da questão social (Meda, 1996; Offe, 1989, 1999).

Sem o propósito específico de refutar essa afirmativa, mas, retomando os argumentos de Castel (1998), na **seção 1.2**, apresentam-se as *metamorfoses* da questão do emprego e desemprego, enfatizando o processo de reestruturação produtiva e o período da acumulação flexível como elementos de transformações na esfera do trabalho, o qual re-organiza o não-trabalho como questão social. Ainda nessa seção, no **tópico 1.2.1**, apresentou-se o contexto brasileiro das transformações nas relações de trabalho, focalizando o setor industrial.

Diante do resgate sócio-histórico e da centralização do desemprego no período da acumulação flexível, inerentes à realidade brasileira, acredita-se que a compreensão do fenômeno de desemprego pode ser admitida como construção social imersa em um universo de valores complexos acerca da condição de trabalho e não-trabalho na sociedade contemporânea. Dessa forma, acredita-se

---

explicação macro-social crítica, baseada em processos políticos e históricos, caracterizados, principalmente, pela forma de inserção dos indivíduos nos modos de

que possam emergir novas formas de compreensão acerca do emprego e desemprego na sociedade brasileira, as quais podem ser caracterizadas como elementos importantes para o estudo desse fenômeno, considerando as alterações ocorridas no período de acumulação flexível. Essa discussão aparece na seção 1.3.

### 1.1 *Metamorfoses das condições de trabalho e não-trabalho*

O trabalho ou a condição de trabalho, segundo Arendt (1983), deve ser diferenciado do Labor e da Ação. O Labor relaciona-se às atividades vitais para manter a condição humana, como lavrar a terra, por exemplo; a Ação (*práxis*) refere-se à mediação direta entre os homens, à maneira por meio da qual se manifestam e se reconhecem como pluralidade. Trata-se, na prática do discurso<sup>12</sup>, do exercício da política, por exemplo. Para a autora, ambos: o Labor e a Ação, não são condições impostas aos homens. O trabalho (*poiesis*), por sua vez, reporta-se a uma atividade artificial, ligada ao utilitarismo e à produção, o trabalho do escultor, ou do artesão, por exemplo. Essa classificação está vinculada às formas de pensamento difundidas na antiguidade (Grécia e Roma), quando os antigos distinguiam o trabalho na terra, a fabricação do artesão e a atividade livre do cidadão (Albornoz, 2002).

A condição de trabalho moderna pode ser legitimada e compreendida em diferentes sociedades de diferentes maneiras. Segundo Albornoz (2002), nas sociedades ocidentais capitalistas, essa condição remete à idéia de que o homem se eleva e se reconhece no trabalho de transformação do mundo material.

---

produção (Alencar, 1999).

<sup>12</sup> É tratado como prática, ação social, ato de linguagem. A produção de discurso é diferente da *fala*. A *fala* é a exteriorização psico-físico-fisiológica do discurso.

Nesta seção, discutiu-se o trabalho, propriamente dito, na sociedade ocidental capitalista. No esquema analítico, apresentam-se três trajetórias possíveis de problematizações com relação à condição de trabalho e não-trabalho (Castel, 1998): i) do século XIV até meados do século XVIII, chamada de **sociedade pré-industrial**; ii) do fim do século XVIII ao fim do século XIX, chamada de **sociedade industrial**; e, iii) as transformações que dominam o século XX, as quais, a partir da metade do século, caracterizam a passagem de uma **sociedade salarial** (Castel, 1998), que Harvey (1996) chama de **período da acumulação flexível**.

Na sociedade pré-industrial, no ocidente cristão, o trabalho caracteriza-se como elemento central do pertencimento ao social. Trata-se de uma concepção de trabalho que está vinculada a uma tradição judaico-cristã, a partir da qual o trabalho é uma atividade de punição pelos pecados, não era uma atividade digna por si mesma, porém, deveria ser executada pela sobrevivência (Albornoz, 2002). Essa concepção de trabalho domina o período, sob condições de absolutismo, denominado por Castel (1998) como período de proteção próxima. A proximidade é, antes de tudo, a proximidade geográfica, regulamentada, no âmbito da comunidade, por laços sociais primários (parentesco); e, no âmbito político, pela organização em torno dos senhores feudais e da Igreja.

Esse sistema configura a importância do trabalho como inscrição no espaço, configurando a inclusão no social-geográfico (Gautié, 1998). O trabalho é considerado meio para manter a sobrevivência. A condição de trabalho pode ser caracterizada como a participação em um corpo de tarefas, que marca o pertencimento ao social e ao assistencial. O trabalhador não é assalariado, pois não vende sua força de trabalho livremente, mas faz parte de uma hierarquia social. O **trabalho regulado e forçado** marca a condição de trabalho nesse período.

A condição de não-trabalho, quando ocupada por pessoas incapazes<sup>13</sup> de trabalhar, gera a figura do pobre. Esse pobre (incapaz de trabalhar) não é excluído do sistema, pois essa condição é exaltada pelo cristianismo como condição merecedora de assistência. Como assistência a essa condição de não-trabalho, desenvolve-se um sistema de *tutela*, definido por Castel (1998) como a “família providência”. O critério que delimita o campo assistencial para os incapazes é a proximidade, o vínculo geográfico estável. Por outro lado, os indivíduos tidos como dissocializados (estrangeiros e mendigos não domiciliados), nomeados por Castel (1998) como desfiliaados, mesmo sendo capazes para o trabalho, são excluídos dos mecanismos de assistência. Portanto, a condição de não-trabalho pela falta de trabalho e não pela inaptidão (mendigo válido) é tida como não-pertencimento social, excluída de qualquer tipo de assistência.

Essa condição é agravada pelas desordens causadas na sociedade pré-industrial<sup>14</sup>, provocando os avanços da mendicância. Castel (1998) caracteriza os indivíduos que não possuem trabalho nesse período como “inúteis para o mundo”. Quando esse quadro centraliza a condição de não-trabalho, materializando-a nas políticas preconizadas a respeito dos pobres (inúteis para o mundo): “*se pode falar da emergência de uma questão social na sociedade pré-industrial*” (Gautié, 1998, p. 70). Essas políticas variam, do século XIV ao século XVII, em termos de: a) alternância entre assistência e repressão; b) produtivismo; e, c) mudança da visão de pobreza, evoluindo da exaltação para

---

<sup>13</sup> A incapacidade, nesse período, é representada pela inaptidão física e mental para o trabalho (Castel, 1998).

<sup>14</sup> O autor cita a peste negra, fenômeno que causa uma falta de trabalho paradoxal, pois, enquanto a função demográfica abre possibilidades de emprego, ocorre um aumento da existência de pessoas que não obedecem aos modos dominantes da organização do trabalho.

uma concepção moral que a condena<sup>15</sup>. As políticas produtivistas do século XVII sinalizam para essa mudança na concepção de pobreza e trabalho.

Essas políticas também sofrem influência do campo religioso, como o advento da Reforma Protestante, reformulando o conceito de trabalho no cristianismo (Albornoz, 2002). Sob essa ótica, a qual Castel (1998) nomeia de produtivismo, a condição de trabalho passa a ser considerada como chave da vida, como um dever e fonte de riqueza<sup>16</sup>: *“o trabalho é o caminho religioso para a salvação (...) é pelo trabalho árduo que alguém pode chegar ao êxito, e assim a realizar a vontade de Deus”* (Albornoz, 2002, p. 53). Dessa forma, a condição de trabalho é “liberada” de determinados valores morais e religiosos<sup>17</sup>.

Meda (1996) ressalta a invenção da categoria trabalho, no período industrial, como uma condição de liberdade criativa, por meio de uma produção organizada. Recorre-se ao contrato de trabalho, com a intenção de libertar a venda da força de trabalho e fazer valer o direito dos “inúteis para o mundo” sobre a sociedade. Esse direito não é intermediado pelo Estado, pois deve permitir o livre acesso ao mercado: *“sua intervenção deve ser indireta, ele deve ser o móvel do trabalho, mas, deve, por assim dizer, evitar mostrar-se como tal”* (Castel, 1998, p. 247).

Na modernidade liberal, a condição de trabalho é responsabilidade daquele que a administra, ou seja, o homem que só tem sua força de trabalho para negociar deve fazê-lo, da melhor maneira possível, por meio do contrato. Por isso, entende-se que o direito dos “inúteis para o mundo” está justamente na liberdade de poder negociar sua própria força de trabalho.

---

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, o estudo Weber (2004).

<sup>16</sup> No mercantilismo ou em outras formas anteriores de regulação do trabalho, o valor do trabalho é subordinado aos imperativos morais ou religiosos. A partir do século XVIII passa-se a defender a liberdade de troca de mercado. Dissemina-se a idéia do trabalho como fundamento da riqueza e, para que ele possa se desenvolver plenamente, o mesmo deve ser submetido às leis do mercado.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Arendt (1983) e Weber (2004).

O liberalismo comporta o registro da troca contratual e a proteção a ser exercida em relação aos que não podem entrar na lógica da reciprocidade contratual. A condição de trabalho pode ser compreendida como **condição proletária**. Essa condição, por si só, alinha-se a uma situação de quase exclusão do corpo social. Dessa forma, a exclusão não é compreendida apenas como não-trabalho. O trabalho sem proteção estimula a exploração daqueles que trabalham e o aumento de não-trabalhadores.

Para Gautié (1998), modifica-se a concepção de pobreza, o vínculo geográfico se desfaz, os “inúteis para o mundo” perambulam em busca de alguém que queira lhes comprar a força de trabalho. Castel (1998) sublinha que, ao longo do século XIX, esse quadro gera um antagonismo destruidor, agravando o pauperismo e invocando novas funções para o Estado. As condições de trabalho e não-trabalho passam a ser compreendidas com relação à questão social do pauperismo: “*ao lado do trabalhador desprovido de trabalho, está o trabalhador miserável*” (Gautié, 1998, p. 73).

Como crítica ao liberalismo, aparece, em um primeiro momento, a proteção patronal, na qual o patrão se faz organizador da seguridade do operário (paternalismo), tornando-se um importante fator de fixação dos trabalhadores. Esse fato desenrola-se, principalmente, como resposta às lutas dos trabalhadores desprovidos contra a falta de trabalho; a organização dos trabalhadores e as “lutas sindicais” emergem. Posteriormente, aparece o que Castel (1998) chama de “Estado Social”. O Estado passa a ser o órgão do fundamento social. Castel (1998, p. 381) afirma que: “*ao longo do século XIX, não produziu-se senão discursos*” para explicar que, no âmbito do Estado Social e das políticas voltadas para o trabalho, não ocorrem evoluções significativas, senão, no início do século XX.

Nesse período, por meio da tecnologia de seguros e da ressignificação do papel do Estado como gerente dos interesses coletivos, colocando a propriedade

social como o centro dos serviços públicos. Nesse período, Castel (1998) identifica a emergência do “proletariado moderno”, condição que se desenvolve no âmbito da organização capitalista do trabalho.

Faria (2004, p. 44) define organização capitalista de trabalho como: “*a forma como o capital estrutura o processo de trabalho, através de sua divisão técnica e social*”<sup>18</sup>, *do estabelecimento de uma hierarquia gerencial e de um sistema disciplinar específico*”. Ele ainda afirma que dessa divisão do trabalho decorrem “*as necessidades objetivas do capital em perpetuar seu sistema de controle sobre o processo de trabalho*” (Faria, 2004, p. 41).

A reflexão de Marx (1983)<sup>19</sup> quanto à sua idéia a respeito do trabalho livre como uma condição utópica no sistema capitalista industrial pode ser resgatada. O trabalho livre no sistema industrial seria utópico, pois a liberdade estaria nas mãos daqueles que possuem os meios de produção e podem contratar livremente. Os trabalhadores, diante de suas necessidades, não estariam em condição de liberdade, mas de exploração, pela criação da mais-valia (aumento da jornada de trabalho e da produtividade do trabalho); e, da subsunção, pela característica própria do sistema capitalista de subordinação do trabalho ao capital<sup>20</sup>.

Faria (2004, p. 49) ressalta um tipo de subsunção que chama de subsunção real subjetiva, caracterizada como: “*relação político-ideológica e psicossocial entre o capital e o trabalho, de forma que aquele se apropria, através de mecanismos sutis, da consciência do trabalhador pelo seqüestro de*

---

<sup>18</sup> A divisão técnica refere-se ao parcelamento das operações e do trabalho (manual e mental). A divisão social ocorre quando o trabalho humano se converte em trabalho social e pode expressar modos de segmentação da sociedade (Faria, 2004).

<sup>19</sup> Marx (1983) reflete acerca da organização capitalista industrial do trabalho; das relações de trabalho provenientes dessa organização; e, desenvolve sua teoria a respeito da exploração capitalista sobre o trabalhador.

<sup>20</sup> Não se pretende retomar as idéias de Marx como um referencial analítico. As idéias do autor são referenciadas para ilustrar uma “visão” acerca do trabalho na sociedade ocidental capitalista.

*sua subjetividade*<sup>21</sup>". O autor afirma que quanto mais o trabalhador é envolvido na lógica do capital, maior é a sua alienação. O estado de alienação pode ser definido pela incapacidade dos homens de perceberem como sociais os frutos de seu trabalho; o trabalho produtivo acaba por se tornar uma obrigação para o proletário. Na concepção de Marx (1983), apenas os proletários conscientes poderiam libertar-se. Isso aconteceria por meio da consciência de classe<sup>22</sup>.

Castel (1998) ressalta que é sob a condição de trabalho do século XIX que se amplia a consciência de classe decorrente da crescente pauperização dos trabalhadores (participação na subordinação). O pauperismo dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que evidencia a exploração, também pode ser compreendido como o antagonismo de classes, uma contradição que ameaça o sistema capitalista, visto que, para sobreviver, o sistema conta com o consumo da massa de trabalhadores. A discussão de Marx (1983) ajuda na compreensão da condição de trabalho e não-trabalho, estabelecida na sociedade industrial capitalista, principalmente quanto às políticas sociais voltadas para o trabalho, sobre as quais pode-se dizer que a ênfase é a superação da contradição apontada por Marx (1983), ou seja, incluir os trabalhadores em um consumo necessário para a manutenção do sistema capitalista.

A condição de trabalho ao longo desse século, relacionada à organização dos trabalhadores para a conquista de seus interesses, é caracterizada por Castel (1998) como **condição operária**. Nessa condição, o trabalho permite uma

---

<sup>21</sup> Condição consciente ou inconsciente que remete ao sujeito e que permite que ele estabeleça julgamentos de valor. A constituição da subjetividade pode ser entendida como um processo biológico (independente das relações sociais) ou como um processo dependente das relações sociais. Nesse caso, entende-se que o autor fala da subjetividade como um estado psíquico, interior ao trabalhador.

<sup>22</sup> A distinção conceitual de Marx (1983) define as classes enquanto grupos de pessoas que compartilham objetivos comuns e uma situação similar no que se refere à propriedade dos meios de produção (classe em si). Um outro conceito refere-se à classe para si, determinada por grupos que se organizam politicamente e conscientemente em defesa seus interesses (Marx, 1983).

ampliação subordinada na vida social por meio do consumo e da conquista de alguns direitos, como férias remuneradas e proteção contra acidentes de trabalho. A condição de trabalho humaniza (mesmo que subordinadamente), ao mesmo tempo em que aliena, pois somente dessa forma mantém o sistema capitalista por meio da exploração: *“é uma relação social de subordinação e de privação da posse que se instala pela mediação da relação técnica de trabalho”* (Castel, 1998, p. 441). O trabalho operário, portanto, representa a integração na subordinação, e o não-trabalho, por sua vez, é a exclusão de alguns direitos conquistados, não importando a base geográfica ou a hierarquia.

A divisão avançada do trabalho e a complexidade da diferenciação social engendram transformações, a partir das quais se nota que não existem somente proprietários e não-proprietários dos meios de produção. A condição de trabalho consolida-se pela relação do trabalhador com a grande empresa, a qual se torna o lugar central da relação de trabalho moderna.

Para o fortalecimento dessa relação, pode-se citar a evolução nas condições de trabalho, conforme descreve Castel (1998): a) a separação entre os que trabalham e os inativos, que devem ser excluídos do mercado de trabalho ou integrados sob formas regulamentadas; b) a fixação do trabalhador em seu posto e a racionalização dos processos produtivos, o que acarreta uma tendência à homogeneização das condições de trabalho; c) O acesso às novas normas de consumo operário, por meio do qual o próprio operário se torna usuário da produção em massa (consumo em massa); d) o acesso à propriedade social e aos serviços públicos (participação na subordinação).

A essas condições Gauthier (1998) acrescenta:

e) a mudança na relação contratual (mediada pelo direito civil) para uma relação jurídica entre o trabalhador e a empresa (mediada pelo direito do trabalho). Nesse contexto, as relações de trabalho ocorrem por contratos e interações entre as estratégias gerenciais e as atividades (objetivas e subjetivas)

dos trabalhadores (Faria, 2004). Essa mudança: “*inscreve a relação de trabalho no tempo e faz dele um vínculo de subordinação entre um indivíduo e uma entidade coletiva: a empresa*” (Gautié, 1998, p. 75). Pagés et al. (1987) afirmam que, nesse contexto, a organização funciona como um sistema de mediações e que jamais pode ser entendida apenas como um conjunto de objetivos e pessoal. Para os autores: “*a organização media sem cessar as contradições de grupos sociais internos e externos que a tocam*” (Pagés et al., 1987, p. 33).

O desenvolvimento desses processos de mediação culmina, segundo os autores, com o aparecimento da *organização hipermoderna*. Uma das principais características desses sistemas é a dominação psicológica sobre os trabalhadores, sob a qual o indivíduo assume a organização, sua ideologia<sup>23</sup> e suas regras: “*ele vive a organização como uma droga da qual não pode se separar*” (Pagés et al., 1987, p. 36).

Além disso, passa-se de um tipo paternal para um sistema maternal, a organização associa-se a uma imagem inconsciente feminina, trata-se de um sistema sócio-mental dominado pela organização e pela sua associação com a figura da mãe. Por um lado, a organização propõe aos sujeitos uma imagem de força e poder. Por outro, oferece satisfações e proteção (salário, trabalho, carreira, contatos, etc). Os autores hipotetizam que o trabalhador vive um conflito permanente entre seus desejos e limites, articulando as contradições psicológicas com as sociais:

*“A organização, na sua realidade econômica e política, propõe aos indivíduos uma imagem de força e de poder: o porte da organização, seu caráter mundial, sua eficácia, seus objetivos de conquista (lucro e expansão) constituem uma imagem agressiva de onipotência, que favorece a projeção de sonhos individuais de onipotência, ao mesmo*

---

<sup>23</sup> Nesta pesquisa, o conceito de ideologia remete à noção de memória. Ou seja, ela passa a ser vista como um efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história (Orlandi, 2003).

*tempo que mantém a angústia que os alimenta.”* (Pagés et al., 1987, p. 163).

f) a centralidade do não-trabalho no plano da intervenção pública. A partir dessa evolução, emerge o Estado Providência ou Estado do Bem-Estar Social<sup>24</sup>. Essa política tornou-se quadro de referência da maioria dos países ocidentais capitalistas, de industrialização desenvolvida, após a Segunda Guerra Mundial.

A condição de trabalho caracterizada como operária passa à **condição assalariada**. Essa condição, por um lado, remete ao trabalho no molde fordista<sup>25</sup>, possibilitando renda e tempo para que os trabalhadores consumam o que produzem. Além disso, o estabelecimento de estratégias administrativas, econômicas e políticas para a manutenção desse sistema converge para uma rede de proteção ao trabalhador. Busca-se fornecer complementos salariais e sociais-assistenciais, por meio dos quais vincula-se o trabalhador ao seu local de trabalho: *“o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas”* (Harvey, 1996, p. 192).

Nesse sistema, no contrato de trabalho formal e rígido, estipula-se que o trabalhador apareça no local de trabalho, obedeça a ordens regulares e superiores e receba compensação monetária. Trata-se de uma rede de seguros garantida ao trabalhador. Esse tipo de relação tornou-se central para o desenvolvimento capitalista do início do século XX e no período de expansão do pós-guerra. O

---

<sup>24</sup> Trata-se de um modo de gestão política que associa a sociedade privada, a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais: o mercado e o Estado.

<sup>25</sup> Esse modelo iniciou-se com a introdução do sistema de *oito horas e cinco dólares* nas linhas de produção da fábrica de Henry Ford, no início do século XX. O sistema fordista de trabalho (o emprego fordista), aliado às técnicas de Administração Científica, configura um modelo explícito de produção de massa e, conseqüentemente, de consumo em massa (Harvey, 1996).

núcleo concentra-se na relação salarial e no emprego formal. Todos os outros aspectos da sociedade concentram-se nessa relação (Enriquez, 1999; Sennett, 2003).

Por outro lado, Castel (1998) admite que a sociedade salarial também pode ser compreendida como uma sociedade dos funcionários. O autor explica que essa condição é de tal maneira generalizada na sociedade ocidental que, certo modo, imprime uma tendência de que os trabalhadores assalariados percam a força de luta por seus direitos. O que ocorre é uma dissolução da alternativa revolucionária e a redistribuição da conflitualidade social, conforme um modelo diferente da sociedade de classes.

A proliferação de atividades de serviços em geral impulsiona o aumento de um assalariado não-operário, pois não transforma diretamente a natureza por meio de seu trabalho. A redistribuição social do trabalho, na sociedade salarial, fica caracterizada por Castel (1998) como composta por um núcleo social dominante; um bloco das profissões independentes; um bloco popular (operários); e pelo bloco periférico ou residual (ocupações instáveis, sazonais, intermitentes).

Portanto, o não-trabalho existe como uma condição temporária e instável, mas que pode ser “eternamente temporária”. Ou seja, os trabalhadores periféricos ficam acampados nas fronteiras da sociedade. Pode-se dizer então que, na sociedade salarial, sob as condições de trabalho e não-trabalho apresentadas, emerge e cristaliza-se a categoria **emprego**: “*emprego é a inscrição social e jurídica da participação dos indivíduos na produção das riquezas*” (Gautié, 1998, p. 75). Emerge o **desemprego**, uma nova categoria de compreensão diante dos campos econômico e social:

*“está tão difundida a maneira moderna de trabalho e serviço de uma organização ou um patrão, como assalariado, que ninguém estremece ao ver integralmente identificados os termos emprego e trabalho (...)*

*muitas vezes fazemos a nossa preparação profissional não exatamente para atingir o domínio de um saber ou de uma técnica (...) o que se pretende é depois do curso conseguir um emprego melhor, ou pelo menos o melhor emprego de nosso tempo” (Albornoz, 2002, p.79).*

Pelo resgate acerca das condições de trabalho e não-trabalho na sociedade ocidental européia, percebeu-se a evolução na condição de trabalho (trabalho forçado, proletário, operário) para a condição de emprego (assalariado); e, suas negativas: o não-trabalho e o desemprego. Com base nessas categorias, pode-se traçar um quadro de análise para o contexto brasileiro, salvaguardando as particularidades histórico-sociais da construção da categoria trabalho na dinâmica dessa sociedade.

Considerando a condição de trabalho proletária, materializada por meio do contrato liberal, Negro & Gomes (2006) afirmam que, no Brasil, nessa condição, mesmo com a liberdade jurídica, os trabalhadores ainda confrontam-se com o comando dos “senhores” (geralmente, donos de terras, engenhos, etc.), num quadro de relações sociais herdeiras do patrimonialismo colonial<sup>26</sup>.

Na sociedade brasileira, a dominação patrimonial é reforçada pelo revestimento moderno do liberalismo. Arelado a esse sistema está uma funcionalidade burocrático-racional que lhe confere legitimidade (Martins, 1994, p. 30): “*o patrimonialismo deriva de uma concepção patriarcal de autoridade e de uma certa sacralidade no exercício da função pública*”. Dessa forma, os impuros (negros e pobres) estão sujeitos a uma gradação de exclusão que vai da: “*condição de senhor de patrimônio à condição de patrimônio de senhor*” (Martins, 1994, p. 22).

---

<sup>26</sup> As origens do patrimonialismo no Brasil estão ligadas à colonização portuguesa, que implantou um Estado como estrutura independente e sobreposta à sociedade, estrutura cuja função era extrair renda da colônia. Dessa forma, a apropriação privada dos recursos do Estado por aqueles que acreditavam possuir esse poder, caracteriza o patrimonialismo colonial (Martins, 1994).

Portanto, mesmo com a possibilidade de vender a força de trabalho, não se pode dizer que a condição de trabalho na sociedade brasileira inaugura-se como proletária, senão como condição de “escravo liberto”. Ou seja, aquele trabalhador que, libertado (no sentido literal da escravidão ou no sentido do contrato), não encontra meios de vender sua força de trabalho e permanece atrelado ao seu senhor ou a um patrimonialismo paternalista. A mesma análise pode ser feita para a condição de trabalhador operário. Negro & Gomes (2006) refletem sobre a complexidade das relações de trabalho, no período da escravidão, como um legado de experiência para a formação da classe operária brasileira.

Os autores ressaltam a importância de compreender as relações imbricadas e não apenas separar o “mundo da escravidão” do “mundo capitalista”. Além disso, devem-se compreender as particularidades da inserção do movimento capitalista tal como se desenvolveu na América Latina e no Brasil. As relações privadas de propriedade e de troca formam o elemento constitutivo central do tecido social brasileiro. No entanto, trata-se de um processo que se consolida tardiamente (no final do século XIX); estabelece-se por meio de introdução de tecnologias e processos de baixa absorção de mão-de-obra<sup>27</sup>; e, convive com formas tradicionais de produção, como atividades agrícolas e artesanais (Kowarick, 1985). Não obstante, a idéia fundamental não deve ser a de uma modernidade que avança, encontrando como obstáculo uma sociedade tradicional, com uma formação de classe trabalhadora inconclusa, mas de um sistema que cria uma única lógica estrutural, de tipo capitalista,

---

<sup>27</sup> Nesse momento, o setor expoente da economia passa a ser a indústria. No entanto, quando esse processo de acumulação se introduz na América Latina já é baseado na modalidade monopolística das organizações e com nível tecnológico relativamente elevado, diferente do desenvolvimento industrial nos países europeus do séc XIX. Por isso, Kowarick (1985) afirma que esse sistema pode ser superexcludente pela fraca absorção de trabalhadores, na relação de trabalho de cunho moderno.

característica da sociedade brasileira (Kowarick, 1985; Negro & Gomes, 2006; Sorj, 2000)

Portanto, o operariado brasileiro possui a herança do “escravo liberto” e, pode-se dizer, está mais atrelado à proteção patronal e às origens rurais. O operariado brasileiro, ao se organizar, também remete à tradição patrimonialista e, com o fortalecimento do corporativismo no âmbito industrial, converge, por vezes, às formas de clientelismo (Sorj, 2000, p. 27):

*“O próprio Partido dos Trabalhadores (PT), que é o fenômeno mais importante de renovação do campo político brasileiro, esteve amplamente associado à defesa acrítica dos interesses corporativos nacionalistas, desorientado face aos desafios da globalização, da reforma do Estado e à transformação do sistema produtivo e tecnológico”.*

A condição de empregado na América Latina, especialmente no contexto brasileiro, pode ser considerada como capitalista atípica, pois pressupõe tipos diferenciados de exploração, como a exploração paternalista, do “escravo liberto” (Kowarick, 1985; Negro & Gomes, 2006). Pode-se falar em marginalidade, subemprego e mercado informal<sup>28</sup>, como questões decorrentes de formas peculiares de inserção no sistema produtivo capitalista (Kowarick, 1985). Sorj (2000), considerando a condição de empregado, define três amplas categorias de empregados no Brasil: a) funcionários do setor público; b) assalariados empregados no setor formal do mercado de trabalho privado; e, c) os trabalhadores não inscritos na proteção social.

---

<sup>28</sup> O mercado não formal ou informal caracteriza-se, não pela presença de um único empregador, mas por uma multiplicidade de patrões, geralmente consumidores de serviços pessoais, produzidos por atividades exercidas sem o reconhecimento jurídico. Não se trata dos trabalhadores por conta própria, cuja qualificação redundante em continuidade de trabalho, em altos rendimentos, e para quem o ingresso no mercado formal é extremamente facilitado (Kowarick, 1985).

O modelo fordista gera insatisfação, principalmente por parte de países considerados periféricos (de industrialização não desenvolvida ou em desenvolvimento), os quais acabam por “importar” esse modelo dos países avançados, promovendo a destruição de culturas locais, opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de manutenção de um padrão de consumo imposto (Harvey, 1996).

O fordismo começa a dissolver-se, principalmente a partir de 1970, quando se desenvolve um processo de modernização das políticas públicas em consequência de crises nos campos econômico e social, nos países capitalistas avançados. As transformações ocorridas nesse período vêm sendo chamadas de processo de reestruturação produtiva, configurando em um período denominado de período de acumulação flexível (Harvey, 1996). Castel (1998) sublinha: *“quais quer que possam ser as causas, o abalo que afeta a sociedade no início dos anos 70 manifesta-se de fato, em primeiro lugar, através da transformação da problemática do emprego”*.

Castel (1998) reforça que a questão social na contemporaneidade é a questão do emprego, ilustrada pela sua negativa: o desemprego e suas implicações, como, por exemplo, a precarização e a exclusão. Existem posicionamentos que divergem dessa tese, os quais contestam a centralidade (na contemporaneidade) dos atributos vinculados ao trabalho para caracterizar aquilo que situa e classifica o indivíduo na sociedade, em detrimento de outros suportes de referência, como o pertencimento familiar ou a inscrição numa comunidade concreta.

Por meio desse constructo, alinhou-se à abordagem de Castel (1998), por um lado; por outro, argumentou-se que não se pode mais considerar a sociedade contemporânea, incluindo o Brasil, como salarial fordista. Por isso, agregou-se o argumento de Harvey (1996) acerca de um período de acumulação flexível que, no Brasil, combina técnicas fordistas com novos modelos de produção. Intenta-

se sinalizar que, embora a questão central gire em torno do trabalho, não se trata apenas da condição de não-emprego, mas de uma condição que vem sendo reconstruída, diante das novas configurações no mundo do trabalho.

## **1.2 Período de acumulação flexível e desemprego como questão social**

As teses de descentralização do trabalho como questão social remetem ao questionamento do lugar dessa condição na sociedade contemporânea como fundamento da cidadania<sup>29</sup> e da inclusão social. Os argumentos baseiam-se, principalmente, na afirmação da desconstrução do emprego no padrão fordista e da possibilidade de uma nova forma de acumulação, alternativa ao sistema capitalista típico, a qual, por sua vez, engendraria novas configurações e possibilidades de inclusão social que não apenas o trabalho (Meda, 1996; Offe, 1989, 1999).

No plano mundial, a partir de 1970, o modelo fordista de produção entra em um processo de transição, mas que, segundo Harvey (1996), ainda não é bem entendido. O autor chama o resultado desse processo de transição de **período de acumulação flexível**.

*“a acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”* (Harvey, 1996, p. 140).

---

<sup>29</sup> Entende-se cidadania a partir do conceito de democracia de Touraine (1996). Esse autor acredita que por meio do exercício da democracia, tem-se as condições para o exercício da cidadania. Pela cidadania, o indivíduo encontra as condições para controlar seu meio ambiente e ampliar seu espaço de liberdade e responsabilidade.

Salerno (1993, p. 142) sublinha que o conceito de flexibilização pode ser definido como:

*“a habilidade de um sistema produtivo assumir ou transitar entre diversos Estados sem deterioração significativa, presente ou futura, de custos, qualidade e tempo, sendo uma variável não homogênea, definível a partir de aspectos intra e extra fábrica”.*

Além disso, o autor fala em flexibilidade institucional e de consumo da força de trabalho. Alguns autores relacionam a flexibilidade na relação com a mão-de-obra como um processo que intensifica o trabalho por meio de um tipo de controle específico, mais subjetivo, considerando o próprio auto-controle por parte do trabalhador (Amoore, 2004; Askenazy, 2004; Erickson & Jacoby, 2003; Frank, 2001).

Um dos principais fatores que pode ser citado como elemento de intensificação do processo de acumulação flexível, além das ondas de greve, provenientes dos problemas trabalhistas, é a crise inflacionária, intensificada pelo aumento dos preços do petróleo, alterando o custo dos insumos de energia e levando os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia por meio da mudança tecnológica e organizacional (Gutierrez, 2001; Robert, 2001). As mudanças tecnológicas no âmbito organizacional transformam padrões gerenciais e de produção. Hirata (1993) discute as diversas formas de reorganização da produção e do trabalho na organização industrial considerando o “modelo japonês”, expressão que descreve um modelo de produção e trabalho alternativo ao modelo fordista.

Entre as características desse modelo, pode-se particularizar a rotação de tarefas, a divisão menos acentuada do trabalho, a integração de funções, o maior

impulso para a qualificação<sup>30</sup> da mão-de-obra direta e o privilégio para a qualidade. Na produção, dissemina-se a implantação de um conjunto de técnicas e métodos de organização do trabalho, tais como: *Jus- in-Time*, os Círculos de Controle de Qualidade e as Células de Produção<sup>31</sup> (Hirata, 1997).

Além dessas tecnologias, comumente implementadas para o aumento da qualidade e produtividade do trabalho, o acirramento da competição internacional, pela abertura econômica, faz com que a redução de custos atinja diretamente o trabalhador, principalmente pela terceirização<sup>32</sup> das atividades na “grande empresa fordista<sup>33</sup>” (Greaves & Booth, 2006; McKay, 2004; Taplin & Winterton, 2004). Esse processo substitui o trabalho formal por vários tipos de relações informais. Observa-se que a empresa (industrial) fordista clássica descentraliza-se, criando uma rede de pequenas e médias empresas filiadas, subcontratadas. Essas empresas, segundo Singer (1999), contratam um menor número de trabalhadores, em trabalhos cada vez mais precários.

---

<sup>30</sup> Entende-se a qualificação como requisitos mínimos para o desenvolvimento do trabalho, tais como: grau de escolaridade e experiência profissional. Além disso, refere-se a um conceito multidimensional: posto de trabalho, qualificação do emprego, etc.

<sup>31</sup> O sistema *Just-in-Time* significa produzir o necessário, na quantidade necessária e no tempo necessário para reduzir ociosidades (Faria, 2004). Os Círculos de Controle de Qualidade são grupos de trabalhadores que se reúnem para analisar problemas da qualidade de produtos e propor soluções e sugestões de melhoria para os produtos e processos (Faria, 2004). O sistema de células de produção consiste em reorganizar o *layout* da produção, de forma que uma determinada tarefa possa ser agrupada, iniciada e finalizada por um determinado “grupo” de trabalhadores (Pereira, 2003).

<sup>32</sup> Processo decorrente da filosofia da qualidade total. A terceirização ocorre quando uma operação interna da organização é transferida para outra empresa que consiga fazê-la com qualidade superior, no sentido de melhorar a qualidade e reduzir os custos (Juran, 1989).

<sup>33</sup> Refere-se à formação de oligopólios de grandes empresas, principalmente no setor industrial. Essa formação é ameaçada por um processo de desmembramento de atividades. Castells (1999) cita a formação das redes organizacionais como um processo de descentralização das grandes empresas tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas. Esse processo seria uma resposta natural à revolução tecnológica e ao acirramento da competitividade.

O Estado Providência ou Estado do Bem-Estar Social é invadido pelas políticas neoliberais, no final do século XX, retratando o novo papel do Estado na Sociedade, menos intervencionista e mais “aberto” ao funcionamento do mercado. No Brasil, esse processo é crítico, visto que o Estado Providência, propriamente dito, não foi inaugurado. Ou seja, a população passa a custear os serviços como Educação e Saúde, antes mesmo de contar com a proteção do Estado para esses serviços.

Diante dessas transformações, Offe (1989) aponta para uma sociedade de serviços pós-industrial e apresenta as seguintes teses: i) o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não devem ser mais tratados como princípio organizador das estruturas sociais; ii) a dinâmica do desenvolvimento social não é mais concebida como originada dos conflitos a respeito de quem controla o empreendimento industrial; e, iii) a otimização das relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos não é considerada como a forma de racionalidade que prenuncia um desenvolvimento social posterior:

*“o fato social do trabalho assalariado, ou a dependência em relação ao salário não constitui mais o foco da identidade coletiva e da divisão social e política (...) muitas atividades remuneradas pelo salário têm pouca coisa em comum além da palavra trabalho”* (Offe, 1989, p. 9).

Essa reflexão sinaliza uma crise da sociedade do trabalho, o qual não só é deslocado de seu *status* de fato da vida, central e auto-evidente, mas também é deslocado de seu papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores. Offe (1999) afirma que o trabalho na sociedade contemporânea não é um elemento fundamental das relações sociais, embora seja fundamental o estudo das implicações das mudanças no mundo do trabalho. Os elementos centrais seriam as formas de vida fora da esfera do trabalho: a vida cotidiana.

Corroborando com Offe (1989), Meda (1996) afirma que, a partir de 1970, o trabalho não é a única iniciativa coletiva viável. A autora questiona duas noções de trabalho: i) a idéia de que o trabalho é o principal veículo para a satisfação pessoal; ii) a idéia de que o trabalho é o único caminho para criar e manter os relacionamentos sociais. Deve-se questionar a natureza do relacionamento social, advindo do trabalho, e desenvolver novas atividades públicas e privadas, centradas nos relacionamentos amigáveis, familiares, emocionais e culturais.

Piore & Sabeel (1984) argumentam que, apesar do quadro de desemprego, o processo de reestruturação significa uma “segunda divisão industrial” em que as novas tecnologias abrem a possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas. Os autores sinalizam para a emergência de novas formas de organização cooperativa de trabalho e de organização de trabalhadores. Os “novos trabalhadores” estariam diante de novas tecnologias flexíveis, por meio das quais poderiam “criar” novas formas mais autônomas de trabalho. Os autores sublinham que a maioria das “pequenas fábricas”, que surgiram após um período de descentralização das grandes indústrias, foram fundadas por ex-trabalhadores dessas organizações. Dessa forma, a especialização flexível abre a possibilidade para a criatividade.

Harvey (1996, p. 160) admite um processo de flexibilização; entretanto, afirma que existe uma continuidade com relação à era fordista, por exemplo, quanto ao papel do Estado: *“Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo, no interesse da nação e é forçado ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um bom clima de negócios para atrair capital financeiro”*. Para o autor, trata-se de um período de acumulação flexível que recombina estratégias de

exploração (mais-valia) com novas possibilidades de trabalho, que não apenas o emprego no padrão fordista.

Castells (1999) afirma que as transformações no mundo do trabalho são os principais instrumentos que afetam a sociedade global. Para o autor, as transformações fundamentais introduzidas pelo processo de reestruturação são a individualização do trabalho e a fragmentação da sociedade. Esses fatores estariam expondo os trabalhadores à vulnerabilidade perante a empresa e à deterioração de suas condições de trabalho (Vu, 2003; Work... 2003).

No Brasil, o período de acumulação flexível e o processo de reestruturação produtiva podem ser compreendidos em um quadro contextual de dualidade, conforme afirma Harvey (1996), em que as “técnicas flexíveis” convivem com “técnicas fordistas”. Para compreender os elementos que fazem parte desse quadro contextual, centraliza-se na discussão desse período e de suas principais implicações na sociedade brasileira.

### **1.2.1 Relações de trabalho no contexto brasileiro**

A condição de assalariado/empregado na sociedade brasileira configura-se a partir da proliferação de uma forma mundial de organização do trabalho: o fordismo, em interface com uma participação maior do Estado na sociedade. Nesse quadro, ocorre a Consolidação Das Leis de Trabalho (CLT), sancionada em 1943 (Fleury & Fischer, 1987).

Nesse período também ocorre a expansão industrial no Brasil, a qual se estendeu de 1945 a 1980. Na década de 1970, quando o processo de reestruturação produtiva já se evidenciava nos países capitalistas avançados, a indústria brasileira ainda caracterizava-se pelo modelo fordista de produção. Como pano de fundo para o desenvolvimento industrial brasileiro, tem-se a

demanda, a partir de 1945, para a instalação de empresas produtoras de bens essenciais, como máquinas e equipamentos. Essa produção materializou-se por meio da instalação de multinacionais. Nessas organizações, o processo de produção e as formas de gestão da força de trabalho foram adaptados às condições brasileiras. Ou seja, no período em que o processo de flexibilização iniciava-se e dissemina-se mundialmente, a consolidação do parque industrial brasileiro baseava-se nos padrões fordistas de produção e no estilo gerencial paternalista, com a presença de supervisores de primeira linha, os chamados *feitores* (Fleury & Fleury 1997). Além disso, no campo político, verifica-se a precária “proteção do Estado” no que tange às questões trabalhistas. Portanto, o emprego industrial no Brasil, de 1945-1980, caracteriza-se pela admissão de mão-de-obra semiqualficada e, em alguns setores, desqualificada. Em diversos setores industriais, os trabalhadores caracterizavam-se como:

*“[...] trabalhadores de origem rural que vieram tentar a sorte na cidade grande e na grande indústria, com a idéia de, a curto prazo, ‘fazerem o seu pé-de-meia’, para então voltar para o interior e comprarem sua terra. Ou seja, o processo produtivo começa com uma mão-de-obra que pouco ou nada conhece de indústria e de produção, cuja experiência é o trabalho no campo, e que se posiciona como se estivesse passando temporariamente pelas empresas industriais.”* (Fleury & Fleury, 1997, p. 129).

A partir de 1980, a indústria nacional ensaia um processo de reestruturação e importa o modelo, já instalado em países de industrialização desenvolvida, baseado em tecnologias microeletrônicas e na robotização da produção (Faria, 2004). Esse processo provoca uma passagem não-gradativa e impõe uma reconfiguração acelerada nas relações de trabalho, principalmente no setor industrial. Os trabalhadores provenientes do setor rural, que migram para os centros industriais, devem adaptar-se rapidamente ao processo de produção e de gerenciamento. Na década de 1990, com a Nova Política Internacional de

Comércio Exterior, o processo de reestruturação acelera-se no Brasil (Fleury & Fleury, 1997).

No que refere ao processo de reestruturação produtiva como um processo de reorganização nas relações e técnicas de produção e trabalho, principalmente no setor industrial, Salerno (1993) traça um quadro sintético acerca do desenvolvimento do modelo japonês no Brasil, apontando um contexto de relativa flexibilização do trabalho; rigidez na oferta de bens intermediários para indústrias (oligopólios); e, mercado de trabalho com mobilidade e baixa qualificação. Além disso, para o autor, as implantações desse modelo no Brasil têm sido conservadoras, o que não significa que as empresas não tenham flexibilizado alguns processos.

Fleury & Fleury (1997) advertem que essas técnicas são diferentemente desenvolvidas de acordo com o contexto no qual são implementadas. No Brasil, as práticas fordistas, como as linhas de montagem tradicionais, continuam em vigor, coexistindo com os sistemas *Just-in-Time* e as Células de Produção. Segundo os autores, o conceito de polivalência, no Brasil, é entendido como multitarefa. A polivalência é a requisição de maiores conhecimentos quanto a fatores relacionados (ou não) à tarefa realizada, por exemplo: maior habilidade para lidar com a mudança, conhecimentos técnicos diversos, etc. Por outro lado: *“a multitarefa apenas acrescenta um novo rol de tarefas às que o trabalhador já fazia. Trata-se, na maioria das vezes, de uma redistribuição de funções para os empregados”* (Lombardi, 1997, p. 14).

Para além da esfera da produção e das técnicas flexíveis no Brasil, vale ressaltar as principais implicações desse período nos planos econômico e social, as quais, por sua vez, engendram as discussões acerca das alterações nas relações de trabalho no Brasil. A desregulamentação financeira, a volatilidade do capital e seu poder de transferência intensificam o quadro de políticas neoliberais ao propiciarem a entrada de empresas estrangeiras em vários países

(Pochmann, 2002). No Brasil, observa-se o aumento dos incentivos dos governos locais para a entrada de empresas estrangeiras. Singer (1999) destaca que, findo os incentivos oferecidos pelos governos, a tendência é de que tais empresas se desloquem para locais mais atrativos, deixando um grande número de desempregados.

Diante do cenário de aumento de desempregados no setor industrial, principalmente a partir da década de 1990, verifica-se uma reorientação da influência de movimentos de trabalhadores no Brasil: *“pode-se dizer, nesse sentido, que o movimento sindical brasileiro esteve na contramão da tendência histórica predominante durante a década de 1980 (...) entretanto, a situação muda, com os anos 90, com a abertura econômica e o aumento do desemprego”* (Leite, 1997, p. 17). Essa autora ressalta a capacidade propositiva demonstrada, principalmente pelos sindicatos do setor automotivo no decorrer da década de 1990, com o estabelecimento de acordos patronais. Por outro lado, existem evidências de um fortalecimento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, no período da abertura econômica, mesmo com a diminuição do número de trabalhadores da categoria, tendo em vista que:

*“a força de trabalho que tende a sobreviver empregada no setor metalúrgico é precisamente aquela que constitui o núcleo mais duro de sustentação dos sindicatos, isto é, os trabalhadores produtivos mais maduros, mais qualificados, com maior tempo de emprego, com escolaridade relativamente mais elevada e empregados nas grandes empresas”* (Leite, 1997, p. 19).

Essa característica explica-se pela trajetória do movimento sindical brasileiro, desde 1930. Fleury & Fischer (1987) ressaltam que não é possível presumir um comportamento homogêneo para os sindicatos nos países capitalistas e que a prática sindical é comumente pensada em relação ao modelo europeu. No Brasil: *“O sindicalismo brasileiro, na sua ação cotidiana,*

*questiona pouco os aspectos organizacionais relativos ao trabalho, o que se pode ser compreendido devido a outras lutas consideradas prioritárias”* (Salerno, 1993, p. 141).

Além disso, a profissionalização cada vez maior das relações de trabalho e a reconfiguração do perfil do mercado de trabalho são elementos centrais diante das transformações no âmbito do trabalho. Montali (2003) demonstra que o desemprego e a precarização da ocupação dos chefes de família (homens, responsáveis pelo sustento da família) afetam a renda monetária disponível e induzem uma reestruturação, ou seja, a mulher passa a trabalhar e dividir um papel de mantenedora com o homem.

Pelos resultados desse estudo, evidenciam-se as mudanças na divisão sexual do trabalho e nas relações hierárquicas estabelecidas na família brasileira, nos períodos de crise econômica. Ao redimensionar as estruturas familiares, tanto na contribuição da renda quanto na questão de gênero, verifica-se a crescente exposição das mulheres, por exemplo, à condição do desemprego e, conseqüentemente, às suas implicações comportamentais, reforçando as conseqüências no núcleo familiar (Leite, 1997; Montali, 2003). Esse conjunto de fatores implica um período de racionalização e reestruturação nas relações de trabalho e nas relações familiares.

Por meio dessa reflexão contextual, Faria (2004) e Tumolo (2001) advertem que o processo de flexibilização, principalmente no cenário brasileiro, permite uma perpetuação da exploração do trabalho. Essa afirmação vai de encontro às reflexões de Piore & Sabeel (1984). Para Tumolo e Faria, no período da acumulação flexível no Brasil, explicita-se, além do desemprego, o aumento da subcontratação e da precarização do trabalho; as exigências impostas pelo mercado de trabalho à qualificação profissional; e o novo perfil requerido do trabalhador, o qual dificulta as condições de acesso ao mercado de trabalho formal para uma grande parcela da sociedade. Tumolo (2001) ressalta que essa

parcela seria relegada para uma “periferia desqualificada”, recorrendo ao trabalho precário e informal:

*“esses poderes aumentados e flexibilizados permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados para níveis sem precedentes no pós-guerra”* (Harvey, 1996, p. 141)

A precarização do trabalho é um tema que vem sendo abordado sob diferentes perspectivas. Baltar & Proni (1996) verificam que, para grande parte do emprego formal no Brasil, o vínculo de trabalho tem curta duração, transformando o trabalhador brasileiro em trabalhador temporário. Os autores também constataram o crescimento do trabalho informal, compreendido como um indício de maior desagregação da estrutura socioeconômica nas regiões mais desenvolvidas do país. Entre as relações informais de trabalho, Singer (1999) aponta a compra de serviços como a relação predominante. No Brasil, além disso, pode-se citar a elevação do trabalho doméstico e autônomo, sobretudo, os vendedores ambulantes, biscateiros, lavadores de carro, etc.

Sob essa perspectiva, revogou-se a descentralização da condição de trabalho na sociedade contemporânea e admitiu-se que o desemprego é um fenômeno presente no processo de reestruturação produtiva, assim como na agenda dos estudos acerca desse processo, principalmente no Brasil.

Por isso, retomou-se a afirmação de Castel (1998) quanto à questão social da contemporaneidade, mesmo distanciando-se de sua abordagem quanto a uma sociedade eminentemente salarial. Além disso, ao ressaltar o fenômeno do desemprego como questão social, suas especificidades no contexto da reestruturação produtiva, no cenário brasileiro, devem ser discutidas. Diante dessas considerações, alegou-se que o resgate sócio-histórico e o contexto da

reestruturação produtiva propiciam as “condições de produção<sup>34</sup>” para o fenômeno desemprego.

### **1.3 Novos conceitos acerca do emprego/desemprego no Brasil contemporâneo**

No período da acumulação flexível, considerando o contexto brasileiro, particularizam-se, em um primeiro momento, as transformações nas formas de acesso ao emprego no Brasil. É possível observar um movimento que caracteriza o acesso ao trabalho baseado, principalmente, em laços de proximidade (parentesco, amizade, etc) e, no baixo custo da força de trabalho; para um acesso que depende das próprias condições construídas pelos trabalhadores para “serem empregáveis” (empregabilidade), o que não significa a ausência da influência dos laços sociais nesse processo.

O conceito de empregabilidade é inicialmente utilizado em função da invenção da condição de emprego e desemprego, principalmente em estudos econômicos, para caracterizar a inaptidão para o emprego. Gazier (1990, p. 579) ressalta a utilização da noção de empregabilidade nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos 1950 a 1960, originalmente como: “*a aptidão de um indivíduo para o trabalho, apreciada por resultados sintéticos de testes funcionais*”. Trata-se de um enfoque eminentemente físico e mental, desvinculado do fenômeno do desemprego. Seguindo uma trajetória conjuntural (econômica e social) da questão do emprego, o autor apresenta uma evolução dessa definição nos EUA, de 1960 a 1970, segundo a qual a empregabilidade

---

<sup>34</sup> O conceito de condições de produção é mais bem discutido no capítulo 3. Trata-se de um conceito que auxilia na análise das práticas discursivas, pois se refere à memória e ao contexto do discurso. As condições de produção diferem-se da história propriamente dita, pois não remetem à regularidade, mas, à variabilidade dos discursos.

designa a atratividade de um indivíduo para a organização, medida também por testes de atitudes, porém, voltada para o contexto da tarefa.

Uma terceira conceituação ressaltada por Gazier (1990, p. 575) emerge nos anos 1980 e refere-se ao desempenho de um grupo ou pessoa no mercado de trabalho. O autor afirma que, na atualidade, esse conceito encontra-se em mutação e pode ser definido positivamente como “*capacidade para obter um emprego*”. Hirata (1997, p. 33) ressalta o caráter político dessa noção de empregabilidade. Para a autora, essa noção implica em uma transferência da responsabilidade da não-contratação ou da demissão para o próprio trabalhador:

*“um trabalhador não empregável é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômicos contribuem decisivamente para essa situação individual”.*

O período, portanto, requer do trabalhador um constante investimento privado em sintonia com as eventuais oportunidades que o mercado de trabalho oferece. Sargentini (2001), ao investigar a trajetória do trabalhador brasileiro em determinados momentos do século XX, verificou que os trabalhadores da década de 1930, ao se organizarem, lutavam por justiça ao valor da força de trabalho que vendiam. Os trabalhadores da década de 1990, por sua vez, procuram garantir o direito de ainda poder vender a força de trabalho: “*assim, o momento leva o trabalhador a voltar-se para um novo foco: organizar-se para vender a força de trabalho*” (Sargentini, 2001, p. 256). Dessa forma, o trabalhador se vê diante da necessidade de financiar sua entrada no mercado de trabalho por meio de diversos mecanismos.

Sorj (2000), ao discutir sobre os aspectos da nova sociedade brasileira, ressalta as novas formas de estratégias sociais diante das condições de empregabilidade. O autor aponta a valorização das redes sociais no Brasil como

elemento de empregabilidade devido à deterioração da economia e às mudanças tecnológicas e o acelerado declínio dos empregos. Esses fatores, a despeito de aumentarem as exigências em termos de competência, também fortalecem as redes sociais como mecanismos de filtro e seleção: *“valoriza-se o capital social, individual e familiar do candidato (como critério central de seleção, dado o grande número de candidatos para um pequeno número de cargos)”* (Sorj, 2000, p. 81).

Para Hirata (1997), o debate central da empregabilidade refere-se à transposição do conceito de qualificação para o modelo de competência. O enfoque na competência refere-se à singularidade do trabalhador e suas potencialidades, possibilitando a associação entre o sujeito e a subjetividade. No Brasil, esse conceito, segundo Hirata (1997), remete ao universo de trabalho das grandes empresas multinacionais. No caso das empresas nacionais, verifica-se a manutenção de um sistema misto, que ainda privilegia o conceito de qualificação. Spink (1997), ao comentar a reflexão de Hirata (1997), conclui que a narrativa da empregabilidade parece ensaiar uma reconstituição da noção de cidadania em termos de utilidade. Para a autora, o sujeito como coletividade desaparece em um agregado de indivíduos que devem ser “úteis” igualmente.

Sarsur (1999) afirma que a empregabilidade pode ser compreendida como uma forma de consolidar as percepções acerca das mudanças nas relações de trabalho. Na concepção da autora:

*“a empregabilidade passa a ser encarada como uma das alternativas de solução para a diminuição dos empregos formais, quando apontada como responsabilidade individual dos profissionais que pretendem estar aptos a enfrentar a competitividade do mercado de trabalho e escapar da possibilidade de perda de remuneração e trabalho permanente* (Sarsur, 1999, p. 205).

Sorj (2000) argumenta que uma massa cada vez maior de desempregados procura atualizar-se, enquanto as novas gerações desenvolvem estratégias para adaptar-se às exigências do novo mercado de trabalho. Dessa forma, os grupos de operários manuais e os setores mais pobres da população encontram as maiores dificuldades de inserção no emprego diante das novas condições de empregabilidade. Segundo Sorj (2000), os jovens desqualificados e mais pobres tendem à criminalidade. Por outro lado, a população rural, que se desloca para os grandes centros industriais brasileiros, enfrenta a dificuldade de inserção no emprego pela baixa absorção de mão-de-obra desqualificada. Soma-se a esse quadro, a precariedade dos serviços prestados à população brasileira por parte do Estado:

*“os excluídos dos países capitalistas avançados continuam integrados e mesmo inteiramente dependentes dos Estado, sendo objeto de controles crescentes. No Brasil, os excluídos o são tanto do sistema econômico formal como do Estado, devendo, portanto continuar exercendo algum tipo de atividade remunerada, pelo simples fato de que, se não o fizessem, morreriam de fome. Assim, o setor informal no Brasil é a expressão tanto da exclusão quanto da vitalidade e criatividade dos excluídos para inventar continuamente novos produtos e serviços” Sorj (2000, p. 83)*

Observa-se que no Brasil o conceito de empregabilidade já não se refere a um estado de exclusão/inclusão apenas. Todos devem gerenciar sua empregabilidade. Mesmo entre aqueles que já possuem emprego, existem os menos empregáveis. Existem também os mais empregáveis, mas, que se encontram sem emprego devido à conjuntura. Diante desses elementos, a empregabilidade parece realçar o sentimento de insegurança, principalmente para os desempregados. Portanto, a empregabilidade pode reforçar o fenômeno de desemprego como categoria econômica macrossocial.

Por meio dessa percepção, concretiza-se a questão social do desemprego. Essa questão modifica e é modificada pelas ações dos sujeitos no contexto da

reestruturação. Por exemplo, a ação do Estado, ao transferir as políticas de geração de emprego e renda a públicos específicos de desempregados (jovens, desempregados de longa data, excluídos, etc.) remete a uma localização e individualização da intervenção pública (Gautié, 1998), o que reflete o conceito de empregabilidade, pois seriam as características dos indivíduos que dificultam sua inserção e não um problema na conjuntura. Assim, a empregabilidade torna-se referência para a intervenção pública.

Algumas ações na sociedade também podem ser compreendidas como uma relação entre as construções (memória<sup>35</sup> e contexto<sup>36</sup>) e as próprias percepções dos sujeitos acerca da questão do emprego/desemprego. A reforma agrária, por exemplo, pode ser entendida como um instrumento de política social e luta contra o desemprego. As Organizações Não-Governamentais (ONGs), por outro lado, podem ser compreendidas como produto mesmo da perda de confiança no regime político. Para Sorj (2000), essas organizações são:

*“expressão da crise de representatividade dos partidos políticos e da fragmentação da luta por direitos, um mecanismo através do qual profissionais da área social e cultural encontram espaço de atuação fora do Estado, mas que empresas, governos e instituições internacionais (como, por exemplo, o Banco Mundial) financiam e*

---

<sup>35</sup> O conceito está relacionado à história de longa duração, ou seja, ao entrelaçamento de um fenômeno recente e a percepção que se tem sobre a evolução desse fenômeno no tempo (Braudel, 1989). Neste estudo, a memória é representada pelo resgate sócio-histórico acerca da condição de trabalho e não-trabalho e de sua interface com a construção da categoria “desemprego” na sociedade brasileira contemporânea.

<sup>36</sup> Refere-se a um recorte no tempo e espaço (acontecimentos e cenários), por meio do qual, muitas vezes, explicita-se “modelos explicativos” para a compreensão de um determinado fenômeno, como a proposta marxista de análise do capitalismo (Braudel, 1989). Maingueneau (1998) indica que o contexto envolve os participantes, o lugar, o momento, o fim, o tema, e as regras para se produzir um discurso. Na presente reflexão, adota-se o período da acumulação flexível e suas implicações no mundo do trabalho como referência contextual, além disso, importa a interface dessas implicações com a centralidade do desemprego como questão social, reforçada no estudo e, o contexto espaço-temporal da pesquisa.

*utilizam casa vez mais para viabilizar seus próprios projetos (abandono da noção de sociedade civil)” (Sorj, 2000, p. 95).*

As organizações privadas, por sua vez, ao introduzirem novas tecnologias de processos e de gestão, modificam a relação dos empregados com sua própria estrutura e daqueles que estão à procura de um emprego. Rosa (1998) afirma que esse cenário incita um tipo de “governo dos homens”, no qual o trabalhador e sua subjetividade são requalificados no seu “dever ser”. A forma de governo e as responsabilidades colocadas pelas mudanças no mundo do trabalho, segundo a autora, consideram o poder como a própria liberdade humana de reiniciar a ação e, portanto, realizar a pluralidade e as singularidades inclusas nas novas formas de trabalho. É o desenvolvimento de um ideal trabalhador contrário ao ideal trabalhador *taylorista*.

Lombardi (1997), ao analisar a percepção dos trabalhadores acerca do processo de reestruturação produtiva e das condições de trabalho na grande São Paulo, de 1996 a 1997, constata que a introdução das modificações no sistema produtivo e na forma de gestão dos recursos humanos, a despeito de produzir melhoria em termos de inovação, re-arranjo do ambiente físico e eliminação de hierarquia, desencadeia, principalmente o aumento das pressões mentais e físicas, a aceleração do ritmo de trabalho, o aumento das metas de produção e das práticas de auto-controle, como a introdução do conceito de multifuncionalidade como multitarefa. Ou seja, pode-se dizer que as relações estabelecidas pela nova organização do trabalho são pautadas, muito mais em uma autonomia outorgada, de base instrumental, do que em uma autonomia real. Essa autonomia seria um instrumento de coordenação das relações de trabalho com vistas a atingir um objetivo econômico.

Enriquez (1999, p. 19) afirma que: “*o indivíduo jamais esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique*”. O

autor dedica-se à análise da *Estrutura Estratégica de Gestão Participativa*, uma estrutura organizacional que considera a racionalidade limitada e a diversidade, concentrando-se sobre estratégias de curto prazo.

Além disso, Enriquez (1999) ressalta que esse tipo de estrutura prega objetivos inconciliáveis, como a demanda pelo individualismo e por um espírito de equipe, exigência de lealdade e submissão ao mercado financeiro: “*ser fiel, leal à empresa, ser um bom estrategista, ter acumulado conhecimentos pertinentes, não serve, às vezes, para nada, senão para fazer parte da primeira fornada de demitidos ou aposentados*” (Enriquez, 1999, p. 23). Dessa forma, o processo de reestruturação produtiva é voltado para a formação de trabalhadores capazes de cooperar em situação de trabalho. Porém, a cooperação é produtiva e operacional e não solidária e unificadora.

Com base nessa discussão, pode-se refletir acerca de um quadro de insegurança ou manutenção do emprego, o qual reforça o desemprego como questão social e recoloca o trabalhador como um sujeito que influencia e é influenciado por essa questão. Caldas (2000) discute a perda do emprego, e seus efeitos subjetivos no contexto brasileiro, partindo do sentido do próprio trabalho para o sujeito. Em sua pesquisa, Caldas (2000) apresenta algumas dimensões do desemprego como a perda da identificação e da auto-estima. Defende-se que o desemprego é a dissolução de uma ligação psíquica que o trabalhador mantém com o trabalho, ou com a organização, por meio da qual atenuam-se suas incertezas e inseguranças. A identificação ou o elo entre o trabalhador e o trabalho/organização está intimamente relacionado à importância dada ao trabalho como uma forma de contato interpessoal e como imagem, ou seja, como posição de *status*. Nessa perspectiva, o emprego é tido como uma fonte central de auto-estima e reconhecimento social.

O desemprego, portanto, pode ser compreendido como a perda da referência social que leva à perda da auto-estima que acompanha esse papel.

Com isso, a proposta de Caldas (2000) é a noção de emprego como vida, ou seja, o emprego estabeleceria para o trabalhador a ligação com a vida e o sentido de fazer parte dela. O desemprego manifesta-se como expressão de inatividade e morte. Esse sentimento é reforçado pela noção de invalidez, pelo fato de não produzir, de não colaborar, de estar fora do mercado, da esfera *ativa* da sociedade.

Para Enriquez (1999), esse processo de individualização e insegurança gera a mobilização geral dos seres humanos para o trabalho. Aqueles que não trabalham são considerados como inúteis: “*trata-se realmente de uma civilização do trabalho e dos trabalhadores*” (Enriquez, 1999, p. 72). Nessa sociedade desenvolve-se a consciência profissional dos trabalhadores, a ligação às suas ferramentas de trabalho e o salário, pois:

*“são fundamentalmente os países ainda não desenvolvidos que continuam a ter um desenvolvimento industrial clássico, mas com um regime de trabalho precário e mal pago. O Brasil tem essa característica extraordinária de ser um laboratório muito interessante, porque é um país subdesenvolvido e, ao mesmo tempo, desenvolvido”* (Enriquez, 1999, p. 75).

O autor afirma que, nesse tipo de situação, no contexto brasileiro, os empregados de qualquer nível hierárquico na organização, possuem uma insegurança quanto à estabilidade de emprego, visto que o êxito da empresa, apenas, não pode impedir que exista redução de efetivo. Sendo assim, por meio do trabalho, seqüestram-se as pessoas, produzindo uma transformação em sua subjetividade (Enriquez, 1999). Esse autor adverte que o trabalho instaura a realidade e a temporalidade para o trabalhador. O elemento de atemporalidade remete à condição na qual se encontra o desempregado.

Sorj (2000) afirma que todo esse processo de reconfiguração nas relações de trabalho significa uma importante influência na formação de *novos*

*sujeitos sociais*. Esses sujeitos não têm como referência central nem o mundo do trabalho nem o Estado. O autor não descentraliza a importância do trabalho, ao contrário, ressalta que o trabalho continua sendo uma fonte de preocupação e angústia, mas de forma cada vez mais individualizada, devido à fragmentação, flexibilização e precariedade do emprego.

A partir das condições de produção acerca do fenômeno desemprego no Brasil contemporâneo, discutem-se alguns conceitos, como empregabilidade, por exemplo, constituídos pela memória e pelo contexto. Esses elementos, ao mesmo tempo, podem ser constituintes da forma de se pensar e agir sobre o desemprego. Portanto, as formas de agir e pensar ou, a compreensão acerca do fenômeno desemprego, são socialmente construídos, justificando a adoção da abordagem sócio-construcionista para a análise desse fenômeno.

## 2. ABORDAGEM SÓCIO-CONSTRUCIONISTA: UMA POSSIBILIDADE PARA O ESTUDO DO FENÔMENO DESEMPREGO

O discurso que remete ao *discurso da modernidade* (Iñiguez, 2002) relaciona-se com o que poderia ser chamado de uma primeira formulação clássica da filosofia, por meio, principalmente, da problematização do conhecimento, da possibilidade e do método de pretensão ao conhecimento, ou seja, da epistemologia. Na filosofia platônica, por exemplo: “o conhecimento pode ser caracterizado como a posse de uma representação correta do real” (Marcondes, 1997, p. 51). Trata-se de uma preocupação com a ciência, com o conhecimento legítimo, com a moral e a política<sup>37</sup>.

A discussão filosófica de Platão realiza-se pelo diálogo, por meio do qual se estabelece o que deve ser aceito como verdade e como razão, privilegiando o mundo das idéias e distanciando-se do senso comum. Em decorrência, a filosofia não se faz suficiente como método de análise, ressalta-se a necessidade de um fundamento teórico que estabeleça critérios para a aplicação correta dos métodos: “a teoria do conhecimento pressupõe, portanto, a teoria sobre a natureza da realidade a ser conhecida (a metafísica, ou segundo uma terminologia posterior, a ontologia)” (Marcondes, 1997, p. 57).

Essas idéias, no que refere à forma legítima de obter conhecimento, convergem para a busca dos princípios transcendentais. Ou seja, conhecer é conhecer a verdade última e, portanto, única e universal. Essa seria a forma correta de buscar conhecimento, segundo a filosofia platônica. Filosofia essa que influencia grande parte do pensamento e dos estudos tidos como modernistas. Esses estudos englobam, por exemplo, o pensamento de Descartes e Kant.

---

<sup>37</sup> O pensamento de Platão pode ser situado no contexto da Grécia Antiga. Sua obra tem como objeto de reflexão a democracia ateniense (Marcondes, 1997).

Descartes inaugura o método científico do racionalismo cartesiano na modernidade, por meio de um modelo de saber baseado na indução e na dedução. Descartes utiliza a matemática como um método universal para medir e testar hipóteses; dessa forma, o método deve expressar as leis fundamentais da razão e estender-se a todas as verdades demonstráveis (Rovighi, 1999). Por outro lado, Kant, embora baseie-se na busca da razão, postula que a razão contém pressupostos e está impregnada de crenças. Sendo assim, o conhecimento se deve às impressões dos sentidos e está dotado de valor (Rovighi, 1999).

Na **seção 2.1** discutiu-se um movimento de crítica considerando-se concepção de “fazer ciência”, compreendida como modernista. Por meio dessa crítica, apresentou-se o percurso que culmina com as tentativas de superar a dicotomia sujeito-objeto na construção do conhecimento. Para tanto, entende-se que a abordagem construcionista avança na negação dessa dicotomia, tendo como elemento central a idéia de que tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento são construções sociais dialógicas (Gergen, 1985). Na **seção 2.2**, os pressupostos dessa perspectiva são discutidos.

Dessa forma, propõe-se a adoção da perspectiva construcionista, considerando seus pressupostos teóricos, para a análise do fenômeno do desemprego na sociedade contemporânea. Essa proposta requer, em primeiro lugar, a apresentação dos pressupostos construcionistas que ultrapassem o foco da psicologia social e possibilitem uma análise mais abrangente dos fenômenos sociais. Em segundo lugar, faz-se necessária a retomada das condições de produção do fenômeno em estudo, pois, ao admitir que o conhecimento é uma construção histórico-dialógica (Gergen, 1985); e que tanto o sujeito quanto o objeto inserem-se nesse processo dialógico de construção, deve-se considerar a interação entre o resgate sócio-histórico do desemprego (memória e contexto de construção).

Para tanto, na **seção 2.3**, traçou-se um quadro teórico construcionista pertinente ao estudo dos fenômenos sociais. Ao negar a possibilidade do conhecimento ser uma *representação* fiel da realidade, não se pretende estabelecer uma “teoria construcionista de análise”. Isso implicaria considerar uma concepção de que o sujeito, como possuidor de um cérebro (lugar da razão), pode produzir um conhecimento legítimo (teoria) acerca de um objeto (uma realidade que independe da ação individual). O que se apresenta nessa seção é uma síntese das principais premissas construcionistas, com o objetivo de elucidar uma nova possibilidade de análise e conhecimento acerca dos fenômenos sociais, mais especificamente acerca do fenômeno do desemprego.

Além disso, admite-se que a memória e o contexto acerca de um fenômeno devem ser considerados como elementos fundamentais, para que as **premissas construcionistas** apresentadas e discutidas não sejam marginalizadas no processo de análise.

## **2.1 Do representacionismo à condição sócio-histórica do conhecimento**

Íñiguez (2002) apresenta duas dimensões para a modernidade: a sociológica e a discursiva. A dimensão sociológica pode ser entendida como uma época ou período histórico marcado por acontecimentos, tais como: os descobrimentos da América; a primazia da ciência e racionalidade do conhecimento; e, as modificações tecnológicas, como as tecnologias da inteligência (imprensa).

Essas características, segundo o autor, impulsionam a segunda dimensão da modernidade: a discursiva. Nessa dimensão, privilegia-se a razão científica, a ideologia da *representação* e a dualização da pessoa. Para o autor, as idéias tidas

como modernistas geram postulados como a relação intrínseca entre razão e liberdade e a dualidade entre o sujeito e o objeto.

Ibáñez (1993) chama esses postulados de *realismo da ciência moderna*, definido pelo autor como *realismo ingênuo*, sob o qual prevalecem quatro princípios básicos:

1) A forma de obter conhecimento deve considerar a dualidade sujeito-objeto. Nesse sentido, considera-se o conhecimento de um indivíduo sobre determinado objeto (realidade), pois aquele (indivíduo), ao observar esse (objeto), pode medir e testar hipóteses, extraindo verdades demonstráveis e legítimas. Nesse princípio, pode-se classificar o positivismo como forma de obtenção do conhecimento nas ciências sociais;

2) Prevalece o representacionismo, ou seja, a concepção de que a mente é um espelho fiel da natureza. Sob esse princípio, o conhecimento adquire a essencialidade e o processo de conhecer se faz por meio da cognição natural. Esse processo encontra-se na mente e, posteriormente, explicita-se em um retrato da realidade;

3) O terceiro princípio é derivado natural do segundo. Advoga-se que o cérebro é a estância legítima produtora de conhecimento. O conhecimento é interno, existe na razão humana e, portanto, é pouco influenciado por forças externas, como a prática da conversação, que levaria à consideração do senso comum como forma legítima de conhecimento;

4) Por fim, tem-se a retórica da verdade, por meio da qual se atesta o acatamento das verdades e dos modelos demonstrativos como verdades legítimas e universais, imparciais e independentes das ações sociais.

Esses princípios, que regem a ciência moderna, ou seja, que configuram o realismo da ciência moderna, segundo Ibáñez (1993), ou o discurso da modernidade, conforme Ñíguez (2002), passam a ser questionados principalmente no que refere à epistemologia do conhecimento.

Popper foi um dos primeiros autores a criticar o pensamento moderno. Esse autor introduz uma forte crítica ao verificacionalismo da ciência moderna, caracterizada como *racionalismo crítico* (Íñiguez, 2002). Thomas Kuhn, por sua vez, critica tanto a visão da ciência proposta pelo positivismo, quanto a visão proposta pelo racionalismo crítico popperiano, demonstrando que o estudo da história da ciência permite uma visão da ciência e do seu método diferente da que foi proposta por essas escolas. Esse autor nega a existência de critérios objetivos para a avaliação de teorias e defende uma forte influência de fatores psicológicos e sociais nessa avaliação (Íñiguez, 2002).

Nessa perspectiva, a pesquisa científica é orientada não apenas por teorias, mas por algo mais amplo (o paradigma) uma espécie de “teoria ampliada”, formada por leis, conceitos, modelos, analogias, valores, regras para a avaliação de teorias e formulação de problemas e princípios metafísicos (Mazzotti & Gewandsznajder, 1998).

A crítica de Rorty (1994) trata de desconstruir as noções arraigadas no pensamento modernista por meio da crítica à noção de mente como espelho da natureza: o representacionismo. Para o autor, não existe realidade independente da maneira pela qual se refere a ela, o conhecimento é algo que pode ser construído socialmente, não existindo, desde a filosofia de Descartes, uma separação nítida entre o físico e o mental.

Para o autor, a idéia de traçar teorias e restrições especiais da racionalidade que correspondam fielmente à realidade, ou seja, à noção de *esquema*, não pode ser admitida, pois: “*podemos dizer que nossa presente teoria do mundo, apesar de ser certamente verdadeira, pode não retratar o mundo tão adequadamente como alguma teoria sucessora*” (Rorty, 1994, p. 293).

Dessa forma, as chamadas *categorias ontológicas* apenas envolvem noções e fontes heterogêneas, convenientes a quem se utiliza delas. A linguagem, por exemplo, não pode ser considerada uma imagem pré-existente do

mundo, a qual estabelece parâmetros para a ciência e a filosofia, ou seja, como um conjunto de representações. A linguagem deve ser compreendida como uma apreensão e uma compreensão; como um processo por meio do qual os sentidos<sup>38</sup> dependem sempre de outros sentidos contextualmente compreendidos. Trata-se de uma visão holística da compreensão:

*“o movimento crucial é dizer que não precisamos pensar que palavras individuais devam ter qualquer significado<sup>39</sup> em qualquer sentido que transcenda o fato de que tem um efeito sistemático sobre os significados das sentenças em que ocorrem”* (Rorty, 1994, p. 300).

Rorty (1994) afirma que essa visão não renega a noção de verdade objetiva, pois, ao renunciar à dependência de um esquema, ou de uma noção de realidade não-interpretada, o próprio dogmatismo de um dualismo entre esquema e realidade pode gerar uma verdade relativa a um esquema. Ou seja, uma relatividade conceitual ligada à sentença e à linguagem. Assim, expressa-se a máxima objetividade possível, objetividade que não renuncia à existência do mundo, mas que restabelece uma relação não-dualista entre esquema e mundo, por meio da qual os valores influenciam na verdade ou não das sentenças:

*“a diferença entre o realismo metafísico renegado e o incontrovertido realismo interno é a diferença entre dizer que estamos representando com sucesso, de acordo com as próprias convenções de representação da natureza e dizer que estamos representando com sucesso, de acordo*

---

<sup>38</sup> remete a um processo social de construção do conhecimento. A realidade não é representada, mas, “faz sentido” para determinados sujeitos sócio-histórico e contextualmente situados. Para essa concepção de sentido, adota-se as idéias de Weber (1991, 2004), para quem a ação social é possível por meio dos sentidos compartilhados entre os sujeitos. Quando compartilhado, o sentido produz a expectativa da ação do outro, gerando as conexões entre as esferas sociais e sustentando a própria sociedade. Ou seja, o mundo não existe nele mesmo, mas sim nas diferentes interpretações a ele atribuídas pelos que nele vivem.

<sup>39</sup> Remete à teoria dos signos (simbologia) e refere-se a uma representação da realidade. Ou seja, significar é representar a realidade tal como ela é.

*com as nossas próprias convenções. Dizer que estamos espelhando corretamente é apenas uma imagem, da qual, aliás, nunca conseguimos captar o sentido”* (Rorty, 1994, p. 296).

O autor admite a abordagem filosófica de que a conversação é o princípio básico da liberdade, devendo fluir num empenho pela **verdade**, porém, sem a pretensão de esgotá-la. Com essa reflexão, o autor corrobora com a visão da produção de conhecimento, segundo a qual o conhecimento pode ser produzido pela interação entre sujeito e objeto, num processo contínuo.

O conhecimento, portanto, deve suceder e anteceder um processo de compreensão da realidade. Por meio desse processo, é possível demonstrar como uma realidade “parece ser” e não apenas é. Sendo assim, não existe um terreno comum, o que existe são pontos-de-vista que tornam os sujeitos capazes de dizerem coisas novas acerca dos fenômenos e deles mesmos, negando, assim, a dualidade sujeito-objeto.

O trabalho de Foucault (1987)<sup>40/41</sup> traz uma reflexão contemporânea acerca das formas de obtenção do conhecimento. O autor questiona a busca pelas verdades absolutas e admite que o conhecimento é fruto de uma construção histórica e inseparável da ação. Fundamentando-se nessa reflexão, o autor defende que a ciência não é o único domínio do saber e que os sujeitos, ao produzirem discursos sobre objetos, podem tomar posições e influenciar na concepção de determinada realidade (Foucault, 2004).

---

<sup>40</sup> Não se pretende “classificar” o autor como construcionista ou em qualquer outra abordagem de estudo. Apenas admite-se, segundo Íñiguez (2002), que alguns conceitos, provenientes de suas idéias, são interessantes para uma reflexão construcionista.

<sup>41</sup> Nesta seção, as discussões de Foucault, em *As Palavras e as Coisas*, são inseridas para ilustrar a idéia de que o “saber” não está necessariamente ligado às representações da realidade. A despeito de alguns autores e estudiosos de Foucault considerarem os pressupostos dessa obra como “estruturalistas” ou como parte de uma “fase arqueológica” (Dreyfus & Rabinow, 1995), concentra-se na crítica ao representacionismo, ressaltando-se o “saber” como expressão da própria produção discursiva.

Foucault (1987) elabora sua reflexão por meio de uma crítica específica à teoria dos signos, a qual postula que a obtenção do conhecimento dá-se por meio da observação das evidências presentes na natureza das coisas. Para o autor, a linguagem não é apenas um reflexo das evidências, ou seja, o conhecimento não é linearmente obtido por um regime de signos, que reflete um processo de *significação e representação*, conforme o que prevaleceu no século XVII. Nesse período, por exemplo, o signo é definido a partir da origem de sua ligação com a realidade (natural ou convencional); do tipo de ligação estabelecida (designação direta ou indireta); e da certeza dessa ligação (ligação constante ou provável) (Foucault, 1987).

Para Foucault (1987), não deve existir essa separação explícita entre sujeito e objeto. Não existe uma palavra primeira e inicial, que fundamenta o discurso. A linguagem flui livremente em um percurso que traça seus sentidos: *“os signos da linguagem não têm como valor mais do que a tênue ficção daquilo que representam (...) a escrita e as coisas não se assemelham mais”* (Foucault, 1987, p. 63). O autor afirma que essa característica não-representacionista não torna a linguagem impotente e totalmente relativa. Ao exemplificar com o texto “Dom Quixote”, o autor identifica a realidade dessa obra como intensamente relacionada à linguagem e não à relação das palavras com o mundo. A realidade permanece interior às palavras e na relação das próprias marcas verbais pra consigo mesmas.

A própria ficção de “Dom Quixote”, afirma Foucault (1987), apresenta-se pela linguagem e as palavras se fecham em sua natureza de signos. A figura do louco, por exemplo, pode estar ligada à realidade de uma doença. No entanto, essa concepção modifica-se, observando o contexto ocidental, para uma condição de *desvio constituído e mantido*, como função cultural indispensável. Dessa forma, o signo torna-se inseparável da forma como é analisado, não existindo um sentido primeiro, constituinte do signo. Ou seja, não existe um

discurso prévio que institua a realidade das coisas. Foucault (1987) apresenta “Dom Quixote” como sobrevivente de um mundo em que a linguagem não alcança mais a realidade, consagrando a ruptura entre *as palavras e as coisas*. É justamente por essa ruptura que emerge novos sentidos (por exemplo, a loucura ou o desemprego).

A crítica de Rorty (1994), direcionada para os pressupostos que compõem o realismo da modernidade ou o discurso da modernidade e as reflexões foucaultianas, ilustram um debate que vem sendo reforçado, principalmente no âmbito das ciências sociais, pelo pensamento chamado pós-modernista.

Nesse debate<sup>42</sup>, inserem-se as discussões sobre as formas de obtenção do conhecimento não essencialistas, estabelecidas na filosofia do conhecimento, além do debate entre linguagem científica e cotidiana.

A partir do século XX, o debate modernismo *versus* pós-modernismo, bem como as críticas ao racionalismo (na filosofia) e ao positivismo (na sociologia), iniciam um movimento de “repensar” das formas de se fazer ciência e obter conhecimento. Entre 1960 e 1970, observa-se a disseminação do interpretativismo<sup>43</sup> nas ciências sociais. Além disso, disseminam-se concepções que tentam superar a visão representacionista do conhecimento (do saber como um espelho da natureza). Sob essa perspectiva, destacam-se os estudos de

---

<sup>42</sup> O debate iniciou-se com o livro panfleto de Lyotard “*A condição pós-moderna*”, publicado em 1979 e, encontrou oposição em Jurgen Habermas, por meio de “*O discurso filosófico da modernidade*”, de 1986. A partir dos anos de 1980, emergiram algumas temáticas filosóficas que precedem o debate: a relação entre a técnica e a metafísica, os conceitos de progresso e de secularização, a questão do sujeito, além da relação dessas próprias temáticas com o iluminismo e o idealismo (Bordin, 1994).

<sup>43</sup> Essa abordagem considera que os princípios que regem a vida social são diferentes dos que regem os fenômenos da natureza. A análise dos fenômenos sociais ocorre pela interpretação dos indivíduos, considerando o contexto em que vivem (Alencar, 1999, p. 82).

etnometodologia<sup>44</sup>. Destacam-se também os estudos que privilegiam os processos sociais e o conhecimento do senso comum, entre eles, os trabalhos de Berger & Luckmann (1976), na sociologia do conhecimento; e o trabalho de Moscovici (2003, 1995), na psicologia social.

No trabalho de Berger & Luckmann (1976) reorienta-se a ordem da obtenção do conhecimento, estabelecida na sociologia do conhecimento tradicional, com foco na epistemologia e na história das idéias. Os autores focalizam o conhecimento do senso comum e estabelecem um processo por meio do qual ocorre a construção social do conhecimento sobre a realidade. Esse processo engloba as seguintes etapas: 1) Tipificação: que trata da “visão” dos sujeitos acerca dos objetos, essa percepção é socialmente atribuída e deve levar em conta as circunstâncias sociais; 2) Institucionalização: está relacionada ao processo de legitimação daquilo que se compreende, ou seja, “*é preciso haver explicações e justificações dos elementos salientes da tradição institucional*” (Berger & Luckmann, 1976, p. 128); e, 3) Socialização: nessa etapa, ocorre a internalização da objetividade, a qual se encontra em um processo dialético em curso:

*“essa apreensão não resulta de criações autônomas de significado<sup>45</sup> por indivíduos isolados, mas, começa com o fato do indivíduo assumir o mundo no qual os outros já vivem. Sem dúvida, este assumir em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez “assumido”, pode ser*

---

<sup>44</sup> Trata-se de uma corrente sociológica, de origem norte-americana. Os principais representantes dessa corrente são Harold Garfinkel e George Herbert Mead. Por meio da etnometodologia, privilegia-se o conhecimento do senso comum, a análise minuciosa de interações sociais e, como os atores apreendem o mundo social. Essa vertente retoma a proposta da pesquisa qualitativa e edificante, e da linguagem como forma de interacionismo (Maingueneau, 1998).

<sup>45</sup> Apesar de, nesta reflexão, abordar-se a noção de sentido (enquanto discurso em ação, construção do conhecimento), e não de significado (enquanto representação da realidade), alguns autores mantêm a nomenclatura. Optou-se pela fidelidade à nomenclatura dos autores.

*modificado de maneira criadora ou até recriado”* (Berger & Luckmann, 1976, p. 174).

No campo da psicologia social, Moscovici (2003, 1995) focaliza a elaboração de uma representação pela vinculação com o social. Admite-se que as representações integram conhecimentos essenciais para que um grupo recorra a um mesmo referencial cognitivo. Com esse conceito, o autor inaugura a *Teoria das Representações Sociais* na psicologia social. O termo representações sociais surge em 1961, com o aumento do interesse pelos fenômenos do domínio do simbólico e pelas formas de obtenção de conhecimento acerca desses fenômenos, contrapondo o domínio do *behaviorismo*<sup>46</sup> no campo da psicologia.

Com essa teoria, Moscovici (1995) avança no reconhecimento do senso comum, do saber popular, como forma de conhecimento, considerando os processos subjetivos e cognitivos, além do contexto social no qual o saber popular se insere. O autor, ao relacionar grupos, atos e imagens, resgata o conceito de “representações coletivas”, proposto por Émile Durkheim. No entanto, segundo Moscovici (2003), não é em função das realidades que se movem indivíduos e coletividades, e sim, em função de suas representações.

O autor afirma que o pensamento científico é da mesma natureza dos pensamentos primitivos e do senso comum e que as práticas mentais, embora tenham origem na sociedade, também advêm de atos individuais. Essa sistematização proposta por Moscovici (2003) explica a substituição do termo “coletivas” por “sociais”, demonstrando que as representações derivam das diversas sociedades que existem no interior de uma sociedade maior e, portanto, não podem ultrapassá-la:

---

<sup>46</sup> O Behaviorismo não é a filosofia da ciência do comportamento humano no campo da psicologia. Trata-se da utilização da metodologia científica experimental para a investigação do comportamento (Ferreira, 2000).

*“(...) o conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. Além do mais, todas as culturas que conhecemos possuem instituições e normas formais que conduzem, de uma parte, à individualização, e de outra, à socialização. As representações que elas elaboram carregam a marca desta tensão conferindo-lhe um sentido e procurando mantê-la nos limites do suportável. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência é possível”* (Moscovici, 1995, p. 12).

O autor admite que o problema das representações encontra-se nos detalhes, nas singularidades. Com isso, propõe um elo entre representações individuais e coletivas. Com base nessa perspectiva, Moscovici (2003) analisa o “poder das idéias” de senso comum. A maneira como o processo de representação ocorre depende de uma seqüência: tornar familiares objetos desconhecidos por meio de um duplo mecanismo denominado *ancoragem e objetivação*, processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam margens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar (Moscovici, 2003).

Apesar de privilegiar o senso comum e as relações sociais como forma de obtenção do conhecimento, no trabalho de Moscovici (1995, p. 11) preservam-se características “essencialistas”: *“as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas porque elas são coletivas (...) é somente dessa maneira que os homens se tornam racionais”*. Especialmente no âmbito da psicologia social, essa perspectiva vem sendo criticada, por um movimento denominado construcionista, como um movimento que tenta superar essa essencialidade, englobando as críticas de Rorty (1994), a reflexão Foucaultiana e os estudos derivados da etnometodologia.

Acredita-se que a perspectiva construcionista avança na tentativa de vencer a dicotomia sujeito-objeto, por considerar ambos como construções

sociais dialógicas. Dessa forma, elegeu-se o movimento construcionista como pressuposto epistemológico, com o objetivo de sistematizar uma proposta para o estudo do fenômeno do desemprego.

## 2.2 A abordagem do Construcionismo Social

O Construcionismo é, antes de tudo, uma abordagem de origem crítica. Essa crítica é direcionada, na filosofia, para a concepção representacionista do conhecimento. O construcionismo social situa-se no âmbito da psicologia social, mas pode-se dizer que essa discussão reflete nas ciências sociais como um todo. Na psicologia social, essa perspectiva originou-se das críticas ao “fazer ciência” da psicologia científica, a qual, até meados de 1970, privilegia o método experimental (behaviorismo), transportando para o domínio do humano e do social a forma de obter conhecimento, postulada pelo racionalismo cartesiano.

Outras tentativas de redirecionamento desse tipo de fazer ciência (*behaviorista*), no campo da psicologia, culminam em abordagens cognitivistas<sup>47</sup>, as quais, segundo Bruner (1984), apenas invertem a perspectiva totalizante do *behaviorismo* para uma perspectiva individualista.

Esse autor defende que a própria linguagem pode ser utilizada como um instrumento para criar um mundo social e que não pode haver psicologia social isolada do estudo do uso da linguagem. Ou seja, para entender o sentido, é preciso conhecer o contexto (assim, afasta-se tanto do *behaviorismo* quanto do cognitivismo). Para se compreender a linguagem, não é necessário um cálculo sentencial, nem um catálogo de *significados*, mas a linguagem é: “*uma maneira*

---

<sup>47</sup> Trata-se de uma abordagem crítica ao behaviorismo. Nessa abordagem, o objeto de estudo da psicologia passa a ser as representações psíquicas, abstratas, simbólicas e semânticas (com *significado*). O objeto de estudo passa a ser o subjetivo (Ferreira, 2000).

*de relacionar-se a outros seres humanos em um mundo social*” (Bruner, 1984, p. 975). Para o autor, um ponto de ligação entre as construções discursivas e o gerenciamento do mundo social é a cultura: “*as coisas no mundo social são organizadas diferentemente em nossa mente. Quando a ação humana e a interação são concebidas, vemos os eventos como governados, não pela causa e efeito, mas, pela intenção e autonomia*” (Bruner, 1984, p. 976).

Com isso, Bruner (1984) critica o behaviorismo e a noção mais tradicional do cognitivismo na psicologia. Para o autor, mesmo o cognitivismo, o qual foi a base para as teorias construtivistas<sup>48</sup>, não avança no sentido de vencer a dicotomia sujeito-objeto, pois focaliza na dimensão “sujeito” e fortalece o dualismo.

Além de Bruner (1984), Harré (1984, 1993) também tece uma crítica às abordagens mais contemporâneas acerca das tentativas de vencer essa dicotomia no campo da psicologia social. Para o autor, o trabalho de Moscovici (2003, 1995), por exemplo, falha em termos de reflexão filosófica. Harré (1984) questiona se as *representações*, pelo fato de serem compartilhadas, sejam necessariamente sociais. O autor fundamenta essa crítica argumentando que a *Teoria das Representações Sociais*, mesmo no campo da psicologia social, é abordada pela ótica do indivíduo, ou seja, considerando a atividade simbólica individual como objeto de estudo, o material primário da *psiquê* seria expressado por meio da representação. Essa visão, segundo Harré (1984), aproxima-se do construtivismo, pois trata da relação entre representações e atividade simbólica.

Observa-se que embora a TRS considere que a atividade psíquica envolva uma mediação entre indivíduo e o objeto-mundo, esse último é recriado pela própria relação do indivíduo com o mundo, por meio da atividade

---

<sup>48</sup> A abordagem construtivista, na psicologia, reporta à obra de Jean Piaget, no contexto teórico dos processos cognitivos. O enfoque consiste na hipótese de que não existem estruturas cognitivas inatas, sendo essas construídas pelo sujeito, no decorrer de suas ações, no contexto social (Arendt, 1996, p. 9).

simbólica. Ou seja, o sujeito psíquico é privilegiado no processo da representação, a substância ou o conteúdo do qual as representações são feitas é o símbolo.

Além disso, o autor afirma que, na perspectiva de Moscovici (2003, 1995), as próprias representações compartilhadas definiriam a realidade de um grupo. A mente ainda seria o governo das ações e dos atos de fala e o principal tipo de entidade cognitiva do espaço social seria a representação social: *“bastaria dizer que o papel atribuído por Moscovici às representações é muito similar ao que os filósofos da ciência atribuem às ‘teorias’”* (Harré, 1984, p. 929).

A existência de ambigüidades entre o conceito de representações sociais e atividade representacional, ou seja, o coletivo *versus* o individual torna-se evidente no desenvolvimento da TRS no campo da psicologia social. Essas ambigüidades refletem o peso da perspectiva cognitivista no estudo das representações individuais, em que uma representação seria considerada como um reflexo do mundo externo. Assim Harré (1984) e, mais recentemente Cardoso (2000), alertam para um “novo reducionismo”, uma tentativa equivocada de superar a dicotomia sujeito-objeto.

Quando o sujeito e o objeto são encarados como realidade interativa, o conceito de representações sociais é questionado. Sendo assim, não se trata de focalizar a representação de/sobre determinada realidade, mesmo sendo essas representações vinculadas ao social, mas, principalmente, de compreender como os sujeitos constroem essa realidade por meio de processos interativos, como a linguagem, os quais produzem sentidos.

Baseando-se nessa reflexão, Davies & Harré (1990) elaboram e desenvolvem o conceito de posicionamento, invocando um “eu narrativo”,

reformulando a teoria da produção do *self*<sup>49</sup>. Trata-se de reconhecer a força da prática do discurso e da maneira como essa prática posiciona-se na subjetividade e na aprendizagem. A conversação passa a ser entendida como produto e produtora da interação social. Dessa forma, o “eu”, ou seja, o sujeito posiciona-se no discurso por meio de um inter-relacionamento entre sua posição e a força ilocutória. O sentido social depende da posição dos interlocutores e o próprio interlocutor é, ele mesmo, um produto da força social, uma ação da conversação.

Os autores utilizam o conceito de posicionamento como a expressão apropriada para se falar em produção discursiva de uma diversidade dos “eus”. Com isso, os autores admitem que a adoção de posicionamentos reflete determinada realidade no contexto discursivo.

O Construcionismo não-realista (essencialista), mas, nem por isso menos crítico, focaliza-se, principalmente, nos trabalhos de Gergen (1985), autor da expressão “construcionismo social”. O fato de nomear essa perspectiva como construcionista e não construtivista justifica-se pela afirmação de que o conhecimento acerca da realidade é uma construção sempre em mudanças, o que vai de encontro à abordagem construtivista, a qual considera que, uma vez construídas as estruturas mentais, elas permanecem. Para Gergen (1985), o conhecimento sobre a realidade é um processo socialmente construído na interação dialógica. Os saberes são históricos, sendo reforçados pelas práticas sociais que criam as instituições sociais. Ou seja, a forma de ver o mundo está determinada pelo conhecimento histórico-dialógico.

Quanto ao historicismo, Gergen (1973) ressalta que o conhecimento não é apenas resultado da acumulação de uma prática científica usual, pois o conhecimento transcende os limites conceituais, os pressupostos da interação humana não permanecem estáveis no tempo. É preciso estar atento às interações

---

<sup>49</sup> Trata-se de uma teoria relativa á definição do “eu”(Gergen, 1985).

e práticas, considerando a história, para evitar uma mascaração por meio de reflexões que objetivam uma verdade “a-histórica”. Dessa forma, pode-se dizer que uma teoria é preditora em determinado contexto e tempo, o que faz com que o historicismo, necessário à psicologia social, possa esclarecer as variações do comportamento humano na história: “*as teorias válidas sobre o comportamento social constituem instrumentos significativos do controle social (...) na medida em que um comportamento individual é previsível, coloca-se o próprio sujeito em uma posição vulnerável*” (Gergen, 1973, p. 313).

Shotter (1981) corrobora com a abordagem de Gergen (1985) e apóia-se em Wittgenstein (1995), ao propor uma *política social do homem* no lugar de uma teoria do comportamento natural. O autor enfatiza a importância dos aspectos culturais, históricos e sociais do homem, em vez das preocupações científicas mais clássicas com o natural, o orgânico e o biológico. Além disso, o autor advoga que o homem deve ser concebido pelo caráter de sua consciência, que, por sua vez, é influenciado pela história e pela cultura: “*o homem não é apenas homem na natureza; é homem numa cultura, na natureza (...) a cultura de um homem não se caracteriza em termos de propriedades objetivas, como todas as outras coisas que ele vê na natureza, a partir do interior de sua cultura*” (Gergen, 1985, p.141).

No que refere ao caráter dialógico do conhecimento, Gergen (1985) afirma que esse não determina ou provém de uma identidade, de um “eu” já constituído, mas de uma política relacional. Baseado nos argumentos de Bruner (1984) e Davies & Harré (1990), Gergen (1985) desenvolve uma re-teorização do *self*, do “eu”. A partir de então, propõe algumas bases para uma *teoria relacional da produção de sentido*, quais sejam:

a) a produção de sentidos ocorre por meio dos relacionamentos historicamente situados;

b) a potencialidade da produção de sentidos está interligada às condições relacionais da sociedade;

c) as ações fazem sentido dentro de seqüências relativamente estruturadas: ontologia relacional;

d) a produção de sentidos é temporária; e,

e) os enunciados<sup>50</sup> “fazem sentido” para os outros quando engendram formas de ação.

Considerando essa concepção de conhecimento histórico-dialógico, Gergen (1985, 1973) concebe o indivíduo como inseparável do processo social. Trata-se de uma concepção mais socializada do *Self*:

*“o agente autônomo seria um mito; cada um de nós é constituído pelo outro; não podemos deliberar ou decidir sem implicar a condição do outro. Não será, porém, suficiente a transformação de recursos teóricos; torna-se urgente introduzir formas inovadoras de ação política”* (Arendt, 1996, p. 8).

Nesse sentido, a abordagem de Gergen (1985, 1973) é paralela à discussão de Shotter (1981), por meio da qual o autor ressalta que o conhecimento advém das estruturas compartilhadas de sentidos, as quais influenciam e são influenciadas pela ação e pela história.

Tanto a *teoria relacional da produção de sentido*, em Gergen (1985), quanto a *política social do homem*, em Shotter (1981), remetem à idéia da intersubjetividade<sup>51</sup>. Ou seja, Gergen (1985) e Shotter (1981) afirmam que o

---

<sup>50</sup> O enunciado pode ser entendido como unidade elementar do discurso, que transcende o lingüístico e o material (ordem, solicitação, asserção, promessa). É um elemento indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição ou ato de linguagem. É o produto de um processo de enunciação entendido como um ato de linguagem. O enunciado requer um enunciador e um co-enunciador (Maingueneau, 1998).

<sup>51</sup> Refere-se à “constituição dialógica” da subjetividade. Apesar de considerar que a subjetividade é influenciada pelas relações sociais, a noção de intersubjetividade não

sentido é produzido pela prática social dialógica e o melhor caminho para sua compreensão, segundo esses autores, é por meio da linguagem, veículo humano de consciência:

*“a idéia de intersubjetividade, a noção de um sistema compartilhado de conceitos e suas implicações, que proporciona um significado a tudo o que acontece numa sociedade, torna-se, pois, um termo central em qualquer ciência da consciência. E de importância central em tal sistema é o nosso conceito intersubjetivamente compartilhado de nós mesmos”*(Shotter, 1981, p. 44).

Com essa perspectiva, Shotter (1981) e Gergen (1985) tentam romper a dicotomia sujeito-objeto, ultrapassando a crítica de Harré (1984), pois não consideram a essencialidade de um conhecimento verdadeiro, mas sua característica mutável. Concentra-se no processo de interação (linguagem) como um veículo para a obtenção do conhecimento. Ibáñez (1993) denomina o processo de rompimento com a dicotomia sujeito-objeto e com outras premissas do realismo da ciência moderna como um processo de **desfamiliarização**. Para esse autor, tanto o sujeito quanto o objeto são construções sócio-históricas que precisam ser desfamiliarizadas: *“a realidade existe, está composta por objetos, mas não porque esses objetos são intrinsecamente constitutivos da realidade, senão porque nossas próprias características os ‘coloca’, por assim dizer, na realidade”* (Ibáñez 1993, p. 112)

Para Gergen (1994), essa abordagem está presente na psicologia pós-moderna, por meio das críticas ao representacionismo. O autor afirma que a literatura pós-moderna, ao articular essa alternativa, caminha progressivamente

---

considera que esse processo é inerente ao sujeito, mas, que o mesmo constitui-se pelos discursos em movimento e pelo entrecruzamento entre discurso, sociedade e história. Trata-se de considerar a intersubjetividade como um processo dialógico entre o sujeito e o objeto, ultrapassando a clássica dicotomia sujeito (dotado de razão) e objeto (real em estudo) (Schnitman, 1996).

para uma possibilidade de análise mais comprometida com a linguagem e seu uso, conforme proposto por Wittgenstein (1995). Deve-se atentar para as maneiras pelas quais os sinais articulam em uma sociedade, e não para o *significado* em si, para um discurso totalitário, que governa as maneiras de dizer e agir em função do outro. Dessa forma, a linguagem torna-se essencial não apenas pela sua capacidade de representar, mas pelas suas implicações práticas.

Com esse pressuposto, Gergen (1985) afirma que a pesquisa construcionista social ocupa-se, principalmente, de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem, incluindo elas mesmas. No nível metateórico, Gergen (1985) ressalta que a maior parte dos trabalhos construcionistas manifesta uma ou mais das seguintes premissas:

1) Aquilo que se considera como a própria experiência do mundo não determina, por si só, a compreensão acerca desse mundo. Ou seja, o conhecimento sobre o mundo não pode ser produto da indução ou da construção e avaliação de hipóteses;

2) O conhecimento acerca do mundo é social e historicamente situado na interação entre pessoas. Do ponto de vista construcionista, o processo de fazer sentido não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, de pessoas em interação;

3) O prevaletimento de uma forma de conhecimento no tempo não depende fundamentalmente da validade empírica;

4) As formas de compreensão negociadas são de uma importância crítica na vida social, pois estão integralmente conectadas com muitas outras atividades das quais participam as pessoas. As descrições e explicações sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social.

Com relação a essa última premissa, Gergen (1998) ressalta as implicações políticas do construcionismo. Reflete-se acerca da autoridade da linguagem como manifestação da verdade e da importância da linguagem cotidiana. Nesse sentido, o construcionismo enfatiza a coletividade (interdependência, negociação e diálogo) e o sujeito como locais de ação moral e política. No entanto, a admissão ou não desse caráter político acarreta uma fragmentação na perspectiva construcionista. O desafio, segundo Gergen (1998), é estabelecer uma fronteira relacional que permita a convivência entre a multiplicidade de “vozes” nessa abordagem.

A fragmentação na abordagem construcionista, observada por Gergen (1998), reforça os argumentos críticos direcionados aos construcionistas (Stam, 2001). Esses argumentos concentram-se, principalmente, nos aspectos teórico-metodológicos. Arendt (1996) aponta que tanto o construtivismo quanto o construcionismo são formas de reducionismos, as quais tentem para o psicologismo ou sociologismo, respectivamente:

*“os modelos teóricos do construcionismo e o construtivismo parecem não terem se dado conta de que, na tentativa de reduzir a explicação do comportamento humano fazendo a balança pesar para o lado do social ou do individual” (Arendt, 1996, p. 12).*

Crossley (2003) faz uma crítica à psicologia narrativa construcionista, discutindo que, por meio desse posicionamento, abandona-se a realidade do fenômeno e aproxima-se do desordenado, caótico e variável. Para o autor, na narrativa, deve-se buscar também o sentido da unidade, da coerência, abandonando o relativismo, presente na perspectiva construcionista.

Admitem-se os limites da perspectiva construcionista, assim como de outras abordagens. No entanto, de acordo com Ñiguez (2002), considerou-se que construcionismo não é relativista. O autor defende que o oposto ao relativismo não seria o realismo, mas o autoritarismo. Nesse caso, o

conhecimento obtido por meio da compreensão não seria um conhecimento relativo, mas um conhecimento inacabado, existindo sempre a possibilidade de uma nova forma de compreensão, que não necessariamente anularia a primeira:

*“O construcionismo não é sinônimo de relativismo. O conhecimento não é arbitrário e, como nos adverte Ibáñez (1993), está muito distante de ser ficção desenfreada, tendo em vista que obedece a uma série de convenções que condicionam as versões e relatos que podemos construir. O construcionismo é, assim, um convite a examinar e entender essas convenções como regras socialmente situadas, passíveis de reconstrução”* (Medrado-Dantas, 1997, p. 51).

O Construcionismo Social fornece reflexões importantes para o campo da psicologia social, assim como para as ciências sociais e humanas em geral. Por meio dessa perspectiva, sistematizou-se um quadro para o estudo do fenômeno do desemprego, considerando suas condições de produção na sociedade brasileira contemporânea.

### **2.3 Construcionismo Social e desemprego: a centralidade das “condições de produção”**

No Brasil, o enfoque construcionista faz parte das agendas de pesquisa, mais especificamente, desde o início do ano 2000. Tanto na sociologia, quanto na administração, alguns trabalhos publicados em periódicos científicos sinalizam para um movimento teórico-metodológico condizente com as premissas construcionistas. Nesses trabalhos, observa-se que o enfoque é, acima de tudo, interdisciplinar<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Esses estudos foram selecionados por meio de uma revisão, realizada nos periódicos das áreas da sociologia, administração e psicologia, classificados como de nível A, de circulação nacional brasileira, pela CAPES. Pesquisou-se as publicações de 2000 a 2006.

A maioria dos autores nos artigos analisados não se intitula e nem ao seu trabalho como construcionista; da mesma forma, é rara a explicitação dos pressupostos do construcionismo social tal como são discutidos na psicologia social. No entanto, o argumento essencial para que esses trabalhos fossem incluídos na discussão refere-se à abordagem teórico-metodológica, independentemente do fenômeno analisado, por meio da qual os pesquisadores negam a dicotomia sujeito-objeto.

No campo da administração, o intercâmbio entre discussões da sociologia, psicologia e antropologia é fundamental para o avanço na forma como o fenômeno organizacional e seus membros possam ser compreendidos. Na sociologia, a subjetividade socialmente constituída torna-se importante para o estudo dos fenômenos sociais (Fontana, 2000). Observou-se esse redirecionamento acerca dos estudos sobre gênero principalmente, os quais privilegiam a dinâmica discursiva dos sujeitos como veículo para sua compreensão, ressaltando a intersubjetividade (Cramer et al., 2002; Cramer et al., 2004).

No que refere à linguagem e às práticas discursivas, como pressuposto de pesquisa e não apenas como ferramenta metodológica de análise, ressalta-se a análise do discurso<sup>53</sup> e a reflexão foucaultiana acerca do conhecimento, como abordagens prevaletentes nos trabalhos como uma possível tentativa de rompimento com o representacionismo, considerando que uma realidade social como a educação, por exemplo, possa ser explicitada por meio de uma dialogia entre a percepção dos sujeitos envolvidos com essa realidade e as práticas educacionais (Fischer, 2001; Macedo & Mortimer, 2000).

Na administração, a noção de discurso como uma prática que estrutura e é estruturada pela realidade prevalece nos trabalhos sobre mudança, cultura,

poder e gestão de pessoas no espaço organizacional (Carrieri, 2002; Lacombi & Tonelli, 2001; Silva & Vergara, 2002; Tonelli, 2003). Sob essa abordagem, considera-se que o fenômeno organizacional, assim como as mudanças ocorridas em sua estrutura (física e administrativa), na cultura e nas formas de relacionamento entre os membros organizacionais, não podem ser analisados como realidades pré-existentes à própria compreensão de seus membros. A cultura, por exemplo, não é passível de ser observada e medida ou caracterizada, a partir do que se considera como sua materialização (artefatos e valores), mas passa a ser compreendida como um processo simbólico mediado pelas percepções dos membros organizacionais.

Vale ressaltar os trabalhos recentes de Misoczky & Imasato (2005) e Rosa et al. (2006), na área de administração. O trabalho de Rosa et al. (2006), intitulado *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos nos Estudos Organizacionais: a contribuição do construcionismo social*, focaliza o caráter interdisciplinar dos estudos organizacionais e explora uma proposta teórico-metodológica para esses estudos, alinhada à postura construcionista. Segundo os autores, “a produção de sentidos é necessariamente interdisciplinar” (Rosa et al., 2006, p. 41). Dessa forma, os autores afirmam que a ponte entre a abordagem construcionista e os estudos organizacionais pode ser estabelecida por meio dos estudos críticos em administração, na vertente compreendida como pós-modernista:

*“O valioso arcabouço de análise proporcionado pela proposta teórico-metodológica (...) ajuda os analistas organizacionais a compreender melhor as obscuras questões ligadas ao poder, ao gênero e a violência no trabalho. Uma vez que, boa parte dessas questões passa pela postura dos atores na prática dialógica”* (Rosa et al., 2006, p. 50).

---

<sup>53</sup> Processo de compreensão de como os sentidos acerca de determinado fenômeno/objeto são produzidos, considerando-se as condições de produção desse discurso.

No trabalho de Misoczky & Imasato (2005), destaca-se a discussão da proposta construcionista como uma prática de pesquisa em estudos organizacionais, considerada narrativa. Nessa prática, a organização passa a ser abordada como uma construção discursiva.

Gergen (1996) também ressalta essa possibilidade. O autor afirma que essa “ponte” ultrapassa a análise crítica, transformando o espaço organizacional em um espaço de “construção de palavras”; portanto, um espaço de discursos e produção de sentidos a serem compreendidos. Além dessa discussão de Gergen (1996), pode-se ressaltar, como tentativa de ampliar a análise organizacional, os trabalhos de Grant & Osrick (1996) e Tietze et al. (2003), ressaltando a importância de compreender o fenômeno organizacional como um fenômeno simbólico e social, por meio de linguagens e metáforas.

Dessa forma, observa-se que o ponto de partida para uma pesquisa construcionista é o **processo de desfamiliarização** (Ibáñez, 1993). Ou seja, nega-se, implícita e constantemente, noções até então arraigadas no campo científico, no que se refere à epistemologia. Esse fato é observado em alguns estudos recentes no campo da sociologia e administração. É nesse movimento de desfamiliarização e dialogia que se produz um discurso que é, ele próprio, produto e produtor de uma nova possibilidade de avaliação e produção de conhecimento.

Nesse processo, verifica-se a presença marcante da idéia de que o conhecimento sobre a realidade depende da maneira por meio da qual os sujeitos “percebem” essa realidade (Rorty, 1994). O **conhecimento do sujeito sobre o objeto** não existe mais como principal objetivo dos pesquisadores. O objetivo passa a ser a **compreensão de como** os sujeitos produzem explicações (conhecimento) acerca dos fenômenos em estudo e, principalmente, acerca deles mesmos como sujeitos que interagem com tais fenômenos. Para atingir esse objetivo, é preciso considerar que tanto sujeitos quanto os fenômenos são

construções histórico-dialógicas (Gergen, 1985). A reflexão pode ser desenvolvida pelos questionamentos: 1) o que é conhecimento?; 2) o conhecimento está no sujeito?; 3) o que é sujeito?; 4) o conhecimento é uma *representação* do objeto?; e, 5) o que é objeto? A respeito desses questionamentos, afirma-se que:

1) O conhecimento não configura uma teoria ou um esquema daquilo que se pretende conhecer, mas que é apenas uma maneira de “fazer sentido”, conveniente a quem se utiliza dela, como categorias ontológicas convenientes (Rorty, 1994);

2) Esse tipo de conhecimento, o “fazer sentido”, não pode estar interior ao sujeito, pois só é possível quando é compreendido por outros sujeitos (Gergen, 1985) e, para que haja essa compreensão, os indivíduos precisam compartilhar um referencial histórico-cultural. Sendo assim, o conhecimento não pode ser meramente cognitivo quando se manifesta como construção histórica e seus pressupostos modificam com o tempo;

3) O sujeito, como um indivíduo, não pode ser o local da razão e, conseqüentemente, do conhecimento, pois ele próprio não possui uma identidade constituída, um “eu” fixo, que determine uma visão legítima e uniforme da realidade. O sujeito possui um “*self* dialógico e social (Gergen, 1985). Nesse processo, os sujeitos, ao mesmo tempo em que se deixam influenciar, conscientemente, pela cultura e pela história (Shotter, 1981), posicionam-se como “eu narrativos” (Davies & Harré (1990); Harré, 1984). E, dessa forma, constroem uma relação dialógica com a realidade;

4) O conhecimento produzido não pode *representar* o objeto, ou seja, a realidade. Ao ser produzido em um processo de interação entre o sujeito e o objeto, em um processo de compreensão<sup>54</sup> (Rorty, 1994), pode-se dizer que o

---

<sup>54</sup> Segundo Rorty (1994), esse tipo de filosofia não admite que o homem *tem* uma essência e que, sua principal tarefa é descobrir essências.

conhecimento é um processo de produção de sentidos acerca de “várias teorias verdadeiras”. Portanto, não seria o objeto ou a realidade o foco das pesquisas, mas o que se compreende como objeto e realidade, considerando o historicismo como pressuposto para o conhecimento. A realidade, como afirma Gergen (1985), está sempre em movimento e não é baseada em estruturas mentais fixas;

5) O objeto, então, pode ser considerado como uma realidade relativa e inseparável da ação social (Foucault, 1987; Gergen, 1985), visto que a própria afirmação de que o objeto é aquilo que se compreende, modifica a realidade social e instaura uma forma de controle sobre a mesma.

Considerando-se essa reflexão, apresentam-se as seguintes premissas: i) o conhecimento é um processo de fazer sentido; ii) conhecimento é uma construção histórica; iii) o sujeito constrói uma relação dialógica com a realidade (intersubjetividade); iv) o fenômeno em estudo é um produto dessa dialogia e da compreensão; e, v) o processo de construção social do conhecimento é uma forma de ação. Observa-se que o estudo requer um “novo olhar” sobre a forma de conhecimento e pesquisa (figura 1):

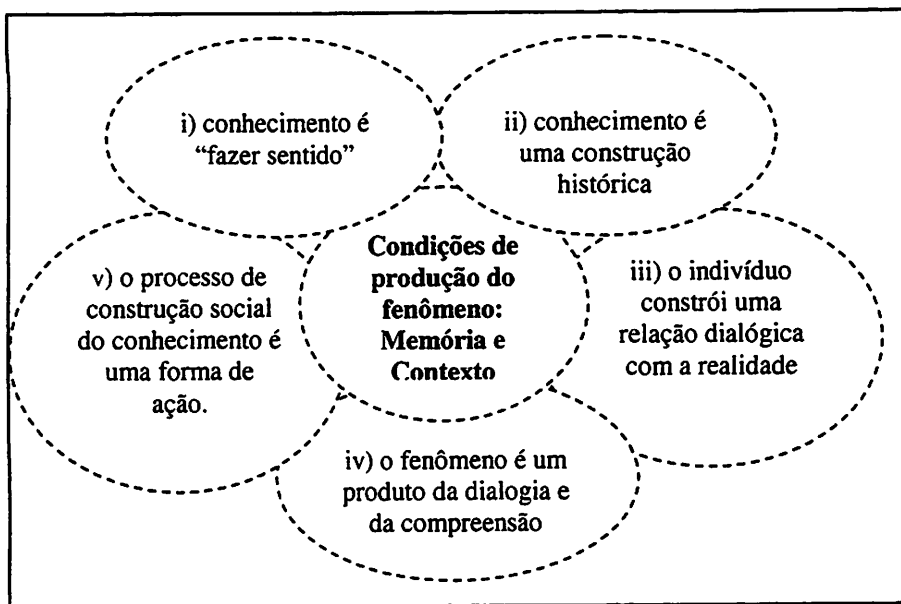


Figura 1 - Interface entre condições de produção e premissas construcionistas  
 Fonte: elaborado com base em Gergen (1985).

Na figura 1 verifica-se uma reflexão acerca das condições de produção sob cada premissa e, por outro lado, não deixando de considerar cada premissa em todos os elementos que compõem as condições de produção. Ou seja, as partes compõem o todo e o todo pode ser observado em cada uma das partes.

Pereira (2005) ressalta que, na análise sócio-construcionista do desemprego, deve-se atentar para a compreensão dos sujeitos acerca do próprio fenômeno trabalho e para suas condições de produção. A autora identifica que, no cenário brasileiro, as condições de produção remetem às mudanças no mundo do trabalho, à noção de emprego e trabalhador e às condições de empregabilidade. Tais condições são perpassadas pela memória e pelo contexto, conjunto de elementos que, sob o enfoque construcionista, constituem elementos para o conhecimento acerca do desemprego como uma construção social imersa em um universo de valores complexos; e compreender como a realidade modifica e é modificada por essas condições.

Com base nas condições de produção do desemprego, as quais compõem a memória e o contexto relativos à sociedade brasileira, acreditou-se ser possível apresentar uma possibilidade construcionista para a análise desse fenômeno, conforme explicitado na figura 2<sup>55</sup>:



Figura 2 - Condições de produção sobre o desemprego no Brasil sob a ótica sócio-construcionista

Fonte: elaborado com base nas discussões apresentadas nos capítulos 1 e 2.

<sup>55</sup> Esse quadro reflete um pressuposto teórico-metodológico ou um encaminhamento para que o pesquisador não deixe de considerar a memória e o contexto (condições de produção) acerca do fenômeno desemprego na sociedade brasileira. Além disso, a sistematização evidencia o relacionamento desses elementos com as premissas construcionistas. Não se trata de um “*modelo analítico rígido*”. A construção de um modelo dessa natureza não seria condizente com um estudo construcionista. Portanto, no decorrer das análises, o pesquisador pode identificar outros elementos como condições de produção do fenômeno.

Ressalta-se a memória como uma percepção proveniente de entrelaçamentos de acontecimentos no tempo. A memória remete à noção de não-trabalho, até configurar-se como desemprego. No Brasil, por sua vez, essa memória também é tangenciada pelas relações patrimonialistas e paternalistas, estabelecidas no âmbito do trabalho. Evidencia-se a importância de considerar, por exemplo, o conhecimento como um processo de fazer sentido e como construção histórica, visto que a própria noção acerca de “desemprego” refere-se à trajetória sócio-histórica do trabalho e do não-trabalho nos países do ocidente capitalista e, especificamente, no Brasil (premissas construcionistas “i” e “ii”).

No que refere ao contexto, têm-se a sociedade brasileira contemporânea e as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. O contexto, portanto, materializa-se por meio de um recorte no tempo e de um modelo explicitado como o período de acumulação flexível. No Brasil, esse processo é marcado por uma reconfiguração acelerada nas relações de trabalho, diferindo-se do observado nos países de industrialização avançada. O período de reestruturação instaura-se e desenvolve-se marcado por uma necessidade de mão-de-obra qualificada em um mercado de mão-de-obra semi ou desqualificada.

Esse quadro influencia e redireciona as formas de acesso ao emprego, instaurando novos conceitos, como a noção de empregabilidade no Brasil, responsabilidade tanto do sujeito trabalhador, como do não-trabalhador. A noção de empregabilidade é permeada pelo modelo de competência (individualismo) e pelo fortalecimento dos laços sociais (coletivismo, paternalismo), reforçando a memória do dualismo da sociedade brasileira.

O aumento da insegurança (dos empregados e dos desempregados), no governo da empregabilidade, reforça o fenômeno do desemprego como categoria econômica macrossocial e, conseqüentemente, centraliza o fenômeno como “questão social”, produto e produtora das próprias percepções e ações dos

sujeitos. Mais ainda, o próprio conhecimento sobre o desemprego, produto da dialogia e da compreensão, engendra novos conceitos, como a empregabilidade (premissas construcionistas “iv” e “v”).

Os conceitos que emergem acerca do fenômeno desemprego, por sua vez, impulsionam novas formas de agir e pensar em sociedade. Como, por exemplo, a ação do Estado no redirecionamento de políticas públicas; a ação da sociedade, como a movimentação de setores informais como expressão de exclusão e de criatividade, reforma agrária como um instrumento de política social e luta contra o desemprego, entidades filantrópicas e ONGs como participação partidária e perda de confiança no regime político; a ação das organizações, como o aumento das pressões mentais, físicas e das práticas de controle, autonomia outorgada (mediações), dominação psicológica, sistema maternal, elo entre sujeito e organização, estruturas com objetivos inconciliáveis (individualismo e equipe, lealdade e submissão ao mercado); e a ação do próprio sujeito diante da perda do emprego e a partir do sentido do trabalho, como uma relação de identificação e referência social, auto-estima, posição de *status*, nova mentalidade para o trabalho como fonte de preocupação e angústia, mas de forma individualizada;

Esses fatores ilustram a premissa de que o processo de construção social do conhecimento é uma forma de ação e que isso é possibilitado pela dialogia e pela intersubjetividade (premissa construcionista “v”).

Sinaliza-se que esse processo de construção do conhecimento é veiculado pela linguagem. A própria linguagem dos atores sociais acerca do fenômeno do desemprego pode ser analisada como um processo de produção de sentidos sobre o fenômeno, o qual, por sua vez, também pode ser considerado como produto e produtor desse processo (Parker, 1998). Nessa perspectiva, afirma-se que o processo de produção de sentidos é veiculado pela linguagem e pela dialogia.

### 3. PRODUÇÃO DE SENTIDOS SÓCIO-CONSTRUCIONISTA E PRÁTICAS DISCURSIVAS

As críticas ao discurso da dualidade, do representacionismo e da retórica da verdade centralizam a linguagem como prática social, estabelecida entre os sujeitos, a qual pode produzir sentidos, que, por sua vez, constituem o processo de construção do conhecimento acerca da realidade. Sendo assim, o discurso é central para a compreensão do processo de produção de sentidos.

O debate acerca da desfamiliarização com as concepções da modernidade, tidas como racionalismo e realismo (Ibáñez, 1993), está intimamente relacionado às transformações conceituais acerca do relacionamento sujeito-objeto (realidade), na produção de conhecimento, bem como à própria concepção de sujeito e objeto. Dessa forma, na **seção 3.1** recuperam-se as principais reflexões que evoluem de uma reflexão de sujeito empírico, para sujeito discursivo, considerando o conceito de intersubjetividade. É por meio dessa reflexão que se apresenta a emergência do pragmatismo no campo da linguagem e a concepção foucaultiana de discurso como prática social. Por isso, adotou-se a análise das práticas discursivas como abordagem de análise.

No campo da linguagem, pode-se distinguir um tipo de análise do discurso voltada para a **interpretação** dos sentidos dos discursos e para a intencionalidade dos sujeitos discursivos (e não dos sujeitos empíricos); de um outro tipo, centrado na **compreensão** do processo de fazer sentido em um discurso (Orlandi, 2003). No **tópico 3.1.1**, discutiu-se essa vertente da análise das práticas discursivas, focalizada na compreensão. Nessa abordagem, a intencionalidade dos sujeitos, tanto empíricos, quanto discursivos, não importa, visto que o próprio discurso constitui o sujeito e o sujeito discursivo.

Pela abordagem do discurso como prática e da análise das práticas discursivas como um processo de compreensão, admitiu-se, na **seção 3.2**, que o movimento teórico do construcionismo social é um movimento para a compreensão do conhecimento como um processo de produção de sentidos. Esse processo pode ser veiculado pela linguagem, que envolve a dialogia dos sujeitos e a análise das práticas discursivas (Parker, 1998; Shotter, 1981; Spink, 2004), perspectiva adotada para esse estudo como referencial teórico-metodológico.

O “teórico” está vinculado aos pressupostos construcionistas; o “metodológico” (e não o método simplesmente) é derivado do teórico e reporta-se aos conceitos-chave para a análise das práticas discursivas. Alguns autores, como Ñiguez, 2002; Parker (1998) e Potter & Wetherell (1987), consideram a linguagem como condição prévia do pensamento, e privilegiam a análise das práticas discursivas, não apenas como método, mas como abordagem epistemológica.

Estabeleceu-se um posicionamento teórico-metodológico para a análise das práticas discursivas como um caminho para a compreensão do processo de produção de sentidos. A proposta apresentada na **seção 3.3** reúne elementos conceituais para a análise das práticas discursivas, discutidos na seção 3.1 e, uma reflexão acerca da noção de **repertórios discursivos** (reformulando a noção de repertórios interpretativos).

### 3.1 Discurso como prática

No que refere à dialogia e à idéia de descentralização do sujeito no campo da psicanálise<sup>56</sup>, os estudos de Lacan remetem a uma reflexão acerca do

---

<sup>56</sup> Refere-se ao tratamento pela *fala* como lugar exclusivo do tratamento psíquico (Amossy, 2005).

processo de construção da subjetividade: “tese do eu”. Nesses estudos, discute-se acerca do “eu” como imagem do semelhante; e do inconsciente como discurso do outro. Trata-se de um redirecionamento na teoria do sujeito, focalizando o caráter filosófico da subjetividade e distanciando-se do modelo biológico, aproximando-se do lingüístico (Amossy, 2005; Nasio, 1993).

Nessa perspectiva, inserem-se as abordagens interacionistas, principalmente no campo da sociologia, por meio das quais advoga-se a importância da interação social como veiculadora das imagens que os sujeitos constroem de si mesmos nos discursos (Amossy, 2005). Trata-se de um movimento que privilegia o descentramento da noção de “sujeito empírico” (sujeito biológico e subjetivo) para a formação de um “sujeito discursivo<sup>57</sup>”.

Foucault (1997) explicita a preocupação pelos posicionamentos ocupados nos discursos pelos próprios sujeitos, em busca de um comportamento emancipado, baseado na reflexão sobre eles mesmos e sobre a ética. Esses posicionamentos, segundo o autor, envolvem relações de poder que afetam o cotidiano das pessoas (Foucault, 1979).

Foucault (1979) ressalta uma forma de poder que é exercida para manter os “corpos” (pessoas) em estado de docilidade (poder disciplinar), por meio do controle do tempo, do espaço e da vigilância. Por isso, as disciplinas têm os seus discursos são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. No entanto, o autor ressalta que o discurso das disciplinas não corresponde ao discurso da regra jurídica ou a qualquer manifestação formal, mas corresponde à regra natural, do domínio das ciências humanas.

---

<sup>57</sup> Constitui-se na dimensão da linguagem. Não se trata do sujeito empírico (o indivíduo propriamente dito), mas, do sujeito que “se” constrói no/pelo discurso. Sendo assim, um mesmo sujeito pode construir vários “sujeitos discursivos” durante o discurso (influenciado pelas condições de produção e vice-versa). Na análise das práticas discursivas não interessa os posicionamentos e intencionalidades dos sujeitos empíricos durante as análises, por exemplo: “o discurso do sindicato, o discurso do desempregado”. O que interessa é como o discurso sobre o desemprego se constrói.

Para o autor, a linguagem funciona como veículo de manifestação de forças e exercício de poder. Essas forças, assim como a subjetividade, seriam difusas e não pertenceriam ao sujeito interior. Trata-se da importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas. Para Foucault (1979), esse caráter relacional implica que as práticas contra o exercício do poder não são exteriores, nada está isento de poder e as resistências situam-se nas redes de poder, disseminadas e inescapáveis socialmente. Essa relação pode-se manifestar pelos discursos, os quais são capazes de situar os saberes cotidianos.

Portanto, o autor afirma que o poder também é libertador e está em estreita relação com o saber. Foucault (1997) acrescenta ao conceito de poder um caráter de autogoverno, um cuidado de si que autocapacita e emancipa. A preocupação de Foucault (1997) passa a ser o que constitui o sujeito, por meio da relação na qual ele se constitui e se reconhece. Essa relação, por sua vez, envolve escolhas, posicionamentos, ou seja, trata-se da análise da ética.

Pode-se dizer que Foucault (1997) apresenta os mecanismos de poder como instrumentos da objetivação e da subjetivação do indivíduo moderno. Essa análise leva à reflexão foucaultiana da necessidade do homem moderno de construir uma ética que possa ser o fundamento de sua própria constituição. Dessa forma, o que importa são as diferentes formas de constituição do sujeito por meio de procedimentos de uma ética apoiada na reflexão sobre si, independentemente de mecanismos disciplinares.

Para isso, Foucault (1997) baseia-se na forma pela qual o indivíduo constitui a si mesmo como sujeito moral, ao agir sob a influência de um código. Esse código seria formado mediante a elaboração do trabalho ético sobre si mesmo, não somente tornando os atos individuais adequados a uma regra dada, mas também os atualizando pelo exercício da prática moral.

A subjetividade, nessa concepção, constitui-se pelos jogos de linguagem em curso e pelas posições e funções que os sujeitos ocupam em uma diversidade discursiva, ou seja, a subjetividade está diretamente relacionada aos jogos de poder estabelecidos pela linguagem, para a busca do conhecimento.

Para Foucault (2004), essa busca implica escolhas por parte dos sujeitos e, portanto, liberdades que só poderiam ser compreendidas por meio de uma subjetividade que não é constituída pela imposição do exterior ao pensamento dos indivíduos e nem mesmo pela sua constituição puramente psicológica.

É no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault (2004) observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes; dessa articulação resulta o sujeito. A discussão central é a consideração de que a constituição subjetiva ocorre na discursividade e na dialogia, portanto, na intersubjetividade. O objeto dessa prática, como Foucault (2004) afirma, não é possível de ser “dito” em qualquer lugar ou tempo - a história e o contexto são de extrema importância para a compreensão dos discursos.

A noção de intersubjetividade é a base para a crítica à concepção mais tradicional do entendimento da linguagem<sup>58</sup>. Essa crítica é representada, no campo da lingüística, pela corrente pragmática. A pragmática tem como principal objeto o uso da linguagem, considerando o contexto e a história nos quais esse uso se concretiza em prática. Trata-se de um movimento para o estudo da linguagem em ação (Maingueneau, 1989).

---

<sup>58</sup> A corrente tradicional entende a linguagem enquanto um sistema de signos, ou seja, um sistema virtual e abstrato de regras formais, excluindo a historicidade (Gregolin, 2004). Essa corrente tem Ferdinand Saussure como precursor no campo da lingüística e, sua principal expressão é a busca do conhecimento por meio de um esquema composto por um *significante* (sujeito que observa) e por um *significado* (objeto). Esse esquema é materializado na linguagem por meio da produção dos signos, como representações da realidade. Nessa perspectiva, o signo sempre designa uma realidade, como a imagem no espelho designa o sujeito (Gregolin, 2004). Para Foucault (1987), esse tipo de relação, entre linguagem e pensamento, deve ser superada, pois leva à “leitura do livro da natureza” e, conseqüentemente, à busca das evidências das coisas.

O pragmatismo é consequência da *Teoria dos Atos de Fala*, reinterpretada por Wittgenstein (1995). Essa corrente ocupa-se da linguagem em movimento e da imagem de si construída nos discursos (dialogia e intersubjetividade). O foco desloca-se da interlocução para a interação social, privilegiando o contexto e a história, pois, ao influenciarem na construção das imagens, também fazem parte de sua constituição (Maingueneau, 1989). Nessa perspectiva, a relação entre o discurso, a história, os sujeitos e a produção de sentidos está no centro da investigação (Gregolin, 2004, p. 67).

Dessa forma, Foucault (2004) defende que o texto é uma ação, uma prática. Ele afirma que as condições que produzem esse texto são construções históricas. A linguagem, portanto, pode ser compreendida como um discurso em movimento, e esse, por sua vez, como uma prática. Isso requer o questionamento da transparência da linguagem nas ciências sociais, porém, não estacionando na **interpretação**, mas na **compreensão** dos saberes e da forma como se articulam.

Foucault (2004) não relaciona os saberes com a estrutura social, mas, ao tratar dos discursos de certos domínios do saber, busca definir os próprios discursos como práticas, as quais envolvem posicionamentos e intersubjetividade, explicitando a possibilidade de um estudo do homem mediante o estabelecimento de uma rede conceitual que cria o espaço de existência:

*“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (...) O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”* (Foucault, 2004, p. 10)

A concepção foucaultiana de discurso como prática discursiva desloca o foco da análise dos discursos. Em vez de se concentrar na busca pelas

representações que estão por trás dos discursos, devem-se considerar os discursos como acontecimentos que permitem o acaso, o descontínuo, mas, também, a regularidade.

Nessa perspectiva, tanto do ponto de vista da descentralização do sujeito, quanto no que refere à noção de prática discursiva (a discursividade é uma forma de ação social), pode-se situar a **análise do discurso** ou **análise das práticas discursivas**, tomando como objeto o processo de produção de sentidos por meio dos discursos (Gregolin, 2004).

### **3.1.1 Elementos para a análise das práticas discursivas**

Na análise das práticas discursivas, privilegia-se a linguagem cotidiana como uma prática carregada de sentidos. No entanto, mesmo não focalizando na intencionalidade dos sujeitos, não se pode deixar de considerar a ideologia e a história que perpassam os discursos (Gregolin, 2004).

Para Fiorin (1988), a linguagem funciona como uma instituição social e como um veículo de ideologias<sup>59</sup>, por isso, podem-se verificar as determinações da ideologia na linguagem. O discurso, nessa perspectiva, é uma combinação de elementos lingüísticos utilizados pelos sujeitos, com o propósito de exprimir pensamentos e de agir sobre o mundo. Fiorin (2001) afirma que, no nível do discurso, podem ser estudadas as coerções sociais que determinam a linguagem, e não no nível da língua. Com isso, Fiorin (2001) afirma que existem “percursos semânticos” (de sentido), em um discurso, os quais podem ser figurativos ou temáticos, funcionando como principal categoria descritiva, veiculando a visão de mundo defendida. Os discursos podem conter vários percursos semânticos

(de sentido) os quais, por sua vez, podem abarcar subconjuntos no seu interior. Nesse sentido, não interessam as figuras e temas de forma isolada em um discurso, mas como um encadeamento de sentido inserido em um contexto e tempo determinados.

É fundamental, no entanto, ressaltar que Fiorin (2001) não se preocupa com o enunciador real (sujeito empírico), mas com o enunciador que se inscreve no discurso. Não se trata de descobrir a “verdadeira” visão de mundo, mas a que formação ideológica pertence um dado discurso.

Pêcheux (1997) reflete acerca do discurso e de sua relação com a ideologia, o sujeito e o sentido. O autor se concentra na busca de construir a *análise do discurso*, diferenciando-a da análise de conteúdo<sup>60</sup>. A análise do discurso envolve a língua, os sujeitos, a história e um projeto político de intervenção de classes, o qual veicula a presença marcante da ideologia nas análises. Dessa forma, Pêcheux (1997) estabelece uma busca metodológica que se materializa na tentativa de construir um método para a análise do discurso: *a análise automática*. Por meio da análise automática do discurso, busca-se: “colocar em evidência traços do processo discursivo, a fim de determinar os enunciados de base produzidos pela máquina discursiva” (Gregolin, 2004, p. 62).

O autor acredita que as formações discursivas são passíveis de serem caracterizadas pela relação entre classes e pela ideologia. O dizível, portanto, forma um sistema que delimita uma possibilidade ideológica de acontecimento. Sua reflexão focaliza a ligação entre o discurso e a ideologia. Ou seja, o sujeito

---

<sup>59</sup> Para esse autor, a ideologia é o conjunto de idéias e representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens.

<sup>60</sup> Trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permita a inferência de conhecimentos relativos às

passa a ser efeito de um plano ideológico e é na condição de sujeito que qualquer pessoa é interpelada a ocupar um lugar determinado no sistema de produção (Pêcheux, 1997).

Portanto, ao realizar a análise das práticas discursivas, a ideologia não é desconsiderada e sim a intencionalidade dos sujeitos. Essa postura justifica-se na medida em que os dizeres não são considerados como mensagens a serem codificadas, mas trazem efeitos de sentidos produzidos em condições históricas determinadas, que estão presentes no modo como se diz o que se diz.

Nessa perspectiva, o sujeito não tem autonomia pelo modo como o sentido se constitui no discurso. O fazer sentido é apenas uma relação de identificação do sujeito com o discurso, com “outras vozes” e com a história: *“inserido na história e na memória, cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno vôo”* (Gregolin, 2001, p. 10).

Essa perspectiva vai ao encontro da abordagem foucaultiana por focalizar no “lugar” de aparecimento dos discursos e de seus objetos (como a loucura ou o desemprego) e não no sujeito empírico. Para tanto, é preciso analisar a permanência ou regularidade dos discursos e, por outro lado, suas rupturas (por meio dos posicionamentos dos sujeitos). Por isso, deve-se ressaltar que as regularidades discursivas, por sua vez, são perpassadas pelos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiaridade, de limite e de transformação, a fim de não privilegiar um outro conceito, o da continuidade.

Para Foucault (2004), não se pode analisar um determinado discurso, como a medicina, por exemplo, em prol de elementos como a tradição,

---

condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

influência, evolução ou mentalidade. Pelo contrário, existem sistemas de regras que regulam o aparecimento dos discursos, mas:

*“Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim, articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou excluem”* (Foucault, 2004, p. 52)

Ou seja, em um discurso jamais se pode assinalar um acontecimento verdadeiro, pois há sempre uma origem secreta, um “já-dito” a ser compreendido. Por isso, Foucault (2004) adverte que é preciso renunciar aos temas que se referem também à continuidade dos discursos, e acolhê-los nos momentos de suas instâncias.

Observa-se a busca pelas unidades discursivas que se expressam em um processo de descrição de acontecimentos discursivos: como os enunciados. Dessa forma, pode-se compreender o enunciado na singularidade de determinada situação, em determinada condição de existência, estabelecendo ligações com outros discursos e possibilitando a visualização dos discursos excluídos. Não se trata de limitar um discurso a um determinado espaço, mas de abrir caminho para descrever jogos de relações dentro e fora dos discursos (Foucault, 2004).

Esses jogos de relações, ou as relações entre os enunciados, que acabam por definirem domínios como economia, medicina, etc., segundo Foucault (2004), são definidos pela dispersão dos pontos de escolha que os temas deixam livres. Ou seja, pelas diferentes possibilidades de suscitar estratégias opostas. Esse tipo de ligação entre os enunciados nomeia-se *formação discursiva*:

*“Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações)*

*entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva”* (Gregolin, 2004, p. 90).

Essa ligação, por sua vez, é composta de regras de formação, as quais delimitam as condições de existência dos objetos do discurso (a loucura ou o desemprego, por exemplo), a modalidade de enunciação, conceitos e escolhas temáticas: “*as formações discursivas produzem o objeto sobre o qual falam*” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 68). Trata-se de um conjunto de regras anônimas e históricas. Essas regras são determinadas no tempo e no espaço e definem o exercício da função enunciativa, em uma dada época e área social.

Por isso, não é possível compreender as relações discursivas como internas ou externas aos discursos, devem ser entendidas como relações limiares, que oferecem objetos de que se pode dizer e que determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar. Os objetos devem ser definidos no próprio conjunto de regras que permitem formá-los como objeto de um discurso e que constituem suas condições de aparecimento histórico.

Tais regularidades que constituem as formações discursivas são interpretadas por Bakhtin (2003) como *gêneros do discurso*. Bakhtin (2003) propõe o estudo das redes e trajetões, inseridos em práticas discursivas cristalizados em gêneros. Além desses elementos, deve-se considerar a heterogeneidade e a alteridade dos discursos como linguagem social. Para o autor, essa linguagem seria perpassada pelos discursos peculiares a um estrato específico da sociedade, num determinado contexto, em um determinado momento histórico.

Os gêneros do discurso são perpassados por diversas “vozes” que configuram a heterogeneidade discursiva (Bakhtin, 2003). Esse autor privilegia a interação com o “outro” nos discursos, afirmando que o discurso é polifônico, e que o sujeito não pode controlar os efeitos dos sentidos. Sendo assim, considera-se a diversidade nos discursos. Trata-se de um processo de interanimação

dialógica. Para Bakhtin (2003), os enunciados são limitados pela alternância de sujeitos discursivos, ou seja, antes do início de um enunciado já existe o enunciado de “outros” (o já dito); da mesma forma, antes do término de um enunciado, existe uma resposta de “outros” (o que ainda não foi dito): *“essas relações entre enunciações plenas não se prestam à gramaticalização, uma vez que, reiteremos, não são possíveis entre unidades da língua, e isso tanto no sistema da língua quanto no interior do enunciado”* (Bakhtin, 2003, p. 276).

Essa heterogeneidade pode ser caracterizada pela presença, nos discursos, dos elementos interdiscursivos. Pêcheux (1997) preocupa-se com os relacionamentos entre os elementos intradiscursivos (sistema lingüístico) e interdiscursivos. Para o autor, o interdiscurso contém a memória discursiva que retorna ao discurso.

Ao afirmar que o discurso está relacionado com aquilo que está dito no texto, em outros lugares, com o que não está dito aparentemente, e que nesse processo os sujeitos constituem-se nos discursos, Pêcheux (1997) sublinha que o sujeito discursivo é mantido pelo interdiscurso. Pêcheux (1997) privilegia o interdiscurso como “condições de produção” que se materializam pelo conjunto de contexto e memória (contendo a ideologia). Nessa concepção, as formas lingüísticas são vestígios nos quais a repetição se inscreve em uma ordem.

Quanto às condições de produção do discurso, pode-se dizer que se trata de uma proposta de Pêcheux (1997) para o estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso, ressaltando que não se trata apenas das condições sócio-históricas, mas de uma articulação entre memória discursiva e contexto.

A noção de ideologia é re-interpretada como memória e não como um conjunto de representação. Ela passa a ser vista como um efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história. Mesmo considerando a ideologia e os posicionamentos dos sujeitos discursivos, ou seja, considerando que os sujeitos não estão assujeitados, é preciso atentar para o fato de que esses

posicionamentos não podem ser o foco das análises e sim o processo de fazer sentido (Orlandi, 2003).

Considerando a reflexão acerca dos elementos conceituais para a análise das práticas discursivas, por meio da concepção do discurso como prática discursiva e social, evidencia-se, no campo da linguagem, uma discussão acerca da superação do discurso da dualidade e das transformações conceituais na idéia de sujeito, objeto e produção de conhecimento. Nessa perspectiva, considera-se o construcionismo como um processo de produção de sentidos e como uma base epistemológica para a análise das práticas discursivas.

### **3.2 A temporalidade e a noção de repertórios interpretativos para o estudo construcionista das práticas discursivas**

A reflexão acerca dos postulados do construcionismo converge para a noção de que tanto o sujeito, quanto o objeto, são construções sociais dialógicas e que, nesse processo de interação, produzem-se sentidos acerca da realidade. Entende-se que esse processo de interação dá-se pelas práticas discursivas. Algumas conceituações desenvolvidas por Bakhtin (2003) e Foucault (2004), por exemplo, são classificadas por Ñiguez (2002) como construcionistas.

Além disso, verifica-se a centralidade do conceito de condições de produção para a análise das práticas discursivas, corroborando com o construcionismo, ao considerar o conhecimento como uma construção histórico-dialógica. Se o conhecimento é um processo de “fazer sentido”, esse processo pode se materializar pela compreensão das práticas discursivas. Na análise dessas práticas, privilegia-se a percepção dos sujeitos sobre a realidade como constituinte do conhecimento. Esse processo pode se manifestar pelas regularidades dos discursos que remetem às condições de produção.

Deve-se considerar o conhecimento como uma construção histórica (Gergen, 1985). Nesse processo, ao privilegiar o sujeito discursivo e sua relação intersubjetiva com a realidade, por meio das estratégias de posicionamento e das condições de produção estabelecidas, reafirma-se que o indivíduo constrói uma relação dialógica com a realidade e que, em decorrência disso, o discurso, ou o fenômeno em estudo, manifesta-se como produto e produtor dessa dialogia. Por fim, ao considerar o discurso como uma prática, uma enunciação; e que a linguagem é um veículo de conhecimento, configura-se o processo de construção do conhecimento como uma forma de ação social.

Nesse sentido, propõe-se uma articulação entre a análise das práticas discursivas e a perspectiva sócio-construcionista. Para tanto, apresenta-se a proposta de Spink & Medrado (2004), os quais propõem uma abordagem construcionista para a análise das práticas discursivas mediante um processo de produção de sentidos no cotidiano. Para os autores:

*“O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas- na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (Spink & Medrado, 2004, p.41).*

Esses autores tratam a produção de sentidos como um fenômeno sociolinguístico, embasada no referencial do construcionismo social. Para os autores, as práticas discursivas podem ser mais bem compreendidas considerando três dimensões básicas: a linguagem, a história e a pessoa. Nessas dimensões, é possível discutir elementos teóricos e metodológicos, os quais sistematizam uma análise de produção de sentidos sob o enfoque construcionista.

Na dimensão da **linguagem**, os autores focalizam a linguagem em uso, com base na interface entre discurso e as condições de produção. Trata-se de

adotar o discurso como uma prática discursiva e social. A dimensão central dessa abordagem é o discurso em movimento, produzindo sentido e ação. A linguagem é polissêmica e os grupos não têm um único tipo de discurso (Potter & Wetherell, 1987). Por isso, as conseqüências produzidas pelas práticas discursivas nem sempre são intencionais (os sujeitos não controlam os efeitos de sentidos em seus discursos). Spink & Medrado (2004) advertem que os momentos de regularidades, os quais eles chamam de conteúdos das práticas discursivas, apresentam momentos de rupturas quando considerada a relação do discurso com as condições de produção.

No que refere à dimensão da **pessoa (sujeito)**, focaliza-se na dialogia e não no sujeito empírico. O caráter relacional está na base das definições, trata-se da *“pessoa no jogo das relações sociais, inserida num constante processo de negociação, desenvolvendo trocas simbólicas, num espaço de intersubjetividade ou, mais precisamente, de interpessoalidade”* (Spink & Medrado, 2004, p. 55). Refere-se também, às tensões estabelecidas entre o “eu” interior, subjetivo; e, o “eu” relacional, intersubjetivo (Gergen, 1985).

Finalmente, na dimensão da **história**, essa concepção é reforçada ao afirmar que conceitos como construção histórica são variantes no tempo, pois existe um diálogo entre sentidos novos e antigos. Ao afirmar que existe um diálogo entre sentidos novos e antigos, Bakhtin (2003) desenvolve a noção de pequeno e grande tempo. No pequeno tempo, seriam observadas as regularidades “os gêneros do discurso”. No grande tempo, o qual remete à memória e história, seria possível verificar as rupturas desses gêneros, configurando o processo de produção de sentidos.

Admite-se o posicionamento de Spink & Medrado (2004), os quais propõem a seguinte caracterização: **tempo longo** (remete à memória), **tempo vivido** (remete aos processos de socialização dos sujeitos e dos discursos,

incluindo os contextos) e **tempo curto** (marcado pelo processo diálogo e pela intersubjetividade).

A noção de temporalidade é central na dimensão da história. Nessa dimensão, aborda-se o conceito de *repertórios interpretativos* (Potter & Wetherell, 1987). Esses autores desenvolvem a noção de repertórios interpretativos, fundamentada nos pressupostos da teoria dos atos de fala, definidos como as unidades de construção das práticas discursivas, que são histórico e culturalmente constituídos. Medrado-Dantas (1997, p. 56) define os repertórios como:

*“os sentidos que se deixam dizer. São componentes fundamentais para o estudo do discurso, pois é através deles que podemos entender tanto a estabilidade como a dinâmica e a variabilidade das produções lingüísticas humanas (...) os repertórios compreendem, na abordagem da análise de discurso, um conjunto de elementos aprendidos ao longo do nosso desenvolvimento pessoal e que utilizamos para dar sentido às situações que vivenciamos e para produzirmos discursos (...) as pessoas dispõem de um leque de repertórios possíveis”*

No cotidiano, o sentido refere-se ao uso que se faz dos repertórios interpretativos (Spink & Medrado, 2004). Gergen (1985) afirma que se trata de uma certa demanda cultural para um *self* estável que mantém essa regularidade nos discursos.

Além disso, Spink & Medrado (2004) definem as categorias como constituintes dos repertórios interpretativos. As categorias estão presentes na própria organização da linguagem, são estratégias lingüísticas sujeitas à indexicalidade e retórica, e são adaptáveis à situação em que ocorre a conversa, aos requisitos e à perspectiva:

*“As categorias constituem importantes estratégias lingüísticas, estando presentes na própria organização da linguagem (verbal, escrita,*

*gestual, icônica). Utilizamos categorias para organizar, classificar e explicar o mundo. Falamos por categorias” (Spink & Menegon, 2004, p.78).*

Portanto, os repertórios interpretativos e as categorias são as “regularidades discursivas”, mas que, quando remetem à memória, também apresentam rupturas. Os repertórios interpretativos e as categorias seriam, portanto, os conteúdos e as formas das práticas discursivas, respectivamente, os quais são manifestações dos momentos de regularidades. Para Potter & Wetherell (1987), as práticas discursivas envolvem uma construção e uma variação, os repertórios seriam as unidades de construção das práticas discursivas.

Medrado-Dantas (1998) considera que, no conceito de repertórios interpretativos, nem os grupos e nem os sujeitos são identificados como caracterizados por único tipo de discurso, porém, focaliza-se na **interpretação** dos repertórios que constituem os discursos.

Considerou-se a contribuição da temporalidade para a análise das práticas discursivas. No entanto, propõe-se uma releitura da noção de repertórios interpretativos para além de um processo de interpretação dos conteúdos e das formas presentes nos discursos. Acredita-se que a noção de repertórios interpretativos possa ser analisada nos tempos longo, vivido e curto, considerando as condições de produção. Dessa forma, a análise estaria voltada para os momentos de rupturas discursivas. Para tanto, desenvolveu-se uma proposta teórico-metodológica para o estudo.

### **3.3 Perspectiva teórico-metodológica: repertórios discursivos**

Vale recuperar os principais conceitos que norteiam a análise das práticas discursivas, detalhando as estratégias de análise provenientes desses.

Na perspectiva das práticas discursivas, o discurso, como um processo de enunciação, é uma manifestação da linguagem em uso. Remete-se à idéia de curso e movimento, por meio da qual o discurso pode ser um processo de materialidade da ideologia ou veículo de manifestação de forças. Trata-se de compreender o discurso como uma ação social inseparável dos grupos que o produzem. Sendo assim, o discurso é uma prática discursiva e, como um processo de enunciação, a prática discursiva manifesta-se pelo enunciado, que é o acontecimento discursivo e o produto do ato de enunciação. O enunciado só pode ser compreendido no contexto.

**Considerando o discurso como uma enunciação, uma prática discursiva, o sujeito exerce o papel de produto e produtor dessas práticas. Ele é o produto, na medida em que existem certas “regras” e ideologias que estabelecem relações necessárias entre discurso, história e sujeito, para que ele se constitua por meio da linguagem. Por outro lado, ele é produtor, na medida em que está livre para posicionar-se na prática discursiva por meio de algumas estratégias de posicionamento (Foucault, 2004). Dessa forma, o sujeito se emancipa de uma “ideologia acima da história”, como um conjunto de representações e visão de mundo. O sujeito não está interpelado ideologicamente no discurso, não está assujeitado a uma ideologia totalizante (embora existam ideologias e regras), pois, pode posicionar-se e produzir um discurso, pode se tornar um “sujeito discursivo”.**

Uma das estratégias de posicionamento utilizadas pelos sujeitos é a construção das “imagens de si” nos discursos, que pode ser compreendida por meio da construção das personagens nos discursos. Nessa noção, interessa o “personagem” do discurso e não o sujeito empírico. Todo discurso implica uma construção de uma “imagem de si” que legitima o que é dito (Maingueneau, 1998). A personagem está relacionada à enunciação e não a um saber extradiscursivo (não é o caráter do sujeito empírico).

Maingueneau (2005) aprofunda no conceito das imagens construídas nos discursos e desenvolve a noção de *ethos* para as práticas discursivas, admitindo que os sujeitos podem construir várias imagens no discurso, posicionando-se em diferentes “lugares de dizer”. Para o autor, o enunciado deve conferir ao enunciatário certo *status* para legitimar seu discurso. O autor propõe que qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse (Amossy, 2005): “*Em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o ethos se desdobra no registro do mostrado e, eventualmente, no do dito. Sua eficácia decore do fato de que envolve, de alguma forma, a enunciação sem ser necessariamente explicitado no enunciado*” (Maingueneau, 2005, p. 70).

Ainda com relação às estratégias de posicionamento, pode-se citar a articulação de **marcas de subjetividade** no discurso (Fiorin, 2001; Maingueneau, 1989). Essas marcas de subjetividade podem ser temporais (presente, passado, etc.); referentes às maneiras de narrar em primeira ou terceira pessoa do plural ou não, como opção feita para transmitir efeitos de subjetividade e objetividade; e podem explicitar-se pela utilização de expressões não utilizadas comumente pelos sujeitos (Maingueneau, 1989).

Um outro tipo de estratégia de posicionamento é a utilização de procedimentos argumentativos, tais como: **ilustração, ironias e silenciamentos** (Fiorin, 2001). As ilustrações remetem à memória discursiva - podem se materializar por meio de exemplos utilizados pelos sujeitos para legitimar o discurso. As ironias ocorrem quando o enunciador diz algo que deve ser compreendido como seu contrário. Mais precisamente, quando se afirma no enunciado e se nega na enunciação, com a função de chamar a atenção para a oposição entre o ser (o que efetivamente é) e o parecer (a imagem que se faz dele) (Fiorin, 2001). Os silenciamentos, propriamente ditos, são as pausas e

reticências que se observam em um discurso e que, geralmente, remetem a um outro discurso.

Nesse sentido, o foco da análise das práticas discursivas está na compreensão de como essas práticas se materializam, constituem e são constituídas pelos sujeitos. Por isso, não interessa qual é a intenção de um sujeito (empírico ou discursivo) quando ele se posiciona (ideologicamente ou não) em um discurso, mas como esse posicionamento possibilita dizer o que é dito e excluir outros dizeres. Ou seja, como, por meio desses posicionamentos, os quais podem ser ideológicos, possibilita-se o aparecimento de objetos do discurso, como o desemprego, por exemplo.

**O processo de produção de sentidos se materializa pelas práticas discursivas.** O que se diz “faz sentido”, pois existem condições para a produção desses dizeres. As **condições de produção constituem-se pela memória e contexto**; de maneira geral, podem ser entendidas como um sistema que, ao mesmo tempo, possibilita e constitui o que é dito (e o que está implícito na prática discursiva). Trata-se de um conceito primordial para a análise das práticas discursivas como processo de produção de sentidos.

**No que refere à memória**, pode-se dizer que se trata de um recurso a um sistema institucionalizado que legitima um discurso. A memória pode ser compreendida (além da própria história) pela explicitação, nos discursos, dos **conceitos, metáforas e metonímias**. Todos esses elementos remetem aos temas e figuras citados por Fiorin (2001).

Os temas, por exemplo, são os **conceitos** propriamente ditos. Os textos temáticos utilizam-se dos conceitos como um investimento semântico, de natureza puramente conceitual. “*Os temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural*” (Fiorin, 2001, p. 65). As metáforas e metonímias são as figuras de linguagem utilizadas nas práticas discursivas e nos textos figurativos. **Metáfora** é a substituição de uma palavra

por outra, quando há uma relação de similaridade entre o termo de partida e o de chegada. **Metonímia** é a substituição de uma palavra por outra quando há uma relação de contigüidade entre os termos.

Tanto o conceito, quanto as metáforas e as metonímias, remetem à memória e ao processo de fazer sentido. Mas, esses elementos também podem ser entendidos como um procedimento discursivo por meio do qual o enunciador rompe, de maneira calculada, com as regras, produzindo novos sentidos (Fiorin, 2001).

**O interdiscurso, como outro elemento constituinte da memória,** remete a uma heterogeneidade do discurso que está sempre em diálogo com “outras vozes”, é o “não dito” ou não explicitado no discurso. Maingueneau (1989) ressalta dois tipos de heterogeneidade: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. A heterogeneidade mostrada incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. Existem algumas “marcas” que caracterizam esse tipo de heterogeneidade. Esse tipo de heterogeneidade pode ser percebido no próprio processo de enunciação e no enunciado. A heterogeneidade constitutiva aborda uma heterogeneidade que não é marcada no enunciado, mas que o analista pode definir, formulando possíveis sentidos por meio do conhecimento da memória e do contexto, ou seja, das condições de produção.

A heterogeneidade mostrada faz parte do intradiscurso e pode ser compreendida por meio de **pressuposições** retiradas do próprio enunciado (heterogeneidade mostrada: paráfrase, negação, discurso relatado, palavras entre aspas, entre outros). O **interdiscurso** constitui-se da heterogeneidade constitutiva, que são os **subentendidos**. Na concepção de Maingueneau (1998), os subentendidos não devem ser confundidos com os pressupostos, pois são conteúdos implícitos que dependem da compreensão do contexto pelo co-enunciador e são decifrados graças a uma leitura analítica desse. O pressuposto,

por sua vez, está inscrito na própria estrutura lingüística. Além disso, os subentendidos também não podem ser confundidos com os silenciamentos. Pode-se compreender um silenciamento por meio de subentendidos, mas, nem todo subentendido configura-se como um “silêncio”.

As condições de produção estabelecem as regras para o funcionamento das práticas discursivas, para a emergência e para o estabelecimento dos saberes. Ou seja, estabelece as regularidades discursivas. Dessa forma, as práticas discursivas são compostas por: regras, ideologias, personagens, marcas de subjetividade, ilustrações, ironias, silenciamentos, conceitos, metáforas, metonímias, pressupostos, subentendidos e contexto.

Todos esses elementos remetem à memória discursiva e explicitam as regularidades, *o que é permitido dizer*. Porém, existem os momentos de ruptura dessas práticas que são as descontinuidades que marcam os reposicionamentos dos sujeitos (linguagem é um processo inacabado). Afirma-se que as regularidades manifestam-se como formações discursivas (Foucault, 2004) e remetem aos constructos intradiscursivos.

Por outro lado, a visualização dos momentos de rupturas é explicitada no momento em que os sujeitos se reposicionam nos discursos e está mais ligada ao interdiscurso. Esses posicionamentos ocorrem na análise da temporalidade, considerando as condições de produção (Spink & Medrado, 2004). Dessa forma, reformulou-se o conceito de repertórios interpretativos para a noção de repertórios discursivos, focalizando os momentos de rupturas para a reflexão acerca dos caminhos percorridos pelos sujeitos nos discursos.

Nessa perspectiva, os repertórios discursivos são *os caminhos pelos quais os sujeitos constroem determinados discursos acerca dos objetos e explicitam as contradições e concorrências entre as formações discursivas que compõem esse objeto, pois a regularidade não ocorre em um tempo histórico*. Trata-se de centralizar, principalmente, nas condições que constituem os

discursos em uma temporalidade, considerando o momento em que as formações discursivas se modificam ou “quebram” a sua continuidade.

Os repertórios são históricos e culturalmente construídos, e embora remetam às regularidades, quando são analisados em conjunto com as condições de produção, incluem também a variabilidade, a descontinuidade. É justamente nos momentos de rupturas, no diálogo com “outras vozes” que as práticas discursivas se materializam em ação e é possível visualizar os sentidos (figura 3):

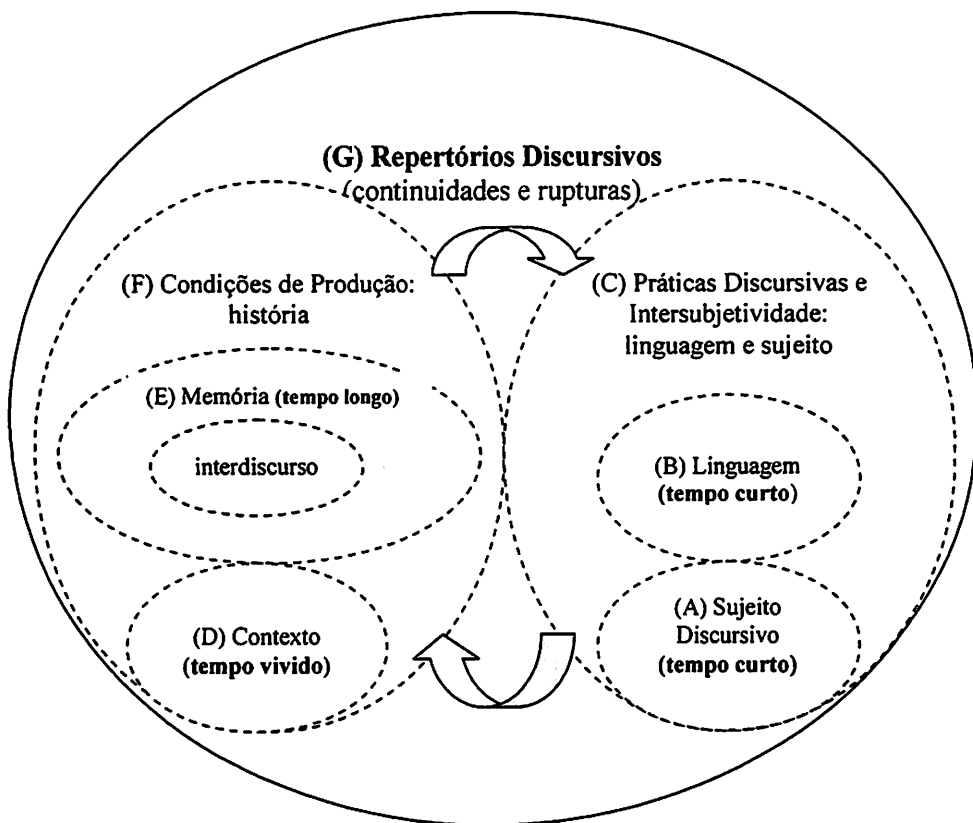


Figura 3 - Proposta teórico-metodológica para a análise sócio-construcionista das práticas discursivas

Fonte: elaborado pela pesquisadora

A proposta para a “**análise sócio-construcionista das práticas discursivas**” fundamentou-se em uma síntese entre os pressupostos construcionistas, os conceitos elementares para a análise das práticas discursivas e a abordagem dos repertórios discursivos. A partir dessa síntese, procurou-se “integrar” os conceitos (e sua nomenclatura) derivados da análise das práticas discursivas e do referencial do construcionismo social.

A proposta teórico-metodológica expressa as dimensões que devem ser consideradas para a análise construcionista do processo de produção de sentidos. Apresentou-se a noção de repertórios discursivos para a visualização dos “caminhos” percorridos nos discursos. Centralizou-se, portanto, no processo de construção dos discursos, em como se constroem os sentidos acerca de determinado fenômeno. Essa noção, por um lado, remete à regularidade discursiva e alinha-se à idéia de formação discursiva.

No entanto, quando se considera a temporalidade (tempo longo, vivido e curto) e a relação da dimensão da linguagem e do sujeito com a dimensão histórica, advoga-se que os repertórios ou o conjunto de repertórios indicam as rupturas das práticas discursivas. Essas rupturas configuram o processo de “fazer sentido” acerca de determinado fenômeno. Dessa forma, articulam-se as cinco premissas construcionistas, materializadas pela temporalidade e dialogia, com os elementos conceituais para a análise das práticas discursivas.

A figura 3 pode ser compreendida da seguinte maneira: a) o sujeito discursivo constitui a linguagem por meio dos posicionamentos que ocupa nos discursos; b) por outro lado, ele também é constituído pela linguagem por meio das regras e ideologias; c) todo esse processo de dialogismo ocorre no *tempo curto*, o tempo da própria organização da linguagem; d) porém, as regras e ideologias presentes na linguagem e a constituição do sujeito discursivo relacionam-se ao contexto (experiências vividas, recorte temático de objeto de

discurso, por exemplo: desemprego no período da reestruturação produtiva). As condições do contexto ocorrem, principalmente, no *tempo vivido* dos sujeitos; e) além do contexto, a dialogia também se relaciona com a memória sobre o que se diz. Essa memória é composta pelo interdiscurso (o não dito), observados quando se considera um *tempo longo* de análise; f) o tempo vivido e o tempo longo, portanto, ocorrem na dimensão histórica de análise; g) ao se analisar o tempo longo, pode-se compreender como as práticas discursivas produzem sentidos por meio das várias formações discursivas, as quais podem modificar suas trajetórias. Essa visualização de trajetórias constitui os repertórios discursivos.

Vale ressaltar que o processo não se fecha, pois os próprios sentidos produzidos acerca de determinado fenômeno podem se configurar como memória e contexto para novos sentidos (a linguagem em ação é um processo inacabado). Considerando-se essa abordagem teórico-metodológica, explicitam-se as práticas a serem adotadas para a realização da pesquisa empírica acerca do fenômeno desemprego.

## 4. DESEMPREGO INDUSTRIAL NA RMBH: EXPLICITAÇÃO DOS PASSOS DA PESQUISA

Admite-se que a ciência, na condição de busca de uma verdade transcendental e verificável, não é o único domínio do saber, visto que o sujeito pode emancipar-se e posicionar-se diante desse “saber” e produzir discursos (Foucault, 2004). Sendo assim, o conhecimento cotidiano passa a ser considerado como um conhecimento “legítimo” e uma forma de produzir sentidos. Concebeu-se a pesquisa científica como uma prática, crítica e social. O que estabelece o *status* de cientificidade refere-se à pergunta: o que é ciência? (Spink & Menegon, 2004).

Dessa forma, na **seção 4.1**, defendeu-se que o rigor em um estudo pode ocorrer pela própria explicitação dos passos da pesquisa, considerando a questão ética. Na **seção 4.2**, discutiu-se a seleção do corpus de análise e dos sujeitos. Na **seção 4.3**, apresentam-se o processo de coleta de informações e os passos seguidos nas análises.

### 4.1 Rigor metodológico e a questão ética

Esta pesquisa está intimamente relacionada aos pressupostos de uma pesquisa edificante, pois, considera-se que a pesquisa é um processo inacabado e contínuo que exige uma busca permanente pelo conhecimento. Dessa forma, o processo de pesquisa estabeleceu-se por meio de uma abertura contínua ao novo, possibilitando a manutenção e conversação durante o processo de análise:

*“o posicionamento da pesquisa como uma prática social assume papel de destaque. Essa postura aponta para o reconhecimento crescente da responsabilidade do pesquisador durante todo o processo da pesquisa e*

*não apenas na apresentação de um produto”* (Spink & Menegon, 2004, p. 85).

Adotou-se a abordagem epistemológica de que o conhecimento é um processo de fazer sentido por meio da opção teórica do construcionismo social e, metodológica, a partir da reflexão sobre a natureza e o uso das práticas discursivas. Nessa perspectiva considerou-se que o processo de conhecimento é socialmente construído e é baseado nas interações entre os sujeitos e a forma como “compreendem” a realidade. Esse processo de interação é remetido à historicidade e às condições de produção.

Trata-se de uma concepção que não busca a verdade absoluta, pois os sujeitos constituem e são constituídos pelos próprios discursos. A perspectiva construcionista alinha-se à pesquisa edificante na medida em que abre espaço para a compreensão, possibilitando a emergência dos sentidos, da esfera simbólica e interativa. Spink & Menegon (2004) defendem a abordagem qualitativa como opção para uma pesquisa construcionista.

A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem de **desfamiliarização**, por parte do pesquisador, com relação à noção de ciência como domínio da razão e procedimento verificável (Woolgar, 1996). Aos estudos que convergem para esse processo de desfamiliarização com uma forma de “fazer-ciência”, somam-se às perspectivas políticas, as quais redefinem um debate entre métodos qualitativos e quantitativos. Triviños (1987) afirma que métodos qualitativos podem fornecer detalhes intrincados de um fenômeno, os quais são difíceis de serem captados pelos métodos quantitativos.

Além disso, situou-se a pesquisa no plano das práticas discursivas, o que implica rever o sentido da “racionalidade”, situando-o no plano da argumentação. Segundo Spink & Menegon (2004), o construcionismo permite estabelecer uma revisão do conceito de rigor, como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da compreensão, de modo a propiciar um diálogo entre

pesquisador e o leitor. O conceito de objetividade precisa ser compreendido na interação, dialogia (Spink & Menegon, 2004). Diante dessas considerações, define-se que o rigor da pesquisa compreensiva e qualitativa reside em esclarecer os passos para o processo de compreensão dos sentidos a serem seguidos pelo pesquisador.

Em uma pesquisa dessa natureza, deve-se atentar para a ética. No Brasil, a normalização para pesquisas envolvendo seres humanos foi promulgada, pela primeira vez, pela Resolução 1/88 do Conselho Nacional de Saúde; essa resolução foi revisada em 1996 (Spink & Menegon, 2004, p. 91; Vieira & Hossne, 1988). No que refere à relação entre pesquisador e participante da pesquisa, Spink & Menegon (2004) apontam três cuidados éticos essenciais na pesquisa qualitativa: consentimentos informados, proteção do anonimato, e o resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participantes.

No que refere aos consentimentos informados, procurou-se documentá-los. Ou seja, antes de interagir com os sujeitos, durante o processo de coleta de informações, obteve-se permissão oficial junto aos responsáveis em cada instituição onde ocorreram as interações. A mesma providência foi tomada quanto à proteção do anonimato dos sujeitos (pessoas entrevistadas), sendo permitido à pesquisadora apenas apresentar e analisar os discursos, caracterizando-os sócio-demograficamente; e, de maneira geral, apresentar as trajetórias profissionais.

Com relação ao resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e participante, a documentação resguarda as duas partes. Por um lado, garante ao sujeito e à instituição a não-veiculação das informações coletadas e dos resultados da pesquisa em veículos de informação de natureza não científica/acadêmica. Por outro lado, a documentação esclarece que a permissão cedida para a realização da pesquisa e, qualquer participação, requerida pelos sujeitos e responsáveis das instituições (como fazer uma leitura

do material, comentários, sugestões de conteúdo, sugestões de bibliografia, disponibilização de documentos e relatórios, etc.), não configura autoria no presente estudo.

Além dessas considerações, uma proposta para uma pesquisa ética deve ir além das diretrizes oficiais. A pesquisa ética configura-se pelo compromisso e aceitação de alguns aspectos que devem ser considerados, tais como (Spink & Menegon, 2004, p. 91): 1) pensar a pesquisa como uma prática social, adotando uma abordagem reflexiva em face do que seja produzir conhecimento; 2) garantir a visibilidade dos procedimentos de coleta e análise dos dados; e, 3) aceitar que a dialogia é intrínseca à relação que se estabelece entre pesquisadores e participantes.

Por meio dessa proposta e, considerando a abordagem ética na pesquisa, definiu-se o objeto de estudo (o fenômeno em estudo); o foco da investigação; e, a partir dessas definições, selecionou-se o “corpus” da análise e os sujeitos.

#### **4.2 Seleção do “Corpus” e dos sujeitos da pesquisa**

O objeto de estudo é o fenômeno desemprego. O foco da investigação recai sobre o processo de produção de sentidos acerca desse fenômeno. Propõe-se a realização de uma pesquisa empírica de cujo objeto é o desemprego proveniente do setor industrial. Portanto, o foco é o processo de produção de sentidos sobre o desemprego industrial. Por meio de um recorte temático para a realização da pesquisa empírica, além de privilegiar-se o desemprego industrial, também reportou-se ao quadro de referência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; e, ao recorte temporal que concentrou-se no ano de 2006.

Selecionou-se como “corpus” de análise para a pesquisa empírica todo o material documental coletado para a análise das condições de produção, além dos discursos construídos por sujeitos que, de alguma forma, considerou-se como envolvidos com o fenômeno em estudo (desemprego industrial), histórico e contextualmente situados no quadro de referência RMBH–MG. Sendo assim, foram considerados como “corpus”: os textos históricos, acadêmicos e relatórios; os discursos escritos e impressos em veículos de mídia, como o jornal do sindicato, por exemplo; e, os discursos expressos por meio da *fala* dos sujeitos. Os sujeitos<sup>61</sup> foram selecionados entre:

- a) Trabalhadores desempregados provenientes do setor industrial: foram abordados indivíduos acima de 18 anos, sem vínculo empregatício (carteira de trabalho assinada) com qualquer tipo de organização, à procura de emprego (formal, com carteira assinada). Foram considerados como desempregados do setor industrial as pessoas que tivessem trabalhado, pelo menos, seis meses no setor industrial, em qualquer período de suas vidas e, que estivessem, preferencialmente, à procura de emprego nesse setor.
- b) Trabalhadores à procura do primeiro emprego formal: incluem-se as pessoas acima de 18 anos, que nunca trabalharam no setor formal (com carteira assinada), foram abordados sujeitos que procuravam emprego no setor industrial, preferencialmente;
- c) Trabalhadores (aposentados ou não) representantes do *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem*: essa categoria sindical foi selecionada,

---

<sup>61</sup> Vale ressaltar a utilização do termo: “sujeitos da pesquisa”. Utiliza-se essa expressão ao invés de “indivíduos”, baseada na caracterização de Enriquez (1994). Nela, o indivíduo é aquele que é estruturado e conformado em uma cultura. O sujeito é o indivíduo consciente de sua participação ativa no processo de construção social do conhecimento acerca da realidade.

intencionalmente, pela sua representatividade junto às indústrias de Belo Horizonte e região metropolitana, principalmente, em termos de números de trabalhadores industriais representados;

d) Trabalhadores membros da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais* – FIEMG: considerou-se a centralidade desses sujeitos devido à proximidade com a “realidade” das indústrias na região em estudo.

O número de entrevistados foi selecionado mediante de uma escolha intencional (Alencar, 1999), condizente com a abordagem epistemológica da pesquisa, visando a abranger a máxima amplitude em termos de gênero, idade e escolaridade.

Quanto aos trabalhadores desempregados e trabalhadores à procura do primeiro emprego, esses foram selecionados e abordados nas dependências do Sistema Nacional de Empregos, unidade de Belo Horizonte (SINE-BH), estando ou não cadastrados nesse sistema. Além disso, os sujeitos deveriam residir na cidade de Belo Horizonte ou região metropolitana.

Seguindo esses critérios, foram abordados 26 trabalhadores desempregados e 04 trabalhadores à procura do primeiro emprego, totalizando trinta sujeitos. Porém, o material proveniente de dois sujeitos foi excluído deste estudo devido à impossibilidade de análise do corpus. Sendo assim, estão incluídos na pesquisa discursos de vinte e oito sujeitos, entre trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego.

A identificação de cada sujeito constitui-se da letra “S” (sujeito) e de mais um número sequencial de “1” a “36”, conforme a ordem de realização das entrevistas.

Na tabela 1 verifica-se a caracterização desses sujeitos e, na Tabela 2 verificam-se as frequências, conforme dados da Tabela 1:

Tabela 1 - Perfil sócio-demográfico dos trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego.

Sujeitos	Gênero <sup>1</sup>	Idade (anos)	Escolaridade <sup>2</sup>	Estado Civil <sup>3</sup>	Nº. de Filhos	Tempo desemprego (meses)	Último Emprego (indústria) <sup>4</sup>	Setor Industrial <sup>5</sup>
S1	F	46	EFI	C	3	2	AP	A
S2	F	29	EM	C	2	1º <b>EMPREGO</b>	--	--
S3	M	37	EM	C	1	3	AP	MM
S4	M	35	EFI	S	0	12	Limpeza	A
S5	F	25	EM	S	1	1º <b>EMPREGO</b>	--	--
S6	F	34	EF	S	0	1	Limpeza	A
S7	M	18	EM	S	0	4	AP	A
S8	M	21	ESI	S	0	1º <b>EMPREGO</b>	--	--
S9	M	33	EFI	C	2	1	Montador	MM
S10	M	49	EFI	C	4	2	AP	MM
S11	F	22	EM	S	0	5	AA	MM
S12	M	41	EFS	C	4	6	OP	MM
S13	M	43	ESI	S	1	36	Eletricista	MM
S14	M	23	EM	C	0	2	Transporte	MM
S15	F	38	EF	D	3	36	Conferente	S
S16	M	21	EM	S	0	1	AP	Ca
S17	M	39	EFI	S	0	8	Manutenção	T
S18	F	22	EM	S	0	6	AP	A
S19	M	30	EM	S	0	2	AA	MM
S20	F	24	EM	S	1	1º <b>EMPREGO</b>	--	--
S21	F	20	EFI	C	2	5	AP	A
S22	M	27	EM	S	0	1	AA	MM
S23	F	27	EM	S	0	5	AP	A
S24	M	27	ESI	S	0	6	AA	MM
S25	F	22	ESI	S	0	1	AA	Co
S26	F	19	EM	S	0	1	AA	A
I27	M	27	EF	C	1	12	OM	MM
S28	M	26	EM	C	0	6	AP	MM

Nota<sup>1</sup>: M: masculino; F: feminino. Nota<sup>2</sup>: EF: ensino fundamental completo; EFI: ensino fundamental incompleto; EM: ensino médio completo; ES: ensino superior completo; ESI: ensino superior incompleto. Nota<sup>3</sup>: C: casado(a); S: solteiro(a); D: divorciado(a). Nota<sup>4</sup>: AA: auxiliar administrativo; AP: auxiliar de produção; OM: operador de máquina. Nota<sup>5</sup>: Ca: calçados; MM: metal-mecânico; A: alimentos; Co: cosméticos; S: serralheria; T: tecidos.

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 2 - Frequência das características dos trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego.

Indicadores	Características	Freq. absoluta	Freq. Relativa (%)
Gênero	Masculino	16	57,14
	Feminino	12	42,86
	<b>TOTAL</b>	28	100
Idade (anos)	18 a 25	11	39,3
	26 a 35	10	35,7
	Acima de 35	07	25,0
	<b>TOTAL</b>	28	100
Escolaridade	Fundamental inc.	07	25,0
	Fundamental com.	03	10,7
	Médio completo	14	50,0
	Superior incompleto	04	14,3
	<b>TOTAL</b>	28	100
Estado Civil	Solteiro (a)	17	60,7
	Casado (a)	10	35,7
	Divorciado (a)	01	3,6
	<b>TOTAL</b>	28	100
Número de filhos	0	16	57,1
	1	05	17,9
	2	03	10,7
	3	02	7,1
	4	02	7,1
	<b>TOTAL</b>	28	100
Tempo de desemprego (meses)	1 a 6	19	67,9
	07 a 12	03	10,7
	Acima de 12	02	7,1
	1º emprego	04	14,3
	<b>TOTAL</b>	28	100
Último setor de atuação (industrial)	Calçados	01	3,6
	Metal-mecânico	12	42,9
	Alimentos	08	28,6
	Serralheria	01	3,6
	Cosméticos	01	3,6
	1º emprego	04	14,3
	<b>TOTAL</b>	28	100

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto aos trabalhadores representantes do sindicato e membros da FIEMG, esses foram selecionados e abordados nas dependências do *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem* e da FIEMG-BH, respectivamente. Esses sujeitos deveriam residir na cidade de Belo Horizonte ou região metropolitana. Segundo esses critérios, foram abordados 06 representantes do sindicato e 05 membros da Fiemg, totalizando 11 sujeitos abordados. No entanto, o material proveniente de 03 sujeitos foi excluído do estudo devido à impossibilidade de análise do *corpus* e à outros problemas técnicos. Sendo assim, estão incluídos na pesquisa os discursos de oito sujeitos, entre representantes do sindicato e membros da FIEMG. Na tabela 3 verifica-se a caracterização desses sujeitos:

Tabela 3 - Perfil sócio-demográfico dos representantes do sindicato e membros da FIEMG.

Sujeitos	Gênero <sup>1</sup>	Idade (anos)	Escolaridade <sup>2</sup>	Estado Civil <sup>3</sup>	Instituição
S29	M	50	S	C	FIEMG
S30	M	26	S	S	FIEMG
S31	F	25	S	S	FIEMG
S32	F	56	S	C	FIEMG
S33	M	52	EM	C	SINDICATO
S34	M	50	EM	C	SINDICATO
S35	M	44	EMI	D	SINDICATO
S36	M	40	EM	C	SINDICATO

Nota<sup>1</sup>: M: masculino; F: feminino. Nota<sup>2</sup>: EM: ensino médio completo; EMI: ensino médio incompleto; S: ensino superior completo; Nota<sup>3</sup>: C: casado(a); S: solteiro(a); D: divorciado(a).

Fonte: dados da pesquisa

Portanto, totalizam-se 36 sujeitos nesta pesquisa. Ressalta-se que o número de entrevistados condiz com os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, visto que, na abordagem desta pesquisa, interessa a profundidade das análises. O número máximo de sujeitos abordados foi definido no decorrer do processo de coleta de informações, considerando-se a saturação dos “temas” nos discursos. Ou seja, no momento em que os relatos começaram a repetir os conteúdos, encerrou-se a coleta. Por isso, justificou-se a diferença entre o número de trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego; e, o número de representantes do sindicato e membros da FIEMG abordados. Quanto a esses últimos, vale ressaltar que os mesmos inserem-se em um “universo de referência discursiva” (o sindicato e a FIEMG, respectivamente) mais restrito do que o universo dos trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego. Além disso, os discursos dos representantes do sindicato e dos membros da FIEMG foram mais longos, o que contribuiu para a profundidade, por um lado; e, para a repetição, por outro.

### **4.3 Processo de coleta de informações e plano de investigação**

O processo de coleta de informações foi delineado em duas etapas:

1) **coleta de informações sobre o contexto do estudo.** Nessa etapa, realizou-se a pesquisa documental com a finalidade de investigar historicamente a inserção da RMBH no mercado de trabalho industrial, acreditando na importância desse resgate para a compreensão do processo de produção dos sentidos acerca do desemprego. Na análise documental, considerou-se a pesquisa em diversas fontes de dados, entre elas: entrevistas, documentos eletrônicos, relatórios, resultados de pesquisas acadêmicas e documentos históricos;

2) **coleta de informações sobre o fenômeno em estudo.** Nessa etapa, as informações foram coletadas junto aos sujeitos. Recorreu-se à entrevista não-estruturada, baseada em um roteiro de tópicos acerca do desemprego:

*“A finalidade do roteiro é orientar o pesquisador, evitando que tópicos relevantes deixem de ser abordados, o momento e o modo como os tópicos são transformados em questões decorrerão do desenrolar da entrevista. Não há nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões que emergem durante a conversa entre o pesquisador e o entrevistado (...) na entrevista não estruturada, o roteiro é constituído por tópicos mais gerais, que não são previamente desdobrados em sub-tópicos”* (Alencar, 1999, p. 109).

Todas as entrevistas foram gravadas (gravador de som); posteriormente, as entrevistas foram digitalizadas. O processo de coleta de informações junto aos sujeitos, desde o estabelecimento dos primeiros contatos até a realização da última entrevista, teve início em março de 2006 e finalizou-se em setembro de 2006.

De acordo com a proposta teórico-metodológica explicitada na figura 3, são apresentadas as etapas para a investigação do processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial em Belo Horizonte e região metropolitana – MG:

✓ **Etapa 1: Investigação das práticas discursivas e intersubjetividade:** Essa etapa compõe a própria organização da linguagem e a relação dialógica (intersubjetiva) com o sujeito. Trata-se da análise no *tempo curto*. Portanto, refere-se ao dialogismo e à intersubjetividade. São analisados, principalmente, os elementos intradiscursivos: conceitos, metáforas, metonímias, pressupostos, ilustrações, ironias, silenciamentos, marcas de subjetividade e personagens. Esses elementos referem-se à análise dos posicionamentos dos sujeitos discursivos (sujeito agindo no e pelo discurso):

Quadro 1 - Exemplos<sup>62</sup> para a Análise das práticas discursivas e intersubjetividade.

**Ilustrações:** “*Onde eu trabalhava, por exemplo, estão demitindo quem não tem segundo grau completo*” (utilização de exemplo para legitimar o discurso).

**Ironias:** “*A flexibilização é excelente, o desemprego que ela gerou é que não é*” (o uso do vocábulo excelente traz um pressuposto de ironia).

**Silenciamentos:** “*Diziam que era multifuncionalidade, mas, eu acho que não, era apenas... não sei o que era*” (a reticência apaga o que o sujeito acha que não tem autoridade para dizer).

**Marcas de subjetividade:** “*Onde eu trabalhava, por exemplo, estão demitindo quem não tem segundo grau completo*” (marcas temporais e narrativas); “*Mais fácil é achar um empreguinho*” (o diminutivo de emprego funciona como uma marca pejorativa e traz o pressuposto irônico).

**Conceitos:** “*Hoje, o desemprego depende muito mais da empregabilidade do trabalhador*” (conceitos e temas abstratos que dependem de uma condição de aparecimento, além da utilização do vocábulo técnico *empregabilidade*).

**Metáfora:** “*O trabalhador é visto como uma máquina*” (o trabalhador representado pela figura da máquina, mas, também pode funcionar como um metonismo, pois o trabalhador pode ser visto como uma peça da máquina: uma parte que representa o todo).

**Metonímias:** “*O desempregado fica sem teto*” (a palavra “teto” substitui o todo que é a casa ou o outro que é o chão, por exemplo. No contexto, pode substituir o tema insegurança, mas também, pode funcionar como uma metáfora: o desempregado ilustrado pela figura da casa sem telhado).

**Pressupostos:** “*Neste ano, fiquei desempregado*” (está pressuposto que, em momento anterior, o sujeito possuía um emprego).

**Personagens:** “*Nós, desempregados, temos que procurar diariamente (...)*” (posicionamento como sujeito desempregado e como coletividade: “nós”).

Fonte: elaborado com base nos elementos teóricos para a análise das práticas discursivas.

<sup>62</sup> Os exemplos foram elaborados com base nos discursos dos sujeitos da pesquisa. Esses discursos foram modificados ou complementados nos exemplos.

✓ **Etapa 2: Investigação da interface com as condições de produção:** Deve-se ter em mente que as condições de produção (memória e contexto) interferem nessa dialogia (etapa 1). Por isso, nesta etapa, propõe-se a análise da relação da dimensão da linguagem e do sujeito com a dimensão histórica, os *tempos longo e vivido*. Essa interface pode ser compreendida pela interdiscursividade, que se materializa, principalmente, pelos subentendidos, ou seja, pelos possíveis sentidos que o pesquisador elabora acerca do diálogo entre o *dito* e o *não dito*. Esses sentidos, por sua vez, devem levar em consideração o “arquivo” acerca do desemprego, a construção sócio-histórica desse fenômeno, os conceitos emergentes de sua construção no contexto da reestruturação produtiva, no Brasil; e, além disso, o recorte sócio-histórico-temporal da RMBH e as trajetórias dos sujeitos como elementos constituintes de um processo de “socialização” com a memória acerca do desemprego.

#### Quadro 2 - Exemplo para análise da interface com as condições de produção

**Subentendido:** “*Neste ano, fiquei desempregado*” (caso o analista conheça o contexto, por exemplo, que o sujeito continua trabalhando informalmente, pode-se subentender que, para o sujeito, trabalho informal não é emprego).

Fonte: elaborado com base nos elementos teóricos para a análise das práticas discursivas.

✓ **Etapa 3: Identificação das similaridades e concorrências entre as formações discursivas para o mapeamento dos repertórios discursivos:** Nessa etapa, identificam-se, por meio da análise da intradiscursividade e da interdiscursividade, os caminhos percorridos pelos

sujeitos ao produzirem discursos sobre o desemprego. Esses caminhos são os repertórios discursivos, os quais, podem ser mais bem visualizados e discutidos com base nas rupturas que ocorrem entre suas formações discursivas. Adotou-se a construção das *árvores de associação de idéias* (Spink & Lima, 2004) para a visualização gráfica do processo de produção de sentidos. Essas árvores permitem entender as singularidades da produção de sentidos. Buscou-se entender a construção do argumento.

Nas árvores, não necessariamente reproduzem-se os discursos, focalizando apenas em elementos fundamentais para a compreensão do processo de construção dos sentidos. Trata-se da associação do processo de produção de sentidos com as condições de produção, constituindo a produção de sentidos historicamente contextualizada (tempos curto, vivido e longo). Propõem-se os seguintes passos para a identificação das similaridades e concorrências entre as formações discursivas e para o mapeamento dos repertórios discursivos:

1. Identificar as várias formações discursivas (com base na análise das práticas discursivas) e nomeá-las;
2. Observar as proximidades entre os conjuntos de formações. Organizar “grupos de formações” que vão concorrer com outros grupos;
3. Nomear os momentos de concorrência ou de rupturas entre os grupos de formações discursivas que caracterizam os repertórios discursivos;
4. Construir a árvore de associação de idéias com as ligações e rupturas entre as formações e os repertórios (figura 4):

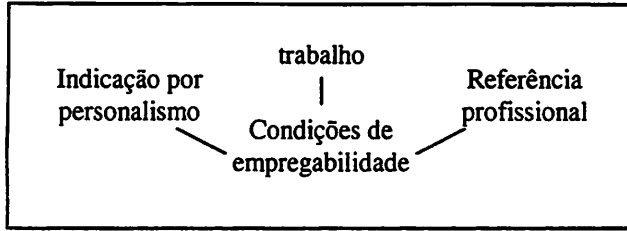


Figura 4 - exemplo de árvore de associação de idéias  
Fonte: baseado em Spink & Lima (2004)

Considerando essa proposta, os resultados foram apresentados com base em ilustrações de trechos dos discursos dos sujeitos seguidos das análises.

## 5. MEMÓRIA E CONTEXTO DE ESTUDO

Na **seção 5.1**, recuperou-se a trajetória histórica de Belo Horizonte, focalizando sua inserção no mercado de trabalho industrial. Para tanto, recorreu-se à análise documental por meio de documentos históricos, trabalhos acadêmicos, relatórios e bibliografia que têm como objeto a história da cidade. Na descrição e posterior discussão da trajetória histórica, privilegiou-se a inserção da cidade no processo de industrialização e os elementos que possibilitam a análise dessa inserção. Além disso, articulou-se essa discussão com a memória acerca do desemprego, incluindo os novos conceitos emergentes no contexto da acumulação flexível.

Posteriormente, na **seção 5.2**, por meio do resgate das trajetórias dos sujeitos sociais da pesquisa, incluindo as instituições das quais fazem parte, possibilitou-se a compreensão de como são produzidos os sentidos acerca do desemprego. O roteiro de entrevista continha uma seção destinada a um breve relato da trajetória de vida, com ênfase para a trajetória profissional, de cada entrevistado.

Optou-se pela identificação e apresentação de **trajetórias comuns**, ligadas às instituições da pesquisa: FIEMG, Sindicato e SINE. Considerou-se que a própria trajetória sócio-histórica dessas instituições pode constituir as “condições de produção” dos discursos. No caso dos membros da FIEMG e representantes do Sindicato, essas condições perpassaram com mais ênfase os discursos. No que se refere aos sujeitos entrevistados no SINE-BH, mesmo não se tratando de integrantes dessa instituição, considerou-se a importância de resgatar algumas de suas características, como um elemento contextual para a construção das práticas discursivas.

Vale ressaltar que com resgate dessas trajetórias, não se objetiva estabelecer reflexões acerca de posicionamentos dos sujeitos empíricos ou discursivos, mas, apresentar elementos importantes que permeiam as condições para a análise do processo de produção de sentidos, sem deixar escapar a emergência das ideologias. Sendo assim, subdividiu-se a seção como segue: no **tópico 5.2.1**, apresentou-se a trajetória dos membros da FIEMG; no **tópico 5.2.2**, apresentou-se a trajetória dos representantes do sindicato; e, no **tópico 5.2.3**, apresentou-se a trajetória dos trabalhadores desempregados e a procura do primeiro emprego.

## **5.1 O trabalho industrial na RMBH**

A cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, localiza-se no centro sul do estado e é a terceira maior área metropolitana e a quarta cidade mais populosa do Brasil (IBGE, 2006a). A cidade estabelece limites com os municípios de Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará, Nova Lima, Ibirité, Contagem, Betim e outros municípios e distritos que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Belo Horizonte foi a primeira capital planejada do país, com espaços definidos para os setores urbano, suburbano e rural (Santiago, 1999). O projeto de sua concepção pretendia abrigar uma população de no máximo duzentos mil habitantes; em 2006, a cidade possui mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2006a).

A idealização da capital Belo Horizonte está marcada por processos e ideologias políticas, de cunho republicano. A localização geográfica da antiga capital (atual cidade de Ouro Preto), seu relevo acidentado e sua arquitetura marcada pelo passado colonial dificultavam um projeto político voltado para o progresso e industrialização do estado (FIEMG, 2006a). Dessa forma, era

preciso uma localização que facilitasse a articulação de facções políticas, a instalação de meios de transporte e recursos para a modernização. Além disso, era preciso desvincular-se dos símbolos do passado colonial e da escravidão, tão presentes em Ouro Preto (Resende, 1974). Dessa forma, grupos de cafeicultores da Zona da Mata e sul de Minas uniram-se para a consolidação do processo de mudança da capital.

Em 17 de dezembro de 1893 definiu-se a região do Curral Del Rei, um arraial para o cercado de gados, existente desde 1707, como o local mais adequado para se construir a capital do estado de Minas Gerais. Após a definição, a lei de transposição da capital foi promulgada pelo Congresso Mineiro, na cidade de Barbacena – MG (Barreto, 1996). A inauguração da capital deu-se em 12 de dezembro de 1897, sob o nome de “Cidade de Minas”, assumindo o nome de “Belo Horizonte” em 1906.

O planejamento arquitetônico da cidade mantém íntima relação com as características de sua inserção no mercado de trabalho, especificamente o industrial. Embasado em uma ordem *positivista*, e, sobretudo, sob a influência do modernismo urbano - "cidade síntese" - o projeto da nova capital mineira imprime, desde sua idealização, uma vocação metropolitana para a cidade, como um *símbolo dos novos tempos* (Cunha, 2003). Essas características materializam-se fisicamente nos assentamentos propostos e nos arruamentos internos à área delimitada pela *Avenida do Contorno*:

*“Seu alto grau e abstração e seu rigor geométrico professavam a utopia de se traçar com régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana. O planejamento, de um só golpe, procurava aprisionar a realidade a um modelo de cidade, no qual o imprevisível e a atuação conflitante dos atores urbanos deveriam ser inibidos por uma gestão técnico-racional do espaço”* (Julião, 1996, p. 56).

Percebe-se como os elementos tradicional e moderno convivem e conflitam-se no contexto de estudo. Na mudança da capital de Ouro Preto para a futura Belo Horizonte, o interesse era revestir com um viés liberalista<sup>63</sup>, um desenvolvimento que ocorreria ainda sob a dominação de herança patrimonialista. Nesse contexto contraditório, observa-se uma preocupação central em desligar a nova capital de uma herança mais tradicional por meio do cuidado com a localização e articulação físico-espacial das construções da cidade, voltadas para a eficiência do exercício dos poderes do Estado (Barreto, 1996).

Belo Horizonte, desde sua idealização, foi criada para ser uma cidade administrativa, um local para a articulação de poderes políticos, no qual o trabalho industrial e o operariado iriam encontrar um espaço pouco favorável para sua instalação e desenvolvimento. Ou seja, no projeto da nova capital, os operários não têm onde morar. Esses “operários”, no entanto, vão se instalar na nova capital desde a sua criação, pois, são eles os “construtores” da cidade. As relações com esses operários vão ser pautadas, primordialmente, pelo que Negro & Gomes (2006) denominam *legado de experiência para a formação da classe operária brasileira*. Ou seja, relações de exploração e relações capitalistas convivem, culminando com a formação dessa classe de trabalhadores, na criação de Belo Horizonte. Dessa forma, os trabalhadores se vêem à margem de um sistema que lhes oferece uma “liberdade marginalizada”.

Além disso, há que se considerar a própria memória herdada da história de Minas Gerais, baseada, principalmente, em uma tradição econômica agropecuária, com um maior direcionamento à subsistência. Em 1903, realiza-se, em Belo Horizonte, o *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial*. Nesse congresso, apesar de se discutir, mesmo que superficialmente, o

---

<sup>63</sup> No sentido de introduzir uma política liberal, voltada para o mercado e “trabalho livre”.

desenvolvimento industrial da região, essa discussão é voltada para a produção agrícola e para os problemas com a estratégia econômica de subsistência.

Com uma lógica particular de inserção no sistema capitalista (Kowarick, 1985), inicia-se, mesmo que timidamente, a preocupação com o desenvolvimento industrial, ainda perpassada pela concepção de cidade administrativa; pela memória agrícola; e, amedrontada pela comparação com o desenvolvimento que já se instalara na indústria paulista. Reforçando o movimento para o desenvolvimento industrial, incentivou-se a instalação de indústrias para fortalecer a economia da cidade e concretizar o objetivo do governo mineiro de transformar a nova capital no centro dinâmico da economia estadual. Em 1902, estabeleceu-se o regulamento e concessão de terrenos para indústrias e associações em Belo Horizonte.

Com essa iniciativa, na primeira década do século XX, a capital mineira configura-se como o segundo pólo industrial têxtil da região, estimulando também o desenvolvimento industrial nas regiões vizinhas (Mourão, 1970). O processo de industrialização proliferou-se com o surgimento de pequenas indústrias, em vários setores de atividade. No estágio inicial, as indústrias da região de Belo Horizonte caracterizavam-se por um processo de produção manufatureiro, voltado para o mercado local; com utilização de matérias primas provenientes do setor primário; e, um baixo grau de mecanização.

Em contrapartida, no contexto mundial, encerrava-se o período da Primeira Revolução Industrial e Tecnológica, dando início ao período da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, no fim do século XIX. Nesse cenário, verifica-se o surgimento da energia elétrica e a exploração do petróleo como os grandes marcos do desenvolvimento industrial, principalmente no setor automobilístico (Fleury, 1997).

É justamente com o movimento de industrialização, que se verifica um processo de *periferização* em Belo Horizonte. Ou seja, os trabalhadores

industriais, não encontrando “espaço” para se instalarem na cidade síntese (planejada para abarcar funcionários públicos e para ser um espaço cartesiano de negociações), instalam-se na periferia da cidade e inauguram, no início do século XX, as construções dos primeiros bairros periurbanos, os quais abrigariam um crescente contingente de mão-de-obra que se constituiria como espaços de moradia operária. Como exemplos, na década de 1910 são instaladas as vilas *Operária* e *Proletária* em Belo Horizonte (Barreto, 1996).

Prolifera-se, no contexto da nova capital, a condição de trabalhador quase excluído do corpo social, o trabalhador miserável. Condição que permite uma participação precária na vida social. Essas condições são apontadas e discutidas por Castel (1998) como condições proletária e operária.

O desenvolvimento da *rede ferroviária*, na década de 1920, possibilitou a retomada do desenvolvimento industrial em Belo Horizonte, após a crise advinda dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, com ênfase para o setor de siderurgia. Com a inauguração da rede ferroviária, estreitou-se a articulação da capital com os municípios da região, modificando a rede urbana de espaço para negociações econômicas e para a facilitação de instalações industriais. Além disso, no fim dos anos 1920, tem início a construção de estradas de rodagem ligando Belo Horizonte a São Paulo e Rio de Janeiro.

Com esse estreitamento e a maior facilidade de comunicação e transporte, iniciou-se um processo de concessão de favores (terrenos, isenção de impostos, fornecimento de energia, etc.) por parte da prefeitura de Belo Horizonte, para as indústrias com capital suficiente para o desenvolvimento da região (FIEMG, 2006a).

Na década de 1930, observa-se a ascensão de setores da burguesia ligados à industrialização, culminando em iniciativas de incentivo para a indústria. Em 1933, surge a Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais (FIEMG), refletindo a diferenciação do grupo industrialista no âmbito das elites

dirigentes, no campo político. Nesse período, posiciona-se o desenvolvimento claro em favor da industrialização de Belo Horizonte e inicia-se a remodelação da cidade, com uma determinação de novas funções para seus espaços. Em decorrência, é criada, em 1936, a *Zona Industrial de Belo Horizonte*, ao longo da linha ferroviária e do Ribeirão Arrudas, onde se instalam mais de 20 empresas, destacando-se a *Compania de Cigarros Souza Cruz* (FIEMG, 2006a).

Dando continuidade ao objetivo do crescimento industrial, cria-se o Parque Industrial de Contagem, em 1941, inserindo-se o processo de industrialização para além do município da capital. Trata-se de uma iniciativa política, visando à consolidação da área metropolitana e um planejamento de um espaço adequado para as indústrias, garantindo o acesso a todo tipo de infraestrutura. Paralelamente, verifica-se uma tentativa de redirecionamento da *periferização operária*, um processo de remoção das favelas, tidas como indesejáveis a uma cidade em processo de modernização: o *banimento* das implicações de uma área industrial da cidade de Belo Horizonte (Cunha, 2003).

A inauguração da Cidade Industrial<sup>64</sup> deu-se em 1946, com destaque para a instalação da *Estamparia S/A*. Dessa forma, a década de 1940 marca o início do movimento de transferência de indústrias da área urbana de Belo Horizonte para a região metropolitana. Por isso, o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte está relacionado ao desenvolvimento industrial de sua região metropolitana.

Um outro marco para o processo de industrialização foi a criação das Centrais Elétricas de Mina Gerais (CEMIG), em 1951, como um dos resultados do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Com esse incentivo, os anos de 1950 caracterizam-se pela prosperidade nesse setor da economia. Essa década também foi caracterizada pelo grande êxodo rural e pelo

---

<sup>64</sup> Essa expressão é utilizada para denominar o parque industrial instalado na cidade de Contagem.

crescimento da população, passando de 350 mil para 700 mil habitantes (Resende, 1974). Trata-se do período de consolidação do parque industrial brasileiro que ainda admitia mão-de-obra semiqualficada e, em alguns setores, desqualificada (Fleury & Fleury, 1997). Diniz (1981) afirma que em 1960 a Cidade Industrial possuía 82 indústrias em operação, empregando mais de 14.000 trabalhadores.

Com o crescimento da industrialização, apesar da tentativa de redirecionar a periferização industrial, o surgimento da Cidade Industrial culmina com o aparecimento de diversas favelas, ao longo das décadas de 1950 e 1960, habitadas, principalmente, por operários industriais da região.

A crescente periferização, aliada às condições de trabalho oferecidas pelas indústrias aos trabalhadores, reforça o crescimento de movimentos idealistas, com forte atividade em prol de uma afirmação pública dos trabalhadores da cidade, como, por exemplo, a criação da *Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais* (Mourão, 1970). Nesse período, verifica-se a primeira paralisação de trabalhadores na região, ligados a diversos setores de trabalho: comércio, público e indústria de transformação mineral (Mourão, 1970). As reivindicações desse movimento giram em torno, principalmente, do pedido de redução de jornada de trabalho para oito horas diárias e nivelamento salarial.

Esse movimento de organização da força de trabalho é proveniente, por um lado, das condições de vida impostas aos “proletários e operários” residentes na cidade de Belo Horizonte, por outro, pela emergência de um sistema de trabalho mais mecanizado, organizado, que exige a aglomeração de trabalhadores em grandes fábricas, com relações de trabalho estabelecidas por um contrato rígido. Sistema esse que se configura como fordista, consolidando a condição assalariada e o emprego, propriamente dito (Cunha, 2003).

Observou-se novamente uma convivência contraditória, visto que, a substituição do liberalismo pela pregação de um “Estado Forte”, implica a substituição da relação de exclusão da classe operária por uma relação de inclusão social e jurídica entre trabalhadores e Estado (Fleury & Fischer, 1987). No entanto, essa substituição não ocorre explicitamente na cidade de Belo Horizonte, pois, o operariado, apesar de ser assalariado e juridicamente inscrito, é excluído do social por meio de uma condição de não-moradia. A questão da moradia, portanto, se torna um fator central de atração para os trabalhadores necessitados pela indústria. Assim, as indústrias na RMBH passam a oferecer condições de moradia para seus funcionários:

*“O trabalhador ao entrar nessa engrenagem não só vendia sua força de trabalho, como as possibilidades de obter um valor mais alto pelo mesmo. A moradia construída pela empresa e que era ocupada pelo trabalhador era uma maneira indireta que a empresa utilizava para que o trabalhador criasse elos com o local em que estava trabalhando. Agindo dessa forma, a empresa evitava que o trabalhador procurasse outra empresa e reduzia, também, as possibilidades de o trabalhador lutar pelos seus próprios interesses, pois, dessa forma, perder o emprego significava perder a casa” (Cunha, 2003, p. 72).*

Dessa passagem, podem-se extrair, principalmente, duas considerações. A primeira remete à característica do próprio modelo fordista de produção e à necessidade de vincular o trabalhador ao seu local de trabalho, pois o núcleo da relação está no salário e no emprego formal. A segunda refere-se principalmente, ao contexto brasileiro quanto ao elo subjetivo estabelecido entre organização e trabalhador, apontado por Caldas (2000) e Enriquez (1999).

No contexto da pesquisa, com essas características, reforçou-se um período de mudanças, redirecionando as políticas da cidade para os problemas sociais advindos do processo de industrialização, incluindo a fiscalização das indústrias vindouras e de suas técnicas de gestão da força de trabalho. Dessa

forma, ao longo da década de 1970, instaura-se a chamada *nova industrialização mineira*, com a chegada de grandes empresas multinacionais de bens de capital. Um marco dessa “nova industrialização” foi a instalação da fábrica italiana de automóveis, a *FIAT*, no município de Betim, RMBH (FIEMG, 2006a).

A *FIAT* (*Fabbrica Italiana di Automobili Torino*) iniciou suas atividades em 1899, em Turim, na Itália, tornando-se, na primeira metade do século XX, a maior fábrica italiana de automóveis. O primeiro carro produzido em série foi o modelo Fiat 509, produzido em 1925. A partir de então, a indústria passa a concentrar-se em modelos econômicos e populares (Nottoli, 1994). Após a Segunda Guerra, inicia-se um processo de internacionalização da Fiat, que passa a exportar para toda a Europa sua linha de automóveis pequenos e médios, caracterizados como econômicos e de fácil manutenção (Moreno, 2002).

Na década de 1960, a *FIAT* se transforma em um grupo de empresas atuante em diversas áreas (seguros e financiamentos, caminhões, entre outros). Em 1973, a fábrica da *FIAT* foi instalada no Brasil, em Betim-MG. Inicia-se um processo de inovação tecnológica na produção dos automóveis e, em 1983, é lançado o modelo Uno. A partir da década de 1990 prolifera-se um programa de globalização e reestruturação da empresa, paralelo ao lançamento do modelo Uno Mille, primeiro carro brasileiro com um motor de mil cilindradas, o qual aumentou a participação da indústria no mercado brasileiro (Moreno, 2002).

A partir de 1990, com o crescimento da *FIAT*, suas empresas satélites<sup>65</sup> e outras indústrias, observa-se um processo de reestruturação tecnológica nas indústrias de BH e região metropolitana, tanto na produção quanto na gestão da força de trabalho. Verificou-se um fenômeno de *reconfiguração espacial*, envolvendo a incorporação de novas tecnologias, bem como as novas formas de organização do trabalho, tendendo para o estabelecimento de empresas em rede,

terceirizadas, estabelecidas em “espaços menores”. Em todo esse movimento, reafirmou-se o discurso da globalização, da tecnologia e do “modelo japonês”. Trata-se de um processo acelerado de reconfiguração, não gradativo, como se deu em outros países capitalistas, exigindo a rápida adaptação dos trabalhadores às novas formas de acesso ao emprego, voltando-se para a empregabilidade (Carvalho, 2005).

Apesar do avanço tecnológico, considerando a competitividade internacional, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por longos períodos de estagnação econômica e recessão, no que se refere ao processo de industrialização no Brasil e na RMBH. Nesse período, verificou-se a convivência, em algumas indústrias de Belo Horizonte e Contagem, de práticas fordistas com o modelo japonês (Carvalho, 2005).

O aglomerado de indústrias na RMBH está entre os cinco maiores da América do Sul, com destaque para a indústria automobilística, autopeças, siderurgia, eletroeletrônica e construção civil (FIEMG, 2006a). No entanto, o emprego proveniente desse setor tem apresentado retração, no que se refere aos cálculos estatísticos. Embora a taxa de desemprego (% da PEA<sup>66</sup>), calculada pela Fundação João Pinheiro, apresente uma queda de setembro de 2004 (18%) para setembro de 2005 (15,4%), o nível de desemprego na região é considerado elevado, principalmente no setor industrial, o qual tem apresentado o menor nível de elevação nas ocupações.

Além disso, em 2004, a evolução do desemprego foi diferenciada por níveis de escolaridade, observando-se redução da taxa de desemprego entre as pessoas com o ensino fundamental incompleto (9,1%) e aumento do desemprego

---

<sup>65</sup> Empresas de pequeno e médio porte que são criadas para atender necessidades de uma empresa maior. Por exemplo, uma indústria de auto-peças para atender uma montadora de carros.

<sup>66</sup> População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais, ocupada ou desempregada.

para os de maior instrução, sobretudo para as pessoas que possuíam ensino superior completo (9,3%) (Fundação João Pinheiro, 2005a, b).

Com a recuperação da memória sócio-histórica da RMBH, subsidiou-se a análise das condições de produção no que se refere aos sentidos do fenômeno do desemprego na região em estudo. Para tanto, julgou-se também necessária a recuperação de alguns aspectos das trajetórias dos sujeitos da pesquisa e suas instituições.

## **5.2 Resgate de alguns aspectos das trajetórias dos sujeitos e das instituições da pesquisa**

A apresentação das trajetórias comuns e a apresentação de alguns elementos particulares, em cada trajetória, são substanciais para a compreensão do processo de produção de sentidos e das personagens que emergiram nas práticas discursivas. Portanto, ao compreender as trajetórias, delineiam-se as condições de produção, a memória, a temporalidade, mais especificamente, o tempo vivido, para a análise das práticas discursivas. Estas, por sua vez, baseiam-se no vivido dos sujeitos sociais, segundo a idéia de Pêcheux (1997), em suas experiências particulares.

Essas experiências podem ser informadas por estruturas ideológicas mais amplas que são compartilhadas e se encontram no arquivo e no interdiscurso, ou seja, na memória (tempo longo). Além disso, a própria construção discursiva, que dialoga com o contexto e com a memória, também pode reconstruir as formas de se pensar e agir em sociedade. Por isso, reafirma-se que a produção dos sentidos é social e historicamente contextualizada e que é uma forma de ação social.

Sendo assim, apresentam-se as trajetórias:

**(a) Trajetória 1:** membros da FIEMG como sujeitos que vivenciam a realidade do setor industrial na RMBH, na qualidade de setor de desenvolvimento econômico, por meio dos trabalhos que realizam nessa instituição. Por outro lado, como sujeitos que devem propiciar condições para a ampliação da competitividade nesse setor, considerando o processo de reestruturação;

**(b) Trajetória 2:** representantes do sindicato como sujeitos que vivenciam o trabalho no setor industrial, na condição de mercado de trabalho. Por outro lado, como sujeitos que devem se comprometer com as garantias dos trabalhadores, diante do aumento da competitividade e do processo de reestruturação;

**(c) Trajetória 3:** trabalhadores desempregados e trabalhadores à procura do primeiro emprego, como sujeitos que vivenciam a condição de desempregado(a), ou, a condição de não-empregado(a). Além disso, no caso dos desempregados, como sujeitos que vivenciaram o trabalho no setor industrial.

Embora o objetivo tenha sido abarcar elementos comuns em cada tipo de trajetória, abrangendo de maneira mais completa possível esses elementos, ressalta-se a complexidade em fazê-lo e a possibilidade de existirem muitas outras trajetórias possíveis a serem resgatadas.

### **5.2.1 Indústria, reestruturação e desenvolvimento**

Compõem a presente trajetória 4 membros da FIEMG, mais especificamente: S29, S30, S31 e S32. Desses entrevistados, S29 e S32 tiveram experiências como trabalhadores industriais, na área administrativa, em diversos

setores de atividade. Portanto, vivenciaram o trabalho no setor industrial antes de ingressarem como membros da diretoria da FIEMG:

(01) *“Até chegar à FIEMG tem 32 anos que eu atuo nesse mercado e estou na FIEMG há um ano nesse convite que eu tive pra gerenciar a área de estágio empresarial que é a oportunidade agora de eu estar do outro lado da mesa. Até então ele era o meu cliente enquanto eu trabalhava na empresa agora eu estou trabalhando para as empresas nesse trabalho com estagiário”* (membro da FIEMG: S32).

O “cliente”, mencionado pelo sujeito, é o setor industrial no qual essa entrevistada trabalhou. Sendo assim, os discursos, diante dessa trajetória, são permeados pelas experiências de trabalho e “visão FIEMG” do setor industrial.

Os demais sujeitos, S30 e S31, não tiveram experiência anterior em indústrias, tendo como principal referência contextual os discursos que emergem com base no trabalho que realizam na FIEMG:

(02) *“Eu sou economista na FIEMG, eu assumi esse cargo há dois meses, eu trabalhava como técnica. Hoje eu coordeno o núcleo de pesquisas da FIEMG e basicamente todos os meses eu sigo uma rotina de trabalho. Nossa rotina é em prol do desenvolvimento da indústria”* (membro da FIEMG: S31).

(03) *“Como estagiário eu estive aqui por um ano e meio, contratado como economista eu tenho dois anos e meio aproximadamente. Minha rotina de trabalho dentro da divisão da gerência eu sou hoje enquadrado no núcleo de pesquisa. Então eu estou trabalhando com pesquisas aplicadas, sempre pesquisas voltadas para o setor industrial em que a gente procura sempre analisar desempenho de setores, tratar de alguns setores de dificuldades, sempre estar assessorando a nossa presidência e sindicatos afiliados aqui da federação das indústrias”* (membro da FIEMG: S30).

Por meio desses fragmentos discursivos, verificou-se a ênfase dada aos objetivos da instituição “*em prol do desenvolvimento da indústria*”(fragmento

02) e “*sempre pesquisas voltadas para o setor industrial*” (fragmento 03). Essa ênfase remete à forte presença do discurso instituído pela direção da FIEMG perpassando os discursos desses sujeitos. Caracterizados como discursos provenientes de “jovens” e “qualificados”, são ricos em construções de personagens e estratégias, reforçando outros discursos presentes na memória e no contexto: (04) “*Gerando crescimento, gerando possibilidades de gerar emprego, então o trabalho tem que ser sempre em prol da indústria que é quem sustenta a própria entidade*” (membro da FIEMG: S30). Nesse trecho, por exemplo, não se explicita a geração de lucro, mas, a geração de crescimento e emprego. Evidenciou-se a institucionalização de um discurso macro, que interessa à sociedade.

Considerando a presença marcante e respeitada da instituição FIEMG no estado de Minas Gerais, o que pode reforçar sua centralidade nos discursos que se referem ao setor industrial, julgou-se oportuna a recuperação de algumas características dessa instituição como contexto para a construção das práticas discursivas, principalmente dos sujeitos inclusos nessa trajetória.

O sistema FIEMG é constituído por um conjunto de instituições, espalhadas em todo o estado de Minas Gerais, articuladas para promover e estimular o desenvolvimento da indústria mineira.

(05) “*A primeira coisa é desmistificar. A FIEMG não é do Estado, a FIEMG não é do governo. A FIEMG é uma entidade privada, uma entidade de classe, representativa da indústria. A FIEMG é sustentada através de contribuições que vêm da indústria, então o trabalho dela tem que ser focado pra isso: trabalho pra indústria. Gerando crescimento, gerando possibilidades de gerar emprego, então o trabalho tem que ser sempre em prol da indústria que é quem sustenta a própria entidade*” (membro da FIEMG: S30).

Observa-se, no fragmento 05, a necessidade de desvinculação da FIEMG com o Estado, por um lado; e, por outro, a afirmação constante de sua ligação

com a indústria. Por isso, ao estabelecer ligações entre indústria e desenvolvimento, a FIEMG emerge nos discursos como instituição em prol do desenvolvimento, no caso da RMBH, especificamente.

A unidade referência para este estudo, na qual os sujeitos foram abordados, é a FIEMG da RMBH. Em 2006, associam-se a esse sistema, mais de 100 sindicatos patronais, ligados a 80 mil indústrias, em diversos segmentos industriais. Apresenta-se como missão e objetivo do sistema FIEMG:

*(06) “orientar e apoiar o empresariado visando à construção de uma indústria forte e competitiva, oferecendo serviços e produtos vitais para as empresas, bem como assessoria e consultoria nas áreas econômica, tributária, trabalhista e jurídica; relações internacionais; relações sindicais; meio ambiente; promoção de negócios; assuntos legislativos; e capitalização e financiamento” (FIEMG, 2006b, p. 7).*

Nas práticas discursivas, o comprometimento é com uma indústria (07) *“tecnologicamente atualizada, lucrativa, com mão-de-obra qualificada, ambientalmente preparada e socialmente integrada” (FIEMG, 2006b, p. 7).* Para tanto, a estrutura do sistema é composta por quatro instituições, além do próprio sistema FIEMG, por meio das quais é oferecido à indústria mineira um conjunto de produtos e serviços. Essas instituições caracterizam-se da seguinte maneira:

1. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI: criada em 1942, trata-se de uma entidade de direito privado, organizada e administrada pela Confederação Nacional da Indústria, em âmbito nacional; e, pelas Federações de Indústrias, em âmbito estadual. O SENAI é uma rede estadual de educação profissional que oferece cursos de formação técnica, voltados para o setor industrial; e, cursos de aperfeiçoamento profissional em diversas áreas, com o objetivo de organizar e administrar escolas de aprendizagem em todo o País.

**(08)** *“Ética e empreendedorismo se aprende na escola: desenvolver a cidadania e estimular os alunos a formar conceitos e valores mais humanos visando a uma educação completa. Com esse objetivo, em 2005, as escolas do SESI/SENAI Minas incluíram em sua grade curricular disciplinas como ética, filosofia, cidadania e empreendedorismo. Além desse aprendizado, os alunos matriculados nas instituições passaram a contar com aulas de espanhol, inglês, informática educativa, literatura e produção de textos”* (FIEMG, 2006c, p. 6);

No campo da educação, essa mudança remete a uma “educação profissional”, voltada para as carreiras, técnicas ou não, o que tende a um processo de individualização (Sargentini, 2001).

2. Serviço Social da Indústria - SESI: criada em 1946, essa instituição focaliza as áreas de educação, esporte, lazer, cultura, saúde e ação social nas indústrias. O objetivo é oferecer condições necessárias para elevar a qualidade de vida do trabalhador da indústria e de seus familiares, contribuindo também para a melhoria da competitividade do setor industrial.

**(09)** *“180 mil pessoas frequentarão os cursos de qualificação profissional, de certificação de competência nas escolas do SENAI e serviços do SESI. Ora, 180 mil pessoas em 850 mil, 20% do corpo de trabalho dos operários, não vou falar operários não, dos empregados da indústria, passaram pelos bancos do SENAI/SESI este ano. Convenhamos que é muita gente”* (membro da FIEMG: S29).

Novamente a afirmação da representatividade da instituição, presente nos discursos de seus membros, referendada por números, garante a legitimidade do discurso da instituição e das indústrias.

Além disso, o SESI Minas atua em programas especiais de desenvolvimento industrial, como a formação e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais – APLs. Na RMBH, o SESI Minas desenvolve ações no APL de biotecnologia. A estrutura APL, por exemplo, sinaliza para uma nova

possibilidade de arranjo industrial diante do processo de reestruturação produtiva. Trata-se de “re-organizar” as indústrias em unidades menores e interativas (FIEMG, 2006c);

3. Instituto Euvaldo Lodi - IEL: criado em 1969 pela Confederação Nacional da Indústria, como sociedade civil, de natureza privada, sem fins lucrativos. A criação desse instituto tem como objetivo criar soluções para o aumento da competitividade da indústria mineira, em parceria com órgãos governamentais e centros geradores de conhecimento e tecnologia. Dessa forma, atua na área de consultoria e treinamento em informação tecnológica, inovação, qualidade de gestão e metrologia. Além disso, oferece um programa de recrutamento e seleção de estagiários para o setor industrial, em parceria com universidades e escolas;

4. Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais - CIEMG: (10) *“trata-se de uma associação com fins não econômicos, destinada a congregar pessoas jurídicas interessadas ou dedicadas ao desenvolvimento empresarial (industrial) no estado de Minas Gerais”* (FIEMG, 2006b, p. 124). Os associados do CIEMG têm acesso a todos os produtos e serviços oferecidos pelas entidades do sistema FIEMG.

No que refere ao sistema FIEMG no geral, existem dois serviços que devem ser ressaltados. Por um lado, as pesquisas e informações econômicas, colocadas à disposição pelo setor de economia e estatísticas. Por meio dessas pesquisas, propõem-se políticas de desenvolvimento e aumento da competitividade para o setor industrial.

Pode-se citar as seguintes pesquisas: Balanço Anual da Economia Mineira; FIEMG Index; FIEMG Index Regional; Índice de Confiança do Empresário; Perfil da Economia Mineira; e, Pesquisa Sondagem Industrial. Uma das principais publicações é a FIEMG Index, que apresenta a *Pesquisa*

*Indicadores Industriais*, objetivando medir o desempenho da indústria mineira. As empresas que participam da pesquisa recebem, mensalmente, um relatório exclusivo de desempenho. Por meio desse relatório, as empresas podem comparar seus resultados com os resultados do segmento e do setor em que estão inseridas (FIEMGIndex, 2006).

(11) *“A pesquisa ela é muito importante não só pra gente aqui da FIEMG, a pesquisa tem uma data pra sair, ela serve pra assessorar a presidência da FIEMG, mas também instituições importantes recebem ela antes da divulgação. Quando vai divulgar essa pesquisa pra imprensa, a imprensa comparece em peso porque quer saber o faturamento da indústria. Então além da imprensa e da presidência da FIEMG, o Banco Central pega antes da divulgação pra determinar a taxa de juros, a trajetória da taxa de juros. Então isso não é importante somente pra gente aqui da FIEMG como também pra sociedade. Como são várias instituições que recebem a nossa pesquisa a gente tem que ter um cuidado todo especial porque isso vai influenciar em toda a sociedade também. Desde 92 a série histórica dela está disponível no site”* (membro da FIEMG: S31)

Com a referência de personagens centrais como legitimadores do discurso (“*imprensa*”, “*banco central*”, “*sociedade*”), a entrevistada focaliza a importância dos resultados FIEMG, legitimando-os. Dessa forma, ao se posicionar como propulsora do desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, da sociedade; e, produzir e divulgar resultados acerca de seu próprio trabalho, a instituição legitima-se perante a sociedade.

Por outro lado, é importante citar o serviço de consultoria jurídica oferecido pelo sistema FIEMG, nas áreas ambiental, trabalhista e tributária. No que se refere às relações trabalhistas, por meio da gerência de relações trabalhistas do sistema FIEMG, oferece-se aos industriais mineiros a assessoria especializada com o aporte de uma equipe de advogados preparados. Por meio

desse serviço, acompanha-se o contencioso trabalhista e as rotinas trabalhistas das indústrias ligadas à FIEMG.

Esses elementos estão presentes nas práticas discursivas como “pano de fundo” para o processo de produção de sentidos acerca do desemprego na região. Considerando o processo de reestruturação produtiva, as condições de produção dos discursos podem reforçar diversos “discursos” acerca desse processo. No caso do ambiente “FIEMG”, por exemplo, verificou-se a disseminação do discurso do processo de reestruturação produtiva como um impulso ao desenvolvimento das indústrias da região.

### **5.2.2 Trabalhadores industriais, reestruturação e precarização**

Fazem parte dessa trajetória, os sujeitos S33, S34, S35 e S36, representantes do Sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Desses, S35 e S36, continuam trabalhando no setor industrial e S33 e S34 são trabalhadores aposentados. O percurso percorrido por esses sujeitos nas indústrias de Belo Horizonte e região metropolitana foi central para a compreensão das práticas discursivas e das “regras” e “ideologias” emergentes delas, ressaltando que não se pretende concentrar-se na intencionalidade desses sujeitos.

Dos sindicalistas que continuam trabalhando, o tempo médio de trabalho no setor industrial é de 20 anos, em diversos setores. O tempo médio no sindicato é de 10 anos. No sindicato, esses trabalhadores fazem parte da diretoria, atuando em atividades de coordenação e administração. No que se refere aos sindicalistas aposentados, sujeitos, esses estão no sindicato há 12 anos, na média, atuando em setores mais operacionais, na “ação sindical”, conforme nomeada pelos sujeitos.

A escolha desses sujeitos em fazer parte do sindicato está intimamente relacionada com a trajetória desse movimento, com a trajetória do trabalho no setor industrial e, conseqüentemente, com a construção dos discursos sobre o desemprego, considerando o contexto brasileiro:

(12) *“Eu entrei porque eu achei que devia lutar pra poder estar melhorando as condições de vida da classe trabalhadora”* (representante do sindicato: S35)

(13) *“Eu entrei para o sindicato por concepção política, ideologia política. A necessidade que eu via na época que eu estava na ativa, trabalhando no chão-de-fábrica. As questões de injustiça mesmo do chão-de-fábrica, aliado a isso aí, as ideologias políticas que eu tenho. O socialismo, essa coisa toda”* (representante do sindicato: S33)

“Lutar”, “chão-de-fábrica”, “injustiça” e “socialismo” são construções que remetem ao discurso como produto e produtor de regras e ideologias que permearam as práticas discursivas para a construção dos sentidos acerca do desemprego nesse setor. A ênfase nesse discurso é reforçada pela própria instituição, por meio de seus elementos simbólicos, como o título de uma publicação que comemora os 70 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem: *“Uma História Forjada na Luta”* (Lopes, 2004).

Nessa publicação, inicia-se o texto desta forma:

(14) *“Setenta anos se passaram desde que um pequeno grupo de operários decidiu criar nosso sindicato dos metalúrgicos. A industrialização ainda era tímida na região, mas, nas pequenas fábricas de então, a exploração do trabalho já apontava para os operários a necessidade de se unirem para conquistarem uma vida mais digna”* (Diretoria..., 2004, p. 3) (...) *“o ano é 1934, o rádio toca Feitiço da Vila, de Noel Rosa (...) em 11 de agosto, um grupo de operários cria o Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais, em reunião na rua Guarany, 505, na capital”* (Lopes, 2004, p. 4).

Verificou-se a presença de elementos discursivos que remetem vocábulos da exploração e, ao mesmo tempo, da união (no sentido de formação de classe), para com essa situação. Vale ressaltar que a própria cidade de BH, em sua “arquitetura”, “expulsa” a classe operária para a periferia. Esses elementos, direta ou indiretamente, contextualizam e são referências memoráveis para a construção dos discursos que se referem aos sujeitos inseridos nessa trajetória.

Ao traçar um panorama sócio-histórico do Sindicato dos Metalúrgicos em questão, verificam-se três períodos marcantes: a criação e o crescimento da força desse movimento; as dificuldades enfrentadas quando o movimento já impunha sua força; e, os novos desafios a serem enfrentados diante de um processo de reestruturação nas relações de trabalho.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o Sindicato dos Metalúrgicos, no Brasil, atua, direta e indiretamente, em importantes conquistas para a classe dos trabalhadores industriais. A partir de 1950, o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte passa a representar a base territorial de Contagem e é inaugurada a primeira delegacia sindical. Dessa forma, materializa-se a presença do sindicato dos Metalúrgicos na RMBH e inicia-se a sua organização administrativa:

*(15) “O nosso sindicato, ele não tem presidente, ele é composto por uma coordenação. Então temos oito diretores de diversas fábricas da região. Tem dois coordenadores administrativos que substituem o tesoureiro, tem três coordenadores políticos que substituem o presidente. Então no nosso sindicato as coisas não ficam concentradas na mão de uma ou duas pessoas, o poder fica concentrado na mão de oito coordenadores, é mais aberto, com um processo mais democrático e com mais participação”*(representante do sindicato: S35).

Com a inauguração da indústria Mannesmann, em 1954, iniciou-se uma fase de intensificação nas atividades sindicais: (16) *“a instalação da empresa causou grande impacto na região, que até então tinha na agricultura sua*

*principal atividade*” (Lopes, 2004). Nessa passagem, reforçam-se os momentos contraditórios entre tradicional e moderno enfrentados no processo de industrialização de BH e discutidos neste capítulo. Em âmbito nacional, nesse período, ocorre a primeira greve geral na capital São Paulo, o que contribui para o avanço da organização da categoria. Ressalta-se a realização do Primeiro Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em 1957, e, conseqüentemente, o Primeiro Congresso Sindical de Minas Gerais.

A partir da década de 1960 até meados de 1980, o movimento sindical se fortalece no Brasil. É nessa década que ocorre a primeira discussão sobre a participação da mulher no sindicato dos metalúrgicos, quando foi realizado, em 1966, o I Seminário Sindical Feminino. Justamente por esse fortalecimento, passa a enfrentar maiores resistências por parte de políticos e empresários brasileiros. Por outro lado, apesar do avanço, enfrenta também resistências dos próprios trabalhadores quanto à aderência ao movimento, diante de uma herança patrimonialista e de um relacionamento paternalista, mantido no interior das indústrias.

O Sindicato de BH e Contagem, em 1962, inicia um “*memorável movimento grevista*”, contando com a participação de mais de 3 mil trabalhadores. Em 1968, ocorre uma nova greve iniciada por trabalhadores da fábrica Belgo Mineira, em Contagem. Nessa época, surge o jornal “*O metalúrgico*”. Os trabalhadores da Mannesmann paralisam as atividades, em 1979, impulsionando a chamada “greve dos peões”, no setor da construção civil, o que impulsionou o movimento dos metalúrgicos na região.

A inauguração da fábrica da FIAT automóveis, em 1973, na cidade de Betim, RMBH, culminou com a criação de mais de 200 fábricas fornecedoras de componentes e autopeças. Atualmente, a FIAT Betim possui em torno de 7 mil funcionários diretos. A fábrica de Betim é a maior fábrica de automóveis do grupo FIAT fora do seu País natal, a Itália (FIAT, 2006).

Com a chegada da indústria automobilística em Minas, mais especificamente, na RMBH, propiciou-se o fortalecimento do movimento sindical, com o aumento do número de trabalhadores nesse setor e sua aglomeração nas fábricas. Mesmo que, em algumas indústrias, a sindicalização de trabalhadores seja inibida, vale ressaltar que sua aglomeração é um impulso para as discussões e desenvolvimento do movimento sindical (Lopes, 2004).

Com esse fortalecimento, acirra-se a repressão ao movimento sindical brasileiro, por meio, por exemplo, da intervenção em leis trabalhistas, como a redução dos salários reais e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído em setembro de 1966, extinguindo a estabilidade no emprego. Nesse contexto, o foco da ação sindical recai sobre as condições de trabalho e a saúde dos trabalhadores (Lopes, 2004).

O Governo Collor, a partir de 1990, inaugura a *onda de privatizações*; instaura-se a abertura econômica e o discurso da competitividade. Além disso, observa-se o avanço tecnológico nas indústrias, iniciando um movimento de reestruturação nesse setor. Nesse contexto, o movimento sindical dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem enfrenta “*os desafios dos 70*”, conforme intitulado em um capítulo de *Uma História Forjada na Luta*:

(17) “*o sindicato dos metalúrgicos de BH/Contagem entrou no novo século com a mesma disposição de lutas das décadas anteriores (...) a primeira grande conquista, celebrada na convenção coletiva de trabalho de 2003, foi o fim do banco de horas*” (Lopes, 2004, p. 31). No entanto: “*mesmo com conquistas, o nível de sindicalização da categoria ainda é baixo (...) a 20 anos haviam 70 mil metalúrgicos na região industrial de BH e contagem, hoje não passam de 40 mil*” (Lopes, 2004, p. 32).

Por meio desse fragmento (17) pode-se perceber que o discurso da precarização, do movimento sindical: “*o nível de sindicalização da categoria ainda é baixo*”, está inserido no discurso do avanço tecnológico e da

reestruturação produtiva. As bases sindicais da classe metalúrgica de trabalhadores assalariados sofreram perdas significativas de postos de trabalho devido ao processo de reestruturação. A partir de então, ocorreu a dispersão dos coletivos sindicais organizados e das bases sindicais militantes, possuidores de uma experiência de luta de classes, constituída no decorrer dos anos 1980. (Alves, 1999):

(18) *“a reestruturação produtiva foi apresentada nas fábricas através dos programas de qualidade total (...) na época, a propaganda das empresas era da necessidade da participação de todos e que as vantagens obtidas também seriam divididas para todos. O próprio movimento sindical chegou a embarcar nesse discurso”* (Lopes, 2004, p. 33).

No jornal “O metalúrgico”, observou-se o discurso que veicula o processo de reestruturação produtiva no Brasil à precarização das relações de trabalho:

(19) *“Mafersa Vendida, Exigimos Garantia De Emprego E dos Benefícios”* (O metalúrgico, 2005, p. 3).

(20) *“Precisamos nos preparar com mais força para as batalhas que enfrentaremos em 96: (...) o fantasma do desemprego vem perturbando o sono de vários funcionários”* (O Metalúrgico, 1996, p. 5).

(21) *“As conseqüências da fusão Arcelor-Mittal: a fusão é mais uma das conseqüências da globalização e tem o objetivo de destruir eventuais competidores no mercado, aumentar os lucros e reduzir custos, com demissões em massa e o aumento da exploração em cima dos trabalhadores”* (O Metalúrgico, 2006, p. 2).

A crise do sindicalismo caracteriza-se, não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas, principalmente, pela diminuição da eficácia da ação sindical, principalmente aquela vinculada ao *novo sindicalismo* dos anos 1980.

Essa tende a perder sua dimensão política, de prática de classe de caráter antagonista diante do capital, assumindo um caráter pragmático-neocorporativista, mais circunscrito à segmentação setorial ou por empresa (Rodrigues, 1997).

No que se refere ao sindicato dos trabalhadores da RMBH, parte significativa dos associados atuais é atraída mais pelos programas assistenciais do sindicato do que por questões de ordem ideológica, como a conquista e manutenção dos direitos dos trabalhadores. Essa trajetória influencia na produção discursiva acerca do desemprego, ilustrando a centralidade das condições de produção para a análise desse fenômeno.

### **5.2.3 Trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego**

O Sistema Nacional de Empregos-SINE é um órgão público, em nível nacional. Em cada estado, a instituição pode estar ligada a diferentes secretarias, geralmente, é ligada às prefeituras. Trata-se de uma agência que presta serviços gratuitos aos trabalhadores e, por consequência, aos empresários de todos os setores. Atualmente, o SINE-BH atende uma média de 1600 pessoas por dia. A estrutura administrativa do SINE-BH é composta por uma equipe de atendentes diretos, por uma supervisora de atendimentos, por um supervisor geral e, por uma diretora. De acordo com a supervisora de atendimento, a dinâmica principal de funcionamento do SINE-BH é a seguinte:

*(22) “O empresário liga disponibilizando uma vaga e ele nos dá o perfil dessa vaga, como que ele quer o candidato: sexo, escolaridade, estado civil, quais as funções que ele vai exercer, o que ele tem que ter especificamente, ele dá o perfil da vaga. Essa vaga é disponibilizada no sistema automaticamente e é vista em rede pelos quatro postos aqui na nossa região de Belo Horizonte, aliás, Belo Horizonte, Betim, Contagem*

*e Venda Nova. Quando a pessoa chega no guichê pra ser atendida, é verificado o cadastro dela, a gente já tem aquele cadastro e se não tem faz naquele momento. E aí esse cadastro cruza com as vagas que a gente tem, aquele perfil que já foi dado pelo empresário. A gente só faz a pré-triagem, porque quem vai verificar se o candidato está dentro do perfil que ele quer é o próprio empresário ou o RH dele”(supervisora de atendimento, SINE-BH).*

Especialmente com relação ao setor industrial, trata-se de um setor que é pouco representativo para o SINE: (23) *“no sentido de que ele não busca muito, então a gente tem pouco contato com esse setor. Eu acredito que por buscar candidatos com bastante qualificação então ele acha que o SINE não tenha o candidato, então a gente não tem muito contato com a indústria”*. Sendo assim, ao ser questionada acerca da média de trabalhadores que procuram o SINE-BH com preferência para o setor industrial, a supervisora especulou que menos de 5%, dos 1600 trabalhadores atendidos diariamente, direcionam-se ao setor industrial.

São os trabalhadores desempregados, com experiências industriais, 24 no total; e, os trabalhadores à procura do primeiro emprego, que compõem essa trajetória. Entre eles, S11, S12, S13 e S14 são trabalhadores que iniciaram ou tiveram experiências industriais em outras cidades. Mas, atualmente, residem na RMBH e procuram por trabalho nessa região. Os sujeitos S1, S3, S4, S6, S7, S9, S10, S15, S16, S19, S22, S23, S24, S25, S26, S27, S28, S17, S18 e S21 são trabalhadores que iniciaram ou tiveram experiências industriais na RMBH e, atualmente, procuram por emprego nessa região.

Também fazem parte dessa trajetória, os trabalhadores à procura do primeiro emprego: S2, S5, S8, S20. Desses, S2 não se caracteriza como *“jovem à procura do primeiro emprego”*, visto que, além da idade (29 anos), declarou não ter procurado emprego por motivos particulares. S5, e S20, são jovens à procura do primeiro emprego em que se mantêm e ajudam à família com trabalhos autônomos e informais. S8 não possui nenhuma ocupação. Todos

declararam ter preferência pelo setor industrial, tanto em áreas administrativas, quanto operacionais.

Acredita-se que, desses discursos, faça parte a memória e o contexto que remetem à trajetória sócio-histórica do processo de industrialização na RMBH.

A maioria dos entrevistados declarou ter sido demitida do último emprego industrial, o que também pode fazer parte da memória ao produzir sentidos acerca do desemprego.

(23) *“Quando eu retornei [refere-se a volta ao trabalho e organização], passou um determinado tempo, eles mandaram embora mesmo”* (desempregado: S1)

Além do cadastramento e triagem para emprego, o SINE-BH oferece outros serviços ao trabalhador, como palestras direcionadas para o mercado de trabalho; o serviço de inclusão digital; tele-curso; e sala de leitura. Esses serviços são oferecidos, em função do perfil dos trabalhadores que, geralmente, procuram o SINE. Esse perfil é caracterizado como um perfil de baixa escolaridade (na maioria, ensino fundamental), baixa qualificação técnica, e, longo período de afastamento do mercado de trabalho:

(24) *“percebemos que como a gente trabalha com essa parcela da população de um nível de escolaridade inferior e que é um fator que dificulta, a gente também fez uma parceria pra elevar a escolaridade do trabalhador”*(supervisora de atendimento SINE-BH).

Essa é a característica observada nos 28 sujeitos componentes dessa trajetória. Apesar de 50% possuírem ensino médio completo, a minoria declarou ter frequentado algum outro curso complementar, técnico ou profissionalizante.

Quanto às exigências prioritárias das empresas, a supervisora de atendimento esclareceu que se trata da experiência comprovada em carteira, o que dificulta o acesso para muitos trabalhadores que apenas tiveram experiências

por meio de outros tipos de contratos (informalidade, precarização, exploração). Entre os desempregados, a maioria, principalmente mulheres, declarou estar trabalhando em setor informal ou autônomo, com o objetivo de ajudar no sustento da família.

Os trabalhadores à procura do primeiro emprego, não apenas jovens, mas, trabalhadores que têm experiência em setor informal, ao procurarem o SINE, devem fazer o cadastro como “primeiro emprego”:

*(25) “Eu, com 21 anos, estou procurando meu primeiro emprego e estou encontrando dificuldade. Todas as empresas que eu procurei exigiam um pouco de experiência na área, por isso eu acho que não consigo emprego”* (à procura do primeiro emprego: S8).

No que se refere à dificuldade de inserção no mercado de trabalho das pessoas que não possuem experiência comprovada em carteira, diante das mudanças verificadas no mercado de trabalho, o SINE-BH vem realizando um trabalho com os empresários e trabalhadores considerando as novas possibilidades de trabalho, como a abertura para setores informais, por meio, por exemplo, do cadastramento de domésticas(os) diaristas, jardineiros(as), costureiras(os). No setor industrial, destaca-se o cadastro de vigilantes, mecânicos(as), seguranças, entre outros.

Trata-se de uma outra forma de incluir o trabalhador no mercado, que não apenas pela assinatura da carteira de trabalho. No entanto, mesmo com esse cadastro, verificou-se a resistência por parte do empresariado em aceitar trabalhadores apenas com experiências informais:

*(26) “É muito raro ele aceitar a experiência informal. Nós tentamos negociar com esse empresário e às vezes conseguimos sim, mas a grande maioria quer resolver o problema dele o mais rápido possível. Então existem vagas com uma certa urgência que não dá pra ele ensinar, ele quer uma pessoa que tenha uma experiência anterior pra*

*ele chegar e sanar aquele problema dele ali. Então isso é um fator importante*”(supervisora de atendimento SINE-BH).

Percebe-se o forte vínculo que os sujeitos mantêm com a idéia de “trabalho com carteira assinada”, o emprego, como a melhor forma de inserção no trabalho e no social. Em certa medida, pode-se dizer que esse discurso está ligado às experiências que esses trabalhadores mantiveram com o setor industrial, no qual vivenciaram o trabalho nos padrões fordistas e, no momento, vivenciam a ausência desse vínculo.

Com a apresentação da trajetória 1: “*Indústria, reestruturação e desenvolvimento*”, da qual fazem parte quatro sujeitos integrantes da instituição FIEMG, permitiu-se a reflexão acerca do processo de industrialização e de reestruturação, respectivamente, com foco no desenvolvimento. Por meio da discussão acerca de alguns aspectos da história do sindicato dos metalúrgicos na RMBH, e das trajetórias dos sujeitos dessa realidade: “*trabalhadores industriais, reestruturação e precarização*”, pôde-se evidenciar um outro discurso acerca do trabalho na indústria e do processo de reestruturação produtiva. Nessa trajetória, evidenciou-se o discurso da precarização do trabalho e do enfraquecimento do movimento sindical.

Com relação à trajetória 3: “*trabalhadores desempregados e á procura do primeiro emprego*” e aos discursos de seus integrantes, ressaltou-se a percepção de trabalho na qualidade de “emprego”, ou seja, trabalho é possuir um vínculo com alguma organização por meio da assinatura da carteira de trabalho. Além disso, verificou-se a idéia de emprego como a melhor forma de inserção no âmbito social. Com o resgate de alguns aspectos da trajetória dos sujeitos e das instituições da pesquisa, possibilitou-se a identificação da construção das personagens e das formas como elas se expressam nas práticas discursivas.

## 6. PRÁTICAS DISCURSIVAS SOBRE DESEMPREGO E AS CONDIÇÕES DE SUA PRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentam-se as análises 1 e 2, explicitadas no quadro 1, ou seja, concentrou-se nos elementos intradiscursivos e nos subentendidos. Discutiu-se como as práticas discursivas constituem os lugares para que se possa falar acerca do desemprego (esses lugares podem remeter a ideologias).

Para que a intencionalidade não fosse o foco da pesquisa, tomou-se o cuidado de analisar as práticas discursivas como um conjunto de discursos. Portanto, não se separaram os grupos de sujeitos: trabalhadores desempregados, à procura do primeiro emprego, representantes do sindicato e membros da FIEMG. No entanto, certamente suas referências, relacionadas às trajetórias e ao contexto, fazem parte dos discursos e, conseqüentemente, das análises e discussões.

Os temas, com base na análise das práticas discursivas são apresentados por meio de fragmentos dos discursos. Esses trechos e suas respectivas análises são considerados ilustrativos dessas temáticas. Optou-se por não identificar os sujeitos em cada trecho dos discursos, os quais foram apenas numerados de acordo com a ordem de aparecimento no texto. Sendo assim, a discussão é apresentada de acordo com o conjunto de temas semelhantes, os quais emergiram durante as análises (formações e regularidades discursivas).

Portanto, na **seção 6.1**, apresentam-se as discussões referentes ao emprego formal, ilustradas por fragmentos discursivos; a **seção 6.2**, inclui os fragmentos que remetem às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, especificamente no setor industrial, e suas conseqüências para o emprego; na **seção 6.3**, essas conseqüências são ilustradas por meio dos discursos que se referem ao desemprego, ou à ausência do emprego formal; e, na **seção 6.4**, discutiu-se acerca do trabalho, como condição que transcende o emprego formal.

## 6.1 O emprego formal

Com os trechos discursivos apresentados nesta seção, ilustra-se o aparecimento de discursos que remetem ao emprego formal e à condição de estar empregado(a):

(01) “*eu quero trabalhar pra eu ter meu dinheiro. O meu esposo me dá, mas, ter o dinheiro da gente mesmo (...) e ainda se vier com os direitos (...) eu adoro um cartão de crédito, mas, tem que ter a carteira (...)”.*

Nesse trecho, é interessante discutir o percurso do conceito de trabalho/emprego. Por meio de “*meu dinheiro*” e “*dinheiro da gente mesmo*”, constrói-se a noção de trabalho como meio para se obter uma liberdade financeira. Considerando a trajetória específica do enunciador (uma mulher casada) e o contexto discursivo, verificou-se que o trabalho é uma condição legítima como liberdade financeira. Por outro lado, quando se articula essa idéia com “*cartão de crédito*”, “*direitos*” e “*carteira*”, o trabalho direcionou-se para o emprego (formal).

Em uma outra situação contextual: (02) “*o cara quando é homem, você vê na cara dele, ele chega até a chorar com vergonha sem a carteira (...) tem família pra sustentar (...)”.* Verificou-se que o trabalho não é articulado, é o emprego que aparece por meio da expressão “*carteira*”. Quando se analisa a questão do gênero, pode-se compreender esse fato. Além da questão de gênero, o próprio papel de provedor (“*sustentar*”) reforça a condição de não-emprego como condição indesejável, de vergonha. Portanto, essa condição pode ser compreendida como condição de não-liberdade financeira ou de não-cumprimento de um papel (como o de provedor da família, por exemplo). No entanto, mesmo considerando as questões de gênero: o trabalho/emprego para a

mulher, o trabalho/emprego para o homem, pode-se subentender que o emprego é que se constitui como um veículo de legitimação social, pois, ao possuir um “cartão de crédito” encaminhou-se para a questão do “crédito”, que culmina com um sentimento de reconhecimento (*status* social), respeito e segurança.

**(03)** *“E quando a gente tá fichado também o dinheiro não sobra porque eu tenho família e muitas vezes o salário não é bom, também tem isso.”*

No discurso, verificou-se a articulação de duas personagens: “a gente” e “eu”. A construção da personagem “a gente” está relacionada à situação de desemprego, subentendendo-se que a marca temporal “quando”, refere-se a uma condição que não existe no momento ou pode existir. Sendo assim, “estar fichado” não é uma situação que ocorre no discurso. Essa personagem é articulada para que não se estabeleça uma relação direta entre o sujeito discursivo e a condição de desempregado, apresentando-se como um interdiscurso que entrecruza o discurso do emprego.

Esse tipo de construção foi observada nas práticas discursivas em geral. No caso da personagem “eu”, esta remete à condição de “chefe de família” (mulher ou homem que sustenta financeiramente a família), daí a apresentação direta no discurso. Essa condição, quando ligada às expressões “dinheiro” e “salário”, reforça o pressuposto de que o fato de “ter família” é condição que necessita do trabalho (independentemente de ser um emprego formal), visto que, subentendendo-se, o emprego não está ligado à quantidade de dinheiro suficiente: “não sobra”, “não é bom”.

**(04)** *“É o comprovante de que no final do mês você vai estar recebendo aquilo, aquela quantia”.*

Nesse caso, o discurso contradiz – em parte – o discurso anterior, pois, mesmo que o retorno financeiro não seja suficiente, é garantido pelo vínculo empregatício, podendo-se dizer que o emprego não é uma condição relacionada

apenas ao dinheiro e que salário é mais do que dinheiro. Observou-se a utilização de um conceito: “*O comprovante*”, pressupõe-se que se refere à carteira de trabalho assinada.

Trata-se de uma generalização conceitual, que remete ao compromisso estabelecido entre empregador e empregado, muitas vezes, reforçando o *elo* entre trabalhador e organização. Além disso, subentende-se que o conceito de “documento comprobatório” também relaciona-se ao desemprego, visto que, diante dessa possibilidade, pode-se comprovar e requerer alguns direitos, além de comprovar a experiência de trabalho. Dessa forma, no interdiscurso, a empregabilidade aparece e o emprego passa a ser um veículo não apenas de remuneração, mas, de outras possibilidades e garantias.

Deve-se ressaltar que essa articulação é um conceito, ou seja, refere-se a um processo de institucionalização de uma idéia, estabelecida e legitimada socialmente. Explicita-se essa reflexão baseando-se no pressuposto de que o comprovante, ou a carteira, conseqüentemente, o emprego, garante um algo que não é definido no discurso: “*aquilo*”, “*aquela quantia*”.

Com essas marcas narrativas, delimita-se o que não pode ser dito, ou seja, o que o emprego oferece que vai além do dinheiro, não é o dinheiro e nem uma quantidade de dinheiro que centraliza a questão do emprego ou da condição de empregado(a), como observado em uma outra articulação conceitual: (05) “*you consegue ter um status social (...)*”. A noção de *status* está relacionada, no geral, à noção de reconhecimento. O conceito “*status social*”, portanto, refere-se ao reconhecimento social. Pressupõe-se que se trata do reconhecimento adquirido por meio do “trabalho comprovado”, ou seja, o emprego.

(06) “*se eu quero comprar uma roupa legal eu posso comprar, ao mesmo tempo o trabalho, a carteira, ele dignifica o homem. Aliás, quando você conhece alguém uma das primeiras perguntas que vem é: ‘Você trabalha? Trabalha com o quê?’*”.

A personagem “eu” integrante das marcas subjetivas: “*eu quero*”, “*eu posso*” ilustram uma condição possibilitada pelo emprego reconhecido socialmente. O ato de comprar, no contexto do discurso, não requer apenas o dinheiro para comprar, mas, a garantia para o crédito, ou seja, o fato de ter um emprego ou a carteira assinada. Querer e poder são situações permitidas ao empregado(a). Essa situação, quando se liga ao conceito da dignidade, no contexto discursivo do trabalho e da carteira, encaminha para o interdiscurso de que a dignidade está além do dinheiro, trata-se de liberdade de querer/poder.

“*O homem*” (trecho 06), personagem discursivo, refere-se à figura do empregado que, subentende-se, mesmo “preso” pelo vínculo empregatício, garante, por esse vínculo, sua liberdade, sua dignidade. Além da liberdade, uma contradição, considerando-se a lógica do emprego, um outro elemento constituinte do conceito que liga o emprego à dignidade é a própria existência em uma comunidade social, a legitimidade perante essa comunidade.

Ressaltando-se a estratégia ilustrativa: “*você trabalha? Trabalha com o quê?*” (trecho 06), observou-se uma afirmação no enunciado e uma negação na enunciação, no interdiscurso, ou seja, uma ironização do conceito de “trabalho”. Na primeira pergunta, o trabalho é afirmado como condição de trabalho-atividade, não se relaciona, interdiscursivamente, ao emprego. Na segunda pergunta, o trabalho relaciona-se ao “o quê”, qual trabalho. Não se trata de que tipo de atividade a pessoa realiza, mas, considerando o contexto discursivo, pode-se subentender que se trata de trabalho-emprego ou não-emprego. No segundo caso, aí se encontra a ironia, desfaz-se a noção de trabalho construída na primeira questão e conclui-se: pode-se realizar um trabalho-atividade, mas, não sendo emprego, não existe o reconhecimento social.

(07) “*Olha, quando você trabalha com carteira assinada, você não vai sair com uma mão atrás outra na frente. No mercado informal, se você perder o seu dinheiro ali, acabou, acabou”.*

A prática discursiva que remete à “*carteira assinada*” está em diálogo com o desemprego. Essa constatação pode ser visualizada pela articulação entre “*carteira assinada*” e “*sair*”, ou seja, mesmo pressupondo a estabilidade de estar empregado, pressupõe-se, por outro lado, a instabilidade conjuntural e a possibilidade do não-emprego, do desemprego.

Observou-se o interdiscurso do processo de reestruturação. Não se trata mais de uma condição estável, o estável é ter garantias durante a instabilidade. Por isso, a estratégia utilizada como ilustração: “*uma mão atrás outra na frente*” (também uma metáfora), a qual pode ser compreendida, no todo, como uma pessoa que caminha e balança os braços tendo apenas as mãos como extremidades, trata-se de uma estratégia que reforça o emprego mais na condição que garante o período de desemprego do que na condição de estabilidade. No interdiscurso, a negação de “*uma mão atrás outra na frente*” seriam as mãos carregando alguma coisa, as garantias de um empregado. Garantias que, ao se observar a articulação com “*mercado informal*”, “*dinheiro*” e “*acabou*”, não remetem apenas ao dinheiro.

São essas garantias que, muitas vezes, possibilitam o aparecimento do discurso que explicita o vínculo do trabalhador (industrial) com o emprego (industrial):

(08) “*(...) então o SESI trabalha nesse campo, nessa lacuna deixada pelo governo. Então se o governo não consegue prestar esse serviço de qualidade, o SESI vai estar ofertando pra família do trabalhador industrial um tratamento odontológico, acesso a um plano de saúde descente, escola (...) isso é uma premissa que todo trabalhador tem que ter, todo cidadão tem que ter (...) direitos humanos”.*

Nessa prática discursiva, existe a construção de seis personagens principais: “o *SESI*”, “o *governo*”, “a *família*”, “o *trabalhador industrial*”, “*todo trabalhador*” e “*todo cidadão*”. O discurso explicitado é de que o *SESI* trabalha, o governo não trabalha, a família e o trabalhador industrial são beneficiados pelo trabalho do *SESI*. No entanto, o que interessa é, mediante o que está dito, como se articula o não-dito. Essa articulação pode ser refletida por meio de dois silenciamentos que, no interdiscurso, articulam a inclusão do trabalhador industrial, representando a figura do empregado (vínculo empregatício, trabalho industrial); com a exclusão de outros trabalhadores, representando a figura dos trabalhadores não garantidos pelo vínculo do emprego, não formais, etc; e, finalmente, com a exclusão de cidadãos não trabalhadores, privados até mesmo da condição de “humanos”, visto que, são privados de serviços (de qualidade), os quais deveriam ser direitos de qualquer ser humano.

Com essa reflexão, subentende-se, o emprego, especificamente o emprego industrial, inclui o sujeito na “condição humana”. Mesmo que negligenciada pela ação do Estado, essa condição é garantida por meio de ações de iniciativa privada.

(09) “A pessoa tem que trabalhar *certinho*, não faltar e não sair da firma. O pessoal tem que ser *sincero* com a firma, *fazer o serviço com amor(...)*”.

O elo estabelecido entre o trabalhador empregado (“a *pessoa*” e “o *pessoal*”) e a organização (“*firma*”) é evidenciado pelas expressões “*certinho*”, “*sincero*” e “*fazer o serviço com amor*”. Essas expressões remetem sempre a estados sentimentais e emocionais: sinceridade e amor. Quando é articulada a expressão “*certo*”, esta, vem no diminutivo, para expressar um cuidado especial que o trabalhador empregado deve ter com seu trabalho e com seu emprego.

O que vale ressaltar é o diálogo com a questão da manutenção do emprego, que remete, de certo modo, a um estado de “submissão” do trabalhador para com o emprego/organização. O elo entre sujeito e organização existe, no entanto, o elo entre sujeito e emprego parece ser mais forte e é o que culmina com a necessidade de manutenção por meio de laços afetivos. Esses laços também são meios para que o próprio trabalhador empregado, diante das novas configurações do emprego, permaneça submetido a essas condições, porém, inserido em uma zona de conforto criado por ele mesmo. Não é mais a organização que demite o trabalhador, mas, ele próprio “se demite”. Pelo silenciamento após “*fazer o serviço com amor*”, permite-se subentender essa reflexão.

Percebeu-se, em outros trechos de discurso, como esse elo entre sujeito e organização é permeado pelo emprego: (10) “*eu tinha meus amigos do trabalho, eu tinha a minha função, eu tinha um chão bem firme”. A organização passa a ser o local, além do trabalho, do relacionamento social (“*amigos*”); e, da legitimação, da temporalidade e da funcionalidade (“*função*”). Esse local só é construído com base em um vínculo que estabelece a “liberdade” e a continuidade desses relacionamentos. Esse vínculo, no interdiscurso, é a carteira de trabalho assinada, o emprego formal e seu reconhecimento social, dando sentido à vida do trabalhador.*

Esses elementos são ilustrados pela metáfora de um “*chão bem firme*”. Sem essa base, não seria possível construir os relacionamentos e o espaço de legitimidade em uma organização. Subentende-se que, nas práticas discursivas, o trabalho sem o vínculo empregatício não permite a construção desses elos. Portanto, o emprego reforça o elo entre o sujeito e a organização e, conseqüentemente, os compromissos de produtividade implícitos nesse elo.

(11) “(...) porque a área do metalúrgico, ela é uma área mais complexa, é uma área mais segura. Ele defende seu emprego até com unhas e

*dentos porque o metalúrgico hoje tem uma carga de trabalho um pouco mais puxada também, são os melhores salários, são os melhores planos de saúde (...) tem que estar envolvido naquele ramo, se não tiver não consegue, é difícil entrar".*

A visão do trabalho industrial ("área do metalúrgico"), exemplificada, principalmente, na figura do "metalúrgico" (personagem central), é composta por uma construção conceitual que encaminha para a difícil possibilidade de inclusão. Existem sempre as marcas negativas seguidas das positivas: "complexa" (essa marca pode ser negativa no sentido de envolver situações de risco, porém, pode ser positiva, no sentido de exigir maior preparo do trabalhador), mas, "segura"; "carga (...) puxada", mas, "melhores salários(...)  
planos de saúde". Essa construção refere-se à própria atividade do trabalhador industrial, por exemplo, na metáfora: "carga puxada", observou-se a ligação conceitual que se faz entre um trabalhador industrial e a atividade do trabalho braçal. Como recompensa, o emprego, o vínculo, que garante a estabilidade (mesmo que momentânea) e os benefícios.

Considerando o silenciamento estabelecido, subentende-se que essa condição (do trabalhador industrial/formal) já não é a condição da *massa*, condição generalizada, que é também contestada, mas, condição almejada pela dificuldade da inclusão. No interdiscurso, existem as próprias mudanças no acesso ao emprego industrial, tornando-se mais competitivo. Por isso, na memória, o conceito ainda permanece como o trabalho pesado, mas, existe sempre uma compensação, a noção do emprego mais seguro. Também pode-se verificar a idéia de que o trabalho do metalúrgico se tornou mais complexo e, por isso, o trabalhador deve acompanhar essa evolução.

No interdiscurso observou-se a idéia de que o trabalho industrial ainda conserva a memória do emprego mais seguro. Essa condição também é permeada pelo diálogo entre segurança e risco; ou, o vínculo de emprego e maior responsabilidade: (12) "você tem que ter muito cuidado devido à

*segurança sua e do seu colega de trabalho, tem que ter mais atenção, mais disciplina, mas, é o preço que se paga (...)”. Quando as expressões “atenção” e “disciplina” aparecem na construção do discurso, ilustra-se o quadro do trabalho industrial, segundo o conceito que se estabelece acerca dele nas práticas discursivas. Evidenciou-se a necessidade de disciplina e atenção que é reforçada pela idéia do “trabalho em equipe” (modelo japonês, células de produção, etc.). Com essa idéia, também, exemplifica-se a necessidade do “zelar pelo outro”, pelo próprio maquinário, ou seja, pela “qualidade total”.*

Ao contrapor todos esses elementos: atenção, disciplina, trabalho em equipe, maior responsabilidade, com a expressão metafórica “*preço que se paga*”, seguida de um silenciamento, pode-se subentender que se deve pagar para manter a condição de empregado(a), principalmente no setor industrial, considerando o que se compreende como emprego nesse setor.

*(13) “(...) trabalhei lá vários anos. Saí porque eu tive uns problemas de saúde, aí tive encostada. Então quando eu retornei, passou um determinado tempo eles mandam embora mesmo. Eu não sei, eles devem realmente achar que a pessoa vai ter mais problemas (...) Principalmente pra gente que trabalha, assim, em área industrial, pega peso, você faz de um tudo”.*

Algumas personagens podem ser observadas nessa construção: “eu”, “a pessoa” e “a gente”, referindo-se ao trabalhador industrial; “eles”, referindo-se ao empregador. Além disso, a marca “lá”, representa o próprio setor industrial. Dessa forma, inclui-se, na prática discursiva, o “empregador” evidenciando o elo que se estabelece, em uma situação de emprego, com a organização e com a figura do empregador ou dos empregadores. No contexto discursivo, refere-se a uma situação que ocorre em condição de emprego: a licença remunerada em caso de problemas de saúde. Esse tema aparece ligado à expressão metafórica “*encostada*”. A própria metáfora de estar encostado(a) remete à noção de apoio,

o que vai ao encontro da garantia, ao estar empregado, de receber uma compensação em caso de problemas de saúde.

Com o aparecimento dos discursos que remetem ao emprego formal e à condição de estar empregado(a), ressalta-se a noção de “vínculo” estabelecido entre o sujeito trabalhador e a organização. O trabalho aparece como condição de liberdade e o emprego como condição de liberdade que garante a legitimação e *status* social (possibilidade de crédito, segurança para “prover” a família, entre outras). Nesse sentido, observou-se que o conceito de salário envolve garantias não apenas financeiras, mas, de vínculo, segurança e reconhecimento.

No que refere ao emprego industrial, é central o vínculo entre trabalhador e organização, explicitado nos discursos pela idéia do trabalho industrial como um trabalho “com garantias”. Nesse sentido, o trabalho sem o vínculo empregatício não permitiria a construção de “elos” entre o trabalhador e o trabalho/organização. Trata-se de inverter a noção de emprego-garantia para uma noção de garantir o emprego por meio de um pagamento. O emprego não é condição de direito, mas, de possibilidade de manutenção, pela “adaptação” às novas condições de trabalho e de salário.

## **6.2 Mudanças no trabalho: reestruturação, empregabilidade e sindicato**

O conceito do vínculo que se estabelece entre sujeito e organização em uma situação de emprego parece contrastar-se com a noção de mudança dessas formas de ligações, tendo como “pano de fundo”, as próprias mudanças no mundo do trabalho:

(14) “o que eu vejo é um processo contínuo da reestruturação das organizações, isso é importante considerar, esses processos de fusões, aquisições (...) isso dá um choque dentro das indústrias que de alguma forma estas têm que reagir”.

(15) “olha, isso, melhor dizendo, é a exclusão digital, ela funciona da seguinte forma: todo mundo acha que o computador é um bicho-de-sete-cabeças, mas, não é?”

(16) “A evolução tecnológica, como aquilo que eu te falei, a pessoa tem que se adequar. Vêm as máquinas, então a empresa vai substituir quinze funcionários por uma máquina, vai ter que ficar pelo menos dois ou três pra operar ela”.

A principal personagem articulada é a organização que passa pela mudança: “as organizações”, as “indústrias”. Quando a personagem indústria é referenciada, pressupõe-se que esse seja o espaço mais explicitado das mudanças ilustradas no trecho do discurso, como as “fusões” e “aquisições”. O silenciamento, logo após a exemplificação das mudanças, deixa subentender que o processo de mudança, apesar de contínuo (“*processo contínuo*”), não é constante, ou seja, não se dá com a preparação dos trabalhadores até a adequação de organização como um todo, justificando-se a expressão “*choque*”, que remete a uma situação inesperada, súbita, que causa impacto.

No interdiscurso, existem várias “vozes”, interligando o trabalho industrial às novas configurações no mundo do trabalho. Trata-se do impacto da mudança, principalmente, para o trabalhador, pois a necessidade de se reestruturar (“reagir”), por meio de estratégias que mantenham a produtividade da organização, atinge diretamente o sujeito trabalhador.

Essa idéia explicita-se nos trechos 15 e 16, por meio da mudança que atinge diretamente o trabalhador: as exigências em termos de qualificação e empregabilidade. A metáfora do “*bicho-de-sete-cabeças*”, referindo-se ao computador, pode ser compreendida como um procedimento irônico, visto que,

logo após sua afirmação, vem o questionamento acerca dela mesma. Ou seja, questiona-se se o “saber operar um computador” é de tão fácil acesso para que o emprego esteja diretamente ligado a ele e de forma generalizada.

No trecho 16, o discurso aparece com ênfase para o compromisso com a atualização (“adequação”). Ou seja, o compromisso do empregado (“a pessoa”) e não do empregador. A adequação pode se referir tanto ao processo de produção/trabalho, quanto às formas de gestão. Esse discurso é reforçado pela ilustração da substituição de homens por máquinas, legitimada por exemplos numéricos: “*quinze por uma*”. Nesse contexto, remete-se ao desemprego como “pano de fundo”: são quinze pessoas desempregadas com a chegada de uma máquina. Vale ressaltar que a figura da máquina, nesse caso, pode ser compreendida como o próprio processo de reestruturação, a imagem da mudança. Assim como a expressão “operar”, que pode remeter a ajustar-se ao ritmo de trabalho, à inovação tecnológica.

Diante desse processo, articula-se com a permanência daqueles que, subentendendo-se, conseguem manter seu emprego, adaptando-se às novas configurações: “*pelo menos dois ou três*”. Dessa forma, o processo de reestruturação produtiva emerge nas práticas discursivas como um processo de mudança que envolve as relações de produção e trabalho e, conseqüentemente, altera as configurações de emprego e desemprego.

(17) “*hoje a máquina faz quase tudo sozinha (...) acho que tem que quebrar as máquinas!”*

No que refere aos avanços no âmbito da organização da produção, observou-se a articulação de uma personagem importante: “a máquina”. A máquina, no interdiscurso, é a personagem que está relacionada ao trabalhador, à imagem do trabalho industrial.

No discurso 17, a expressão “faz” ligada à “máquina”, personifica essa personagem que passa a ser compreendida como o próprio trabalhador, executando seu trabalho. Quando se expressa “quebrar as máquinas”, dialogou-se com a noção da produtividade e do desemprego proveniente do avanço tecnológico. Na medida em que, considerando o contexto da reestruturação, o emprego depende da intimidade do trabalhador com a máquina, essa exclusão refere-se à não-empregabilidade diante da maior preparação desse trabalhador, com base na noção de novos aprendizados.

(18) “Essas máquinas que geram produtividade elas vão estar numa outra ponta gerar a redução dos custos de uma empresa. Ela reduzindo os custos permite que ela concorra em outros mercados. Então, a modernização tem um lado ruim e um lado bom (...).”

As práticas discursivas direcionam também para os conceitos de desenvolvimento e competitividade que permeiam os discursos da mudança. A máquina, novamente como figura representativa da mudança aparece como objeto no trecho 18 em duas situações: “um lado ruim e um lado bom”. Por meio dessa expressão, pressupõe-se que o *lado ruim* seja aquele que *gera produtividade*; o *lado bom*, aquele que *reduz custos*, sendo assim, na geração de produtividade, vista como o lado ruim, reporta-se para o discurso do desemprego ou da exploração proveniente desse aumento.

Por outro lado, a redução de custos como o lado bom remete à competitividade e ao desenvolvimento, pois, essa competitividade alavanca a produção, a qual, por sua vez, engendra a necessidade de mão-de-obra. No interdiscurso, está a idéia da reestruturação e da queda dos empregos:

(19) “A reestruturação, veio e veio no sentido de reduzir postos de trabalho, isso a gente vê claramente nas empresas. Só pra você ter uma base, a {nome da empresa}, ela tinha por volta de 12000 trabalhadores,

*hoje ela triplicou a produção e tem na linha de produção dela hoje cerca de 4500, 5000 trabalhadores.”*

A redução de postos de trabalho proveniente do processo de reestruturação produtiva é um discurso recorrente nas práticas discursivas. No trecho 19, quando se articula a expressão “*veio e veio*” com “*reduzir postos*” e “*vê claramente*” verificou-se a centralidade da afirmação de que esse processo já está instalado nas organizações, especificamente nas indústrias, e que não existe uma consequência senão o aumento do desemprego. Essa reflexão é ilustrada por meio de um exemplo com indicações de números de trabalhadores em períodos de não-reestruturação e de reestruturação, ressaltando o aumento de produção nesse último. No entanto, pode-se subentender que essa afirmação confronta-se com uma outra que está no interdiscurso do movimento dos trabalhadores, por um lado, e dos trabalhadores não empregados, por outro.

A afirmação do aumento da precarização e da redução de postos como um objetivo ou fim único de um processo de reconfiguração no mundo do trabalho (“*veio e veio*”, “*reduzir postos*”), parece funcionar como um pano de fundo para as reivindicações de um movimento em prol dos trabalhadores e como um argumento para a condição de não-trabalho. Não se pretende dizer que esse processo não gere a redução de postos, no entanto, essa centralidade é preciso ser analisada como objeto do discurso do processo de reestruturação.

*(20) “eu acho que o que vem causando essa parte de exigências é a globalização, as empresas estão bem mais exigentes hoje e não querem saber se o indivíduo está se preparando”.*

Nesse trecho, a “*globalização*” e as organizações (“*empresas*”) são as personagens utilizadas, ambas exercem papéis de exigências quanto às características para se conseguir um emprego. No caso das organizações, observou-se, no interdiscurso, a questão da competitividade e da

individualidade, fazendo com que as características exigidas sejam responsabilidade dos sujeitos. As organizações se isentam e se tornam receptoras de trabalhadores empregáveis (idéia de empregabilidade). Nesse contexto, o emprego não é apenas a vaga que se oferece, mas, as características que a vaga exige, os requisitos básicos para seu preenchimento.

Não existe mais a empresa que oferece vagas de emprego. Subentende-se, pelas práticas discursivas, que o que existe são indivíduos que procuram vagas que lhe são acessíveis no momento. Explicitou-se, no intradiscurso, como uma exigência básica do setor industrial, o ensino médio completo: (21) *“E pelo que o pessoal está exigindo aí, pelo que as empresas pedem, é uma boa ter o segundo grau completo, ter se possível mais”*. “O pessoal” refere-se às organizações ou aos empregadores e “segundo grau completo” refere-se ao ensino médio completo.

(22) *“Eu acho que muita gente que tem esses cursos superiores aí e não conseguem trabalhar porque faz até pelo mesmo pensamento que eu tenho, fazer por causa do emprego e não por fazer alguma coisa que goste”*.

Na busca pela empregabilidade, verificou-se o grau de escolaridade como um conceito disseminado e institucionalizado. Passa a se referir, muitas vezes, à empregabilidade como grau de escolaridade. Além disso, verificou-se uma construção nas práticas discursivas que remete à busca por esse grau de escolaridade como um comprovante de empregabilidade: *“fazer por causa do emprego”*.

O discurso da profissionalização, da individualização dos trabalhadores em busca de emprego perpassa o discurso da empregabilidade. Por um lado, subentende-se uma proliferação de cursos e faculdades; por outro lado, um grande número de pessoas com alto grau de escolaridade, porém, com baixa empregabilidade, dependendo do setor para o qual se direcionam.

(23) “(...) aí chega lá eles perguntam assim pra você: você tem algum outro idioma? Não, eu não sei falar nem o português direito (...) Querem que a gente tenha curso de informática avançada, e eu não tenho. Eu tenho básico. Eu não tenho computador em casa (...)”.

A marca subjetiva “lá” refere-se à organização. A personagem “eles” remete aos empregadores. O que se observa no trecho 24 é a construção de um dos conceitos de empregabilidade, para além do grau de escolaridade ou da qualificação. A ilustração “outro idioma” e a expressão “curso de informática avançada” são elementos possíveis de formação da empregabilidade de um trabalhador, esses elementos, no interdiscurso, relacionam-se com o discurso da globalização e da competitividade (falar outro idioma, comunicar-se internacionalmente) e do avanço tecnológico. No entanto, ao contrapor esses elementos com as expressões: “não sei falar nem o português direito” e “não tenho computador em casa” revelou-se um dualismo enfrentado na realidade brasileira.

Trata-se das exigências em consonância com o ritmo da globalização convivendo com as possibilidades que se apresentam para que os trabalhadores atinjam esses níveis. Quando se articula a personagem “eu” (o trabalhador sem emprego) com “básico” (curso básico de informática), esse parece ser o quadro ilustrativo do que representa a realidade do trabalhador brasileiro, principalmente estando desempregado.

(24) “(...) a pessoa confundir empregabilidade com não ser qualificado, com não ter curso superior, isso é muito da mídia. As profissões técnicas elas permanecem, a indústria continua, o processo industrial continua e está cada vez mais sofisticado (...)”.

(25) “O trabalhador industrial muitas vezes ele tem a necessidade de ter uma capacitação técnica, operacional, de saber manusear e saber exercer um desempenho num chão-de-fábrica hoje que é bastante moderno, tem tecnologia aplicada. E o que aconteceu foi o seguinte, que pra mim é uma panacéia: que todo mundo tem que ser doutor, criou um

*desvirtuamento. E nem todos os profissionais de “RH” perceberam que isso era uma mentira”.*

A desconstrução do conceito de empregabilidade como qualificação é evidenciada nos trechos 24 e 25, na medida em que essa noção é caracterizada como “*panacéia*<sup>67</sup>” (metáfora para reforçar a idéia de mentira) e “*mentira*” No intradiscurso, explicitou-se a institucionalização dessa noção como qualificação ou grau de escolaridade por veículos de massa como a “*mídia*”. Observou-se a emergência de uma personagem principal: *o trabalhador industrial*. Por meio das práticas discursivas, pode-se compreender as rupturas na noção de empregabilidade.

Um subpercurso que pode servir como exemplo é o seguinte: “*processo industrial*” => “*desempenho num chão-de-fábrica*” => “*profissões técnicas*” => “*permanecem*” => “*mais sofisticado*” => “*tem tecnologia*”, mas, não precisa ser => “*doutor*”. Portanto, na construção discursiva desse conceito, observou-se uma afirmação e uma negação, quando colocada em diálogo com o que é comumente dito acerca de empregabilidade. A afirmação é de que existe uma individualidade em sua manutenção, por parte dos sujeitos, mas, essa individualidade convive, especificamente no cenário brasileiro, com o coletivo. Por outro lado, existe a negação da questão da empregabilidade como qualificação e grau de escolaridade, mesmo em se considerando o setor industrial como referência, trata-se de um outro conceito de empregabilidade.

(26) “(...) *sempre está pedindo, dois, três anos de experiência comprovada. E não estão contando o meu estágio (...)*”.

No percurso sobre a empregabilidade, portanto, percebeu-se o diálogo com outros conceitos que não apenas a qualificação (em termos de grau de

---

<sup>67</sup> Planta imaginária compreendida pelos antigos como remédio para todos os males (Rios, 1999).

escolaridade). Percebeu-se, por exemplo, o discurso da experiência como componente desse tema. Isso aparece nas práticas discursivas em geral, mas, principalmente, nos discursos dos trabalhadores à procura do primeiro emprego. No trecho 26, por meio da expressão “*experiência comprovada*”, pressupõe-se que a comprovação seria a carteira de trabalho assinada. Com base nesse pressuposto, subentende-se que faz parte da empregabilidade ter sido empregado(a) por um tempo a fim de que a experiência nesse trabalho seja “comprovada”. Além disso, a personagem “eles” (“*não estão*”) remete aos empregadores, os quais fazem as exigências em termos de experiência.

Na construção discursiva, “*não estão contando meu estágio*” dialogou-se com a questão da flexibilização e precarização do trabalho na medida em que, “*estágio*”, como um trabalho, não é registrado em carteira. Ou seja, o sujeito, mesmo tendo trabalhado regularmente, não tem como comprovar a experiência adquirida. Verificou-se, então, um paradoxo. No contexto da reestruturação, encaminha-se para formas mais flexíveis de trabalho/emprego, como o estágio, por exemplo. No entanto, do outro lado, do lado do acesso ao emprego, as exigências são voltadas para o emprego no padrão fordista: “*experiência comprovada*”.

(27) “(...) porque o estudo a gente sempre pode buscar, correr atrás, mas, a indicação é mais difícil, precisa de um empurrãozinho”.

(28) “(...) com indicação essas normas são mudadas. O pessoal do departamento pessoal mesmo se encarrega de alterar esses dados aí e você acaba perdendo o emprego. Eu conheço um amigo que trabalha na {nome da empresa}, por exemplo, e lá só entra com segundo grau e tem dois filhos dele que têm quinta série de grupo e trabalham lá e estão bem estruturados”.

Outro elemento que faz parte do percurso da empregabilidade é a questão da indicação, por parentesco, laços de afinidades, ou por competência. O grau de escolaridade, representado pela expressão “*o estudo*”, no trecho 28,

passa para o segundo plano, na medida em que, depende, em grande parte, do sujeito. A metáfora “*correr atrás*” simboliza esse percurso para a conquista da qualificação ou do grau de escolaridade. Quando articulada com a metáfora “*empurrãozinho*”, ligada à “*indicação*” percebeu-se a diferença pressuposta de que, no caso da indicação, não basta a iniciativa do sujeito, deve-se contar com a iniciativa de terceiros. Haja vista a emergência da personagem “*o pessoal*”, no trecho 28, remetendo aos empregadores, profissionais responsáveis pelas contratações, etc.

No interdiscurso, verificou-se que o percurso da empregabilidade é uma justificativa para a diminuição dos empregos e reforça a idéia da responsabilidade do sujeito para a dependência de terceiros, compreendida, principalmente, pela expressão “*alterar*”, uma ação direta. Dessa forma, inclui-se, no discurso da empregabilidade, o discurso do coletivo, mesmo diante da centralidade de um processo de individualização nas relações de trabalho e de busca pelo trabalho. O interdiscurso, portanto, indica a presença do dualismo, da convivência da impessoalidade com a pessoalidade e, com isso, constrói-se o conceito de empregabilidade no contexto analisado.

(29) “*(...) você tem que estar preparado pra assumir novos trabalhos, novas tarefas, novas funções*”.

Evidenciou-se a questão da individualização e do auto-gerenciamento da empregabilidade por parte do sujeito. Não basta apenas manter sua empregabilidade, é preciso antecipar as necessidades do mercado de trabalho, estar preparado para atividades diferentes daquelas com as quais se trabalha. Trata-se do interdiscurso da multifuncionalidade.

(30) “*eu estou me cobrando assim, me atualizar bastante. Ter um perfil melhor pra empresa que exige (...)Como que eu vou a um cabeleireiro? Como eu vou a uma manicura? Como eu vou aparecer lá? Como uma Maria Ninguém? Ninguém contrata ninguém”.*

O percurso discursivo da empregabilidade é dualista, passa do individual para o coletivo e vice-versa. A preocupação do sujeito em gerenciar sua própria empregabilidade evidenciou-se nas práticas discursivas como uma construção que está diretamente relacionada às questões das mudanças no mundo do trabalho e, conseqüentemente, às questões do emprego e desemprego. A personagem “*eu*” (discurso 30), remetendo ao próprio sujeito desempregado(a) e a marca “*lá*”, representando a organização ou o emprego, explicitam essa reflexão. A expressão “*cobrando*” centraliza o auto-gerenciamento da empregabilidade, a qual, observou-se, também é composta por elementos estéticos, explicitados no intradiscurso: “*cabeleireiro*”, “*manicura*”.

A argumentação irônica: “*Maria ninguém? Ninguém contrata ninguém*”, é perpassada pela voz de “*João ninguém*”, uma expressão metafórica que substitui a idéia de uma pessoa que não tem valor e reconhecimento, pois nem possui sobrenome. Nesse caso, é utilizada para definir o trabalhador à procura de emprego que não consegue manter sua empregabilidade.

No caso, a personagem “*Maria*” (colocada em diálogo com “*João*”) faz menção ao nome Maria, comumente adotado na sociedade brasileira e, portanto, subentende-se o sujeito como uma pessoa sem individualidade. Ao acrescentar “*ninguém*” a “*Maria*”, adiciona-se à não-individualidade, a não-existência e a não referência social. Por isso, pressupõe-se que os empregadores dificilmente contratam pessoas que não se apresentam como inseridos socialmente, incluindo a questão da estética. No subentendido, o que se observa é uma possível construção do conceito de empregabilidade como um conceito que engloba, entre outros elementos, a estética e a referência social. Por exemplo: “*ser negro*”, “*ser mulher*”, são elementos que influenciam a empregabilidade.

No percurso das mudanças, especificamente no setor industrial, observou-se também a introdução das mudanças do papel do sindicato, desde a

construção do conceito de qual é o papel dessa instituição no âmbito do trabalho industrial, até as implicações do processo de reestruturação produtiva para a ação sindical:

(31) “O papel do sindicato é defender, é fazer com que prevaleça aqueles direitos que foram conquistados durante os anos. Hoje a gente vê que querem flexibilizar esses direitos”.

(32) “(...) pra melhorar as condições de trabalho nós não temos (...) o que a gente faz é esclarecer o trabalhador das precárias condições de trabalho. Quer dizer, a gente faz a parte da gente.”

O “sindicato” como personagem central, aparece como possuidor de um papel perante os trabalhadores empregados. Por meio da expressão “defender”, pressupõe-se que esse papel já não seja de atividade, mas, de passividade, no sentido de que não se trata de conquistar melhores condições de trabalho, salário, etc., mas, de manter “aqueles direitos conquistados”. A marca “aqueles” reforça a idéia de nebulosidade quanto aos direitos dos trabalhadores empregados: quais são esses direitos? (subentende-se que se trata das conquistas tais como férias, décimo terceiro, etc.) Quais são as condições atuais do emprego no setor industrial? Na prática discursiva, essa idéia está distante, são “aqueles”, “conquistados” durante “os anos”.

No discurso 32, o silenciamento também nega dizer o papel que a personagem-sindicato já não pode exercer, além de “esclarecer”. Na marca “anos” em contraposição à “hoje”, explicita-se o papel do sindicato como personagem nesse discurso, ou seja, o antes: conquista de direitos; e, o agora: manutenção dos direitos.

No interdiscurso, o processo de reestruturação produtiva aparece por meio da articulação da personagem oculta “eles”: “(eles) querem” e do conceito de flexibilizar. Esse conceito é generalizado no período de mudanças nas

relações de trabalho no Brasil, mais especificamente, a partir de 1990. Flexibilizar refere-se à desconstrução da noção de “emprego formal com direitos” (que ainda permanece nas práticas discursivas). Quem flexibiliza é o que está no *não-dito* e precisa ser compreendido como prática, pois, pode-se dizer que, na verdade, não existe um agente, mas, simplesmente o processo de flexibilização.

Sendo assim, o papel do sindicato que antes era a conquista de direitos por meio de uma luta travada com a figura do empregador; “*hoje*”, passa a ser a manutenção desses direitos perante um processo generalizado. O discurso remete a uma mudança do emprego e da condição de empregado(a), que passa a representar sua própria condição, por meio de sua empregabilidade, pois, no que se refere a uma representação sindical, por meio da expressão: “*a gente faz a parte da gente*”, avança-se para a noção de individualidade, mesmo na coletividade.

(33) “*Hoje ele busca migalhas quando deveria procurar todo o banquete. O sindicato vê um desempregado pela frente e diz: ‘nossa senhora, o quê que eu faço com o desempregado?’*”

A personagem “*ele*”, no contexto do discurso, refere-se à personagem sindicato. Nesse trecho evidencia-se a marca temporal “*hoje*” que remete ao interdiscurso do “*ontem*”. Nesse sentido, ressalta-se a noção de mudança, de que a ação do sindicato já foi uma ação voltada para a conquista. As expressões metafóricas “*migalhas*” e “*banquete*”, substituem a manutenção dos direitos e a conquista de novos direitos, respectivamente.

Nesse fragmento, dialoga-se com a possibilidade constante da condição contrária, o desemprego. Refletindo-se o subentendido, pode-se dizer que, em outros tempos (no *ontem*), enquanto a personagem-sindicato considerava apenas a figura do empregado em suas reivindicações (pois o emprego era garantia

estável); hoje, deve-se incluir o desempregado nesse contexto de representação, pois, subentende-se, o emprego convive com o desemprego. Diante dessa situação, reconfigura-se o papel do sindicato e evidencia-se um período de transição, de insegurança quanto à sua própria ação: “*nossa senhora, o quê que eu faço com o desempregado?*”. Nesse caso, “*eu*” é a explicitação da personagem-sindicato e “*o desempregado*” é a nova personagem que deve ser incluída no quadro representativo dessa instituição.

(34) “(...) A flexibilização das empresas fez com que o trabalhador de fato se distanciasse do sindicato. E principalmente a perseguição dos patrões em cima dos empregados principalmente pra quem é sindicalizado”.

(35) “(...) a conseqüência é que o trabalhador vai ficar de pé e mão quebrados. Porque quem luta pelo trabalhador é o sindicato.”

A articulação entre “*flexibilização*” e “*distanciasse*” reforça a idéia de que o processo de reestruturação precariza as relações de trabalho. Subentende-se que a distância remete à própria distância do sujeito para com a sociedade, visto que, no movimento sindical, se expressa a consciência da classe de trabalhadores industriais. Com esse distanciamento, retoma-se o discurso do trabalho/emprego em si, e da individualização dos trabalhadores. Individualizados, pressupõe-se, os trabalhadores perdem a força do coletivo e propiciam-se as condições para a precarização.

Na expressão “*perseguição dos patrões*”, a personagem “*patrões*” pode representar a própria organização em processo de reestruturação à qual os sujeitos trabalhadores estão submetidos. Vale ressaltar que se trata de uma construção discursiva e não de uma verificação empírica. No interdiscurso, dialoga-se constantemente com a memória do movimento sindical. No trecho 36, por exemplo, retoma-se a personagem do “*trabalhador*” industrial e, por meio da expressão metonímica “*pé e mão quebrados*” referencia-se, no interdiscurso,

a perda da força de luta desse trabalhador diante das mudanças nas relações de trabalho. Portanto, subentende-se que, na figura do trabalhador com pés e mãos quebrados, ilustra-se o trabalhador inserido no contexto da acumulação flexível. Em paralelo, o sindicato é referenciado pelas figuras “*pé*” e “*mão*”. Pode-se dizer, com base nessa reflexão, que a instituição sindicato está “quebrada” no contexto da reestruturação produtiva.

(36) “(...) *pra te falar a verdade eu não esperava. Porque foi uma coisa momentânea (...) porque quando o patrão te fala: ‘eu estou negociando aqui, ou eu estou fazendo uma mudança’ (...) você já fica esperando. Mas foi pego todo mundo de surpresa. Não só eu, mas vários colegas que foram demitidos.*”

Um quadro que marca o início de um processo de mudança é o quadro do aumento das demissões. A expressão “*eu não esperava*” configura um não dito, o subentendido de que, no período em que se caracteriza o emprego garantido, o trabalhador não precisa esperar por sua saída, por sua demissão. De acordo com as práticas discursivas, o avanço tecnológico e o conseqüente aumento da produtividade engendram a diminuição da necessidade de mão-de-obra.

“*Eu não esperava*” revela no intradiscurso que o trabalhador ainda está ligado ao conceito de emprego garantido. Essa reflexão também se confirma na articulação da personagem “*o patrão*” e nos silenciamentos deixando subentender o processo de mudança não gradativo, mas, súbito de substituição de tecnologias. Pela ligação entre “*todo mundo*” e “*demitidos*”, observou-se uma situação que perpassa o discurso do desemprego considerando a demissão e não da falta de qualificação ou da falta de vagas. Como também pode ser observado no trecho 37:

(37) “*Imagina você o que é ter 25000 funcionários diretos e agora isso cai pra menos de 12000 por causa da robotização. Quer dizer, além de*

*ter mais de uma empresa, até um sistema de quarteirização. É a precarização total do trabalho".*

No exemplo, a comparação, por meio de ilustrações numéricas, entre 25000 e 12000 legitimam o discurso da precarização, das demissões e da redução de postos de trabalho. As marcas “robotização” e “quarteirização”, expressões não utilizadas comumente na linguagem dos sujeitos, introduzem o interdiscurso do ritmo da mudança. Por um lado, verificou-se a noção da extinção dos trabalhadores, dando lugar aos “robôs”. Por outro, a visão da constante fragmentação das organizações em unidades cada vez menores, empregando um número cada vez menor de trabalhadores, culminando com a “precarização total”. Subentende-se que esse discurso é perpassado pelo discurso da perda da força dos movimentos sociais, visto que, com a fragmentação do espaço organizacional, diminui-se a concentração do número de trabalhadores.

(38) “(...) então eu sei o que o outro lado vive, quais a dificuldades desse lado. Veja bem, hoje você coloca um operário em frente a um equipamento, numa linha de montagem hoje básica, simples, que custa aí hoje 15 milhões de reais, 20 milhões de reais. Eu vi isso, eu presenciei isso, a operação desses equipamentos valiosíssimos não pode ser mais objeto de um operário que não tem uma qualificação mínima”.

No trecho 38, utiliza-se de estratégias de legitimação, por meio de marcas subjetivas como “eu sei”, “eu presenciei” para reforçar o discurso. Pressupõe-se que esse enfoque é dado por se tratar de um discurso que nega, no interdiscurso, a precarização proveniente do processo de reestruturação. Além dessas estratégias, também se utiliza a ilustração numérica e a marca subjetiva “valiosíssimos”, para explicitar intradiscursivamente a questão da evolução ligada à tecnologia, modernização, empregabilidade. Vale ressaltar a articulação da personagem “operário” em diálogo com a idéia interdiscursiva de trabalhador industrial. Essa personagem, quando em relação de “submissão” com seu

equipamento de trabalho passa a ser compreendida como classe, ou seja, é essa classe de trabalhadores que requer o aumento da qualificação diante da tecnologia que se impõe em sua rotina de trabalho. A individualização e a coletividade “saem de cena” para dar lugar à individualização no conjunto da classe.

(39) “(...) hoje as empresas descobriram que umas das formas dela oxigenar a empresa dela levar talentos para empresa é através de jovens. Então as empresas despertaram tanto pra programas de estágios quanto pra programas de trainee”.

Nesse discurso, a expressão metafórica “oxigenar” remete à própria mudança nas organizações e nas relações de trabalho, simboliza a troca de ar, a absorção de oxigênio (representado no discurso pela personagem do “jovem”) e expiração de gás (no subentendido, reporta-se à personagem do trabalhador não empregável). Quando esse processo de mudança ocorre por meio de contratos flexíveis (“estágios”), remete-se ao interdiscurso da flexibilização e, muitas vezes, da própria precarização do trabalho.

Nesses discursos, observou-se a interface entre o processo de reestruturação do trabalho, as exigências em termos de qualificação e empregabilidade e o papel do sujeito trabalhador nesse contexto (sindicato). Com essa interface, permitiu-se a análise das mudanças na configuração do emprego em paralelo ao discurso da empregabilidade. A qualificação, escolaridade e especialização são elementos centrais como forma de manutenção do emprego. No entanto, percebeu-se que o conceito de empregabilidade é mais amplo, incluindo a experiência, a indicação e a capacidade de atualizar-se, antecipando as necessidades do mercado de trabalho. No contexto dessas mudanças, emerge o discurso da precarização das condições de trabalho e do

papel do sindicato no âmbito do trabalho industrial, sinalizando uma postura de manutenção do emprego e da empregabilidade.

### 6.3 A ausência do emprego

As práticas discursivas, pelas quais se observam os discursos da mudança, encaminham para o discurso da “flexível” ligação entre sujeito e organização, nesse contexto e das novas condições de empregabilidade. Conseqüentemente, nessa reflexão, avança-se para o discurso do desemprego ou do aumento do desemprego, expressando-se, principalmente, nos discursos que se referem às conseqüências dessa condição para o sujeito desempregado(a):

*(40) “Quando você perde um emprego, te tiram o chão. A sensação é que você morreu. Porque ele fica com uma espada apontada pra cabeça dele (...) se ele não tiver MBA ele não vai ser feliz. E como ele vai fazer MBA? Olha, o primeiro dia depois do desemprego é pior do que a morte, é pior do que a morte”.*

Percebeu-se que o discurso da condição de desempregado(a) está no campo do discurso da empregabilidade, pois, para que o sujeito, por meio de um discurso estabelecido, possa recolocar-se no mercado de trabalho é preciso que atenda às necessidades exigidas, simbolizada no trecho 40 pela imagem da “*espada apontada pra cabeça*”. Essa imagem também pode simbolizar a cobrança familiar e social, ou de si próprio. Por exemplo, quando se articula “MBA” com o sentimento de felicidade (“*feliz*”) evidenciou-se a institucionalização do discurso da empregabilidade para uma profissão/emprego como forma legítima de inclusão social. No entanto, o questionamento dessa possibilidade, diante da realidade pessoal e da sociedade brasileira: “*como*” remete à situação inicial de exclusão, de instabilidade. A metáfora “*tirar o*

*chão*”, representando a instabilidade e, a inserção do tema da morte “*você morreu*”, representando a não-existência, reforçam essa idéia.

(41) “*O cara vai entrar num buraco negro, um túnel bem fundo e não vai ter mais volta*”.

(42) “*Tem pessoas que não conseguem, aí começa a ir pro lado errado. Como diz o ditado a situação é que faz o ladrão (...)*”.

A personagem “*o cara*” simboliza a pessoa desempregada. Nas práticas discursivas essa é, na maioria das vezes, uma personagem não incluída socialmente, uma situação indefinida discursivamente. Portanto, as metáforas “*buraco negro*” e “*túnel bem fundo*” substituem a indefinição ou a exclusão do sujeito não-empregado que se encontra em um movimento cíclico, descendente, cada vez menos empregável. Com essa situação, avança-se para o discurso das conseqüências do não-emprego ou da não-possibilidade de se tornar empregável.

No trecho 42 utiliza-se da personagem desempregado(a) (“*pessoas*”) e articula-se com a expressão metafórica “*lado errado*”. Nesse caso, “*lado*” equipara-se com o quadro de duas situações distintas, uma delas é classificada discursivamente e socialmente como “*certa*”, subentendendo-se que seria a condição de empregado(a). A outra situação, ou o outro lado “*o errado*”, é a situação na qual se encontra o sujeito não empregado, podendo, muitas vezes, encaminhar para a criminalidade, conforme se pressupõe pela ironia: “*a situação faz o ladrão*”. Sendo assim, o discurso do não-emprego, mesmo que não configure a falta de dinheiro diretamente, é perpassado pelo discurso da não-inclusão e da marginalidade.

(43) “*(...) a gente, graças a Deus, nós somos assim pessoas evangélicas então a gente conscientiza muito das coisas assim. A gente pode ter os problemas, mas a gente está sempre colocando Deus em primeiro lugar, pra resolver nossos problemas*”.

(44) “(...) porque quando você está com a mente desocupada você não tem o que fazer então você começa a pensar coisas bobas assim”.

Dois temas importantes que se destacam em alguns fragmentos discursivos são o da morte (40) e o da religiosidade (43). Esse último se contrapõe ao tema dos fragmentos 40, 41 e 42 que apontam a perda do “chão” e o “desvio” para outro lado. Nas práticas discursivas, o tema da morte é comumente utilizado remetendo a uma situação de exclusão, de não-pertencimento ao corpo social. No interdiscurso recorre-se também ao espiritual como forma de superação dessa situação (subentendendo-se como condição de desempregado(a)). Observou-se, por exemplo, a articulação de personagens, na esfera religiosa, como “Deus” e “Nossa Senhora”. Esse discurso contrapõe o discurso da empregabilidade, da busca pelas condições de inserir-se em um emprego, do auto-gerenciamento, visto que, por meio dele, transfere-se para outras instâncias a responsabilidade pela conquista do emprego ou, justifica-se a condição de desempregado(a).

A ligação entre as expressões “*mente desocupada*” e “*coisas bobas*” no trecho 46, remete, em um primeiro momento, à noção específica da temporalidade para o sujeito sem emprego. Para ele, geralmente, o tempo não é o mesmo, institucionalizado em uma sociedade capitalista, mas, é um tempo, liberto e aprisionado simultaneamente. O tempo liberto é o tempo livre que o desempregado possui, no entanto, é desse tempo que dispõe para construir sua empregabilidade e conquistar o emprego, portanto, também está aprisionado. As “*coisas bobas*” fazem parte do tempo liberto. No interdiscurso, pode-se introduzir os temas dos problemas de saúde, da criminalidade, entre outros (fragmentos 41 e 42).

O discurso dos problemas físico-mentais relacionados à condição de não empregado(a), geralmente, apresentam-se como elementos intradiscursivos a “*baixa-estima*”, o “*medo*” e “*a depressão*”: (45) “ (...) você anda o dia

*inteirinho pra procurar emprego e volta cabisbaixo, você volta desanimado, é complicado pra gente*". Nas práticas discursivas é presente o discurso de que o desempregado ocupa seu tempo liberto para afirmar sua condição como contrária à figura do vagabundo, a expressão "*anda o dia inteirinho*" composta de uma ação e de uma marca subjetiva que reforça essa ação, auxilia na compreensão da temporalidade em uma situação de desemprego.

(46) "*(...) quando eu acordo eu penso: eu quero trabalhar. Quando eu vou dormir eu quero trabalhar. Igual esses dias mesmo atrás eu estava quase entrando em depressão de tanto chorar*".

Trata-se de focalizar no movimento e não na estática dessa condição. Ao encaminhar para essa visão, surge o discurso contrário que introduz a ineficiência desse movimento. Ou seja, ao fim do ciclo da busca por emprego, ao fim do "*buraco*" ou do "*túnel*" mais incerteza e insegurança ("*cabisbaixo*" e "*depressão*").

(47) "*(...) me sinto humilhado. Humilhado porque muitas vezes tem pai de família aí que está correndo e eles acham que é vagabundo, mas não é (...) e chega o ponto dele querer fazer besteira (...) porque ele bate em uma porta, ele bate em outra e é sempre não, não, não.*"

O tema da humilhação está, muitas vezes, relacionado ao discurso da cobrança. A cobrança remete tanto ao universo social, à imagem que a sociedade pode estabelecer em torno do desempregado(a): "*vagabundo*"; quanto à família e à própria individualidade, como se pode subentender com base no silenciamento no trecho 47. Quando, após explicitar o discurso da cobrança familiar e social, observou-se o não dito, e, logo em seguida, a expressão "*dele querer fazer besteira*" ressalta-se que o próprio sujeito, ao se deparar com uma situação em que é cobrado, cobra de si mesmo uma solução. A metáfora "*bater na porta*" articulada com a marca subjetiva "*não, não, não*" deixa subentendido como a

cobrança “*espada apontada pra cabeça*” e o movimento de busca pelo emprego, podem provocar uma situação de repetição indesejável que, não por opção, mas, por falta de alternativas (segundo as práticas discursivas), pode acarretar problemas de ordem social, como se compreende pelo discurso da criminalidade (41 e 42).

Além desses problemas, verificou-se a emergência do discurso da perda de um papel ou da “responsabilidade” ao se perder o emprego (48). Esse papel, por sua vez, pode se expressar também pela própria condição do sujeito empregado em uma sociedade capitalista: o consumidor. Ao perder esse papel, o sujeito se vê à margem desse sistema (49 e 50, principalmente):

(48) “*Eu morava sozinho antes, eu tinha emprego e esse emprego me mantinha, aí eu tinha condições de bancar, de assumir determinadas (...) assumir responsabilidades como uma casa. Atualmente eu não tenho, então retornei à casa dos meus pais”.*

Pela análise desse discurso pressupõe-se o exercício da “responsabilidade” possibilitado pela condição de empregado. Conseqüentemente, a condição de desempregado(a) pode simbolizar o retrocesso, o retorno, a não-possibilidade de exercício da responsabilidade: “*eu morava sozinho*” (situação de empregado) e “*retornei à casa dos meus pais*” (situação de desempregado(a)). Subentende-se o discurso de um movimento de reconfiguração na própria estrutura familiar, influenciado pela proliferação do desemprego ou, pela dificuldade de conquista de um emprego.

Com base nesse processo de reestruturação no núcleo familiar, o discurso do desemprego é tangenciado pelos discursos do retorno à dependência, no caso de pessoas solteiras que retornam à casa dos pais ou responsáveis; ou de pessoas que passam a depender do retorno financeiro de seus cônjuges. Dessa forma, pressupõe-se que, na condição de desempregado(a), existe o discurso do trabalho com a necessidade de cumprir com as responsabilidades. Pode-se

pressupor que esses compromissos se fazem cumprir por meio do emprego, ou seja, subentende-se que o emprego faz cumprir o papel, a personagem de: responsável pela família e pela casa. Com esse discurso, conseqüentemente, avança-se para o discurso da vergonha e da auto-estima em baixa do sujeito não empregado.

(49) “(...) um desempregado, na visão econômica, ele é uma demanda reprimida (...) ele é um problema social, ele é um problema (...) é aquela história, ao invés de você dar o peixe, você tem que dar a vara pra ele pescar”.

Além das evidências intradiscursivas que explicitam as cobranças internas, observou-se também a introdução de um “*macrodiscurso*” nas práticas discursivas referindo-se ao sujeito desempregado coletivo, como questão social. Com a mobilização da personagem “*o desempregado*” (referindo-se ao coletivo) com as expressões: “*econômica*”, “*demanda reprimida*” e “*problema social*”, evidenciou-se essa idéia. Geralmente, ao introduzir a visão econômica no discurso do desemprego ou da condição de desempregado(a) refere-se à macrovisão dessa condição.

Nesse contexto, o sujeito trabalhador (desempregado(a)) perde sua individualidade na qualidade de membro de um núcleo social e familiar e passa a ser compreendido como “*questão social*”, “*problema*”. Ao contrapor as expressões: “*dar o peixe*” e “*dar a vara*”, percebeu-se, no interdiscurso, a necessidade de “resolver esse problema” não com o emprego, propriamente dito (dar o peixe), mas, com o incentivo para outras formas de trabalho como o empreendedorismo (dar a vara), por exemplo. Em outro campo, observou-se o diálogo com a competitividade e globalização, o discurso do consumo inserido no discurso do capitalismo:

(50) “A pessoa quando está desempregada não consegue comprar não, ele não trabalha fichado então é muito difícil vender né. Os amigos da

*gente que estão fichados afastam da gente. Até gente famosa quando cai na cama os colegas se afastam dele, não fica com ele igual eles ficavam antes”.*

As expressões “*não consegue comprar*” e “*os amigos (...) afastam da gente*” são mobilizadas para explicar como funcionam as relações sociais em uma sociedade capitalista. Subentende-se que o sujeito é valorizado em função do dinheiro que possui, o qual lhe confere o poder de compra, compreendido no interdiscurso, como o elemento necessário para o funcionamento do sistema capitalista. Assim, pressupõe-se que o desempregado(a), que não possui dinheiro, que não possui poder de compra, também não possui lugar nas relações sociais capitalistas, é marginalizado.

Na análise das expressões “*gente famosa*” e “*cai na cama*” subentende-se uma comparação com as condições de empregado(a) e desempregado(a), como condições de inclusão e exclusão, respectivamente. (51) “*(...) fui tratado como vagabundo, entendeu? (...) a polícia, numa batida policial, ela coloca como um suspeito”.*

(52) “*(...) quando eu fui lá, eles informaram que tinha sete vagas de segurança no jornal. Quando foram oito horas da noite nós pegamos o ônibus pra dormir lá, nós pegamos os primeiros lugares da fila, quando nós chegamos lá eram três vagas de técnico em segurança, uma masculina sem experiência e duas com dois anos de experiência. E masculino!”*

Pôde-se também identificar, no discurso da exclusão, a discriminação por gênero, no que refere ao mercado de trabalho formal. No trecho 52, a expressão “*masculino*” encerra o discurso e sintetiza, pressupostamente, a razão pela não-conquista do emprego. Apesar de aparecerem outros temas como a experiência (no intradiscurso) e a falta de informação (no interdiscurso), é a questão do gênero que perpassa o discurso da exclusão e da discriminação.

(53) “(...) *ah, não pode, tem que ser homem porque homem consegue carregar mais peso. Eu falei: ah, não vocês estão brincando comigo?”*

No trecho 53, explicita-se a figura central do trabalhador industrial como o trabalhador masculino (remetendo à memória do trabalho no setor industrial): “*homem consegue carregar mais peso*”. Esse quadro de exclusão é simbolizado como “*brincadeira*” no trecho 53. Por meio desse procedimento irônico percebeu-se o interdiscurso da posição da mulher no mercado de trabalho e no mercado de trabalho industrial. Trata-se do reconhecimento social da inserção do feminino no “*mundo masculino*” (o profissional) em confronto com a memória da permanência ou da continuidade da “*força masculina*”, principalmente no que se refere ao universo de trabalho industrial. Um fragmento interessante, no qual se observa um discurso que contrapõe ao da falta de emprego pela desqualificação, é o seguinte:

(54) “*Principalmente pela minha qualificação eu recorria a empresas de recolocação, e a pessoa falava assim:  você é muito qualificado pra voltar a trabalhar”.*

O próprio discurso da empregabilidade pode perpassar o discurso da exclusão, considerando a condição de desempregado(a). No trecho 54 “*a pessoa*” pode se referir a duas personagens, o empregador ou um outro sujeito que faz parte do mundo social do sujeito da pesquisa. Por meio da utilização dessas personagens articula-se “*qualificação*” com “*muito qualificado*” e “*voltar*”. Essa articulação encaminha para o pressuposto da empregabilidade como qualificação/escolaridade. Subentende-se, portanto, que quanto maior o “*nível de escolaridade*” menor é a empregabilidade do sujeito. Trata-se de uma reflexão paradoxal. Sendo assim, pode-se compreender de duas formas: o nível de escolaridade pode ser um fator de exclusão para o sujeito desempregado e, a empregabilidade não é composta apenas pelo nível de escolaridade.

No fragmento 55, aparece outro tema pelo qual se mostra a exclusão, agora não mais por gênero, mas sim por idade:

(55) “(...) em 90% das empresas hoje o profissional a partir de 40 anos não serve mais, ele é descartado, ele tem que arrumar uma outra coisa pra fazer(...)”.

Nas práticas discursivas também é recorrente o discurso da exclusão pela idade, a linha divisória entre ser empregável ou não, considerando os discursos, geralmente é a idade de 40 anos, conforme explicitado no intradiscurso “*a partir de 40 anos não serve mais*”. A metáfora “*descartado*” introduz o subentendido da condição de desempregado(a) como condição de exclusão, inoperabilidade. Compara-se o trabalhador à própria máquina ou a uma peça de máquina, a qual ao não ser produtiva é descartada. O silenciamento observado no discurso indica as novas possibilidades de trabalho para as quais esse “trabalhador descartado” pode se direcionar. No entanto, subentende-se que, mesmo inserido nessas novas possibilidades, o sentimento de exclusão permanece, visto que a inclusão está relacionada ao vínculo empregatício.

A compreensão dos discursos que remetem à situação de desemprego ou de aumento do desemprego e suas conseqüências para o sujeito desempregado(a), passa pela idéia de inclusão social. Nesses discursos, estão inclusos como elementos de inclusão, a capacidade de se manter “empregável” e de manter o seu papel e responsabilidade como um sujeito empregado [provedor(a), consumidor(a), entre outros]. Pelo fato de não ser possível manter essas condições, avança-se para os discursos das possíveis conseqüências do desemprego, como o aumento da criminalidade, intensificado pelo discurso da não-inclusão e da marginalidade; a introdução do tema da morte e do espiritual, como forma de superação dessa situação, por um lado, e como explicitação dos problemas físico-mentais relacionados à condição de não empregado(a). Pode-se

compreender o discurso da condição de empregado(a) como uma condição que remete à inserção e reconhecimento social, por conseguinte, a condição de desempregado(a) é a condição de declínio e estática nessa condição, no discurso, nega-se o reconhecimento e o pertencimento ao social, ressaltando-se os temas da exclusão e da discriminação.

## 6.4 O trabalho

Quando com o discurso da inclusão, perpassa-se o discurso do desemprego, percebeu-se a emergência do conceito de trabalho, para além do emprego, como alternativa ao desemprego.

*(56) “Mas é nesse momento que eu acho que toda crise é motivo de oportunidade, emprego está difícil, mas trabalho não”.*

As expressões contraditórias “*crise*” e “*oportunidade*” simbolizam, respectivamente, desemprego e trabalho. O desemprego, como a ausência do vínculo empregatício configura-se como uma oportunidade para a busca de outras formas de trabalho que não o emprego formal, nos padrões fordistas.

*(57) “(...) bom, eu acho que a maioria das pessoas que trabalham por conta própria, trabalha pelo lado de ganhar mais. Vamos supor, eu vendo os meus doces e tiro uma média de 16, 20 reais por dia e você faz a conta no mês, dá uma quantia boa. Se eu trabalhasse de carteira assinada em uma padaria, por exemplo, eu ia ganhar R\$ 8,50, R\$ 9,00 por dia. Mas a gente está vendendo o nosso peixe”.*

O trabalho “*por conta própria*” em confronto com o trabalho de carteira assinada remete ao discurso do dinheiro, além da liberdade. A expressão “*vendendo o próprio peixe*” reforça essa idéia. Vender é negociar, ter a liberdade

de negociar diretamente com outro sujeito o próprio serviço ou produto (próprio peixe). No interdiscurso está o empregado(a) como um sujeito que é explorado pelo lucro que gera ao sistema capitalista.

Essa imagem, muitas vezes, perpassa o discurso do desemprego encaminhando para novas possibilidades de trabalho: (58) *eu senti mais liberdade. Eu tinha mais liberdade devido a poder de ir e vir, eu podia fazer o trabalho do meu jeito*. Nesse trecho, por exemplo, por meio do discurso das novas formas de trabalho pressupõe-se a liberdade e a tomada de poder por parte do trabalhador (liberdade do vínculo empregatício).

(59) *“Eu sou um cara que graças a deus eu aprendi a trabalhar, sou mecânico, e não sei ficar parado. Qualquer serviço que vem eu estou trabalhando, o meu negócio é dinheiro na mão, então graças a deus eu não sou assim de acomodar não”*.

Pelo ato de trabalhar, mesmo que não configure o emprego de carteira assinada, avança-se para um discurso de movimento e de (re)inclusão: “*não sou assim de acomodar*”. A personagem “*mecânico*” indica uma ligação com o social, uma profissão independente do vínculo empregatício. Essa profissão, por sua vez, pode significar também fonte de renda, “*dinheiro*”, ou seja, outra forma de inclusão social, considerando a sociedade capitalista.

Por outro lado, a expressão “*dinheiro na mão*” introduz o interdiscurso do trabalho como fonte de renda momentânea, cujo retorno se materializa apenas pelo dinheiro e pela condição de estar trabalhando. Subentende-se que se trata de uma visão de inclusão subordinada, pois, em uma sociedade onde o emprego é central, o vínculo com os direitos trabalhistas, o trabalho seria uma forma de inclusão que pode prolongar a exclusão desses direitos:

(60) *“(…) o autônomo ele é um empreendedor de certa forma. Ele não vai estar com acesso às benesses da lei, mas ele vai estar incluído no mercado”*.

A personagem “o *autônomo*”, no fragmento 62, refere-se, no interdiscurso, ao trabalhador informal, por conta própria e não ao profissional autônomo registrado, como um médico, um advogado, entre outros. Trata-se justamente do trabalhador incluso, mas, subordinado ao não-“*acesso às benesses da lei*”. Pressupõe-se que a expressão “*lei*” represente o próprio Estado ou a rede de seguros a que um empregado formal tem acesso.

Não se refere, intradiscursivamente às leis de maneira geral. Ressalta-se, novamente, a figura do “*empreendedor*”, que aparece nas práticas discursivas de maneira geral, dialogando com temas como a globalização, a competição e, quando se refere às novas formas de trabalho, encaminha para o discurso de “*tentar superar o problema do desemprego*” com o incentivo para uma visão empreendedora (abrir a própria empresa ou negócio):

(61) “*Pra abrir uma oficina hoje eu teria que fazer um investimento de 30 mil reais mínimo!*”.

No tema do empreendedorismo, por outro lado, aborda-se a não-possibilidade de o trabalhador desempregado(a) “*abrir seu próprio negócio*” devido às condições financeiras. O “*investimento*” requer o crédito e remete novamente ao discurso do vínculo ou comprovação de que o sujeito tem como pagar esse crédito, ou seja, o emprego. Trata-se, portanto, de um discurso que retorna à centralidade do trabalho, mesmo quando remete às possibilidades de trabalho por conta própria ou empreendedoras.

(62) “*Existe trabalho. Nesse país chamado Brasil, em Belo Horizonte, existe trabalho. E existe a necessidade de trabalhadores, entendeu? De tra-ba-lha-do-res. O que dói muito é que a gente fica presa numa estrutura de carteira assinada. Eu vou fazer um desafio com você, nós duas entramos agora lá no SINE e falamos: olha quem aqui sabe faze pipoca? Eu, eu, eu. Vamos montar uma cooperativa de pipoqueiros?*”

*Você está me entendendo? Alguma coisa que venha a dar naquelas pessoas um sentimento de utilidade. Quantos mecânicos maravilhosos, quantos eletricistas fantásticos. Ah, mais eu quero trabalhar na CEMIG! Pombas, mas na CEMIG é só concurso.”*

Na interligação entre “trabalho”, “tra-ba-lha-do-res”, e “desafio”, observou-se o discurso da mudança, incluso no discurso do desemprego e das novas oportunidades de trabalho. A ênfase dada à personagem “trabalhadores”, separando, no intradiscurso, as sílabas da palavra, é uma tentativa de ressaltar essa personagem em prol de outra os “empregados”, aqueles que ainda estão “presos” a um sistema pelo qual se encaminha para a mudança.

Verificou-se a evolução do discurso de “oferta de emprego” para “oferta de trabalho”. Esse discurso é expresso como disseminado no contexto brasileiro, expandindo a região em estudo “Brasil”, “Belo Horizonte”. Nesse sentido, explicita-se a diferenciação de lugar do trabalho e do emprego. O discurso acerca do trabalho modifica-se de um conceito de atividade para um conceito de lugar social, que caracteriza o trabalhador e seu lugar, ao invés do emprego e do empregado, que ilustram um discurso que caracteriza uma condição, embora ainda de inclusão, de formalidade da inclusão.

Nesse discurso, observou-se a manifestação de diversas alternativas de trabalho. Verificou-se o discurso do trabalho cooperativo, interligado ao “sentimento de utilidade”, como outra forma de trabalho sem carteira assinada. Vale ressaltar uma idéia subentendida de que o trabalho, mesmo desvinculando-se da carteira assinada e de toda uma rede de segurança, parece restabelecer os laços de coletividade de uma nova forma. Mesmo em um movimento que retoma, de certa forma, a individualidade, pois encaminha para formas de trabalho desvinculadas dos padrões formais que incluem as massas, parece restabelecer um sentimento coletivo de utilidade. Trata-se de um discurso que

faz com que se repensem as formas de construção de laços sociais e de reconhecimento social como sujeito trabalhador.

Por meio dessas análises, foram identificados os repertórios discursivos, como “caminhos” percorridos pelos sujeitos ao produzirem sentidos acerca do fenômeno desemprego.

## **7. REPERTÓRIOS DISCURSIVOS E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE O DESEMPREGO INDUSTRIAL NA RMBH-MG**

Neste capítulo, aprofundou-se na discussão do contexto (trajetórias) e em sua interface com a memória (condições sócio-históricas). Por meio da análise das práticas discursivas, os repertórios discursivos foram identificados e classificados. Além dos repertórios, também pôde-se visualizar as formações que compunham os discursos. Ou seja, pôde-se visualizar as regularidades e rupturas nas práticas discursivas, os momentos de “fazer sentido” sobre o desemprego ao produzir discursos, por exemplo, acerca de exclusão, trabalho, emprego e mudanças.

Para tanto, considerou-se o conjunto dos enunciados como sócio-historicamente circunscritos em uma temporalidade que, direta ou indiretamente, delimita o que *pode ser dito*. Na **seção 7.1** mapearam-se os repertórios discursivos; nas **seções 7.2 e 7.3**, os repertórios foram discutidos em paralelo às condições de produção. Na **seção 7.4**, discutiu-se o processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial e a centralidade das condições de produção para esse estudo.

### **7.1 Mapeamento dos repertórios discursivos**

Nesta seção, apresentou-se a construção dos repertórios considerando suas formações discursivas. Por meio da análise das práticas discursivas foram observadas várias formações, ou seja, várias construções que remetem às regularidades, aos temas mais recorrentes que aparecem como constituintes do discurso acerca do desemprego industrial na RMBH. Esse processo está ilustrado no quadro 3:

Quadro 3 - Mapeamento dos repertórios discursivos

Nº	Formações	Regularidades	Rupturas: Repertórios
01	Garantia/direitos	Vínculo empregatício	(1) Condição de Empregado(a)
02	Papel social		
03	Reconhecimento social		
04	Elo com a organização		
05	O trabalho na indústria	Emprego industrial	(2) Mudanças nas configurações do emprego no setor industrial
06	Empregado(a) industrial		
07	Mudança abrupta	Reestruturação industrial	
08	Competitividade		
09	Precarização		
10	Dualismo de modelos	Empregabilidade no setor	
11	Manutenção da empregabilidade		
12	Conceito de empregabilidade		
13	Individualização e fragmentação		
14	Indefinição da ação sindical	Movimento sindical	
15	Temporalidade e funcionalidade	Ausência do vínculo	(3) Condição de Não-empregado(a)
16	Ausência de um papel social		
17	Discriminação	Sujeito não-empregado	
18	Marginalidade e Exclusão		
19	Não pertencimento social		
20	Problema social		
21	Liberdade e poder	Trabalho	(4) Condição de Trabalhador(a)
22	O sujeito trabalhador		
23	Formas de inclusão social	Oportunidades	

Fonte: elaborado com base na análise das práticas discursivas

Consideraram-se as formações que apareceram no conjunto dos discursos analisados e não aquelas que apareceram apenas em discursos isolados. A análise dessas formações é apresentada no capítulo 6, por meio da apresentação de alguns trechos dos discursos, considerados ilustrativos para a discussão. Portanto, as formações e repertórios discutidos neste capítulo podem ser exemplificados ao longo dos 64 trechos discursivos apresentados.

De acordo com os pressupostos da pesquisa, primeiro, identificaram-se e nomearam-se as formações discursivas de maneira geral; posteriormente, essas

formações foram agrupadas em níveis mais amplos de formações, de acordo com suas similaridades, esses grupos de formações também foram nomeados; finalmente, estabeleceram-se os momentos de concorrência (rupturas) entre os grupos mais amplos de formações. Esses momentos, por sua vez, denominam os repertórios discursivos, por meio dos quais pôde-se verificar os “caminhos percorridos” pelos sujeitos ao construírem o discurso sobre o desemprego.

Após o mapeamento dos repertórios discursivos, pôde-se visualizar o processo de produção de sentidos por meio da associação das formações com os repertórios. Considerando que os repertórios discursivos representam momentos de rupturas nas práticas discursivas, estes, são ilustrados separadamente nas figuras 05, 06, 07 e 08.

Por meio dessa ilustração observam-se as formações que compõem os quatro repertórios identificados no decorrer da análise das práticas discursivas. Dessa forma, a construção do discurso do desemprego industrial na RMBH envolve um percurso que evolui da seguinte forma: a) condição de empregado(a); b) mudanças nas configurações do emprego no setor industrial; c) condição de desempregado(a); e, d) condição de trabalhador(a).

Percebeu-se que existe sempre a presença de regularidades e continuidades em cada conjunto de formações. Essas regularidades estão de acordo com as condições de produção. Por outro lado, ao analisar o conjunto de repertórios, identificam-se as rupturas: emprego *versus* mudanças *versus* não-emprego *versus* trabalho. Essas rupturas, além de estarem de acordo com as condições de produção, permitem a visualização da temporalidade (tempos curto, vivido e longo) e, de como o discurso do desemprego “faz sentido”, considerando as condições de produção.

## 7.2 O repertório discursivo da condição de empregado(a) e das mudanças nas configurações do emprego

O repertório discursivo da condição de empregado(a) é composto pelo conjunto de formações que remetem ao emprego formal. Ou seja, o início da construção do discurso sobre o desemprego envolve o emprego, propriamente dito. É preciso explicitar quais são as características do emprego e da condição de estar empregado(a) para que se compreenda a sua negativa. Verificou-se, principalmente, a presença de 2 grupos de formações: o vínculo empregatício e o emprego no setor industrial.

Na figura 5, estão expostos, em negrito, os conjuntos de formações, apresentados e discutidos nesta seção. As formações constituem as regularidades presentes nos discursos dos sujeitos acerca do fenômeno desemprego industrial. Dessa forma, o repertório discursivo (texto em retângulo) é o “caminho”, percorrido discursivamente, quando se observa a concorrência entre o conjunto de formações. Esse “caminho” está indicado por setas, as quais expressam os relacionamentos, as conexões e as rupturas (setas pontilhadas) no processo de produção de sentidos. Finalmente, os retângulos sombreados referem-se aos “sentidos últimos”, os sentidos ultimamente manifestos nas práticas discursivas. Geralmente, após a manifestação desses sentidos, os sujeitos ou encerravam seu discurso, ou faziam uma longa pausa e redirecionavam o assunto (rupturas).

Vale ressaltar que o “sentido último” não se expressou textualmente, estando subentendido, dessa forma, pôde ser mais bem compreendido à medida que as formações foram identificadas e organizadas. Trata-se de uma representação gráfica do processo de produção de sentidos acerca do desemprego. Dessa forma, pode-se afirmar que, por meio dessa visualização, verificam-se alguns conceitos, os quais podem representar uma possibilidade de

pesquisar o desemprego, considerando os recortes desta pesquisa: o setor industrial, o contexto histórico e cultural e as próprias trajetórias dos sujeitos.

Na figura 5, explicita-se o repertório discursivo da condição de empregado(a). Esse repertório pode ser visualizado com base nas formações “reconhecimento social”, “vínculo empregatício” e “direitos garantidos” e nas respectivas conexões entre os sentidos produzidos por essas formações.

O discurso do vínculo empregatício está de acordo com a memória do contrato rígido de trabalho e, conseqüentemente, com a noção de garantias e relativa estabilidade.

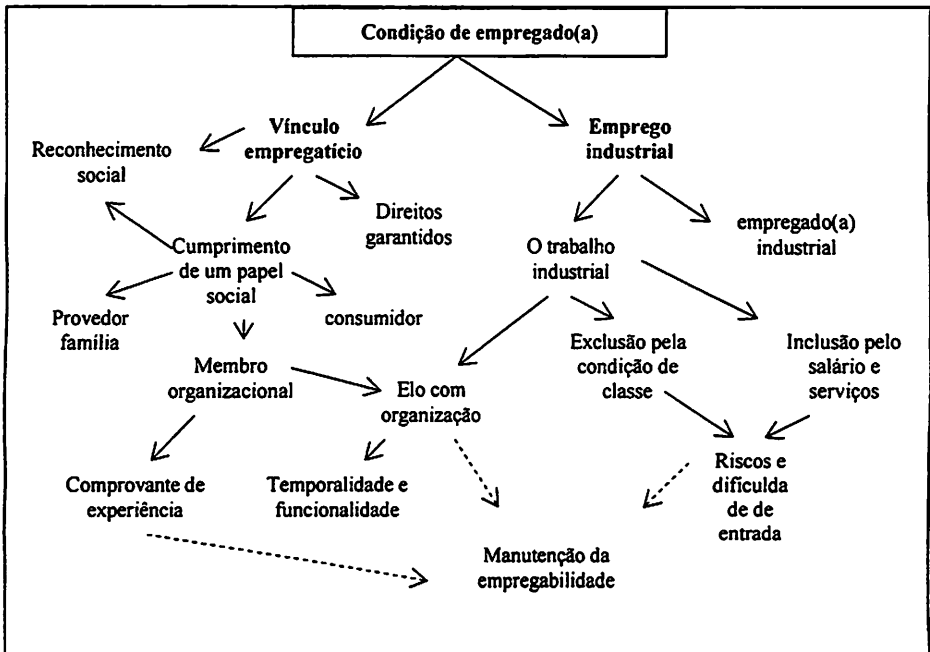


Figura 05 - Árvore de associação de idéias no repertório da condição de empregado(a).

Fonte: elaborado com base na pesquisa

Essa memória, conforme Castel (1998), é construída pelo percurso traçado acerca da noção de trabalho, evoluindo da condição de trabalho regulado e forçado, proletário, operário, até chegar à configuração do emprego, quando se observa uma relação social e jurídica entre trabalhador e empresa. Com base nessa configuração do trabalho (como emprego), Enriquez (1999) ressalta que todos os aspectos da sociedade passam a se concentrar nessa relação, o que reforça a memória que perpassa os discursos nesse repertório. Esse discurso é também explicitado pela situação específica do setor industrial e das características de um empregado(a) nesse setor, considerando o contexto da RMBH e as trajetórias apresentadas no capítulo 5.

O vínculo empregatício, muitas vezes, é materializado pela figura da *carteira assinada*. Dessa forma, o discurso pôde ser compreendido pela idéia de garantia de direitos, mesmo na instabilidade, pois, não aparece como noção de vínculo de estabilidade, mas, de uma garantia que se estende para além do emprego.

Trata-se de um discurso recorrente, principalmente, nas práticas discursivas dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego, os quais, ao se encontrarem em condição de não-emprego, valorizam o conceito do vínculo. Sublinha-se que a maioria dos sujeitos entrevistados desempregados passaram por experiências de demissão em seu último emprego industrial. Sendo assim, emerge o discurso de que com o vínculo empregatício, em caso de demissão, por exemplo, possibilita-se a conquista de um novo trabalho e a sobrevivência na condição de desempregado(a).

Além disso, os discursos construídos por trabalhadores desempregados que tiveram experiências industriais em outras regiões e, por sujeitos que procuram o primeiro emprego centralizam a possibilidade de conquista e manutenção de vínculo empregatício, especificamente no setor industrial de Belo Horizonte e região metropolitana, manifestando uma ligação com a idéia de

“cidade industrial”. Essa visão é paralela aos discursos construídos no contexto da instituição FIEMG (capítulo 5, seção 5.2, tópico 5.2.1). A visão de cidade industrial pode ser compreendida no quadro do desenvolvimento desse setor. Portanto, a construção discursiva acerca do vínculo empregatício que tem como memória a visão da RMBH como “região industrial” e oportunidade, também apresenta a busca por esse vínculo como a inserção em um setor voltado para o desenvolvimento. No entanto, observam-se dois caminhos percorridos no discurso que interligam o desenvolvimento ao vínculo empregatício.

Por um lado, existe o percurso do setor industrial, desenvolvimento e tendência à diminuição ou reestruturação na configuração do vínculo empregatício. Por outro, existe o percurso do setor industrial, desenvolvimento e possibilidade de ampliação do emprego (vínculo empregatício). Por exemplo, nos discursos construídos pelos sujeitos que tiveram experiências industriais na RMBH, incluindo membros da FIEMG, explicita-se a necessidade de garantia do “vínculo” justamente pela visão de um movimento de reestruturação na região.

O conceito de vínculo também está relacionado à possibilidade de cumprimento de um papel social, que pode envolver o papel do provedor(a) da família, do consumidor, do membro organizacional, entre outros (capítulo 6, seção 6.3). Esses papéis, por sua vez, veiculam o pertencimento a um núcleo social, legitimado pelo vínculo empregatício ou “carteira assinada”. Nesse sentido, nega-se, no contexto e no recorte temporal do estudo, a desconstrução do emprego como uma forma central de inclusão social, conforme os argumentos de Meda (1996) e Offe (1989).

Um dos papéis possibilitados pelo vínculo é o de membro organizacional, por meio do qual se estabelece um *elo* entre empregado(a) e organização, configurando uma noção de inclusão, temporalidade e funcionalidade. O próprio conceito de emprego, segundo Gautié (1998), implica

uma relação de subordinação entre um indivíduo e uma entidade coletiva, que seria a empresa. Esse *elo*, além de possibilitar uma sensação de inclusão (quando se está empregado) e, conseqüentemente, de exercício do papel de membro organizacional, também pode funcionar como um mecanismo de mediação de conflitos (Pagés et al., 1987).

Essa característica aparece subentendida nas práticas discursivas dos sujeitos, principalmente com relação aos sujeitos com mais idade e menor qualificação. Trata-se de um tipo de vínculo psicológico, ligado a uma noção de proteção. Pode-se incluir, nessa reflexão, a memória do empregado brasileiro como possuidor de uma liberdade jurídica (contrato de emprego) paralela a uma relação de subordinação herdeira de relações sociais baseadas em características paternalistas e patrimonialistas (Negro & Gomes, 2006).

No que refere à centralidade do vínculo empregatício, especificamente no setor industrial, deve-se considerar a idéia de emprego industrial e empregado(a) industrial que perpassa, por exemplo, o discurso do pertencimento social e do cumprimento dos papéis, principalmente de membro organizacional. A idéia do emprego industrial e do empregado(a) industrial é construída por meio de discursos paradoxais como: a segurança e o risco; o trabalho pesado e os melhores salários (capítulo 6, seção 6.1).

Outro conceito que aparece é o de empregado(a) industrial como condição de inclusão/exclusão. Esse conceito corresponde à memória da constituição do emprego e do empregado industrial na região de Belo Horizonte. A construção de uma “*classe operária*” nessa região conviveu com o conflito entre tradicional e moderno, ressaltando a simultaneidade entre objetivos de construção de uma cidade administrativa (voltada para a articulação de poderes políticos); e, para objetivos de modernização por meio do desenvolvimento industrial. Nesse quadro, o operariado encontra um *espaço pouco favorável para sua instalação*.

Dessa forma, observou-se, por um lado, a necessidade de manutenção dessa classe para o desenvolvimento industrial. Por outro, a necessidade de “separação” desses trabalhadores do corpo social da cidade de Belo Horizonte, culminando com um processo de periferização (separação da indústria da cidade).

Essa imagem do emprego e do empregado(a) no setor industrial veicula o discurso do vínculo empregatício na medida em que existe a necessidade da inclusão e do reconhecimento. Por outro lado, a imagem do trabalho “pesado” e do maior risco atravessam o discurso da necessidade de manutenção do vínculo como uma forma de reconhecimento perante essas características. Para os representantes do sindicato, por exemplo, o vínculo de emprego mantém uma ligação forte com a manutenção da identidade do trabalhador industrial por meio da manutenção de seus direitos. Nos discursos desses sujeitos, percebeu-se a interface com o discurso da exploração, do coletivo e da manutenção de uma identidade de classe.

Vale ressaltar que esse é um discurso que mantém ligação com a memória do movimento sindical, principalmente com os ideais do primeiro e do segundo período do movimento sindical na região em estudo, de 1930 até 1980, quando a conquista de direitos para os trabalhadores e as lutas por esses direitos eram o foco das ações. Na região metropolitana de Belo Horizonte, é central a instalação da montadora FIAT como marco divisor para a ação sindical, devido ao aumento da concentração de trabalhadores.

Nesse quadro de luta por direitos, reforça-se a importância do vínculo de emprego, pois, sem esse vínculo, os direitos dos trabalhadores não podem ser garantidos. Em contrapartida, observou-se o interdiscurso do vínculo entre trabalhador e organização como um fator inibidor de “lutas”, devido à manutenção de relações paternalistas ao longo do estabelecimento do setor industrial em Belo Horizonte. Trata-se do assistencialismo pelo corporativismo,

como o financiamento de moradias para trabalhadores, reforçando o elo subjetivo entre o sujeito e a organização. Com base nesse repertório, observou-se a emergência do discurso da reestruturação produtiva que redireciona o percurso da condição de empregado(a) no setor industrial para o conceito das mudanças nesse setor.

O repertório discursivo das mudanças nas configurações do emprego industrial se constitui dos discursos do processo de reestruturação produtiva, da empregabilidade no setor industrial e do papel do movimento sindical nesse contexto. Essas são as formações discursivas no repertório das mudanças que ligam o repertório da condição de empregado(a) ao repertório da condição de não-empregado(a), quando se produzem sentidos sobre o desemprego.

Na figura 6, explicita-se o repertório discursivo das mudanças nas configurações do emprego:



Figura 6 - Árvore de associação de idéias no repertório das mudanças nas configurações do emprego.

Fonte: elaborado com base na pesquisa

Esse repertório pode ser visualizado com base nas formações “reestruturação industrial”, “empregabilidade” e “papel do movimento sindical” e nas respectivas conexões entre os sentidos produzidos por meio dessas formações. No discurso da reestruturação produtiva, estão presentes os conceitos de evolução tecnológica, competitividade e globalização. Com base nesses conceitos, pôde-se identificar algumas formações discursivas permeadas por regras e “ideologias” diversas.

Na construção discursiva dos membros da FIEMG, por exemplo, nesses conceitos, observou-se um compromisso com uma nova estrutura industrial, mais atualizada e lucrativa, a qual, por sua vez, pôde gerar um maior desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, mais oportunidades de trabalho. Nesse contexto, a empregabilidade e, principalmente, a qualificação, são conceitos centrais que fazem parte do discurso da mudança (capítulo 6, seção 6.2)

Outro elemento central é a questão da competitividade do setor industrial, um discurso que legitima o processo de reestruturação nesse setor na medida em que, por meio desse processo, o setor estaria ampliando suas possibilidades de atuação em diversos mercados. Como contexto para esse discurso, aparece o discurso da globalização.

Na construção dos representantes do sindicato, o discurso remete à memória mais recente desse movimento, ligada à precarização do trabalho, quando o foco da ação sindical recai sobre as condições de trabalho, saúde dos trabalhadores e desemprego proveniente, segundo esses discursos, de um processo de reestruturação na produção. Sendo assim, questiona-se a centralidade das exigências organizacionais, principalmente no que refere ao nível de qualificação.

Nos discursos dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego, o diálogo com os conceitos emergentes se deu por meio das figuras

desse processo, como a “máquina” e a imagem de um grande número de trabalhadores sendo demitidos simultaneamente (a demissão em massa). Nesse caso, ocorre a internalização do discurso de que se deve gerenciar a própria empregabilidade. O conceito de empregabilidade e da necessidade de mantê-la é disseminado pelas próprias instituições que fazem a intermediação entre o trabalhador e o mercado de trabalho. No SINE, os programas voltados para a qualificação e preparação dos trabalhadores já expõem, para esses sujeitos, o quadro no qual estão inseridos, considerando as mudanças no mundo do trabalho. Com base nesse quadro, os sujeitos devem agir para a conquista de um novo emprego.

Em paralelo, observou-se um discurso que questiona as exigências em termos de qualificação, principalmente no setor industrial, devido à visão de permanência de modelos produtivos tradicionais, confrontando com o nível de qualificação exigido nesse setor. A visualização desse confronto gera um discurso que, ora remete à necessidade de aumento do nível de qualificação pelas exigências do setor; ora, remete ao questionamento da necessidade dessas exigências devido à manutenção de sistemas de produção tradicionais. Como discutido por Enriquez (1999): *as estruturas atuais pregam objetivos inconciliáveis.*

Essa visão tem o aporte do processo de instalação da fábrica da FIAT na RMBH, com algumas técnicas consideradas fordistas (como o sistema linha de montagem) em um período que, no plano mundial, já se observa o processo de reestruturação. Essa análise corrobora com as reflexões de Fleury & Fleury (1997) e Negro & Gomes (2006). Sendo assim, pode-se perceber uma evolução em sistemas de gestão da força de trabalho convivendo com uma permanência nos sistemas de produção.

Por outro lado, quando as indústrias iniciam a introdução de novas tecnologias, estas, são avançadas e exigem maior qualificação dos trabalhadores.

Nesse contexto, ressalta-se o discurso de um processo de mudança não evolutivo, ou seja, o processo de reestruturação industrial instaurou-se mediante adoção de tecnologias avançadas, com exigência de mão-de-obra mais qualificada (mesmo convivendo com sistemas tradicionais) o que remete a uma necessidade de rápida adaptação dos sujeitos ao mercado de trabalho industrial conforme discutido por Kowarick (1985).

O processo de reestruturação produtiva envolve, muitas vezes, a redução de custos com mão-de-obra, o que encaminha para o discurso da precarização e vai de encontro à afirmação de Salerno (1993) e Hirata (1993), os quais sublinham que o processo de reestruturação deve envolver a habilidade de um sistema produtivo assumir ou transitar entre diversos “estados” sem deterioração de suas atividades. Ao se considerar a baixa capacidade de “adaptação” da mão-de-obra às novas técnicas produtivas como um fator importante de produtividade, então, por meio do discurso da precarização, pode-se dizer que o processo de flexibilização tende a uma deterioração de desempenho de trabalhadores. O discurso da precarização pode ser compreendido pelas reflexões de Faria (2004) e Tumolo (2001), quando advertem a perpetuação da exploração do trabalho no período da reestruturação produtiva.

O discurso da mudança, além de explicitar-se como um discurso de precarização, reflete também o cotidiano dos sujeitos, principalmente dos desempregados e à procura do primeiro emprego. Uma das formações que emergem nesses discursos está relacionada às transformações nas relações familiares influenciadas pelas transformações no mundo do trabalho. As mulheres desempregadas declararam serem as principais mantenedoras da família. Alguns dos homens desempregados declararam que as esposas estavam sustentando a família durante o período de desemprego. Essas alterações estão relacionadas ao movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho

formal e, conseqüentemente, à precarização dessa inserção e suas reflexões no trabalho masculino, refletindo no discurso construído acerca do desemprego.

Nesse quadro, contextualizam-se as necessidades para a conquista e manutenção do emprego no setor industrial. Trata-se do gerenciamento da empregabilidade que, segundo a análise das práticas discursivas, depende da própria construção do conceito de empregabilidade para um trabalhador industrial. Essa construção envolve o discurso da qualificação, da indicação, da adaptação e da estética complementando o conceito definido por Gazier (1990) de empregabilidade como *capacidade para obter um emprego*.

No que refere à adaptação como um elemento de empregabilidade observou-se a construção da idéia de um trabalhador que se antecipa às necessidades do mercado e é capaz de realizar várias tarefas. Trata-se de uma confusão conceitual, conforme já apontado por Lombardi (1997), a qual se acredita, está relacionada ao contexto e à memória da formação das empresas nacionais no setor industrial. Essa formação, no contexto da reestruturação produtiva, envolve um discurso de mudanças (a polivalência) convivendo, muitas vezes, com técnicas de multitarefa.

Dessa forma, o discurso da empregabilidade focaliza tanto em conceitos que sinalizam para uma nova configuração do trabalho e das relações (profissionalização, individualização, etc.), quanto na noção de coletivo, tradicional (indicação e multitarefa), explicitando o dualismo presente no conceito de empregabilidade, especificamente no contexto deste estudo. Essa reflexão pode ser observada pela síntese dos estudos de Sargentini (2001) e Sorj (2000). No estudo de Sargentini (2001), evidenciou-se a necessidade de que o trabalhador, na atualidade, invista em sua empregabilidade para garantir o direito de ainda poder vender a força de trabalho. Por outro lado, Sorj (2000) ressalta a centralidade das estratégias sociais, como a indicação, como um fator de empregabilidade.

Diante desses discursos, percebe-se que a manutenção do emprego e das condições de emprego, no contexto da reestruturação produtiva, está mais ligada à empregabilidade do que às reivindicações ou movimentos sociais. Por isso, verificou-se a introdução do papel do sindicato no repertório das mudanças (capítulo 6, seção 6.2). Esse percurso é composto pelo discurso da individualização do sujeito trabalhador (desconstrução da classe) e pela conseqüente fragmentação do movimento sindical. Revela-se a desconstrução de uma noção de trabalhador industrial como categoria com forte representação social para a figura do trabalhador voltado para a manutenção de sua empregabilidade.

Com isso, a visualização do movimento sindical passa por um período de incerteza quanto à sua própria identidade, quanto ao papel que deve representar: de conquista ou manutenção dos direitos dos trabalhadores industriais. Nesse quadro, observou-se a possibilidade de reconfiguração nesse movimento, passando de um papel de conquista para um papel de manutenção de direitos.

Considera-se que essa manifestação discursiva remete à memória do movimento sindical brasileiro, conforme apontado por Leite (1997) e Salerno (1993), como um movimento que tende a uma capacidade propositiva diante das crises relacionadas ao trabalho. O repertório das mudanças nas configurações do emprego é marcado por um movimento que vai da necessidade de competitividade para a precarização nas relações de trabalho. Nesse movimento, insere-se o discurso do não-emprego nas práticas discursivas.

### **7.3 Os repertórios da condição de não-empregado(a) e da condição de trabalhador(a)**

**O repertório da condição de não-empregado(a)** veicula, além da ausência do vínculo empregatício, as conseqüências dessa ausência, considerando o contexto do estudo e o período de mudanças nas relações de

trabalho. A ausência do vínculo empregatício remete a uma condição de incerteza e indefinição. Na figura 7, explicita-se o repertório discursivo da condição de não-empregado(a):

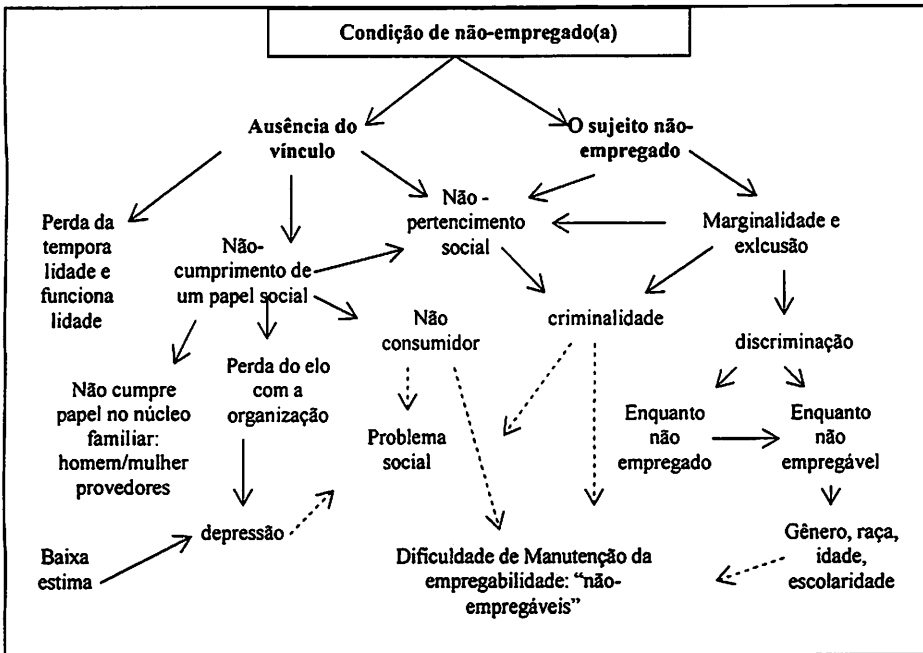


Figura 7 - Árvore de associação de idéias no repertório da condição de não-empregado(a).

Fonte: elaborado com base na pesquisa

Esse repertório pode ser visualizado com base nas formações “ausência do vínculo” e “o sujeito não-empregado” e nas respectivas conexões entre os sentidos produzidos por essas formações. Na construção discursiva dos representantes do movimento sindical, por exemplo, a generalização da condição de não-empregado(a) remete à inclusão de um novo sujeito para o qual o movimento deve direcionar esforços: o desempregado, o que representa uma

movimento deve direcionar esforços: o desempregado, o que representa uma reconfiguração no papel do sindicato para com o trabalhador industrial, reforçando a incerteza e indefinição em seu próprio papel como instituição.

Para os trabalhadores desempregados ou à procura do primeiro emprego, o discurso não está diretamente relacionado à perda financeira, visto que, pelas práticas discursivas, o que é garantido pelo vínculo, ultrapassa a questão financeira. Por isso, em contraste com o discurso do vínculo empregatício verificou-se a não-possibilidade de cumprimento de um papel social, a ausência da temporalidade e da funcionalidade, culminando com o discurso da marginalidade e da exclusão dos não-empregados ou dos “não-empregáveis”.

A não-possibilidade de cumprimento de um papel social é uma formação presente nos discursos dos sujeitos provedores da família, para os quais o emprego possibilita o exercício da responsabilidade e da convivência em um núcleo familiar e social. Quando o provedor é do gênero masculino, o discurso apresenta ligação com o discurso do papel do “homem” perante sua família, influenciado pelo interdiscurso de uma sociedade com características “paternalistas” (Martins, 1994). Já para os sujeitos que estão à procura do primeiro emprego, o exercício da responsabilidade está intimamente relacionado ao cumprimento de um papel social. Por meio do “ser responsável” por sua própria sustentabilidade. Dessa forma, tem-se a liberdade e a conquista do reconhecimento social.

Quanto à ausência de temporalidade e funcionalidade, esse discurso refere-se à ausência de um “elo” com a organização, modificando a noção de tempo-espaço-utilidade para o sujeito não-empregado. Esse sujeito passa a lidar com uma condição de liberdade e pressão simultaneamente. Liberdade, pois possui um tempo livre e não possui vínculo formal com uma empresa; prisão, pois, devido ao sistema no qual está inserido (sociedade capitalista e com baixa proteção do Estado) e, devido a um desejo de inclusão (Caldas, 2000), ele deve

procurar uma maneira de reconquistar esse vínculo. Por isso, corrobora-se com a reflexão de Caldas (2000), por meio da qual se parte do sentido do próprio trabalho (como emprego) para o sujeito. Assim, a perda do vínculo pode estar relacionada à perda da auto-estima e da identificação com um núcleo social, representando uma condição de inatividade, ilustrada pela metáfora da morte.

A busca por alternativas de inclusão (social ou financeira) fora da esfera do trabalho, como por exemplo, a questão da criminalidade e materializam o discurso da condição de não-empregado(a) como um problema social, ou seja, como uma *questão social*. Por outro lado, essa questão também remete à falência do sistema capitalista devido à não-inclusão dos trabalhadores sem emprego no consumo.

As conseqüências dessa condição para o sujeito não-empregado são construídas discursivamente em diálogo permanente com a condição de empregado(a), ou seja, evidenciam-se pelo não-pertencimento social e pelas conseqüências sociais e individuais desse não-pertencimento, como a auto-estima em baixa e a depressão. Além disso, também se pode citar a discriminação do sujeito não empregado, seja pela sua própria condição (visualizada como inutilidade: a figura do vagabundo); ou, pela discriminação quanto à sua capacidade de “ser empregável”. Emergem aí os discursos da “idade empregável”, do “estereótipo empregável” do “gênero empregável” e do grau de qualificação como elemento central de empregabilidade.

Com isso, pode-se refletir sobre a exclusão não apenas como uma conseqüência da condição de não-empregado, mas, como uma conseqüência da condição de empregado (ou não) não-empregável. Ligada à condição envolvendo a necessidade de legitimar o processo de reestruturação produtiva não como um processo que encaminha para o desemprego, mas, como um processo que encaminha para o discurso do trabalho em si, distanciando-se do emprego, como possibilidade de inclusão.

O repertório discursivo da condição de trabalhador(a) é composto das formações que complementam o processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial na RMBH. O discurso do desemprego, portanto, culmina com o discurso das novas possibilidades de trabalho para além do emprego. Estão presentes nesse repertório as formações discursivas do trabalho e das oportunidades de inclusão social com base nessa perspectiva. Esse discurso é central na construção dos membros da FIEMG; é questionado nas construções dos representantes do sindicato; e, é latente nos discursos dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego. Mas, perpassa as práticas discursivas de maneira geral.

Na figura 8, explicita-se o repertório discursivo da condição de trabalhador(a):

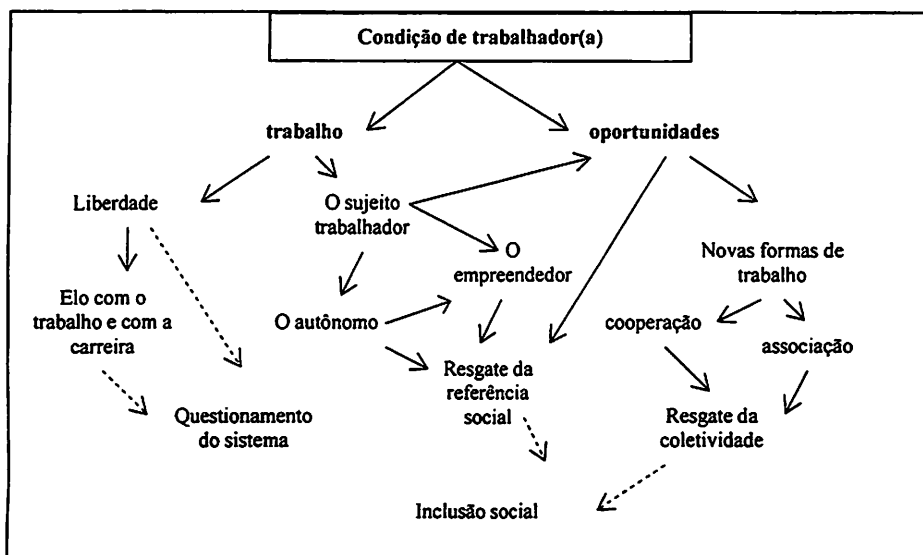


Figura 8 - Árvore de associação de idéias no repertório da condição de trabalhador(a).

Fonte: elaborado com base na pesquisa

Esse repertório pode ser visualizado com base nas formações “trabalho” e “oportunidades” e nas respectivas conexões entre os sentidos produzidos por essas formações. No discurso do trabalho, verificou-se a desvinculação com a noção de garantias e a ligação com um discurso de liberdade e tomada de poder por parte do sujeito trabalhador.

A liberdade refere-se à ausência de um elo rígido entre sujeito e organização e às escolhas que o sujeito faz com relação ao seu papel como trabalhador: autônomo, empreendedor, etc.; aproxima-se do discurso da exploração e precarização (como sua negativa) pois, o sujeito passa a não ser visto como subordinado a uma relação que mantém com seu equipamento de trabalho e com um sistema baseado no trabalho formal como um princípio organizador das estruturas sociais.

Essa reflexão é paralela às idéias de Meda (1996) e Offe (1989), quanto à existência de uma sociedade de serviços pós-industrial. No entanto, não se observou a negação do discurso do trabalho em si como centro da dinâmica do desenvolvimento social, como afirmam esses autores. Ao contrário, o discurso do trabalho ainda aparece como um discurso que permanece como natureza de relacionamento social. Os discursos parecem aproximar-se mais das idéias de Piore & Sabeel (1984) quanto a uma “segunda divisão industrial”, propiciando a emergência de novas formas de trabalho e emprego no âmbito do setor industrial.

No discurso da oportunidade, verificou-se a possibilidade de outras formas de trabalho, como o trabalho cooperativo, por exemplo, como formas de inclusão social de sujeitos não-empregados. Observou-se uma idéia que sinaliza uma reconfiguração nas formas de construção dos laços sociais embora o emprego ainda mantenha uma centralidade, principalmente no contexto em estudo, por meio da explicitação da importância do vínculo de emprego.

#### **7.4 Os sentidos do desemprego industrial na RMBH e as condições da sua produção discursiva**

O processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial em Belo Horizonte e região metropolitana pode ser visualizado por meio da construção discursiva dos sujeitos e envolve diversas formações acerca do desemprego, lembrando que esse processo é permeado pelas condições de produção e pela dialogia entre os sujeitos e a compreensão da realidade do fenômeno em estudo. Os “sentidos últimos”, definidos no decorrer das análises, culminaram com os elementos: “manutenção da empregabilidade”, “competitividade”, “precarização nas relações de trabalho”, “problema social”, “dificuldade de manutenção da empregabilidade: *sujeitos não empregáveis*”, “questionamento do sistema” e “inclusão social”. Esses elementos são de extrema importância para a compreensão do fenômeno do desemprego.

O que esses “sentidos últimos” representam são possíveis **elementos teóricos para o estudo do fenômeno do desemprego**, considerando o contexto em estudo. Além disso, representam os momentos de rupturas nas práticas discursivas, que indicam o redirecionamento no “caminho” (repertórios discursivos) ao se produzir um discurso sobre o desemprego.

O elemento: “manutenção da empregabilidade” representa o sentido de que a condição de estar empregado(a) pode ser compreendida, principalmente, como uma condição “instável” (apesar do vínculo empregatício) diante das mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Por isso, o discurso direciona-se para o repertório das mudanças nas configurações do emprego. Considerando as condições de produção, especificamente o contexto do trabalho industrial na RMBH, observou-se que esse é um discurso bastante generalizado, haja vista a presença do sindicato metalúrgico na região, com divulgação dessas

mudanças e suas conseqüências para o trabalhador industrial, além do nível de desenvolvimento do setor industrial na região.

No que tange aos elementos “competitividade” e “precarização nas relações de trabalho”, os quais compõem o repertório das mudanças nas configurações do emprego, configuram sentidos relacionados ao processo de reestruturação produtiva no setor industrial, principalmente. Observou-se que, em Belo Horizonte e região metropolitana, esses sentidos tomam dimensões consideráveis, devido ao fato de se tratar de uma “região industrial”, com a presença do Sindicato, segundo os próprios desempregados.

Por meio desses sentidos, verificou-se a oposição entre os discursos que tratam do processo de mudança como um processo de desenvolvimento e geração de novas oportunidades; e, um discurso que focaliza a exploração do trabalhador industrial e o aumento do desemprego provenientes desse processo de mudança, culminando com o discurso da precarização. Nesses elementos, evidenciou-se a interface com o discurso do desemprego na medida em que se coloca em questão a própria condição de estar desempregado(a) ou de nunca ter sido empregado(a), no setor industrial, no contexto da reestruturação produtiva.

O “problema social” e a “dificuldade de manutenção da empregabilidade: *sujeitos não empregáveis*” são elementos que se reportam à condição de não-empregado(a) como uma condição generalizada com implicações para o sujeito e para a sociedade, principalmente no que refere ao discurso da exclusão e da marginalidade social. Com o discurso da necessidade de manter a empregabilidade diante das exigências no contexto do setor industrial, evidenciou-se a questão atual, não apenas como o desemprego em si, mas, como a condição de ser empregável na sociedade capitalista brasileira. No que refere à região de Belo Horizonte, a empregabilidade envolve conceitos diversos como a indicação, a qualificação e a capacidade de adaptação. Esses elementos devem ser considerados em conjunto ao se estudar o fenômeno do

desemprego na região de pesquisa. Esses “sentidos” introduzem um outro discurso, que remete a uma possibilidade diante da condição de “não-empregável”, trata-se do trabalho em si, para além do emprego.

Os elementos “questionamento do sistema” e “inclusão social” ilustram essa reflexão, pois, por meio desses conceitos, reflete-se o sentido de que o desemprego pode gerar oportunidades alternativas ao “trabalho assalariado industrial”, como o empreendedorismo e o cooperativismo, por exemplo. No que se refere à região de Belo Horizonte, pode-se citar a organização de diversas feiras de artesanato, locais de comercialização de produtos artesanais, de grande dimensão, alternativos à forma tradicional de emprego, entre alternativas. Dessa forma, tem-se uma possibilidade para o estudo do fenômeno do desemprego que remete à descentralização do trabalho assalariado como elemento central de alternativa de vida ou de relações sociais.

Para tanto, as condições de produção exerceram papel central para a investigação construcionista. Especificamente com relação ao estudo realizado na RMBH, pode-se relacionar as premissas construcionistas, considerando o contexto da sociedade brasileira, às condições de produção referentes ao contexto específico da pesquisa:

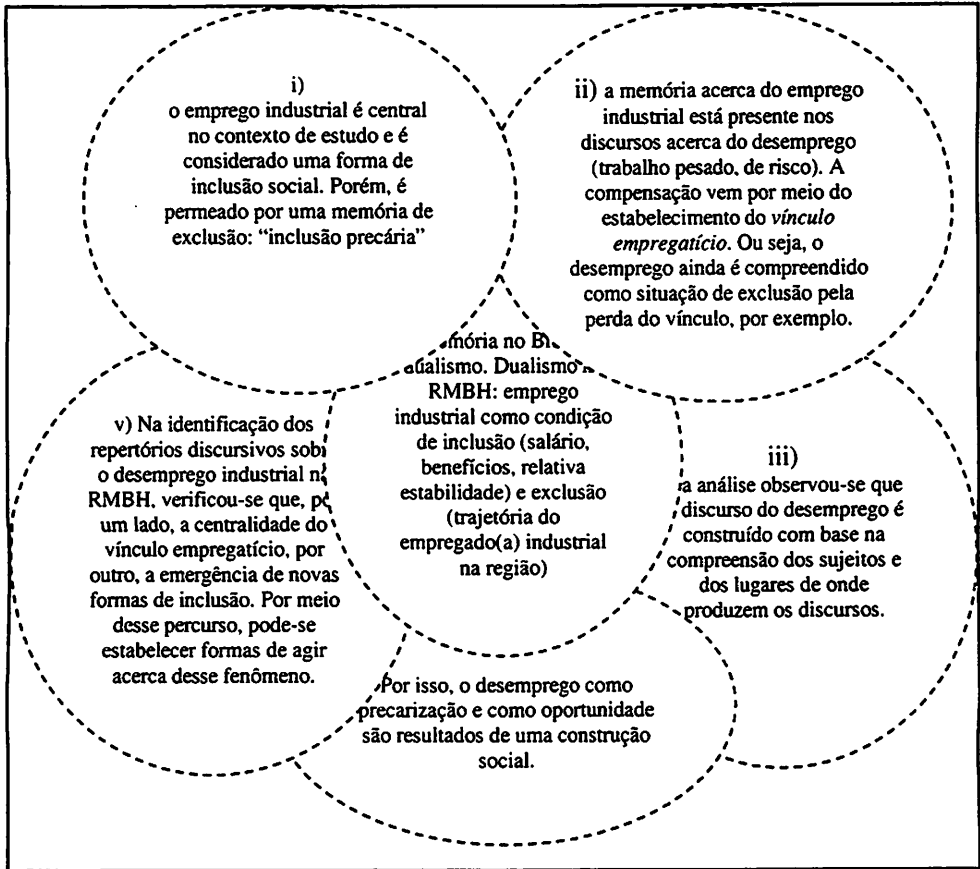


Figura 9 - Condições de produção sobre o desemprego industrial em Belo Horizonte e região metropolitana sob a ótica sócio-construcionista  
 Fonte: elaborado com base na pesquisa

Ao considerar a dialogia, expressa por meio da linguagem dos sujeitos, foi possível investigar o processo de produção de sentidos acerca do desemprego, e identificar a emergência de elementos teóricos e possibilidades de estudo desse fenômeno.

A abordagem teórico-metodológica, considerando o discurso como uma prática social, é significativamente importante para a compreensão do fenômeno do desemprego. Constatou-se que o processo de produção de sentidos não pode

estar desatrelado do elemento “espaço-temporal” desta pesquisa, bem como das próprias trajetórias dos sujeitos, que produziram discursos, pelos quais permitiu-se a visualização dos repertórios discursivos sobre o desemprego industrial. Sendo assim, a compreensão se deu por meio da relação dos sujeitos da pesquisa com o contexto e com a memória, justificando a adoção da perspectiva construcionista como uma pesquisa historicamente contextualizada.

## **8. CONHECIMENTO SOBRE O DESEMPREGO COMO UM PROCESSO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO**

No estudo sobre o fenômeno do desemprego industrial na região de Belo Horizonte, a dialogia foi considerada como um elemento central. Nessa perspectiva, o conhecimento acerca do objeto de estudo, o desemprego, não foi considerado como inerente aos sujeitos (interior a esses sujeitos), pois, na análise das práticas discursivas, considerou-se a compreensão acerca do processo de produção de sentidos e não a interpretação dos discursos dos sujeitos.

Dessa forma, na **seção 8.1**, refletiu-se acerca da pesquisa e do conhecimento sobre o desemprego como o resultado da dialogia entre os sujeitos e da compreensão desses sujeitos acerca do fenômeno, verificada pela produção discursiva. Posteriormente, na **seção 8.2**, explicitou-se como esse processo mantém interface com a temporalidade e com as condições de produção do conhecimento, possibilitando a análise construcionista do fenômeno desemprego.

### **8.1 Produção de sentidos sobre o desemprego por meio das práticas discursivas**

Para a investigação do processo de produção de sentidos sobre o trabalho e o desemprego, deve-se partir da **desfamiliarização** com conceitos e metodologias já legitimados em estudos sobre esses fenômenos, tais como: aplicação de estudos acerca do desemprego, comparação entre a “realidade do desemprego” em determinada região com outros estudos e realidades, outros estudos, testes de modelos teóricos, entre outros. Ao invés disso, é preciso

focalizar, principalmente, na maneira como os sentidos são produzidos para a construção de discursos acerca do desemprego.

Ao selecionar os sujeitos (produtos e produtores dos discursos) utilizou-se o critério de relacionamento entre o cotidiano dos sujeitos e o desemprego. Dessa forma, é possível identificar, por meio dos discursos, a interface da linguagem com a própria memória do fenômeno em estudo. Vale ressaltar que essa interface não está diretamente relacionada aos sujeitos empíricos, mas, aos sujeitos discursivos e às *imagens de si* que eles próprios constroem nas práticas discursivas.

Por meio dessas imagens ou personagens, como por exemplo: o sujeito diante da máquina (processo de reestruturação), o sujeito não empregável, o sujeito trabalhador, o sujeito empreendedor, o sujeito excluído e marginalizado, o sujeito explorado, entre outros, pode-se observar o que constitui o discurso do desemprego por meio da relação (discursiva) na qual o próprio sujeito se constitui e se reconhece como inserido nessa realidade.

Essas imagens, por sua vez, são perpassadas pelas condições de produção e pelas trajetórias, por isso, não negam a presença das ideologias nas práticas discursivas. Além disso, revelam a intersubjetividade como um processo que envolve posicionamentos e relações de poder (Foucault, 2004). Dessa forma, a dialogia e a intersubjetividade são elementos centrais para a análise construcionista do desemprego. Pode-se dizer que a interface entre o discurso que se explicita acerca do desemprego, somado aos jogos de poder (concorrências entre discursos e interdiscurso), à trajetória do trabalho/emprego e às trajetórias específicas do contexto a ser estudado, assim como dos sujeitos/instituições da pesquisa, influencia nas imagens construídas pelos sujeitos e, conseqüentemente, nos discursos sobre o desemprego.

Portanto, o estudo remete ao *uso* que os sujeitos fazem de sua própria linguagem (pragmática), o qual, por sua vez, também influencia no

conhecimento sobre a realidade, por exemplo: o empregado(a) industrial na RMBH já foi motivo de isolamento e exclusão, a compreensão acerca dessa condição se modifica na medida em que se introduz o discurso da precarização do trabalho e, sendo o trabalho industrial um trabalho de inclusão (pelos direitos, pelo salário, etc), o emprego(a) passa a ser compreendido como condição de inclusão, conseqüentemente, o desempregado(a) como condição de exclusão e marginalidade (considerando o repertório das mudanças).

O uso da linguagem, como uma forma de constituição do sujeito e também de modificação do objeto (por meio do conhecimento acerca do objeto), reforça a produção discursiva acerca do desemprego como uma forma de ação sobre esse fenômeno. Quando os discursos explicitam o diálogo com outros discursos, verificou-se um contínuo na compreensão de como a realidade do desemprego se insere na sociedade, desde uma realidade que nega uma condição (a de empregado) até uma realidade na qual é latente uma condição de trabalho (o trabalhador não empregado). Por meio dessa construção, é possível considerar novas formas de agir e pensar acerca do desemprego e conduzir “ações” condizentes com esses discursos.

As condições de produção nas quais os discursos são construídos, como o contexto que engloba a região em estudo e sua trajetória de inserção no mercado de trabalho, auxiliam na compreensão das práticas discursivas (por meio da compreensão dos repertórios). Por um lado, com as práticas, avança-se para estratégias de ação acerca do fenômeno desemprego no contexto de estudo; por outro, não deixa de oferecer possibilidades de se “pensar” e estudar esse fenômeno de forma mais abrangente. Por isso, as práticas discursivas são formas de saber, não absolutas e retóricas, compostas de regularidades (formações discursivas) e rupturas (visão dos repertórios discursivos). As regularidades emergem em conjunto com as condições de produção e com a própria comunidade em que são produzidas. Ou seja, na medida em que a comunidade e

os discursos na comunidade evoluem, as formas de construção dessas formações também se modificam.

As formações discursivas ilustram o discurso em ação, ou seja, a linguagem em uso. O fenômeno do desemprego é uma realidade presente em toda sociedade brasileira, porém, o que compõe essa realidade, o que faz dela uma construção são as diversas formações identificadas nos discursos. Portanto, com as formações ou regularidades, indica-se o conteúdo do fenômeno que é peculiar ao contexto de estudo e às condições de produção.

Sendo assim, deve-se atentar para as regularidades na produção de discursos acerca do desemprego, visto que é nas regularidades que emergem os “já ditos”, as regras e, as ideologias, elementos que “limitam” o que pode ou não ser dito, da maneira como é dito. Trata-se da emergência do objeto do discurso: o desemprego. Da mesma forma, deve-se atentar para a dispersão de sentidos sobre o fenômeno em estudo, pois, é justamente essa dispersão que propicia a visualização dos repertórios, da forma como os discursos são construídos. Essa dispersão é propiciada pelo posicionamento dos sujeitos nos discursos e deve ser analisada como um jogo de relações no discurso e não em função de suas intencionalidades.

A dispersão dos sentidos, que encaminha para os repertórios discursivos, ilustra um conjunto de formações que, em determinado momento, já não são suficientes para explicar, legitimar, os discursos. Verificou-se, então, uma “ruptura” no que se diz e no modo como se diz com relação ao fenômeno estudado. Por exemplo, o desemprego é compreendido por meio de um discurso de exclusão, o qual contém formações que permitem sua compreensão; por outro lado, esse discurso pode encaminhar para outro, como o da oportunidade, novas formas de trabalho, contendo, igualmente, formações que o justificam. Com base nessas rupturas traçam-se os caminhos ou os repertórios discursivos do desemprego que são a visualização da ação da linguagem.

O próprio discurso acerca do desemprego, então, permite a emergência do fenômeno como condição generalizada, de exclusão ou de oportunidade. Essa reflexão fornece um importante ponto de partida para o estudo do desemprego: não considerar, por exemplo, estatísticas acerca do fenômeno como elementos centrais de análise (embora elas sejam importantes como complemento, como parte das condições de produção, pois, também podem ser compreendidas como “discursos”) ou como retratos fiéis para a compreensão dessa realidade. Na medida em que se desfaz o *laço* entre o discurso como representação de uma realidade, considera-se o discurso e a realidade como produtos da dialogia e da intersubjetividade, na compreensão dos sujeitos.

Os sentidos acerca do desemprego são produzidos como o resultado de uma relação entre os sujeitos e as imagens que eles próprios constroem nos discursos, envolvendo as ideologias, por meio das quais emergem as regularidades; e, as condições de produção, incluindo o interdiscurso, por meio das quais se observa o diálogo com discursos concorrentes e com a memória do emprego no contexto de estudo.

Por isso, é central o papel das condições de produção que englobam a memória, pois, essas retornam aos discursos e interagem, se tornam práticas. Ao considerar as condições e produção como elementos presentes, por meio do interdiscurso, na construção do desemprego, admite-se que essa realidade não pode ser explicada por estatísticas, pois, não é independente de sua própria construção sócio-histórica.

Dessa forma, evidenciou-se a possibilidade de analisar o fenômeno do desemprego por meio de um processo de produção de sentidos veiculado pela dialogia e intersubjetividade, mais especificamente, pela análise das práticas discursivas. Nessa análise, as condições de produção não devem ser negligenciadas, visto que, fazem parte da própria construção do objeto. A construção discursiva, portanto, envolve a memória e o contexto, ambos, sob

uma perspectiva construcionista, devem ser considerados na temporalidade: tempos curto, vivido e longo da pesquisa.

## **8.2 Contribuição da perspectiva sócio-construcionista para o estudo do desemprego**

O processo de produção de sentidos sobre o desemprego viabiliza-se pela compreensão das práticas discursivas por meio da explicitação e discussão dos repertórios discursivos. Esses repertórios possibilitam a visualização dos caminhos percorridos pelos sujeitos ao produzirem discursos acerca do desemprego. Esse percurso é marcado por momentos de rupturas e concorrências, os quais expressam como o desemprego é construído em uma temporalidade. Dessa forma, explicitam-se as dimensões da linguagem, da pessoa (tempo curto) e da história (tempos vivido e longo) na produção de sentidos acerca do desemprego. O discurso do desemprego é construído de acordo com:

- ✓ O tempo longo da pesquisa: a memória e o contexto acerca da construção dos fenômenos trabalho e emprego na sociedade capitalista, principalmente na brasileira e, a memória e o contexto que envolvem a trajetória do contexto de estudo;
- ✓ O tempo vivido da pesquisa: as trajetórias dos sujeitos, inseridas em uma interface com a memória que aproxima os sujeitos do fenômeno em estudo. Ou seja, a institucionalização de alguns conceitos, considerando as particularidades dos grupos de sujeitos; e,
- ✓ O tempo curto da pesquisa: o tempo da dialogia, da linguagem e da intersubjetividade.

Por meio dos repertórios, pode-se visualizar a relação entre os discursos e a temporalidade. Além disso, por meio das personagens, dialoga-se com as

trajetórias dos sujeitos (o lugar de onde produzem discursos: como desempregados, como representantes do sindicato, etc.). Os repertórios são permeados por interdiscursos (tempo longo) que redirecionam os discursos.

O conceito de repertórios discursivos envolve a visualização das rupturas e da temporalidade nas práticas discursivas. A tendência do discurso à hegemonia, caracterizando a presença da memória e do contexto é de extrema importância para a análise dos repertórios, no entanto, acredita-se que não deva ser o foco da análise. Portanto, propôs-se uma complementação ao conceito de *repertórios interpretativos* (Potter & Wetherell, 1987).

Ao invés de se identificarem e analisarem os repertórios como unidades de construção das práticas discursivas (o que implica a centralidade das regularidades e da tendência à hegemonia nos discursos), considera-se que essas unidades não permanecem em um tempo histórico. Na temporalidade, ocorrem as rupturas, as concorrências entre as formações, por exemplo: do emprego para a mudança; do não-emprego para o trabalho.

Por isso, o construcionismo apresenta-se como uma possibilidade de estudo no campo das ciências sociais, especificamente, com relação ao estudo do trabalho e desemprego. Para tanto, propôs-se a organização das cinco premissas construcionistas.

A essas premissas, considerando a memória e o contexto acerca do trabalho e emprego no Brasil contemporâneo, como a convivência entre o tradicional e o moderno, relacionam-se as condições de produção como segue: i) o emprego e o desemprego ainda são elementos centrais no cenário brasileiro, como forma de inclusão/exclusão social e, devem ser considerados como um produto da dialogia, de um processo de “fazer sentido”; ii) esse processo de produção de sentidos acerca do desemprego é influenciado pela memória e pelo contexto de estudo; iii) sendo as práticas discursivas uma forma de ação social, os sujeitos também influenciam na própria construção do que compõe o

“discurso do desemprego”; iv) portanto, a compreensão dos sujeitos da pesquisa acerca do desemprego influencia na centralidade desse fenômeno como questão social; e, v) a própria construção discursiva acerca do desemprego impulsiona a emergência de novas formas de ação em sociedade acerca desse fenômeno.

Portanto, a pesquisa construcionista tem a análise das condições de produção como central para o estudo dos fenômenos sociais sob essa abordagem. Na pesquisa acerca do desemprego, sugeriu-se o processo de *desfamiliarização* com formas já institucionalizadas de pesquisa, como a análise econômica do fenômeno. Considerando esse ponto, a produção discursiva, somada às condições de produção se tornam uma nova possibilidade de avaliação e produção de conhecimento acerca do desemprego.

A produção de conhecimento não deve ser considerada como um processo compartilhado de interpretações, por isso, insere-se na crítica ao representacionismo. Trata-se de uma pesquisa por meio da linguagem, considerada como veículo de implicações práticas (Wittgenstein, 1995). Sendo assim, o discurso acerca do desemprego é um resultado dialógico entre individual e social e não um produto da atividade simbólica dos sujeitos. Tanto os sujeitos, quanto o fenômeno do desemprego, são resultados de um processo interativo.

O processo de produção de sentidos acerca do desemprego pode ser visualizado como um percurso que vai da condição de estar empregado, até às novas possibilidades de inclusão, como o trabalho empreendedor, cooperativo, entre outros. Além disso, a identificação dos “sentidos últimos”, como os limites de rupturas nos momentos dos repertórios, pode auxiliar em estudos sobre o desemprego e em estratégias de ação acerca desse fenômeno como questão social. Esses “sentidos últimos” podem ser compreendidos, no campo teórico, como instituições criadas pela interação entre as práticas sociais e os saberes advindos dos discursos, historicamente situados. Esses sentidos não são estáveis

e modificam-se de acordo com a emergência de novos saberes, por isso, são resultados de uma prática construcionista e não de uma prática de observação.

No estudo do desemprego como um fenômeno social privilegiou-se o senso comum como forma legítima de conhecimento: as práticas discursivas dos sujeitos. Com isso, desfamiliarizou-se com o “discurso da modernidade” e distancia-se da necessidade de fundamentos teóricos rígidos e “verificáveis” para o estudo desse fenômeno. O conhecimento sobre o desemprego e, as implicações desse conhecimento, como as possíveis estratégias de ação social diante dessa problemática, devem ser considerados, para além dos estudos de viés econômico ou psicológico. A valorização do senso comum é um fator importante que enriquece a pesquisa e propicia um “novo olhar” sobre as implicações teóricas e práticas.

Nesse tipo de pesquisa não se admite uma verdade absoluta. Ao contrário, trata-se de uma pesquisa não totalitária, na qual não é considerado um esquema teórico analítico da realidade do desemprego. Por meio da linguagem, os sentidos acerca do desemprego dependem sempre de outros sentidos historicamente contextualizados. Dessa forma, ressalta-se a não-linearidade. A realidade do desemprego existe e não deve ser contestada, no entanto, não é independente da forma como os sujeitos pensam e agem em função dessa realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na problemática acerca da compreensão do fenômeno desemprego, no contexto brasileiro, por meio da qual se buscou superar as abordagens macrossocial/econômica e psico-fisiológica, estabeleceu-se a possibilidade de estudo desse fenômeno, partindo da compreensão dos sujeitos (desempregados, trabalhadores, entre outros.), considerando suas experiências, linguagem e a história. Portanto, a tese defendida no escopo deste trabalho ressalta a necessidade de focalizar o conhecimento acerca do desemprego por meio de uma relação dialógica entre os sujeitos sociais, considerando o período de mudanças nas relações de trabalho.

Mais especificamente, propôs-se o estudo do desemprego com base no estudo do processo de produção de sentidos sobre o fenômeno. Esse processo foi estudado como resultado de trocas dialógicas (linguagem) entre os sujeitos e a própria compreensão que tinham acerca do objeto (desemprego). Para fundamentar essa reflexão, realizou-se uma pesquisa empírica sobre o desemprego na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

O objetivo central da realização desta pesquisa foi investigar e analisar o processo de produção de sentidos acerca do fenômeno do desemprego, especificamente o desemprego industrial, com base nas práticas discursivas de sujeitos sociais envolvidos com o fenômeno: trabalhadores desempregados e à procura do primeiro emprego; representantes do *Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Belo Horizonte e Contagem*; e, membros da *Federação Das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)*. Além disso, a pesquisa serviu como “exemplo” para fundamentar as discussões e reflexões teóricas propostas.

A reflexão sustentou-se pelo pressuposto epistemológico da construção social do conhecimento, reforçando as críticas ao representacionismo. Optou-se por construir um aporte teórico-metodológico multidisciplinar, resgatando conceitos das ciências administrativa, sociologia do trabalho e da psicologia social. Nesse marco conceitual foram incorporados elementos teóricos do Construcionismo Social, centralizando a importância das “condições de produção”, do dialogismo e da história na busca pelo conhecimento, bem como aqueles produzidos por diversos autores acerca das transformações do mundo do trabalho. Aportou-se de considerações formuladas nos campos da sociologia do trabalho e da administração acerca da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e da inserção e trajetória do sujeito trabalhador.

O pólo metodológico, e não apenas o “método”, fundamentou-se na perspectiva discursiva, ou seja, na Análise das Práticas Discursivas como processo de produção de sentidos. Essa postura justificou os passos adotados para a realização da pesquisa empírica, bem como o desenvolvimento de uma proposta de análise com base na qual se delineou o caminho metodológico percorrido. Nesse processo, vale ressaltar a realização de entrevistas não-estruturadas, a análise documental (histórica) e a definição clara das etapas de análise dos discursos, o que confere maior rigor à pesquisa construcionista. Na apresentação da proposta de análise, desenvolveu-se o conceito de **repertórios discursivos**, considerando uma complementação do conceito de repertório interpretativo.

A noção de repertórios discursivos está intimamente relacionada à temporalidade (tempos curto, vivido e longo) e, conseqüentemente, às condições de produção do fenômeno em estudo. Dessa forma, com o resgate da trajetória sócio-histórica do trabalho, com a contextualização temporal e cultural da região em estudo, bem como com o resgate das trajetórias dos sujeitos, propiciou-se a

compreensão do processo de produção de sentidos acerca do desemprego industrial, por meio, principalmente, da noção de interdiscurso.

Na investigação do processo de produção de sentidos considerou-se a dialogia e a intersubjetividade como ponto de partida para sua compreensão. A linguagem dos sujeitos foi considerada como uma forma de manifestação dessa dialogia, como uma prática discursiva. Nesse sentido, considerou-se a prática discursiva dos sujeitos como expressão intersubjetiva, construída em interação com “outras vozes” e integrante do fenômeno em estudo. Os sujeitos da pesquisa produziram discursos sobre o desemprego, ao mesmo tempo em que seus discursos foram influenciados pelos “já ditos” sobre o fenômeno (dialogia). Por isso, pode-se afirmar a compreensão sobre a realidade do desemprego como socialmente construída.

Os discursos, no entanto, foram perpassados por características particulares aos sujeitos, não exatamente com relação aos sujeitos empíricos (características físicas e psicológicas), mas, com relação aos lugares desses sujeitos (como desempregados, como membros do sindicato e da FIEMG, como trabalhadores, homens/mulheres chefes de família, entre outros). Dessa forma, a produção de sentidos sobre o desemprego industrial envolveu a construção das personagens e o posicionamento dos sujeitos. Diante dessas manifestações, os discursos puderam ser investigados em diversas dimensões e formações, englobando um mesmo repertório.

Privilegiou-se a emergência das formações discursivas (regularidades, regras e ideologias) e dos repertórios discursivos (rupturas e concorrências). Por exemplo, no discurso das novas formas de trabalho e do empreendedorismo, existe uma regularidade, uma ideologia que, além de outros elementos, encaminha para um discurso de individualização e desligamento com os vínculos do emprego. Nessa análise, não importa “quem” disse e “com qual finalidade” construiu o discurso. Importa compreender que esse é um discurso

que compõe um dos discursos acerca do desemprego. Dessa forma, focalizou-se na forma como o desemprego foi compreendido e objetivado por meio das práticas discursivas.

A trajetória do trabalho e do emprego, focalizando o período de reestruturação produtiva na sociedade ocidental, principalmente no contexto brasileiro, subsidiou a discussão acerca da construção de “novos olhares” para a questão do desemprego na contemporaneidade, como por exemplo, a noção de empregabilidade. Com essa discussão, colaborou-se com a pesquisa empírica acerca do desemprego industrial na RMBH na medida em que possibilitou a compreensão de conceitos e temas emergentes das práticas discursivas. Portanto, vale ressaltar que o ponto de partida foram as construções discursivas dos sujeitos sobre o desemprego e não um quadro teórico pré-determinado.

O mesmo é válido para a adoção da postura construcionista, cujos pressupostos baseiam-se na compreensão da realidade como um processo de construção social, podendo ser investigado pela linguagem cotidiana. Com relação a esses pressupostos, evidenciou-se a centralidade das condições de produção para o estudo dos fenômenos sociais, considerando o contexto da sociedade brasileira. A análise das condições de produção foi propiciada pela análise da linguagem como uma forma de ação social. Assim, possibilitou-se a compreensão do fenômeno do desemprego industrial pela investigação das práticas discursivas dos sujeitos, contextualmente e historicamente situadas, capaz de fornecer aspectos inerentes à realidade em estudo, no caso, a RMBH.

Com base nessa postura, delinearam-se os passos da pesquisa, fundamentados em uma proposta metodológica para a investigação das práticas discursivas. O desenvolvimento de uma proposta teórico-metodológica para o estudo foi de fundamental importância para a investigação do desemprego. A proposta foi desenvolvida com base nas condições de produção, por isso, ressalta-se o percurso teórico-metodológico como uma contribuição do estudo.

No campo da administração, principalmente, a perspectiva multidisciplinar adotada pode evidenciar-se como uma possibilidade de aprofundamento no campo dos estudos acerca das relações de trabalho, considerando aspectos micro e macrossociais.

Para o desenvolvimento dessa proposta, foram utilizados alguns conceitos fundamentais, provenientes da análise do discurso, os quais auxiliaram na identificação das regularidades (formações discursivas) e rupturas (repertórios discursivos).

Com base nessas premissas, desenvolveu-se o modelo teórico-metodológico de análise com o qual se realizou a pesquisa empírica na RMBH. Durante a realização da pesquisa, o modelo foi reformulado e complementado de acordo com uma estratégia edificante. Sendo assim, acredita-se que se trata de uma possibilidade de análise que possa ser considerada em outros estudos acerca do desemprego ou de outros fenômenos sociais e organizacionais, considerando sempre as condições específicas de produção.

Na compreensão do processo de produção de sentidos sobre o desemprego, tanto na análise das regularidades, quanto na análise das rupturas, observou-se a presença de elementos intradiscursivos e interdiscursivos importantes para a análise do fenômeno em geral. Entre os elementos intradiscursivos, pode-se citar as metáforas (*chão bem firme, chão-de-fábrica*, entre outras), as marcas de subjetividade (*agente, hoje, naqueles tempos*, entre outras), as personagens (*o metalúrgico, o vagabundo, o trabalhador*, entre outras) e os conceitos (*empregabilidade, qualificação, quarteirização*, entre outros) (capítulo 6) como elementos mais recorrentes para a análise do desemprego industrial.

No interdiscurso, investigado por meio dos subentendidos e dos possíveis sentidos identificados acerca da relação entre os discursos, explicitou-se a memória com relação à trajetória da inserção da região de Belo Horizonte

no mercado de trabalho industrial, principalmente pela presença marcante de um discurso de exclusão e precarização do trabalho nesse setor.

A caracterização da região em estudo, de sua inserção no mercado industrial foi essencial para a compreensão do desemprego. Com essa caracterização, foi possível identificar algumas particularidades da trajetória do trabalho industrial na RMBH. Dessa forma, o *tempo longo* (que permeou a memória nas práticas discursivas dos sujeitos, influenciando na forma como esses compreendem o fenômeno do desemprego) não compreende apenas o resgate das características históricas e sociais em si, mas a forma como essa memória perpassou os discursos levando-se em consideração as particularidades da região em estudo.

As trajetórias dos sujeitos, considerando as instituições de pesquisa, também contribuíram para a compreensão do processo de produção de sentidos. Foram apresentadas três trajetórias básicas: referente aos membros da FIEMG, como sujeitos que vivenciam a realidade do setor industrial por meio dos trabalhos realizados nessa instituição; referente aos representantes do sindicato, como sujeitos que vivenciam o trabalho no setor industrial, como trabalhadores; e, a trajetória dos trabalhadores desempregados e dos trabalhadores à procura do primeiro emprego. Essas trajetórias ilustraram as diversas formas de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho. Esse resgate auxiliou na compreensão do *tempo vivido*, o qual remete às particularidades da região e dos sujeitos em estudo.

Na investigação das práticas discursivas (*tempo curto*), concentrou-se nos elementos intradiscursivos e nos subentendidos acerca do desemprego. Identificou-se que os discursos encaminhavam para temas/formações que se referiam, principalmente, ao emprego formal, às mudanças no mundo do trabalho, à perda do vínculo empregatício e ao trabalho. Essas formações foram importantes para a discussão sobre o desemprego industrial na medida em que

direcionam para novas possibilidades de análises, considerando algumas questões como a empregabilidade nesse setor, o papel dos sindicatos e as percepções sobre o tipo de vínculo existente entre trabalhador industrial e organização, conseqüentemente, o que seria o trabalho desconsiderando esse vínculo. Vale ressaltar que a emergência dessas formações foi propiciada pela estratégia de análise traçada, mais especificamente, descrita nos passos 1 e 2, do quadro 1. Ou seja, reafirma-se a importância dos discursos como veículos de compreensão para fenômenos sociais e organizacionais.

Por meio dos discursos, visualizou-se o emprego formal e a condição de estar empregado(a) com base na noção de “vínculo” e liberdade ao mesmo tempo. Além disso, a legitimidade perante a sociedade, enriquecendo o que se entende por “salário” ou retorno do emprego, é um elemento importante para a análise do fenômeno desemprego na sociedade brasileira. As particularidades de percepção do emprego industrial (de maior risco, com mais garantias) remetem à construção dos “elos” entre trabalhador industrial e organização como uma forma de contrato para garantir o empregado, considerando as condições de mudança nesse setor.

Essas mudanças foram identificadas nos discursos acerca da evolução tecnológica, da empregabilidade, da precarização e do papel do movimento sindical. Foi possível a identificação de um movimento de construção do conceito de empregabilidade no âmbito da reestruturação produtiva, no setor industrial, o que possibilitou uma discussão importante acerca desse elemento e de sua interface com a realidade do desemprego. A precarização do trabalho, por sua vez, aparece mais como pano de fundo de um processo de mudança “inevitável”, apontando uma necessidade de mudança de postura dos próprios trabalhadores, principalmente do movimento sindical. Trata-se da explicitação de um discurso de “individualização” nas relações de trabalho que parece substituir a idéia de um coletivo de trabalhadores, de desempregados;

redirecionando para uma idéia de indivíduos que focalizam em sua empregabilidade ou indivíduos que não mantêm sua empregabilidade.

Os discursos acerca da empregabilidade foram recorrentes e, muitas vezes, sobressaíram sobre aqueles referentes ao desemprego no setor industrial. A formação de um conceito de empregabilidade que transcende a qualificação (técnica ou não) para o setor industrial, englobando a indicação, a experiência, entre outros elementos, direcionou para a idéia da manutenção da trajetória da carreira pessoal e não do emprego em si. Nesse sentido, a discussão centralizou a empregabilidade como um dos discursos que compuseram a trajetória dos discursos sobre o desemprego. No entanto, pode-se dizer que o estudo sobre o desemprego, muitas vezes, viabiliza-se pelo estudo da compreensão da capacidade de manutenção da empregabilidade.

A manutenção da empregabilidade, portanto, supera a própria manutenção do emprego. Quando essa condição não é sustentada, tem-se o desemprego, compreendido pela noção de perda do vínculo empregatício e de suas conseqüências para os sujeitos. Nesse tema, o principal elemento de análise é a inclusão social pelo emprego e a exclusão pelo desemprego, transcendendo a idéia de que o emprego é a garantia de um salário e da sobrevivência. O desemprego, portanto, é um fenômeno que deve ser analisado para além de uma condição de desprovisionamento salarial, mas, de impedimento de uma condição, segundo a construção discursiva, de cidadão, de membro de um núcleo social, de consumidor, de provedor, entre outras.

A emergência dos discursos da criminalidade, da morte, da depressão, ilustra algumas conseqüências, não necessariamente do desemprego, mas, da percepção que se tem do que seja emprego na sociedade brasileira. Essa percepção, no entanto, começa a ser reformulada, conforme as análises, encaminhando para a idéia de trabalho, para além do emprego.

Esses percursos de formações identificados nas análises das práticas discursivas são compostos de muitas formações particulares. No total, foram identificadas 23 formações, as quais foram organizadas e nomeadas em regularidades discursivas, tais como: Vínculo empregatício, Emprego industrial, Reestruturação industrial, Empregabilidade no setor, Movimento sindical, Ausência do vínculo, Sujeito não-empregado, Trabalho e Oportunidades. O processo permite uma melhor visualização e discussão das formações que apareceram no conjunto dos discursos analisados e não aquelas que apareceram apenas em discursos isolados.

Com base nas regularidades e formações, foram identificados os repertórios discursivos (rupturas), ou seja, os momentos de “fazer sentido” sobre o desemprego industrial na RMBH: condição de empregado(a); mudanças nas configurações do emprego no setor industrial; condição de não-empregado(a); e, condição de trabalhador(a). Assim, os sujeitos expressaram sua compreensão acerca do desemprego e construíram os “caminhos” de suas percepções acerca desse fenômeno.

Por exemplo, na pesquisa empírica, para exemplificar, foram observadas as seguintes regularidades que conduziram para a formação discursiva do “sujeito não-empregado”: *discriminação, marginalidade e exclusão, não pertencimento social e problema social*. Nessa formação, quando se observou a emergência do discurso do não-empregado(a) como um problema social, ou seja, o discurso da generalização do fenômeno, emergiram, paralelamente, o diálogo com “outras vozes” (discursos concorrentes) que encaminhavam para possíveis soluções, como o trabalho não formal. Essas vozes que perpassaram os discursos configuram a heterogeneidade discursiva, os “não ditos” ou o interdiscurso. Dessa forma, observou-se o repertório da condição de trabalhador(a) logo após o repertório da condição de não-empregado(a): condição de não empregado(a) => condição de trabalhador(a).

No repertório da condição de empregado(a), dialogou-se com a memória da construção da categoria emprego, com a trajetória e o “lugar” do empregado(a) industrial em Belo Horizonte e região metropolitana. No repertório das mudanças nas configurações do emprego, o interdiscurso no tempo longo redirecionou-se para o processo de reestruturação produtiva, para os conceitos de globalização e precarização, institucionalizados pela memória que remete às “causas e conseqüências” das mudanças. Nesse contexto, o diálogo com os tempos vivido e curto também se deslocou para a emergência de concorrências entre as conseqüências da mudança (competitividade ou precarização) ao invés de permanecerem no nível dos conceitos de trabalho/emprego, por exemplo. Vale ressaltar também a produção dos sujeitos desempregados e à procura do primeiro emprego, evidenciando a internalização de um discurso da empregabilidade, muitas vezes, influenciado pelas próprias condições contextuais das instituições que agenciam a procura do trabalho, quando proliferam os cursos voltados para esse mercado.

Nos repertórios da condição de não-empregado(a) e trabalhador(a), além da presença do interdiscurso da trajetória trabalho-emprego, evidenciando o tempo longo, observou-se o diálogo com a condição de trabalhador industrial na região de Belo Horizonte e com as trajetórias específicas das instituições sindicato e FIEMG. Nessas trajetórias estão evidenciadas as regras e ideologias que foram “socializadas” pelos sujeitos no decorrer do tempo vivido e perpassaram a construção discursiva desses, sinalizando, por exemplo, os caminhos: oportunidade *versus* precarização.

A investigação do desemprego industrial por meio da produção de sentidos, considerando a identificação de repertórios discursivos e a construção das árvores de associação de idéias, permite um novo “olhar” sobre o fenômeno. Dessa forma, os passos da pesquisa revelam-se mais do que “estratégia metodológica”, trata-se de uma proposta para novos estudos e pesquisa acerca

do desemprego no Brasil. Com o mapeamento e discussão dos repertórios e sua associação com as formações, identificou-se os elementos da empregabilidade, por exemplo, como um caminho para a análise acerca do desemprego e do trabalho, levando em consideração o contexto sócio-histórico de pesquisa.

A noção de repertórios discursivos é central para a análise construcionista, pois evidencia justamente os “caminhos percorridos” pelos sujeitos ao se expressarem, o que indica ação e movimento. Na construção desses “caminhos”, existem os relacionamentos entre os elementos legitimados acerca do desemprego (os discursos explícitos, as formações) e os elementos que não se explicitam, os discursos sobre o desemprego que não aparecem disseminados como, por exemplo, que o desemprego é um resultado de uma percepção que se tem de inclusão na sociedade (capitalista), por meio do vínculo empregatício.

Além dos repertórios, desenvolveu-se a idéia dos *sentidos ultimamente manifestos nas práticas discursivas*, evidenciados nos momentos de rupturas. Por meio desse conceito, pôde-se representar graficamente (na árvore de associação de idéias) alguns elementos que podem definir, explicar, originar ou impulsionar pesquisas, acerca do fenômeno desemprego. Esses elementos são possibilidades de pesquisar o desemprego, considerando as condições de produção da pesquisa. Na pesquisa empírica, foram identificados os sentidos últimos: **manutenção da empregabilidade, competitividade, precarização nas relações de trabalho, problema social, dificuldade de manutenção da empregabilidade (“não-empregáveis”), questionamento do sistema e inclusão social.**

Os “sentidos do desemprego”, considerando o contexto e as condições de produção, representam uma importante contribuição da pesquisa. Esses sentidos devem ser considerados nos estudos acerca das relações de trabalho no

Brasil contemporâneo, abrangendo aspectos organizacionais, políticos e econômicos.

Vale ressaltar que muitos outros elementos poderiam ser identificados, ou, que os mesmos elementos poderiam ser identificados em relação com outras formações e repertórios. Importa que esses elementos jamais devem ser tomados como ponto de partida de um estudo sobre o trabalho ou o desemprego, desconsiderando as condições de produção específicas do estudo ou, desconsiderando sua “origem discursiva”, ou seja, as ligações com as formações evidenciadas nas árvores de associação de idéias.

Portanto, os elementos centrais para o estudo emergiram no decorrer da análise da produção de sentidos, auxiliando na própria construção do conhecimento sobre o fenômeno e reafirmando esse conhecimento como socialmente construído. A construção social não se refere ao desemprego, mas, à forma de compreendê-lo, analisá-lo, produzir novos discursos, disseminar esses discursos na sociedade como um todo, e, finalmente, explicitar uma realidade que origina desses discursos. É um ciclo que deve ser compreendido em sua produção e reconstrução, pois, ao afirmar que o desemprego é resultado de estatísticas e que se explica por essas estatísticas apenas, elimina-se uma série de possibilidades de ação sobre essa realidade.

Especificamente com relação ao estudo realizado na RMBH, pôde-se relacionar as premissas construcionistas, considerando o contexto da sociedade brasileira, às condições de produção referentes ao contexto específico da pesquisa. Com isso, ressalta-se a dialogia entre o fenômeno empírico e a compreensão que se tem desse fenômeno, incluindo suas condições de produção, como uma forma de conhecimento legítima, podendo ser investigada com base na produção discursiva associada a outras abordagens teórico-metodológicas.

Nesse sentido, afirma-se que o fenômeno do desemprego pode ser estudado considerando o pressuposto de que sua própria condição, como

fenômeno social, faz parte de uma construção que depende da interação entre os sujeitos, o contexto e a memória. A análise das práticas discursivas e dos repertórios é uma abordagem que possibilita esse tipo de investigação. A referência ao “desemprego industrial” é contextual, trata-se de um recorte de pesquisa. No entanto, explicitou-se que os repertórios identificados fazem parte dos discursos acerca do desemprego industrial na medida em que se consideraram as condições de produção para esse recorte.

Com este estudo, sinaliza-se para a possibilidade de se identificarem alternativas de ações acerca do fenômeno desemprego, considerando as particularidades da região estudada. Acredita-se que essas alternativas devem passar por novos estudos, partindo dos elementos identificados na pesquisa como os “sentidos últimos”, por exemplo. Uma dessas propostas é uma análise aprofundada das condições de empregabilidade, focalizando o mercado de trabalho, os sujeitos trabalhadores e a oferta cursos, aperfeiçoamentos, estágios, entre outros. Dessa forma, pode-se traçar um mapa mais detalhado das condições de emprego e desemprego em potencial, ampliando a análise que se faz da situação de emprego em determinado período.

Também é interessante a análise das condições competitivas no mercado de trabalho e das interfaces que essas condições possam manter com a precarização nas relações de trabalho. Considerando estudos dessa natureza, acredita-se possível traçar ações, dentro e fora das organizações, no que se refere ao emprego formal e às novas possibilidades de trabalho.

No entanto, a proposta central da pesquisa é contribuir para um avanço nas formas clássicas de estudo do desemprego, principalmente no campo da administração. Por isso, considerou-se o fenômeno do desemprego como uma realidade presente em toda sociedade brasileira, porém, o que compõe essa realidade é o conhecimento que faz dela uma construção, por meio dos discursos.

Com base na postura construcionista, advoga-se a desfamiliarização com conceitos e metodologias já legitimados em estudos sobre o fenômeno desemprego, além de outros fenômenos sociais e organizacionais. Ao desfamiliarizar, o pesquisador deve considerar o cotidiano dos sujeitos envolvidos com o desemprego e suas expressões como forma de conhecimento. Nesse tipo de pesquisa, depara-se com diversas limitações, uma das principais é a postura do pesquisador diante da coleta de informações, principalmente na interface com os sujeitos da pesquisa durante a produção discursiva. A valorização do senso comum propicia um “novo olhar” sobre as implicações teóricas e práticas da pesquisa, ressaltando o uso da linguagem como uma forma de ação (dialogia) social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: contexto, 2005.

ARCIDIACONO, C.; SOMMANTICO, M.; PROCENTESE, F. Neapolitan Youth's Sense of Community and the Problem of Unemployment. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, Sussex, v. 11, n. 6, p. 465-473, Nov./Dec. 2001.

AGREN, B.; HENRIKSSON, K. M.; LINDBLAD, U.; NILSSON-EHLE, P.; RASTAM, L. Associations between unemployment and cardiovascular risk factors varies with the unemployment rate: the Cardiovascular Risk Factor Study in Southern Sweden (CRISS). **Scandinavian Journal of Public Health**, Oslo, v. 31, n. 4, p. 305-311, Aug. 2003.

ALVEZ, G. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina: Práxis, 1999.

ARTAZCOZ, L.; BENACH, J.; BORRELL, C.; CORTES, I. Unemployment and Mental Health: Understanding the Interactions Among Gender, Family Roles, and Social Class. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 94, n. 1, p. 82-88, Jan. 2004.

ANDERSEN, J. Inclusion and Exclusion Unemployment and Non-Standard Employment in Europe. **European Planning Studies**, Abingdon, v. 8, n. 4, p. 537-538, Aug. 2000.

ARENDT, H. **Condition de l'homme moderne**. Paris, 1983. p. 114-115.

ARENDT, R. J. J. Construtivismo ou Construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 28-41, 1996.

AMOORE, L. Risk, reward and discipline at work. **Economy and society**. Andover, Abingdon, v. 33, n. 2, p. 174-196, May 2004.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2002. 103 p.

ASKENAZY, P. Shorter work time, hours flexibility, and labor intensification. **Eastern Economic Journal**, Bloomsburg, v. 30, n. 4, p. 603-614, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476 p. (Coleção Biblioteca Universal).

BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade de mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta, 1996. p. 109-150.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977.

BARRETO, A. Belo Horizonte; memória histórica escrita, história antiga. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. v. 1, 179 p.

BARTLEY, M. Unemployment and ill health: understanding the relationship. **Journal of Epidemiology and Community Health**, London, v. 48, n. 4, p. 333-337, Aug. 1994.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 247 p.

BETCHERMAN, G. Structural unemployment: how important are labour market policies and institutions? **Canadian Public Policy/Analyse de Politiques**, Ottawa, v. 26, p. 131-140, July 2000.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - RELATÓRIOS ANUAIS: Disponível em: <<http://www.bacen.com.br>>. Acesso em: 2005.

BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PED/RMBH: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 10, n. 15, fev. 2005a.

BOLETIM PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PED/RMBH: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 11, n. 09, set. 2005b

BORDIN, L. Razão pós-moderna. In: HUHNE, L. M. (Org). **Razões**. Rio de Janeiro: Uapê, 1994.

- BRAUDEL, F. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editora Presença, 1989.
- BRUNER, J. Pragmatics of language and language of pragmatics. **Social Research**, New York, v. 51, n. 4, p. 969-984, 1984.
- CALDAS, M. **Demissão: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo**. São Paulo: Atlas, 2000. 297 p.
- CAMARGO, P. R. **Políticas públicas, trabalho e subjetividade: experiências de recapacitação profissional**. 2002. 187 p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.
- CARDOSO, C. F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (org.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 9-39 (Coleção textos do tempo).
- CARRIERI, A. P. A transformação das identidades em uma empresa de telecomunicações antes e depois de sua privatização: um estudo de metáforas. **Organização e Sociedade**, Salvador, v. 8, n. 23, jan./abr. 2002
- CARVALHO, E. G. de. Globalização e estratégias competitivas na indústria automobilística: uma abordagem a partir das principais montadoras instaladas no Brasil. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 121-133, jan./abr. 2005.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 620 p.
- CINAMON, R. G. Father's Unemployment and Career Related Variables of His Adolescent Child. **International Journal for the Advancement of Counselling**, New York, v. 43, n. 4, p. 295-309, Dec. 2001.
- CONSIDINE, M. Selling the Unemployed: The Performance of Bureaucracies, Firms and Non-Profits in the New Australian "Market" for Unemployment Assistance. **Social Policy and Administration**, Oxford, v. 34, n. 3, p. 274-295, Sept. 2000.
- COHN, R. M. The effect of employment status change on self-attitudes. **Social Psychology**, Washington, v. 41, n. 2, p. 81-93, 1978.

CORROCHANO, M. C. Jovens operários e operárias: experiência fabril e sentidos do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 425-450, 2004.

CORTELLA, M. S. Introdução: In: CASALI, A. et al. (Org.). **Educação e empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 21-22.

CRAMER, L.; NETO, A. P.; SILVA, A. L. Inserção do feminino no universo masculino: representações da educação superior. **Revista Organização & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 24, 2002

CRAMER, L.; BRITO, M. J.; CAPPELLE, M. C. A. (Ed.). **Relações de gênero no espaço organizacional**. Lavras: Editora UFLA, 2004. 153 p.

CROSSLEY, M. L. Formulating narrative psychology: the limitations of constemporary social constructionism. **Narrative Inquiry**, Amsterdam, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2003.

CUNHA, Á. V. **A favela Cabana do Pai Tomás: a ocupação consentida – memória e história**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

DARITY, W. A. Employment Discrimination, Segregation, and Health. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 93, n. 2, p. 226-231, Feb. 2003.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: the discursive production of selves. **Journal for the theory of social behaviour**, Oxford, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.

DECREUSE, B. Can skill-biased technological change compress unemployment rate differentials across education groups? **Journal of Population Economics**, Heidelberg, v. 14, n. 4, p. 651-667, Dec. 2001.

DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro: a industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1981.

DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE BELO HORIZONTE, CONTAGEM, SARZEDO, IBIRITÉ E RIBEIRÃO DAS NEVES. Apresentação. In: LOPES, A (jornalista responsável). 1934-2004. Uma História Forjada na Luta. **Revista Comemorativa dos 70 anos do**

**Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.** Contagem: Gráfica Silveira, 2004. 40 p.

DREYFUS, L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 299 p.

EATWELL, J. Unemployment: national policies in a global economy. **International Journal of Manpower**, Cambridge, v. 21, n. 5, p. 343-373, 2000.

EIDE, E. R.; SHOWALTER, M. H. Does improving school quality reduce the probability of unemployment? **Contemporary Economic Policy**, Huntington Beach, v. 23, n. 6, p. 578-584, Oct. 2005.

ENRIQUEZ, E. Perda do Trabalho, Perda da Identidade. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.) **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 13-30.

ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: MACHADO, M.; CASTRO, E.; ARAÚJO, J. N.; ROEDEL, S. (Org.). **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ERICKSON, C. L.; JACOBY, S. M. The effects of employer networks on workplace innovation and training. **Industrial & Labor Relations Review**, Ithaca, v. 56, n. 2, p. 203-223, Jan. 2003.

FARIA, J. H. **Economia política do poder: fundamentos**. Curitiba: Juruá, 2004. v. 1, 202 p.

FERNANDES, R.; FELÍCIO, F. . The Entry of the Wife into the Labor Force in Response to the Husband's Unemployment: A Study of the Added Worker Effect in Brazilian Metropolitan Areas. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago, v. 53, n. 4, p. 887-911, July 2005.

FIAT-BH. Disponível em: <[www.fiat.com.br](http://www.fiat.com.br)>. Acesso em: out. 2006.

FIEMG. <<http://www2.fiemg.com.br/bh100/bh-intro.htm>> Acesso em: 2006a.

FIEMG. Encontro Gerencial do Sistema FIEMG. Belo Horizonte, 2006b.

FIEMG. Informe especial FIEMG. Trabalho e qualidade de vida. Educação para o emprego e a cidadania. Belo Horizonte, 2006c

FIEMGIndex. **Relatório da pesquisa indicadores industriais**. Belo Horizonte, Ano 15, n. 6, junho de 2006.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 93 p.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988. 87 p. Princípios; 137.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e análise do discurso em educação**. 2001. p. 197-223. (Cadernos de Pesquisa).

FLEIG, D. G.; PEREIRA, M. C.; GRZYBOVSKI, D.; BRITO, M. J. Reestruturação produtiva e subjetividade: análise interpretativa do significado do desemprego. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 33, abr./jun. 2005.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional. Experiências de Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: ATLAS, 1997. 237 p.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (Coord.). **Processo e relações de trabalho no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

FERREIRA M. G. **Concepções de subjetividade em psicologia**. Campinas: Pontes, 2000. 112 p.

FONTANA, R. A. C. A constituição social da subjetividade: notas sobre Central do Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 221-234, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no college De France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 79 p.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins fontes, 1987.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOSU, A. K. Racial and gender differences in unemployment patterns in an urban labor market: The case of Detroit. **Review of Black Political Economy**, New Brunswick, v. 27, n. 3, p. 35-47, 2000.

FRANK, D. More with less: work reorganization in the Canadian mining industry. **Labor History**, New York, v. 42, n. 3, p. 308-309, Aug. 2001.

FRYER, D.; PAYNE, R. Being unemployed: A review of the literature on the psychological experience of unemployment. In: \_\_\_\_\_. **International Review of Industrial and Organizational Psychology**. London: Wiley, 1986. v.1.

GALLIE, D.; PAUGAM, S.; JACOBS, S. Unemployment, Poverty and Social Isolation: Is There a Vicious Circle of Social Exclusion? **European Societies**, Abingdon, v. 5, n. 1, p. 1-32, 2003.

GANGL, M. Welfare States and the Scar Effects of Unemployment: A Comparative Analysis of the United States and West Germany. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 109, n. 6, p. 1319-1364, May 2004.

GAZIER, B. l'employabilité: breve radiographie d'un concept en mutation. **Sociologie du travail**, Montrouge, v. 90, n. 4, p. 575-584, 1990.

GERGEN, K. J. Constructionist Dialogues and the Vicissitudes of the Political. In: \_\_\_\_\_. **The politics of social construction**. London: Sage, 1998.

GERGEN, K. J. Exploring the postmodern. **American Psychologist**, Washington, v. 49, n. 5, p. 412-416, May 1994.

GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, Washington, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.

GERGEN, K. J. Social psychology as history. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 26, n. 2, p. 309-320, 1973.

GERGEN, K. J.; JOSEPH, G. T. Organizational Science in a Postmodern Context. **Journal of Applied Behavioral Science**, Greenwich, v. 32, n. 4, p. 356-378, Dec. 1996.

GAUTIÉ, J. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, out. 1998.

GITAHY, L. (Org.). **Reestruturación productiva, trabajo y educación in América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1994. (Lecturas de Educación y Trabajo, n. 3).

GRANT, D.; OSWICK, C. **Metaphor and Organizations**. London: Sage, 1996.

GREAVES, J.; BOOTH, A. Industrial reorganization and government policy in interwar Britain. **The Economic History Review**, Oxford, v. 59, n. 2, p. 410-411, May 2006.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: \_\_\_\_\_. **Análise do discurso: entornos do sentido**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. 322 p.

GREGOLIN, M. R. V. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004. 220 p.

GUTIERREZ, G.; OSCAR, J. **Extending the precautionary principle to work redesign: the implications of business process reengineering for low-level while-collar work**. Toronto: M. A. Sc. University of Toronto 2001. 224 p.

HAMMARSTROM, A.; JANLERT, U. Unemployment - an important predictor for future smoking: a 14-year follow-up study of school leavers. **Scandinavian Journal of Public Health**, Oslo, v. 31, n. 3, p. 229-232, 2003.

HARRÉ, R. Rules, roles and rhetoric: reappraising social psychology. **The Psychologist**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 24-28, 1993.

HARRÉ, R. Some reflections on concept of "social representation". **Social Research**, New York, v. 51, n. 4, p. 927-938, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 333 p.

HIRATA, H. S. Os mundos do trabalho. In: CASALI, A. et al. (Org.). **Educação e empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 51-58.

HIRATA, H. S. (Org.). **Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993. 312 p.

HIRATA, H. S.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 71-84, 1989.

HOJMAN, D. E. Inequality, unemployment and crime in Latin American cities. **Crime, Law and Social Change**, Dordrecht, v. 41, n. 1, p. 33-51, Feb. 2004.

IBÁÑEZ, T. Construcionismo y Psicología. **Revista Interamericana de Psicología**, Los Angeles, v. 28, n. 1, p. 105-123, 1993.

ÏÑIGUEZ, L. Construcionismo social e Psicologia Social. In: MARTINS, J. B. (Org.) **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RIMA, 2002. p. 127-156.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE -  
IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2006a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **As Associações Privadas e Fundações Sem Fins Lucrativos no Brasil**, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2006b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estudos e pesquisas. Informação demográfica e sócio-econômica. Síntese de indicadores sociais, 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2006c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil, de 1992 a 1997**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2006d.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa industrial mensal de emprego e salário (PIMES)**, julho de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 2006e.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa mensal de emprego – PME**, de 1996 a 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa mensal de emprego – PME**, agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2006f.

JAHODA, M. **Employment and unemployment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

JAHODA, M. Work, employment and unemployment: values, theories, and approaches in social research. **American Psychologist**, Washington, v. 36, n. 2, p. 184-191, Feb. 1981.

JULIÃO, L. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: ALMEIDA, M. G. et al. **Belo Horizonte: horizontes históricos**. Belo Horizonte: Com Arte, 1996. p. 49-118;

JURAN, J. M. **Na liderança da qualidade. Um guia para executivos**. 3. ed. São Paulo. Livraria Pioneira, 1989.

KENWORTHY, L. Corporatism and unemployment in the 1980s and 1990s. **American Sociological Review**, Albany, v. 67, n. 3, p. 367-388, June 2002.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 188 p. (Estudos Latino-americanos, v. 3).

KRAFT, K. Unemployment and the Separation of Married Couples. **KYKLOS**, Oxford, v. 54, n. 1, p. 67-88, 2001.

KPOSOWA, A. J. Unemployment and suicide: a cohort analysis of social factors predicting suicide in the US National Longitudinal Mortality Study. **Psychological Medicine**, New York, v. 31, n. 1, p. 127-138, Jan. 2001.

KULIK, L. Jobless men and women: A comparative analysis of job search intensity, attitudes toward unemployment, and related responses. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, Leicester, n.4, p. 487-500, Dec. 2000a.

KULIK, L. Women Face Unemployment: A Comparative Analysis of Age Groups. **Journal of Career Development**, New York, v. 27, n. 1, p. 15-33, 2000b.

KAUFMAN, R.; MIRSKY, J. Job Security and the Perception of Unemployment among Immigrants: Contribution of Government Policies and Cultural Factors. **International Social Work**, London, v. 47, n. 3, p. 391-406, July 2004.

LACOMBE, B. M. B.; TONELLI, M. J. O discurso e a prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os modelos de gestão de Recursos Humanos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 157-176, maio/ago. 2001.

LI, Y. Falling Off the Ladder? Professional and Managerial Career Trajectories and Unemployment Experiences. **European Sociological Review**, Oxford, v. 18, n. 3, p. 253-270, 2002.

LOVELL, V. Constructing Social Citizenship: The Exclusion of African American Women from Unemployment Insurance in the US. **Feminist Economics**, Hants, v. 8, n. 2, p. 191-197, July 2002.

LOPES, A (jornalista responsável). 1934-2004. Uma História Forjada na Luta. **Revista Comemorativa dos 70 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem**. Contagem: Gráfica Silveira, 2004. 40 p.

LEITE, C. B. L. P. **Desenvolvimento de carreira e significado do trabalho**. 1998. 233 p. Tese (Doutorado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas, São Paulo.

LEITE, M. (Org). **O Trabalho em movimento**. Campinas: Papirus, 1997.

LEVITT, S. D. Alternative Strategies for Identifying the Link Between Unemployment and Crime. **Journal of Quantitative Criminology**, New York, v. 17, n. 4, p. 377-390, Dec. 2001.

LEMOS, A. H. C. **Qualificação Profissional e Desemprego. A construção Social de um Problema**. 2003. 189 p. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LOMBARDI, M. R. Reestruturação Produtiva e Condições de Trabalho: percepções dos trabalhadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 64-87, dez. 1997.

MACEDO, M. S. A. N.; MORTIMER, E. F. A dinâmica discursiva na sala de aula e a apropriação da escrita. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 72, p. 153-173, 2000.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997. 298 p.

- MARTINS, J. S. **O Poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 174 p.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: contexto, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. 410 p. (Linguagem crítica).
- MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 155 p.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.
- MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais. Pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998
- MCKAY, S. C. Securing Commitment in an insecure world: workers in multinational high-tech subsidiaries. **Economic and Industrial Democracy**. London, v. 25, n. 3, p. 375-410, Aug. 2004.
- MCKEE-RYAN, F. M.; SONG, Z.; WANBERG, C. R.; KINICKI, A. J. Psychological and Physical Well-Being during Unemployment: A Meta-Analytic Study. **Journal of Applied Psychology**, Washington, v. 90, n. 1, p. 53-76, Jan. 2005.
- MEDA, D. New perspectives on Work as value. **International Labour Review**, Geneva, v. 35, n. 6, p. 633, 1996.
- MEDRADO-DANTAS, B. Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. **Revista de Psicologia & Sociedade**, v. 10, n. 01, 1998.
- MEDRADO-DANTAS, B. **O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira**. 1997. 148 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- MELO, M. C. O. L. **Estratégias do trabalhador informático nas relações de trabalho**. 1991. Tese (Professor titular) - CEPEAD/FACE/UFMG, Belo Horizonte.

MISOCZKY, M. C.; IMASATO, T. Narrativas e histórias nos estudos organizacionais: um diálogo sobre referências e práticas. **E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 77-96, dez. 2005

MOHANTY, S. M. An alternative explanation for the equality of male and female unemployment rates in the U. S. labor market in the late 1980s. **Eastern Economic Journal**, Bloomsburg, v. 29, n. 1, p. 69-92, 2003.

MONTALI, L. Relação Família Trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.

MORENO, C. M. T. **Visão e essência da marca FIAT: análise da repercussão no Brasil da mudança mundial**. 2002. 136 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-16.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404 p.

MOURÃO, P. K. C. **História de Belo Horizonte de 1897 a 1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

NASIO, J. D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

NAVARRO, M. L.; HENDRICKSON, M. A. The Social Meaning of Employment and Unemployment. **European Journal of Social Quality**, Kingston, v. 2, n. 2, p. 51-57, 2000.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de Senzalas e Fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, v 18, n 1, p. 217-240, jun. 2006.

NOLAN, P.; COGHLAN, D. Confronting Long Term Unemployment through Social Entrepreneurship: An Action Research Study. **Concepts and Transformation**, Kingston, v. 7, n. 3, p. 277-299, 2002.

NOVO, M.; HAMMARSTROM, A.; JANLERT, U. Do High Levels of Unemployment Influence the Health of Those Who Are Not Unemployed? A Gendered Comparison of Young Men and Women during Boom and Recession. **Social Science and Medicine**, Amsterdam, v. 53, n. 3, p. 293-303, Aug. 2001.

NOTTOLI, Nivaldo. **Uno**: a história de um sucesso. São Paulo: Fiat Automóveis, [1994]. 111 p.

O METALÚRGICO. **Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem**. Contagem: Fumarc. 24/07/2006;

O METALÚRGICO. **Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem**. Contagem: Fumarc, 2005.

O METALÚRGICO. **Informativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem**. Contagem: Fumarc, 1996.

OFFE, C. Reforma do estado e trabalho. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 47-68.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2003. 99 p.

PAGÉS, M.; BONETTI, M.; DeGAULEJAE, V.; DESCENFDRE, D. **O poder das organizações**: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos. São Paulo: Atlas, 1987. 234 p.

PARKER, I. **Social constructionism, discourse and realism**. SAGE-USA, 1998. (pedido no projeto cnpq)

PARKS, V. Access to Work: The Effects of Spatial and Social Accessibility on Unemployment for Native-Born Black and Immigrant Women in Los Angeles. **Economic Geography**, Worcester, v. 80, n. 2, p. 141-172, Apr. 2004.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; H. K, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pecheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

**PEREIRA, M. C. Reestruturação produtiva, subjetividade e sentidos do desemprego no contexto industrial de Lavras – MG: uma abordagem construcionista.** 2005. 168 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

PEREIRA, M. C.; BRITO, M. J. Desemprego e Subjetividade no Contexto Brasileiro: uma análise interpretativa sob a ótica dos excluídos do mercado de trabalho industrial. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 6, n. 1, 2006.

PIORE, M.; SABELL, C. **The second industrial divide possibilities for prosperity.** New York: Basic Books, 1984. 354 p.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 2002. 205 p.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour.** London: Sage publications, 1987.

REPORT V: Training for employment: Social inclusion, productivity and youth unemployment. **International Labour Review**, Geneva, v. 139, n. 2, p. 240-241, 2000.

RESENDE, M. E. **Uma Interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte.** **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 39, p. 129 -191, 1974.

RIOS, D. R. **Mini dicionário escolar da língua portuguesa.** São Paulo: DCL, 1999.

RIPHAHN, R. T. Residential location and youth unemployment: The economic geography of school-to-work transitions. **Journal of Population Economics**, Heidelberg, v. 15, n. 1, p. 115-135, Jan. 2002.

ROBERT, T. The truth about time sovereignty: for all the talk of technology transforming patterns of work, the reality for most European employees is less. **Financial Times**, London, p. 6, Aug. 2001.

RODRIGUES, I. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, R.; BEYNON, H.; McILROY, J.; RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 1997.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROSA, M. I. Do governo dos homens: “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 24., 1998, FFLCHUSP, 1998.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. **Contextus Revista de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 41-52, jan./jun. 2006.

ROVIGHI, S. V. **História da filosofia moderna**. São Paulo: Loyola, 1999. v. 1 e 2.

SAAR, E. Unemployment and Education: Estonian Labour Market Entry Pattern Compared to the EU Countries. **Trames**, v. 9, n. 1, p. 25-48, 2005.

SABAG, S. N. **A percepção do trabalhador sobre o desemprego e a estruturação do trabalho cooperativo**. 2002. 95 p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo – São Paulo

SALERNO, M. S. Modelo Japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, H. S. (Org.). **Sobre o modelo japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993. 312 p.

SANTIAGO, C. F. **O lugar de morar: Estado, Igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (Bairro Dom Cabral, 1959/1981)**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

SARGENT, T. C. Structural Unemployment and Technological Change in Canada, 1990-1999. **Canadian Public Policy/Analyse de Politiques**, Ottawa, v. 26, p. 109-123, July 2002. Supplement.

SARGENTINI, V. M. O. Discurso e história: a construção de identidade do trabalhador brasileiro. In: GREGOLIN, M. R. et al. **Análise do discurso: entornos do sentido**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. 322 p.

SARSUR, A. M. **Empregabilidade e empresabilidade: um estudo junto a organização e profissionais em Minas Gerais**. 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 204 p.

SCHNITMAN, D. F. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996. 294 p.

SHOTTER, J. **Imagens do homem em pesquisa psicológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, J. R. G.; VERGARA, S. C. Análise comparativa acerca da utilização de desenhos na pesquisa sobre a criação do sentido da mudança organizacional. **Organização e Sociedade**, v. 8, n. 23, 2002.

SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 31-46.

SIQUEIRA, M. M. **Relações de trabalho em hospital público e privado de Belo Horizonte: análise dos grupos de residentes, pessoal de limpeza e auxiliares de enfermagem**. 1991. Tese (Professora titular) - CEPEAD/FACE/UFMG, Belo Horizonte.

SORJ, B. **A nova sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 166 p.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. Pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 41

SPINK, P. Empregabilidade. In: CASALI, A. et al. (Org.). **Educação e empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 51-58.

SPINK, P. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição de psicologia do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 8, n 1, p. 174-192, 1996.

STAM, H. J. Introduction: social constructionism and its critics. **Theory e Psychology**, London, v. 12, n. 1, p. 291-296, June 2001.

STEBBINS, R. A. The Extraprofessional Life: Leisure, Retirement, and Unemployment. **Current Sociology/La Sociologie Contemporaine**, London, v. 48, n. 1, p. 1-27, Jan. 2002.

SONG, L. L.; FREEBAIRN, J. Policies to Reduce Unemployment: Simulations with Treasury Macroeconomic Model. **Economic Record**, East Ivanhoe, v. 81, n. 255, p. 351-366, Dec. 2005.

TAPLIN, I. M.; WINTERTON, J. Introduction: the European clothing industry: meeting the competitive challenge. **Journal of Fashion Marketing and Managemen**, Brussels, v. 8, n. 3, p. 279-299, 2004.

TIETZE, S.; COHEN, L.; MUSSON, G. **Understanding organizations through language**. London: Sage, 2003.

TONELLI, M. J. Produção de Sentidos: Tempo e Velocidade nas Organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 33-50, jan./fev. 2003.

TONELLI, M. J. Sentidos e práticas organizativas em demissão. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF IBEROAMERICAN ACADEMY OF MANAGEMENT, 4., 2005, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2005. v. 1. p. 1-46.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996. 286 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 77, p. 71-99, 2001.

VEIGA, L. G.; CHAPPELL, H. W. Politics and Unemployment in Industrialized Democracies. **Public Choice**, Leiden, v. 110, n. 3/4, 2002.

VERONESE, M. V.; GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2005.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. **A Ética e a metodologia: pesquisa médica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

VU, U. Health reform an HR concern. **Canadian HR Reporter**, Toronto, v. 16, n. 11, June 2003.

WARR, P. **Work, unemployment and mental health**. Oxford: Clarendon Press, 1987.

WATERS, L. E.; MOORE, K. A. Reducing latent deprivation during unemployment: The role of meaningful leisure activity. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, Leicester, v. 75, n. 1, p. 15, Mar. 2002.

WEBER, A. B. The link between unemployment and returns to education: Evidence from 14 European countries. **Education & Training**, London, v. 44, n. 4/5, p. 171-178, 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção a obra prima de cada autor).

WHOOLEY, M. A.; KIEFE, C. I.; CHESNEY, M. A.; MARKOVITZ, J. H.; MATTHEWS, K.; HULLEY, S. B. Depressive symptoms, unemployment, and

loss of income. **Archives of Internal Medicine**, Chicago, v. 162, n. 22, p. 2614-2620, Dec. 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. New York: Mac-millar, 1995.

WOOLGAR, S. Psychology, qualitative methods and the idea of science. In: RICHARDSON, J. T. E. (Org). **Handbook of qualitative research methods**. Leicester: BPS Books, 1996. p. 11-24.

WORK stress doubles heart death risk. **The Worklife Report**, Ottawa, v. 14, n, 4, p. 9, 2003.

YAO, S. Unemployment and urban poverty in China: a case study of Guangzhou and Tianjin. **Journal of International Development**, Chichester, v. 16, n. 2, p. 171-178, Mar. 2004.